

MARIANA LINS DE CARLI SILVA

“PUXAR CADEIA JUNTO”:

significados do protagonismo de mulheres familiares de pessoas presas

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Titular Dr. Sérgio Salomão Shecaira

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2021

MARIANA LINS DE CARLI SILVA

“PUXAR CADEIA JUNTO”:

significados do protagonismo de mulheres familiares de pessoas presas

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia, sob a orientação do Professor Titular Dr. Sérgio Salomão Shecaira.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
São Paulo – SP
2021

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Silva, Mariana Lins de Carli

"PUXAR CADEIA JUNTO": significados do protagonismo de mulheres familiares de pessoas presas ; Mariana Lins de Carli Silva ; orientador Sérgio Salomão Shecaira -- São Paulo, 2021.

220

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2021.

1. Familiares de pessoas presas. 2. Criminologia Crítica. 3. Violência institucional. 4. Reprodução Social. 5. Ativismo. I. Shecaira, Sérgio Salomão, orient. II. Título.

SILVA, Mariana Lins de Carli. “Puxar cadeia junto”: significados do protagonismo de mulheres familiares de pessoas presas.

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito.

Aprovada em: _____

Banca Examinadora

Prof(a) Dr(a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof(a) Dr(a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof(a) Dr(a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof(a) Dr(a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Escrever é, dentre muitas coisas, escutar. Um movimento ativo de se afetar pela textura, gosto e cheiro das palavras, ditas em sons e imagens, e deixar que elas nos devolvam completamente transformados e aptos a transformar. Processo coletivo, necessariamente.

Esta pesquisa é fruto do ressoar de muitas vozes, que merecem os sinceros agradecimentos da autora.

Em primeiro lugar, agradeço ao professor Sérgio Salomão Shecaira por ter acreditado em meu projeto de pesquisa e oportunizado vivenciar uma trajetória ao seu lado de muitos aprendizados. As leituras atentas, os comentários oportunos e generosos foram apoios imprescindíveis para o desenvolvimento da pesquisa. Agradeço, sobretudo, por combinar orientação com autonomia.

Também agradeço às professoras Maíra Rocha Machado e Mariângela Gama de Magalhães Gomes pelas valiosas e construtivas contribuições partilhadas na banca de qualificação.

Agradeço a todas as mulheres entrevistadas, que generosamente compartilharam suas histórias e permitiram que a pesquisa existisse.

Em especial, meu muito obrigada à Associação de Amigos e Familiares de Pessoas Presas – AMPARAR, pela abertura para a pesquisa e por todo o aprendizado construído durante os últimos anos. Railda Alves, Miriam Duarte, Regina Lúcia dos Santos, Pedro Rivellino, Léia Santos, Fábio Campos, Nathália Prince, Sophia Noronha, Natália Lago, entre tantas e tantos que passaram ou permanecem no movimento, meus sinceros agradecimentos.

Agradeço ao apoio técnico fundamental ao desenvolvimento das atividades, com as transcrições realizadas por Beatriz Aranha, com as análises de dados apoiadas pelo estatístico Rafael Cinoto e com a revisão das normas da ABNT por Barbara Sincerre.

À equipe da Coordenação Acadêmica do FGV LAW, agradeço por toda a compreensão e apoio à pesquisa, fatores sem os quais não teria sido possível desenvolvê-la. Em especial, muito obrigada Luciana Ribas, Maria Cláudia Couto, Nevitton Souza, Felipe Chierigato e Emerson Fabiani.

À minha psicóloga, Ligia Bruhn Aranha, por todo o acolhimento e escuta, e por me permitir enxergar além do que se vê inicialmente, alargando as possibilidades de existência.

Às amigas que o cotidiano me presenteou, e que desde então não abro mão, Priscila Campos, Amanda Tiemi, Rosier Custódio e Gabriela Mattedi. Sem a amizade de vocês, pouca cor restaria.

Às amigas da graduação na PUC-SP, com as quais aprendi a sonhar com um outro mundo, sem as violências do machismo, racismo e capitalismo. Muito obrigada por tudo Paula Nunes, Rute Alonso, Bruna Piazzzi, Fernanda Tessitore, Pedro Dotto e Liliana Del Claro.

Às amigas geradas durante o trabalho no ITTC, tão inspiradoras e preciosas para toda a vida. Obrigada por tudo Nina Cappello, Surrailly Youssef, Raquel Lima, Viviane Balbuglio, Lucia Sestokas e Ana Luiza Uwai.

Às amigas que o FGV LAW me presenteou no dia a dia, e que tanto me ensinaram sobre pesquisa, alegria e parceria. Cecília Barreto, Melissa Cambuhy, Natália Sanzovo, Paula Ribeiro e Gabriel Maia, meus agradecimentos por todas as risadas, cachaças, choros e bolos compartilhados.

Finalmente, agradeço à minha família. À minha mãe Célia, que sempre me apoiou, com seu carinho, afeto e trabalho. Mesmo nos momentos em que minhas escolhas pareciam não tão convencionais, você estimulou que eu me tornasse quem eu sou. Esse amor é imensurável. À minha irmã Fernanda, minha companheira da vida, minha melhor amiga, com quem aprendi que partilhar momentos felizes e dores é o que nos mantêm vivas. Ao meu pai, Luiz Carlos (*in memoriam*), que mesmo com a convivência abreviada pelo imponderável, tanto me ensinou. Ao Antonio, meu companheiro amado, por toda a compreensão, carinho, leituras, escuta, apoio, comidas, ombro e todas as levezas inventadas no dia a dia. De mãos dadas, aprendemos a voar.

*Ain't got no home, ain't got no shoes
Ain't got no money, ain't got no class
Ain't got no skirts, ain't got no sweaters
Ain't got no perfume, ain't got no love
Ain't got no faith
Ain't got no culture
Ain't got no mother, ain't got no father
Ain't got no brother, ain't got no children
Ain't got no aunts, ain't got no uncles
Ain't got no love, ain't got no mind
Ain't got no country, ain't got no schooling
Ain't got no friends, ain't got no nothing
Ain't got no water, ain't got no air
Ain't got no smokes, ain't got no chicken
Ain't got no
Ain't got no water
Ain't got no love
Ain't got no air
Ain't got no God
Ain't got no wine
Ain't got no money
Ain't got no faith
Ain't got no God
Ain't got no love*

*Then what have I got
Why am I alive anyway?
Yeah, hell
What have I got
Nobody can take away
I got my hair, got my head
Got my brains, got my ears
Got my eyes, got my nose
Got my mouth
I got my
I got myself
I got my arms, got my hands
Got my fingers, got my legs
Got my feet, got my toes
Got my liver
Got my blood
I've got life
I've got lives*

*I've got headaches, and toothaches
And bad times too like you
I got my hair, got my head
Got my brains, got my ears
Got my eyes, got my nose
Got my mouth
I got my smile
I got my tongue, got my chin
Got my neck, got my boobs
Got my heart, got my soul
Got my back
I got my sex
I got my arms, got my hands
Got my fingers, got my legs
Got my feet, got my toes
Got my liver
Got my blood
I've got life
I've got my freedom
I've got life!*

Não tenho casa, não tenho sapatos
Não tenho dinheiro, não tenho classe
Não tenho saias, não tenho casacos
Não tenho perfume, não tenho amor
Não tenho fé
Não tenho cultura
Não tenho mãe, não tenho pai
Não tenho irmão, não tenho filhos
Não tenho tias, não tenho tios
Não tenho amor, não tenho importância
Não tenho país, não tenho escolaridade
Não tenho amigos, não tenho nada
Não tenho água, não tenho ar
Não tenho cigarros, não tenho um franguinho
Eu não tenho
Não tenho água
Não tenho amor
Não tenho ar
Não tenho Deus
Não tenho vinho
Não tenho dinheiro
Não tenho fé
Não tenho Deus
Não tenho amor

Então o que eu tenho?
Por que mesmo eu estou viva?
Sim, inferno
O que eu tenho
Ninguém pode tirar de mim
Tenho o meu cabelo, tenho minha cabeça
Tenho meu cérebro, tenho minhas orelhas
Tenho meus olhos, tenho meu nariz
Tenho minha boca
Eu tenho
Eu tenho a mim mesma
Tenho meus braços, minhas mãos
Tenho meus dedos, tenho minhas pernas
Tenho meus pés, tenho dedos nos pés
Tenho meu fígado
Tenho meu sangue
Eu tenho uma vida
Eu tenho vidas!

Tenho dores de cabeça, e de dente
E tenho horas ruins, assim como você
Tenho o meu cabelo, tenho minha cabeça
Tenho meu cérebro, tenho minhas orelhas
Tenho meus olhos, tenho meu nariz
Tenho minha boca
Eu tenho o meu sorriso!
Eu tenho a minha língua, meu queixo
Meu pescoço e meus seios
Meu coração, minha alma
E minhas costas
Tenho meu sexo
Tenho meus braços, minhas mãos
Meus dedos, minhas pernas
Tenho meus pés, e meus dedos
Tenho meu fígado
Tenho o meu sangue
Eu tenho vida
Eu tenho minha liberdade
Eu tenho vida!

RESUMO

SILVA, Mariana Lins de Carli. “*Puxar cadeia junto*”: significados do protagonismo de mulheres familiares de pessoas presas. 2021. 218 f. Dissertação (Mestrado em Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

A pesquisa proposta almeja compreender os principais significados do protagonismo de mulheres familiares de pessoas presas especialmente nas esferas da violência institucional, da economia, por meio do abastecimento e da movimentação gerada sobretudo pelo jumbo e das estratégias coletivas de insurreição contra as opressões vivenciadas. Com amparo nos ensinamentos da criminologia crítica no contexto latino-americano, da teoria da reprodução social e nas lições sobre os movimentos sociais contra a violência estatal, o texto demonstra como a relação imbricada entre capitalismo, racismo e patriarcado informa a atuação massiva de mulheres negras e pobres frente ao encarceramento de seus parentes. Para tanto, foi investigada a percepção das mulheres familiares sobre os impactos materiais e subjetivos da interação com o cárcere, apurando as dinâmicas institucionais envolvendo a atuação de grandes contingentes de mulheres que penetram no território prisional. Por fim, compreende as mulheres familiares de pessoas presas enquanto sujeito político potente para as resistências e lutas por direitos, sobretudo por meio da atuação de movimentos sociais como a Associação de Amigos e Familiares de Pessoas Presas, a AMPARAR.

Palavras-chave: Familiares de pessoas presas. Criminologia Crítica. Violência institucional. Reprodução Social. Ativismo.

ABSTRACT

SILVA, Mariana Lins de Carli. “*Puxar cadeia junto*”: meanings of the protagonist of women who are prisoners' relatives. 2021. 218 p. Dissertation (Master in Criminal Law, Forensic Medicine and Criminology) – University of Sao Paulo, Sao Paulo, 2021.

The proposed research aims to understand the main meanings of the protagonism of women who are prisoners' relatives, especially in the spheres of institutional violence, of the economy, through the movement generated mainly by the *jumbo*, and of collective strategies of insurrection against the oppressions experienced. Based on the teachings of critical criminology in the Latin American context, the social reproduction theory and the lessons on social movements against state violence, the text demonstrates how the intertwined relationship between capitalism, racism and patriarchy informs the massive performance of black women and poor to face the incarceration of their relatives. To this end, the women's perception about the material and subjective impacts of the interaction with prison was investigated from the imprisonment of a relative, canvassing the institutional dynamics involving the performance of large contingents of women who penetrate the prison territory. Finally, it comprises women who are prisoners' relatives as a potent political actor for resistance and struggles for rights, especially through the work of social movements such as the Association of Friends and Relatives of Prisoners, AMPARAR.

Keywords: Prisoners' relatives. Critical Criminology. Institutional violence. Social Reproduction. Activism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Vista aérea dos quatro CDPs de Pinheiros (autor desconhecido)	26
Figura 2 – Acesso de pedestre às entradas das quatro unidades dos CDPs de Pinheiros	27
Figura 3 – Códigos das familiares 1 de 4.....	43
Figura 4 – Códigos das familiares 2 de 4.....	43
Figura 5 – Códigos das familiares 3 de 4.....	43
Figura 6 – Códigos das ativistas 1 de 2	43
Figura 7 – Códigos das familiares 4 de 4.....	44
Figura 8 – Códigos das ativistas 2 de 2	44
Figura 9 – Regras de vestimenta em um dos CDPs de Pinheiros	89
Figura 10 – Lista do jumbo de uma das unidades do complexo dos CDPs de Pinheiros ..	141
Figura 11 – Justa – Previsão de orçamento destinado ao Sistema Prisional em SP em 2021	148
Figura 12– Justa – Previsão de orçamento destinado ao Sistema Prisional em SP em 2021	148
Figura 13– Sede da AMPARAR, localizada em Itaquera, zona leste da cidade de São Paulo	178
Figura 14 – Manifesto do Grupo de Familiares de Sapopemba - 2019	180
Figura 15 – Integrante da AMPARAR em manifestação na avenida paulista - 2018	181
Figura 16 – Miriam faz intervenção, ao lado de Railda, no I Seminário Internacional da AMPARAR.....	182
Figura 17 – Faixa da AMPARAR em manifestação em 2019.....	187
Gráfico 1 – Visitantes de pessoas presas por gênero em 2019.....	61
Gráfico 2 – Crescimento do número de visitantes por gênero em relação ao ano anterior..	99
Quadro 1 – Dias em que foram realizadas as observações participantes.....	29
Quadro 2 – Vínculos das entrevistadas	34
Quadro 3 – Visitantes cadastradas e aptas em 2018 por gênero	40
Quadro 4 – Visitas realizadas de 2011 a 2018 – resposta do 1º pedido	40
Quadro 5 – Visitas realizadas em 2018 – resposta do 2º pedido.....	41
Quadro 6 – Visitas realizadas em 2018 – resposta do 3º pedido.....	41
Quadro 7 – Visitantes adultos em unidades prisionais no estado de São Paulo em 2019 ...	61
Quadro 8 – Competência para elaborar lista de jumbo.....	84
Quadro 9 – Porcentagem de mulheres visitantes em 2018 por parentesco.....	137
Quadro 10 – Lista de itens de envio permitido por Sedex durante a pandemia de covid-19	144
Quadro 11– Dados sobre visitas realizadas no estado de SP em 2018	146
Quadro 12 – Estimativa de gastos das familiares visitantes no estado de SP em 2018.....	147
Tabela 1 – Crescimento do número de visitantes por gênero em relação ao ano anterior...99	

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMAR – Associação de Mães e Amigos da Criança e do Adolescente em Risco
AMPARAR – Associação de Familiares e Amigos de Pessoas Presas
ASP – Agente de Segurança Penitenciária
CDP – Centro de Detenção Provisória
CEASA – Centro Estadual de Abastecimento
CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CEDECA – Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
CF – Constituição Federal
CNPCP – Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária
CPTM – Companhia Paulista de Trens Metropolitanos
DACAR – Departamento de Assuntos Carcerários
FEBEM – Fundação para o Bem-Estar do Menor
HCTP – Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico
IBCCRIM – Instituto Brasileiro de Ciências Criminais
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INFOPEN - Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias
ITTC – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania
GIR – Grupo de Intervenção Rápida
LAI – Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.527/2011)
LEP – Lei de Execução Penal (Lei n. 7.210/1984)
MNU – Movimento Negro Unificado
NESC – Núcleo de Situação Carcerária da Defensoria Pública do Estado de São Paulo
OEA – Organização dos Estados Americanos
ONU – Organização das Nações Unidas
PCC – Primeiro Comando da Capital
PIB – Produto Interno Bruto
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PT – Partido dos Trabalhadores
RDD – Regime Disciplinar Diferenciado
RJC – Rede Justiça Criminal
SAP – Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo
SSP – Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo
STF – Supremo Tribunal Federal
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TRS – Teoria da Reprodução Social
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. METODOLOGIA DA PESQUISA	16
1.1. Epistemologia, cientificidade e pesquisa empírica em criminologia	16
1.2. Objetivos, pergunta e hipóteses	18
1.3. Métodos e geração de dados	20
1.3.1. Observações participantes com inspiração etnográfica.....	22
1.3.2. Entrevistas semiestruturadas	31
1.3.3. Levantamento de dados quantitativos por meio de Lei de Acesso à Informação (LAI)	36
1.4. Análise dos dados	41
2. SITUANDO O SISTEMA PENAL BRASILEIRO	45
2.1. Criminologia Crítica e América Latina	45
2.2. Genocídio e encarceramento em massa no Brasil	50
2.3. Gênero dentro, gênero fora	58
2.4. Entre as grades: fronteiras e porosidades.....	65
3. LABIRINTO INSTITUCIONAL E A VISITA.....	72
3.1. Enfileiradas.....	72
3.2. <i>Plantão sujo e plantão limpo</i>	83
3.3. <i>A fila do corpo: revista vexatória e scanner corporal</i>	93
3.4. Entre estigma, prisionização secundária e adoecimentos.....	108
4. NA CASA E NA CADEIA: A SOBREVIVÊNCIA SOBRE OS OMBROS DAS MULHERES.....	119
4.1. Teoria da Reprodução Social e interseccionalidades.....	119
4.2. <i>Fazendo a cadeia girar</i>	129
4.2.1. O que as move	131
4.2.2 O que elas movimentam.....	139
4.2.3. O que deixam de fazer para si.....	152
5. MEDO A GENTE TEM, MAS A GENTE NÃO USA.....	157
5.1. A relação dialética opressão e ativismo	157
5.2. A emergência dos movimentos sociais contra a violência estatal no Brasil	163
5.3. A maternidade e a luta.....	169
5.4. A Associação de Amigos e Familiares de pessoas presas – AMPARAR	173

5.4.1. Da AMAR a AMPARAR: a luta pela sobrevivência dos filhos	173
5.4.2. Familiares em ação	177
5.4.3. Agenda: toda prisão é política e o fim das prisões.....	185
5.4.4. Significados, conquistas e sonhos	192
CONCLUSÃO	196
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	201
Apêndice A – Aprovação no Comitê de Ética da Faculdade de Direito da USP	211
Apêndice B – Roteiros de entrevista semiestruturada	212
Apêndice C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	216

INTRODUÇÃO

Uma das primeiras imagens que podem vir à mente quando familiares de pessoas presas são mencionadas se refere às filas dos dias de visita que se formam do lado de fora das prisões, e seguem internamente até que cada pessoa alcance o encontro. Na cidade de São Paulo, é possível visualizar essa cena ao menos rapidamente nas vias públicas. Dos ônibus, carros, motocicletas, bicicletas, é possível passar os olhos por essa fotografia viva, e desse pequeno contato indagar-se: por que a maioria das pessoas nessa fila são mulheres? O que são essas sacolas transparentes que as acompanham? Quanto tempo será que essa espera dura? Por que elas visitam? O que fazem ali dentro? Como são tratadas nesse espaço? Como esse encontro impacta suas vidas? Essas perguntas e tantas outras que podem ser feitas demonstram como essa situação transcende o momento captado por essa fotografia. Ser familiar de uma pessoa presa vai muito além da visita, de um contato com início e término definido institucionalmente. É, sobretudo, um movimento complexo que conjuga alterar e ser alterado profundamente pela travessia das fronteiras prisionais.

A proposta de investigar essa complexidade e tentar compreender seus principais significados está inserida nas atuações da pesquisadora, que desde o período de graduação, inquietou-se acerca das relações entre sistema penal, patriarcado e racismo. Se atualmente boa parte dos estudos criminológicos a respeito do sistema penal brasileiro vislumbra a necessária imbricação entre raça e classe na conformação da punição, as produções que contemplam o patriarcado enquanto vetor estrutural desse mesmo sistema ainda são incipientes, restando na maioria das vezes perspectivas que recortam os temas, mas não que os abordam de modo inseparável.

Com essa inquietação, em 2012, a pesquisadora estagiava no departamento jurídico da Pastoral Carcerária do Estado de São Paulo, quando percebeu que dentre os tantos familiares que buscavam atendimento da organização, a grande maioria das pessoas eram mulheres. Mães, companheiras, esposas, avós, tias, filhas. Mais ainda – eram trabalhadoras, negras, pobres e moradoras de regiões periféricas da cidade que enfrentam a distância e os procedimentos violadores das visitas para encontrar o familiar preso. A fotografia da pesquisadora foi tirada em meio ao estágio, e moveu o desejo de compreender esse fenômeno para além dessas primeiras pistas.

Durante esses atendimentos, há quase 10 anos, elas diziam como enfrentavam inúmeros obstáculos para realizar a visita, como usar o único dia de folga do trabalho, deixar

de trabalhar (para as trabalhadoras informais), gastar dinheiro com transporte, serem culpabilizadas pela prisão do filho, companheiro ou neto, passar pela revista vexatória, entre outros. Então as primeiras perguntas de pesquisa começaram a emergir: o que move essas mulheres nessa jornada? Por que os pais, companheiros e avôs são tão ausentes? Quais os impactos materiais dessa jornada para elas?

Não suficiente, há na memória da pesquisadora o relato de uma familiar¹ que compartilhou um abaixo assinado que ela colheira na fila de visita de uma unidade prisional para reivindicar a construção de uma cobertura para que as visitantes pudessem se proteger do sol e da chuva durante a espera na fila. Também solicitava a instalação de bebedouros de água e de banheiros. Nesse momento, brotou uma outra percepção que hoje considera-se fundamental: mesmo com histórias marcadas por diversas violências, as mulheres resistem, enfrentam e transformam por onde passam.

Considera-se essas memórias fundamentais para a escolha e delimitação do tema de pesquisa da presente dissertação de mestrado. O fenômeno *puxar cadeia junto*, expressão dita por algumas familiares para se referir ao que vivenciam, comunica uma dupla afetação – a de modificar dinâmicas na cadeia e de terem suas vidas marcadas e alteradas por essa experiência. Nesse sentido, o protagonismo dessas mulheres se traduz tanto da perspectiva quantitativa, pela presença feminina massiva, quanto pela qualitativa, que revela os porquês dessa conformação de gênero e esmiúça seus significados subjetivos e em termos de relações sociais de poder.

Com esse horizonte em mente, a dissertação se estrutura em cinco capítulos. No primeiro, é traçada a metodologia da pesquisa, evidenciando as bases epistemológicas adotadas, pergunta de pesquisa, objetivos e hipóteses de trabalho. A opção pela pesquisa empírica em criminologia é abordada, bem como os métodos adotados para a geração e análise dos dados que constituíram um arsenal imprescindível para responder às perguntas de pesquisa, sempre combinados com levantamento bibliográfico pertinente a cada reflexão.

No Capítulo 2, a perspectiva sobre o sistema penal brasileiro é situada por meio de discussões breves sobre eixos compreendidos como fundamentais ao fenômeno do protagonismo das mulheres familiares de pessoas presas. Por meio de contribuições de autores da criminologia crítica, passa-se a pavimentar o ponto de vista que articula genocídio

¹ O substantivo “familiares” flexionado no feminino (as familiares) será utilizado para se referir a todos os familiares, considerando que a imensa maioria de familiares que visitam são mulheres, realidade que poderia ser ofuscada com a utilização da flexão de gênero padrão (masculino universal) para tratar de homens e mulheres.

e encarceramento em massa na atualidade, as relações de gênero enquanto pilar estruturante do sistema, e a porosidade das cadeias, territórios pertencentes e localizados na sociedade contemporânea e que, portanto, afetam e são afetados na relação com o lado de fora dos muros.

No Capítulo 3 as diversas práticas de violência institucional são elucidadas, por meio de narrativas do cotidiano que envolve a preparação, o encontro e o pós-visita. A atuação dos agentes prisionais enquanto personificação das instituições prisionais é abordada, passando por práticas discriminatórias, discricionárias, violadoras de direitos fundamentais e, ainda que de modo bastante residual, momentos de solidariedade com as familiares. A revista vexatória e o impacto da instalação dos scanners corporais são explorados, visando a desvendar rupturas e permanências no sentido da garantia de direitos das mulheres na entrada em cadeias. Ao final, propõe-se uma análise sobre estigmatização, o conceito de prisionização secundária e a politização a partir da interação com a prisão.

No Capítulo 4 a dimensão econômica da atuação das familiares ganha luz, ancorada no aporte da teoria da reprodução social, que anima a percepção sobre o papel que as familiares desempenham para a manutenção da sobrevivência dentro das prisões, papel esse cujo dever remete à atuação estatal. Ao abastecer o ambiente prisional por meio do fornecimento de itens básicos para a subsistência, essas mulheres movimentam a dinâmica dentro dos muros, e são oneradas pela omissão estatal em garantir a vida e a dignidade nesses espaços e que deixam de fazer para si inúmeras ações por conta do impacto financeiro que as visitas acarretam. Essa dinâmica macro tem como motor o amor, vislumbrado enquanto uma ética de atuação, e que também revela outras motivações aliadas ao sentimento.

Por fim, no Capítulo 5, a relação dialética entre opressão e ativismo é debatida, e a emergência dos movimentos sociais contra a violência estatal no Brasil recuperada, no sentido de situar os movimentos de familiares de pessoas presas contemporâneos nesse percurso histórico. Para tanto, a maternidade enquanto uma categoria política é explanada, considerando que esses movimentos são liderados e compostos majoritariamente por mães. Nesse contexto, a Associação de Familiares e Amigos de Pessoas Presas – AMPARAR tem seus contornos descritos e suas potências e desafios elucidados.

1. METODOLOGIA DA PESQUISA

1.1. Epistemologia, cientificidade e pesquisa empírica em criminologia

Antes de explicar os aspectos mais específicos da metodologia da pesquisa adotada, considera-se relevante abordar algumas questões sobre a produção do conhecimento científico nas ciências humanas e sociais, especialmente no que se refere à cientificidade. Há um dever ético-político de verificar o que racionalmente pode ser aceito como verdadeiro, observando dois critérios: a sustentação em fatos, na apreensão da realidade concreta; e a demonstração das explicações desses fatos de forma consistente, apoiadas em razões racionalmente convincentes e testáveis, como aponta Rafael Mafei Rabelo Queiroz².

Álvaro Pires alerta que construção do conhecimento científico deve corresponder a uma aproximação máxima da realidade empírica, um verdadeiro esforço de aproximação e reprodução do real. Sem desconsiderar a atuação do pesquisador como sujeito dotado de prenoções e de posicionamentos políticos, o autor compreende que “a objetivação não é incompatível com a participação, mas somente com a participação apologética”³. É fato que desde o momento da delimitação do tema até a execução da pesquisa em si há uma série de concepções envolvidas que influenciam as escolhas e o olhar para o campo. No entanto, Pires alerta para o comprometimento com a busca por uma análise que se disponha a compreender a realidade por ela mesma, tentando ao máximo diferenciar o que é interpretação e eventualmente desejo do pesquisador e o que é essência do próprio fenômeno, que independe do sujeito pesquisador.

Para os estudos envolvendo o sistema penal, reconhecer os processos seletivos de criminalização, demonstrados cientificamente pela criminologia crítica, importa estabelecer pressupostos de análise aptos a contextualizar e investigar os fenômenos inseridos nessa dinâmica. É a teoria que organiza a visão e auxilia a observar, conduzindo o olhar sobre determinados pontos, e deixando de lado outros⁴.

Assim, se um sociólogo pretende pesquisar o ‘crime’, deve estar consciente de que este objeto é recortado-construído pelas próprias instituições sociais. De um lado, isto significa que a noção de crime é institucional. De outro lado, significa que, dentro o grande número de pessoas que transgridem as leis penais, somente um

² QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo. *Monografia jurídica: passo a passo*. São Paulo: Método, 2015. p. 47.

³ PIRES, Álvaro P. Sobre algumas questões epistemológicas de uma metodologia geral para as ciências sociais. In: POUPART, Jean *et al.* *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Tradução Ana Cristina Arantes Nasser. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 83.

⁴ Op. Citada, p. 61.

pequeno grupo será selecionado por esse sistema e rotulado como ‘criminoso’, segundo critérios que estão longe de parecer um sorteio⁵.

Voltando os olhos para a presente pesquisa, o fato de as mulheres constituírem a imensa maioria das pessoas que visitam presos pode ser constatado por qualquer um que se proponha a olhar para as filas em unidades prisionais. No entanto, os significados desse protagonismo podem variar muito a partir do referencial teórico adotado e da capacidade analítica de demonstrar empiricamente a credibilidade das inferências formuladas. Teresa Maria Frota Haguette faz uma importante afirmação, considerando a contribuição dos estudos feministas para desmistificar a suposta neutralidade da ciência:

O fato de não crermos que a ciência tenha sido historicamente neutra, não nos convence de que a objetividade como um ideal não deva ser perseguida. Segundo, estamos cômnicos de que a objetividade é um ideal inatingível, mas que, mesmo assim, o cientista deve tentar a aproximação⁶.

Por reconhecer a necessidade de buscar os significados do protagonismo junto às próprias mulheres inseridas nessa dinâmica, tendo a pesquisadora o papel de articular os relatos e constatações com as teorias selecionadas, optou-se pela realização de uma pesquisa empírica com diferentes métodos qualitativos⁷ quais sejam: (i) observações participantes com inspiração etnográfica nas filas das visitas do lado de fora de unidades prisionais; (ii) realização de entrevistas semiestruturadas com mulheres familiares de pessoas presas. Aliado a isso, identificou-se a relevância do levantamento de dados quantitativos a respeito das familiares visitantes de pessoas presas, o que levou a realizar uma terceira etapa de levantamento de dados consistente na (iii) coleta e análise de informações institucionais da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo relacionados à gestão da visita. Esses três diferentes métodos de obtenção de dados quanti e qualitativos permitiram elaborar uma análise mais próxima da complexidade do fenômeno, visando a inferir quais são os principais significados do protagonismo de mulheres visitantes de pessoas presas.

O desenho metodológico está inserido na formação da pesquisadora em Direito, buscando estabelecer necessárias interlocuções com outras áreas das ciências humanas no sentido de concretizar a interdisciplinaridade inerente aos estudos criminológicos. Assim, além da pesquisa empírica, também foram mobilizadas referências bibliográficas do Direito,

⁵ Op. Citada, p. 59.

⁶ HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias qualitativas na sociologia*. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 81.

⁷ CRESWELL, John W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Tradução Luciana de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 79.

da Criminologia, da Sociologia, da Ciência Política e da Antropologia pertinentes ao estudo do tema, o que permitiu construir comparações e contrastes, com o intuito de formular cadeias lógicas de evidências que se atentem para a coerência conceitual e teórica⁸.

1.2. Objetivos, pergunta e hipóteses

A pesquisa se propôs a investigar inicialmente (i) como o protagonismo das mulheres visitantes de pessoas presas no estado de São Paulo se constitui na dinâmica da reprodução social, colaborando para o funcionamento da prisão; e identificar (ii) estratégias coletivas e individuais de organização das mulheres para enfrentar as situações decorrentes da interação com o sistema prisional.

Na qualidade de *objetivos específicos*, buscou-se identificar as principais atividades desempenhadas pelas familiares, a fim de (i) compreender a percepção das mulheres sobre os impactos materiais e subjetivos que englobam o contato com a prisão; (ii) apurar as violências institucionais sofridas pelas mulheres visitantes; (iii) identificar mecanismos de resistência coletiva e individual às violências vividas.

O *problema de pesquisa* se insere no contexto de encarceramento em massa vigente em todo o Brasil há décadas e represente um impacto bastante considerável na vida de milhares de mulheres que enfrentam as jornadas de visita. Por significados, compreende-se tanto a visão das próprias familiares a respeito de suas vivências quanto a interpretação da pesquisadora acerca da dinâmica coletiva em termos de relações sociais de poder. Para isso, a análise consubstancia-se nas relações de gênero, raça e classe que informam a interação de familiares com o cárcere.

Dessa forma, a pesquisa partiu das hipóteses de trabalho abaixo indicadas:

- i. *As visitas e a entrega do jumbo⁹ se inserem na lógica da reprodução social.* A possibilidade acena para uma continuidade do trabalho doméstico vinculado ao papel social de gênero, fundamental à sobrevivência e manutenção da vida, consubstanciado às relações de raça e classe.

⁸ GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2017. p. 123.

⁹ Jumbo é nome dado aos itens materiais que são permitidos adentrar a unidade prisional e suprir necessidades dos presos. Geralmente é composto por alimentos, itens de higiene, cigarro, bebidas, roupas, calçados, cobertores, entre outros.

- ii. *As mulheres familiares sofrem diversas violências institucionais.* A inspeção de cavidades corporais, chamada de revista vexatória, consiste em um ritual de violência e humilhação notadamente sobre os corpos das mulheres. Não suficiente, as restrições sobre o que é permitido adentrar a unidade prisional como jumbo ou mesmo acerca das vestimentas das visitantes constituem uma regulamentação discricionária e altamente variável.
- iii. *As mulheres são vistas pelos agentes institucionais a um só tempo como uma ameaça e como agente de ressocialização.* A suspeita depositada nas familiares como potenciais transportadoras de itens ilícitos e proibidos nas cadeias atinge a todas, possivelmente de modo diferente a depender da identificação racial. Por outro lado, elas são vistas como as pessoas que podem promover a readequação do familiar às expectativas sociais, considerando que ressocialização seria conformar-se ao seu papel de classe e de raça.
- iv. *As atividades exercidas pelas mulheres colaboram para o funcionamento da prisão.* O abastecimento do cárcere assumido pelas mulheres por meio do jumbo torna-se fundamental para assegurar a sobrevivência na reclusão e impulsiona a economia no ambiente prisional.
- v. *A organização de mulheres familiares de presos subverte a lógica da colaboração, e busca enfrentar as violências do encarceramento e, por vezes, o fim das prisões.* Compreendidas como sujeito político com potencial de enfrentamento de violências institucionais, por diversas vezes as mulheres se organizam, seja momentaneamente na espera da fila ou na entrega do jumbo, seja para buscar o desencarceramento ou mesmo o abolicionismo penal.

Durante a execução da pesquisa, foi possível verificar a existência das hipóteses previamente levantadas, além de captar novas constatações que não estavam no radar inicial da pesquisadora, como será apontado ao longo dos capítulos.

1.3. Métodos e geração de dados

O conjunto de métodos escolhidos para desenvolver a pesquisa empírica, sempre alinhado aos substratos bibliográficos selecionados, se mostrou compatível para a materialização do problema de pesquisa e para a investigação das hipóteses de trabalho suscitadas, além de permitir uma considerável abertura a outros possíveis achados de pesquisa que a princípio não estavam no horizonte. Ao longo de toda a investigação, buscou-se transitar entre o enfoque macroestrutural e as suas distintas manifestações nas subjetividades dos indivíduos acessados, consolidando a premissa de que não há sujeito fora da sociedade e muito menos sociedade sem sujeitos. A combinação dos diferentes métodos de geração de dados¹⁰ forma uma estratégia para lidar com os limites específicos de cada uma das técnicas adotadas, como ensina Maíra Machado:

Quando nos debruçamos sobre os limites específicos de uma determinada observação ou estratégia de pesquisa, somos lançados a buscar outros mecanismos que nos permitam observar outros aspectos do problema – e que necessariamente terão seus próprios pontos-cegos, diferentes dos anteriores¹¹.

A escolha por realizar *observações participantes* se sustenta por sua vocação a um olhar enraizado e uma presença ativa em um dos principais territórios que envolve a visita – as filas do lado de fora da prisão. Certamente esse espaço não é o único que constitui a interação com a prisão: há deslocamento pela cidade, ou mesmo de uma cidade a outra, pelas instituições do sistema de justiça, por mercados e farmácias para realizar as compras, entre outros. A compreensão das dinâmicas das filas, inserida em uma trajetória mais ampla de deslocamentos foi elencada como propícia por sua capacidade de expandir a visão acerca do protagonismo da atuação das mulheres familiares de pessoas presas. As observações participantes permitiram conversas mais espontâneas e também com alguns homens, ainda que de modo pontual e insuficiente para redirecionar a pesquisa a uma análise comparativa. Como limitação do método, menciona-se a dificuldade em se aprofundar nas histórias de cada mulher, concentrando-se mais nas dinâmicas do momento e do local.

¹⁰ A expressão “geração de dados” em vez de “coleta de dados” é resultado de uma interação com Cecília Barreto de Almeida, que despertou a reflexão acerca dos diferentes significados envolvidos. Para a pesquisadora, “coleta” sugere um procedimento meramente objetivo, em que os dados são extraídos do mundo quase que *in natura*. Por outro lado, “geração” pressupõe uma interpretação e atuação da pesquisadora com o dado, considerando suas prenoções e conhecimentos prévios.

¹¹ MACHADO, Maíra R. Pesquisa empírica em direito: os limites dos métodos e o ganho dos debates públicos. In: BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria de Assuntos Legislativos. *O papel da pesquisa política legislativa: metodologia e relato de experiências do Projeto Pensando o Direito*. Brasília: Ministério da Justiça, 2013. p. 84.

As *entrevistas semiestruturadas*, por sua vez, foram selecionadas com o objetivo de acessar as narrativas das interlocutoras sobre suas próprias experiências. A escuta atenta, concentrada e guiada por perguntas previamente elencadas, mas suscetíveis a mudanças, almejou alcançar histórias e opiniões acerca do fenômeno. Com isso, foi possível expandir a compreensão do fenômeno, aprendendo e elaborando junto às falas diversas reflexões que não estavam inicialmente presentes na pesquisadora. Se com as observações participantes houve um certo destaque para o *locus* e para a dinâmica daquele momento de interação com o cárcere, com as entrevistas as vozes das mulheres adquiriram uma preponderância ainda maior, permitindo sobrevoar inúmeros territórios e distintas dinâmicas por meio de suas histórias. A técnica permitiu ouvir mulheres que visitam outras mulheres, o que não foi possível de ser realizado com as observações participantes devido à interrupção das visitas nas unidades prisionais por conta da pandemia de covid-19¹², o que afetou o cronograma da pesquisa que previa a realização do campo junto a uma unidade feminina. Um dos principais limites do método consiste na necessidade de cumprir com alguns procedimentos formais (como a apresentação da pesquisa, esclarecimento do TCLE, pedido para autorizar a gravação), o que por vezes acarreta inicialmente a perda da espontaneidade e possíveis modulações de fala diante do protocolo.

Por fim, os dados quantitativos gerados a partir da mobilização da Lei de Acesso à Informação se justificam como uma tentativa de dimensionar numericamente esse protagonismo, em busca de ressonâncias e contrastes com percepções dos campos qualitativos. Além disso, diante da escassez de dados oficiais a respeito das visitas, há a intenção de demonstrar a possibilidade de elaborar esse tipo de dado, que pode propiciar uma leitura mais acurada das demandas e, portanto, das políticas públicas que deveriam ser adotadas.

No intuito de averiguar a adequação ética da proposta, o projeto de pesquisa foi submetido previamente à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, por meio da Comissão de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da USP, e foi aprovado em julho de 2019 (Apêndice A).

¹² As visitas presenciais nas unidades prisionais do Estado de São Paulo foram suspensas pela Resolução da Secretaria de Administração Penitenciária – SAP n. 40/2020, abrangendo o período compreendido entre 20 março de 2020 e 6 de novembro de 2020.

1.3.1. Observações participantes com inspiração etnográfica

Originária da Antropologia, pode-se afirmar que etnografia, em linhas gerais, consiste em um processo de investigação e produção de conhecimento sobre a sociedade baseado na coleta de dados empíricos por meio de observação, de longa duração, que se fundamenta em uma implicação direta, em primeira pessoa, do pesquisador em campo¹³. A pesquisa etnográfica pressupõe que as ações e interações observadas não são um conjunto caótico e sem nexos, mas tem uma organização interna e externa, carregada de sentido compartilhado entre os participantes. Assim, o trabalho do etnógrafo é captar e analisar a organização interna e o sentido compartilhado entre os participantes, desvendar o saber local e as categorias de interpretação que o formam.

Angela Alonso define observação participante da seguinte maneira:

A observação participante se vale do acompanhamento sistemático de todas as atividades do grupo estudado. O pesquisador se insere no dia a dia do grupo, participa dele, como se fosse um membro. E procede ao registro sistemático (um diário de campo) de vários tipos de informação: eventos (ações), falas (discursos), gestos (comportamentos) e interações observados. Registra, também, as suas próprias experiências em campo. Quando desconhece as regras, a língua e o universo simbólico do grupo que estuda, o pesquisador recorre a um informante, que funciona como via de acesso e, eventualmente, como mediador cultural¹⁴.

Dessa caracterização, é possível depreender que as observações participantes são um elemento necessário, mas não suficiente, da produção etnográfica. Isso porque a variável da durabilidade do tempo e, sobretudo, o diálogo com a teoria antropológica, têm um grande peso para configurar a produção como etnografia. Nesse sentido, considerando as condições materiais e temporais para a realização da pesquisa e as limitações da formação da pesquisadora, optou-se por nomear a inserção nas filas de visitas enquanto observações participantes com inspiração etnográfica para indicar que, embora esteja vinculada à tradição da etnografia, as observações realizadas por si só não configuram uma etnografia.

Antes de abordar as escolhas e procedimentos do campo, interessa retratar alguns pontos sobre a etnografia, considerando sua fonte de inspiração para o trabalho. Mariza Peirano trata da relação entre parte e todo, considerando que “para todas as ciências humanas, não existe fato social que independa da referência à totalidade da qual ele faz

¹³ Definição apresentada por Priscila Vieira no curso Etnografia: explorando múltiplos fazeres etnográficos, promovido pelo CEBRAP-SP, em abril de 2019.

¹⁴ ALONSO, Angela. Métodos qualitativos de pesquisa: uma introdução. In: ABDAL, Alexandre; OLIVEIRA, Maria Carolina Vasconcelos; GHEZZI, Daniela Ribas; SANTOS JÚNIOR, Jaime (org.). *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo*. São Paulo: CEBRAP, 2016. p. 10.

parte”¹⁵. Essa tensão constante entre o particular/etnográfico e o universal/teórico acompanha a história da antropologia, sobretudo nos trabalhos etnográficos, segundo a autora. E é justamente essa tensão que enriquece os trabalhos¹⁶, e que permite confrontar os conhecimentos prévios do pesquisador e as análises de caráter etnográfico que realiza no campo. Assim, ela ensina:

[...] importante, então, reter a ideia de que as observações são realizadas não só para descrever o curioso, o exótico ou o diferente por si mesmos (pelo natural interesse que despertam), mas também e principalmente para universalizá-los. São essas duas direções – a especificidade do caso concreto e o caráter universalista da sua manifestação – que levam a antropologia a um processo de refinamento de problemas e conceitos e não, como propalam os estereótipos a respeito do seu empirismo, a um acúmulo de informações sobre situações bizarras ou, quando falta talento, a “longos depoimentos em estado bruto das mulheres da periferia”¹⁷.

A perspectiva da autora revela contornos do comprometimento da pesquisa etnográfica para além da descrição de fenômenos por meio dos próprios informantes, contemplando a responsabilidade do pesquisador em assumir sua participação e envolvimento para a construção e interpretação desses significados. Nesse sentido, Peirano afirma que etnografia também é teoria, constituindo formulações teórico-etnográficas. “Se é boa etnografia, será também contribuição teórica; mas se for uma descrição jornalística, ou uma curiosidade a mais no mundo de hoje, não trará nenhum aporte teórico”¹⁸. Na mesma direção, Angela Alonso ressalta que “cada ator social é também um teórico social, no sentido de que interpreta a sua própria conduta e a situação social em que se insere para poder agir”¹⁹. Isso significa que os pesquisadores devem exercer uma *dupla hermenêutica*, considerando que interpretam a interpretação que os sujeitos produzem de suas práticas, segundo a autora. Como ensina José Guilherme Cantor Magnani, “uma característica da totalidade como pressuposto da etnografia diz respeito à dupla face que apresenta: de um lado, a forma como é vivida pelos atores sociais e, de outro, como é percebida e descrita pelo investigador”²⁰.

Para isso, impossível desviar-se da concepção de ser afetada, de Jeanne Favret-Saada: “ocupar tal lugar afeta-me, quer dizer, mobiliza ou modifica meu próprio estoque de

¹⁵ PEIRANO, Mariza. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. p. 16.

¹⁶ Op. Citada, p. 45.

¹⁷ Op. Citada, p. 18.

¹⁸ PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014, p. 383.

¹⁹ ALONSO, Angela. Métodos qualitativos de pesquisa: uma introdução. In: ABDAL, Alexandre; OLIVEIRA, Maria Carolina Vasconcelos; GHEZZI, Daniela Ribas; SANTOS JÚNIOR, Jaime (org.). *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo*. São Paulo: CEBRAP, 2016. p. 9.

²⁰ MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-156, jul./dez. 2009, p. 137.

imagens, sem contudo instruir-me sobre aquele dos meus parceiros”²¹. Por mais que a pesquisadora já tivesse alguma experiência com o ambiente prisional, estar presente nas filas de visitas, sentir os cheiros do local, os riscos, as violências, as resistências, as histórias, escrever uma história enquanto pesquisadora ali presente foi uma experiência bastante impactante, de muito aprendizado e reflexões, incluindo questionamentos sobre a validade das hipóteses formuladas inicialmente. Como Favret-Saada afirma:

Aceitar ser afetado supõe, todavia, que se assuma o risco de ver seu projeto de conhecimento se desfazer. Pois se o projeto de conhecimento for onipresente, não acontece nada. Mas se acontece alguma coisa e se o projeto de conhecimento não se perde em meio a uma aventura, então uma etnografia é possível²².

Em uma análise sobre os estudos etnográficos relacionados a prisões, Manuela Ivone Cunha notou uma mudança no enfoque contemporâneo, passando a concentrar-se no perímetro social e relacional da prisão, indo além das pessoas encarceradas e captando a dimensão coletiva e extramuros da reclusão²³. Constata o papel da historicidade e do contexto cultural para aprofundar a reflexividade da etnografia a “uma articulação mais situada e sistemática entre aspectos individuais, intersubjetivos, sociais e institucionais, num pano de fundo comparativo face ao qual suposições avulsas na base de um ou outro destes aspectos podem ser testadas de maneira integrada”²⁴. Por outro lado, Loïc Wacquant aborda a diminuição dos estudos etnográficos sobre prisões nos Estados Unidos no mesmo período histórico em que justamente o encarceramento em massa global alcançou proporções como nunca antes presenciado. “A etnografia da prisão, portanto, entrou em eclipse no próprio momento em que era mais urgentemente necessário, tanto por motivos científicos como políticos”²⁵.

Feita essa breve introdução sobre alguns dos principais estudos da etnografia, passe-se a expor as escolhas do campo e os procedimentos adotados. Em primeiro lugar, considera-se realizar um exercício prévio de reflexividade de autoquestionar as opiniões e interpretações prévias da pesquisadora sobre o fenômeno. Ciente do ponto de partida enquanto pesquisadora de mestrado, mulher, branca, de classe média, advogada, foi possível

²¹ FAVRET-SAADA, Jeanne. “Ser afetado”. *Revista Cadernos de Campo*, n. 13, p. 155-161, 2005, p. 159.

²² Op. Citada, p. 160.

²³ CUNHA, Manuela Ivone. Etnografias da prisão: novas direções. *Revista de Sociologia Configurações*, v. 13, 2014, p. 47-68. Disponível em: <https://journals.openedition.org/configuracoes/2389#quotation>. Acesso em: 13 out. 2020.

²⁴ Op. Citada, p. 49.

²⁵ WACQUANT, L. The curious eclipse of prison ethnography in the age of mass incarceration. *Ethnography*, v. 3, n. 4, December 2002, p. 385, tradução da pesquisadora.

notar permanências e mudanças durante a realização do campo no que se refere ao entendimento da dinâmica estudada.

Optou-se por realizar as observações participantes no complexo prisional que abriga *4 Centros de Detenção Provisória em Pinheiros*, no bairro da Vila Leopoldina, zona oeste da cidade de São Paulo. Situado ao lado da Marginal Pinheiros, uma das principais vias expressas do município, as quatro unidades se localizam em um mesmo terreno, separado por muros, cada qual com entradas próprias, mas bastante próximas, que concentram as visitantes ao seu redor. As quatro unidades juntas detêm cerca de 5.500 pessoas presas em seus interiores²⁶, constituindo um território carcerário de destaque na cidade, lembrando a dimensão do extinto Carandiru, que chegou a abrigar mais de 7 mil pessoas em seus oito pavilhões²⁷.

Há outros complexos prisionais formados por mais de uma unidade na cidade de São Paulo, mas somente o *cadeião de Pinheiros*, como chamado por algumas interlocutoras, reúne na capital quatro unidades prisionais. As construções atuais são originárias dos antigos Cadeiões DACAR III, destinado a homens, e DACAR IV, unidade feminina, ambos submetidos à Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP-SP) no passado. Com a transferência da gestão para a Secretaria de Administração Penitenciária – SAP, as unidades passaram por reformas e em 2008 foram criadas as unidades dos CDPs de Pinheiros.

Essa escolha se mostrou interessante por ser um local de destaque no cenário urbano de São Paulo, que reúne uma porcentagem pequena de unidades prisionais em comparação ao interior, fruto do processo de interiorização do sistema penitenciário. Das 176 unidades prisionais em todo o Estado, somente 12 se encontram no perímetro da capital paulista²⁸. Além disso, a opção se mostrou viável também por sua acessibilidade de transporte público (a estação CEASA da CPTM fica próxima) e pela localização na cidade em que a pesquisadora reside.

²⁶ A estimativa foi calculada com base nos dados disponíveis no site da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo: <http://www.sap.sp.gov.br/>. Acesso em: 02 jun. 2021.

²⁷ Disponível em: <https://ponte.org/cdp-pinheiros-o-novo-carandiru-de-sao-paulo/>. Acesso em: 02 jun. 2021.

²⁸ O cálculo foi produzido com as informações disponíveis no site da Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo em 2020, que não inclui o Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário, localizado na zona norte da capital. Disponível em: <http://www.sap.sp.gov.br/>. Acesso em: 02 jun. 2021.

Figura 1 – Vista aérea dos quatro CDPs de Pinheiros (autor desconhecido)



Fonte: Site do SIFUSPESP. Disponível em: <https://sifuspesp.org.br/noticias/7067-doria-promete-desativar-cdps-de-pinheiros#deny>. Acesso em: 02 jun. 2021.

Inicialmente, imaginou-se que a natureza do estabelecimento poderia traduzir, em alguma medida, o início da jornada das visitantes, já que teoricamente se destinam aos presos provisoriamente, isto é, sem condenação definitiva. Apesar de possivelmente essa ser a situação mais frequente nesse tipo de estabelecimento, é notório que essas unidades também abrigam pessoa com sentença condenatória e, por vezes, que deveriam cumprir pena em regime semiaberto.

O local já era conhecido pela pesquisadora, que realizou visitas em algumas unidades para pesquisas anteriores, participou de atendimentos iniciais da Defensoria Pública do Estado de São Paulo nesse espaço e também realizou inspeção em algumas das unidades no período em que fora de membra do Conselho da Comunidade da Comarca de São Paulo. Havia também um conhecimento prévio ao campo sobre as filas das visitas que foi adquirido pela atuação como apoiadora da AMPARAR – Associação de Familiares e Amigos de Pessoas Presas. Essa bagagem foi bastante importante para traçar estratégias de inserção nesse espaço, muito embora a presença específica para a execução da pesquisa tenha sido desafiadora e muito diferente das experiências anteriores. Para a realização das observações participantes, a pesquisadora se deslocou e permaneceu no local sozinha, e sem qualquer identificação que pudesse vinculá-la a instituições, movimentos ou serviços, como nos momentos de contato anterior. Mesmo sem elementos que poderiam comunicar de imediato a ação no local (camisetas, vestimentas formais, crachás etc.), a pesquisadora foi notada por diversas vezes enquanto alguém de fora, que gerava dúvidas, curiosidade, desconfiança e também desprezo sobre sua presença ali.

Para chegar até o acesso às entradas das quatro unidades e suas respectivas filas, a pesquisadora saiu da estação CEASA da CPTM e percorreu um trajeto de aproximadamente 800 metros, marcado por uma ponte para pedestres que acompanha uma das vias da Marginal Pinheiros. A presença de mulheres com grandes sacolas transparentes, carrinhos de feira, roupas coloridas em rosa e vermelho, de calça tipo legging, calçando chinelos, por vezes com crianças pequenas foi notada desde a estação do trem. Algumas utilizavam uma van que realiza o trajeto, outras enfrentavam a ponte.

Figura 2 – Acesso de pedestre às entradas das quatro unidades dos CDPs de Pinheiros



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

Ao se aproximar das entradas, já era possível visualizar as filas dos CDPs I e II, que ficavam juntas do lado direito das entradas. Em dias de maior movimento, as filas ocupavam uma das pistas do acesso à Marginal Pinheiros, pois o espaço destinado à espera não conseguia comportar a quantidade de pessoas ali presente, o que pareceu bastante perigoso, dada a presença de veículos automotores em alta velocidade no local. Do outro lado, ficam as unidades III e IV, seguidas de barracas do comércio local, com vendas de alimentos, bebidas, itens de higiene, guarda-volumes, entre outros, e também barracas de acampar, que são utilizadas para pernoites de familiares do lado de fora das unidades. Os dois polos detêm cada qual um banheiro e uma pequena cobertura próxima aos guichês de atendimento para o cadastramento da entrada nas unidades. Nos CDPs I e II havia mais possibilidade de assentos, com um banco de concreto um pouco maior do que o existente na área dos CDPs III e IV.

Cada unidade tem características próprias, que não são definitivas e exclusivas, variando ao longo do tempo. Durante o campo, foi possível notar algumas divisões. O CDP I é conhecido como *casa*, categoria nativa que designa a presença de homens presos acusados de crimes sem violência ou grave ameaça, como furtos e tráfico de drogas ilícitas na região central, por vezes associados a pessoas em situação de rua, e também primários. O CDP II é considerado como *cadeia dos coisas*, expressão que se refere aos inimigos do Primeiro Comando da Capital – PCC: “funcionários do sistema penitenciário, policiais, seguranças, presos vinculados a outros coletivos, ex-membros de *comandos*, presos que violaram o sistema de valores e os códigos de conduta do PCC”²⁹, de acordo com Márcio Zamboni. Também ficam nessa unidade as *monas*, pessoas que não se enquadram no ideal de masculinidade e que também não se identificam de modo fixo com identidades fechadas de gênero e sobre orientação sexual que a sigla LGBT evoca, como ensina Zamboni³⁰. Por sua vez, o CDP III também é considerado unidade de *seguro*, pois reúne pessoas cujo convívio geral é ainda mais arriscado para suas vidas, como neutros (que não pertencem a facções organizadas), acusados de crimes contra a dignidade sexual, políticos e presos com diploma. Por fim, o CDP IV é identificado como unidade de *trânsito*, que indica a proximidade em deixar o local e seguir para outra cadeia. Essa caracterização não foi claramente percebida de início, sendo que às vezes as próprias familiares se confundiam sobre a unidade e seu perfil, diante das frequentes modificações.

Contudo, é possível depreender uma tentativa de agrupar pessoas a partir de certas qualificações e a intenção de realizar mudanças constantes e sem comunicações e justificativas claras, característica comum na gestão do acesso às unidades prisionais em São Paulo. Essa instabilidade dificulta a atuação das familiares, que acabam por ter que lidar a todo momento com a possibilidade de situações inesperadas, desde a transferência do familiar para outra prisão até mudanças sobre itens cuja entrada se torna proibido, o que será melhor abordado no Capítulo 3.

Outro elemento que também se altera com bastante frequência diz respeito às divisões dos dias de visita. Para as quatro unidades estudadas, em um mês, pares recebem visitantes aos sábados e os ímpares aos domingos. No próximo, há uma inversão, e assim sucessivamente ao longo do tempo. Diante desse cenário, a pesquisadora optou por

²⁹ ZAMBONI, O barraco das monas na cadeia dos coisas: notas etnográficas sobre a diversidade sexual e de gênero no sistema penitenciário. *ARACÊ – Direitos Humanos em Revista*, ano 4, n. 5, fev. 2017, p. 94.

³⁰ Op. Citada, p. 95.

realizar as observações participantes também de modo alternado, buscando perceber similitudes e dissonâncias entre os dois dias.

O campo das observações participantes teve início no final de 2019, e precisou ser interrompido por 3 meses devido a um problema de saúde da pesquisadora. A retomada se deu em fevereiro de 2020, e precisou ser interrompido novamente em março, devido à pandemia de covid-19 e a consequente suspensão das visitas. Assim, foram realizados 6 dias de idas ao local, totalizando aproximadamente 20 horas de inserção, com uma média de 3 horas de permanência por dia.

Quadro 1 – Dias em que foram realizadas as observações participantes

Dia do campo	Dia da semana
16.11.2019	Sábado
24.11.2019	Domingo
08.02.2020	Sábado
16.02.2020	Domingo
07.03.2020	Sábado
14.03.2020	Sábado

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

No primeiro dia de campo, em 16 de novembro de 2019, a sensação foi de insegurança sobre como seria o contato com as pessoas, como a idealização do campo se tornaria realidade. Com dúvida sobre se apresentar e abordar pessoas, decidiu se sentar em um dos poucos locais disponíveis – um ponto de ônibus antigo e bastante deteriorado próximo às unidades III e IV – e, literalmente, observar. Essa foi a primeira estratégia de inserção. Como o local era pequeno e com poucos assentos, a pesquisadora ficou rodeada de mulheres que aguardavam a entrada na unidade. Em pouco tempo, uma delas perguntou o horário e a primeira conversa se iniciou. Questionou se a pesquisadora iria visitar, a qual respondeu que não, que estava ali porque para fazer uma pesquisa e que queria conversar, saber como eram as coisas por ali.

A estratégia de aguardar o contato a partir das visitantes foi repetida algumas vezes, o que pareceu ser interessante para conseguir conversas mais espontâneas e talvez menos artificiais em seu início. No entanto, nem sempre a figura da pesquisadora despertava interesse, e com isso foi necessário mobilizar estratégias mais ativas, como a abordagem um pouco mais direta a algumas mulheres para convidá-las a conversar. Isso ocorreu de duas maneiras: por meio de uma aproximação menos formal, com perguntas e frases mais genéricas (*Que horas são?; Hoje está demorando, né?; Muito calor hoje...*) e também por

abordagens mais específicas sobre a presença enquanto pesquisadora. Neste caso, era realizada uma breve apresentação da pesquisadora e um convite para conversar, sem compromisso, apenas para compartilhar histórias, relatar denúncias etc. Esses dois caminhos também funcionaram, de modo que foi possível ouvir muitas histórias durante a permanência no local, e até mesmo construir certo reconhecimento com algumas interlocutoras, que passaram a lembrar da pesquisadora nas idas posteriores. Houve recusas a esses convites mais formais, o que sugeriu que o tom da abordagem da pesquisadora as deixou à vontade inclusive para negar a interação.

O registro do campo foi realizado em um aplicativo de notas no celular da pesquisadora. Essa alternativa se mostrou vantajosa no sentido de ser mais comum alguém no local teclando no celular do que escrevendo em um caderno, por exemplo. Embora não houvesse o objetivo de esconder a finalidade da presença da pesquisadora, buscou-se adotar uma postura menos destoante possível e mais discreta, sem perder de vista o inevitável estranhamento. Talvez a imagem de uma mulher jovem, branca e sem as vestimentas de visita, observando, conversando e anotando em um caderno pudesse gerar desconforto e desconfiança por parte de algumas visitantes.

O primeiro estranhamento referiu-se à formação em direito da pesquisadora. Foi muito comum perceber reações de surpresa e curiosidade diante da figura de uma advogada jovem, branca e de classe média que se apresentava como pesquisadora e estava interessada na realidade das familiares. Uma interlocutora disse que ao me ver chegar no local, pensou: *Essa não tem cara de visita. Será que vai se trocar?* Quando perguntado a ela o que a fez pensar isso, desconversou, sugerindo que não sabia indicar a diferença ou não quis dizer diretamente a mim.

Como afirma Karina Biondi, é ilusório pensar que as relações estabelecidas entre pesquisadora e interlocutores não serão por eles avaliadas, que não haverá uma avaliação dentro do regime moral dos interlocutores e que a pesquisa não será afetada por essas considerações que nem sempre são explicitadas em palavras³¹. Assim, a confiança e a credibilidade nem sempre foram imediatas, por vezes foram fruto de uma presença mais constante e de uma postura de abertura e disposição para inclusive uma negativa ao convite ou abordagem para o contato.

³¹ BIONDI, Karina. A vida em estado de campo: apontamentos sobre pesquisa de um objeto nebuloso. Trabalho apresentado na 27ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de agosto de 2010, Belém, Pará, Brasil, p. 6.

Em alguns momentos do campo, notou-se um intenso cuidado na abordagem, no sentido de ser transparente sobre sua figura e seus objetivos enquanto pesquisadora. Ao longo de tempo, foi possível visualizar que algumas questões eram excessos e tinham o efeito de adensar tensões. Refletindo sobre esse desafio, foi possível identificar que não havia como evitá-las, e que assumindo as tensões inerentes ao campo seria mais fácil desaguar em conversas mais sinceras e naturais.

Houve também o desafio da limitação dos encontros e da pandemia de covid-19 que assolou o mundo em 2020. Com a suspensão das visitas presenciais em março de 2020 no Estado de São Paulo, interrompeu-se a realização das observações participantes justamente em um momento que notava um maior reconhecimento das pessoas que viam a pesquisadora no local aos finais de semana. Além disso, não foi possível realizar essa atividade em uma unidade prisional feminina, como havia sido previsto inicialmente.

Apesar das limitações e dos desafios, conclui-se que a realização das observações participantes teve um papel fundamental na compreensão das dinâmicas que envolvem as visitantes. O conhecimento adquirido a partir dessa experiência também facilitou a realização das entrevistas semiestruturadas, pois ampliou o repertório da pesquisadora sobre atores, regras e cenário, o que durante a escrita da dissertação foi tratado de modo articulado com os demais métodos, como será visto nos capítulos seguintes.

1.3.2. Entrevistas semiestruturadas

A escolha de realizar entrevistas semiestruturadas se fundou em sua potência de revelação e interpretação da visão das mulheres visitantes sobre suas realidades em profundidade. Dessa forma, a partir da perspectiva de Jean Poupard, justifica-se o uso desse método no sentido epistemológico, considerando sua relevância para a exploração em profundidade da perspectiva das mulheres enquanto atores sociais, fundamentais para uma apreensão mais acurada do fenômeno social em questão. Sob o ponto de vista ético-político, a técnica possibilita conhecer internamente os dilemas e as questões enfrentadas pelas mulheres familiares de pessoas presas. Por fim, sob o ponto de vista metodológico, as entrevistas constituem um instrumento privilegiado de acesso à experiência e interpretação dos atores³².

³² POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, Jean *et al.* *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Tradução Ana Cristina Arantes Nasser. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 216.

É possível sintetizar a técnica da entrevista como instrumento apto a gerar interlocução em profundidade com pessoas consideradas chaves para a investigação, usualmente associada a outras técnicas de pesquisa. A modalidade semiestruturada remete à seleção de questões específicas, organizadas em determinada ordem, mas que comporta certa flexibilidade para incluir novas questões ou não abarcar algumas das previstas, a depender do direcionamento dado pela interlocutora entrevistada.

Considera-se necessário reconhecer que as narrativas compartilhadas pelas entrevistadas correspondem a uma interpretação delas sobre seu mundo, cabendo à pesquisadora acolher os relatos e ponderá-los com as demais fontes de dados e perspectivas, aferindo o grau de correspondência de suas afirmações com a realidade factual, como afirma Teresa Maria Frota Haguette³³. Dessa forma, embora seja de suma importância acessar a perspectiva das próprias mulheres sobre o protagonismo de gênero nas visitas, verificando o sentido que elas conferem às suas ações, também se reputa fundamental calibrar seu peso para uma visão coletiva e estrutural do fenômeno, que vai além da visão do indivíduo ou mesmo da soma dessas visões individuais. Como ensina Jean Poupart, “o fato de que os atores sejam diretamente implicados nessas realidades não é, em si, uma garantia da exatidão de suas interpretações”³⁴. Por isso a escolha de conjugar outras técnicas de geração de dados.

Diante do cenário de pandemia de covid-19 justamente no período programado para realização do campo da pesquisa, foi necessário adaptar a forma de realização de entrevistas presenciais pelo recurso de videochamada por aplicativo de celular (*whatsapp*). Essa alteração impactou a pesquisa, apresentando algumas vantagens e desvantagens que merecem ser apontadas brevemente. De um lado, o recurso da videochamada facilitou o agendamento com as entrevistadas, pois como não há necessidade de deslocamento, é muito mais fácil compatibilizar a agenda do dia a dia tanto das convidadas quanto da pesquisadora. Por outro lado, mesmo considerando que os prejuízos são menores do que quando há deslocamento, cancelamentos foram frequentes, o que implicou em readequações constantes da agenda da pesquisadora. O recurso também acarreta a diminuição do acesso à comunicação não verbal, pois somente parte dos corpos são vistos pelas telas. Além disso, a coexistência de dois ambientes, o da pesquisadora e o da entrevistada, amplia a possibilidade de interferências que podem alterar o fluxo da entrevista, bem como apresentam uma maior

³³ HAGUETTE, Teresa Maria Frota. Metodologias qualitativas na sociologia. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 83.

³⁴ Op. Citada, p. 219.

dificuldade no que se refere à privacidade do encontro. Por fim, há a dependência da qualidade da internet para o desenvolvimento da entrevista, que pode prejudicar a fluência da comunicação.

Apesar dessas desvantagens, avalia-se que a realização do campo das entrevistas foi satisfatória. *Entre junho e outubro de 2020, foram entrevistadas 23 mulheres, das quais 20 são mulheres familiares de pessoas presas e 3 são militantes e lideranças da AMPARAR.* A quantidade de mulheres entrevistadas observou tanto a heterogeneidade de experiências que são pertinentes à pesquisa quanto o número máximo de entrevistas praticáveis, considerando o cronograma da pesquisa, a disponibilidade de tempo e a saturação das narrativas obtidas. Vale destacar que, no total, foram realizados 38 convites a mulheres familiares, sendo que 15 que resultaram em recusas implícitas ou explícitas à entrevista.

O acesso a essas mulheres foi possibilitado pela atuação como apoiadora da AMPARAR. Em fevereiro de 2019, a pesquisadora se reuniu com RAILDA, uma das fundadoras do movimento, para se apresentar, falar sobre a pesquisa e se colocar à disposição para apoiar o movimento a partir de suas capacidades. Desde então, passou-se a construir um laço de apoio ao movimento que transcendeu a atuação específica para a pesquisa, com presenças em reuniões, em panfletagens nas filas de unidades prisionais, na organização de atividades e seminários, e principalmente por meio de suporte jurídico às familiares que compõem o movimento. A pesquisadora passou a assessorar as mulheres no sentido de traduzir a linguagem jurídica dos processos de seus familiares e de construir junto a elas caminhos para endereçar denúncias e acessar serviços públicos, como as Defensorias Públicas. A partir dessa atuação ao longo do tempo, foi possível criar uma relação de confiança e reciprocidade com o movimento. Assim, as primeiras convidadas para a entrevista foram mulheres conhecidas a partir dessa trajetória. No entanto, como as entrevistadas também indicavam outras mulheres para a entrevista, por meio da técnica *bola de neve*, foi possível entrevistar mulheres que não se organizavam na AMPARAR. Das 20 familiares entrevistadas, 11 tinham alguma relação com o movimento e 9 não integravam a organização.

Para alcançar uma heterogeneidade que contemplasse a pergunta de pesquisa, elencou-se algumas categorias de perfil das entrevistadas a serem observadas. A primeira categoria se refere ao *gênero das visitantes*. Optou-se por entrevistar somente mulheres familiares de pessoas presas, embora durante as observações participantes tenha sido possível considerar a participação de homens nas filas de visita. Essa escolha se justifica na

delimitação do objeto da pesquisa, que se propôs a mergulhar nos significados do protagonismo feminino de interação com o cárcere.

A segunda categoria consistiu no tipo de *relacionamento com a pessoa presa*. Essa é uma variável que interessa para a apuração do desempenho do trabalho reprodutivo em diferentes relações com as pessoas presas bem como nos demais impactos para as mulheres. Para isso, a investigação se debruçou sobre vínculos de diferentes naturezas, como os de parentesco (mãe, irmã, filha) e os amorosos (companheiras), buscando compreender impactos semelhantes e diferentes na realização da visita e das demais tarefas que a orbitam. Das 20 familiares entrevistadas, 6 mulheres apresentavam mais de um vínculo com as pessoas presas e a maioria tinha experiência de visitar mais de uma pessoa presa ao longo da vida:

Quadro 2 – Vínculos das entrevistadas

Vínculo	Mulheres entrevistadas ³⁵
Companheira	10
Mãe	7
Irmã	5
Filha	2
Prima	1
AMPARAR	3

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

O *gênero da pessoa presa* configura outro elemento que pode influenciar o fenômeno, a partir da constatação de que as mulheres presas usualmente recebem menos visitas. Nesse universo, foi possível levantar questões sobre diferenças no encontro, como maior sensibilização entre as mulheres presas e suas familiares sobre as violências sofridas, como a revista vexatória, e o frequente abandono por parte dos companheiros. Infelizmente, não foi possível entrevistar mulheres trans e mulheres companheiras de mulheres presas (lésbicas ou bissexuais) ou ainda mulheres que visitam mulheres trans presas. Das 20 familiares, 3 mulheres visitavam mulheres presas.

A *identidade racial* das entrevistadas foi notada, pois cerca de 90% das entrevistadas se reconheciam como negras, o que revela a concretude do fenômeno do racismo para a análise da pesquisa. A *classe social* também pode ser averiguada ainda que de modo

³⁵ A soma das mulheres entrevistadas na tabela ultrapassa o total de entrevistas realizadas (23), pois cada indivíduo pode visitar mais de uma pessoa aprisionada, e com isso, nutrir mais de um tipo de vínculo.

superficial, sendo que a maioria das entrevistadas eram mulheres com baixo poder aquisitivo e moradoras de regiões periféricas da cidade de São Paulo ou de outros municípios.

Para a condução das entrevistas, foi utilizado um roteiro de perguntas, com perguntas distintas para as familiares e para as militantes da AMPARAR (Apêndice B). Durante o encontro, houve bastante flexibilidade em escutar as histórias das mulheres, distanciando-se de uma suposta obrigação de esgotar as perguntas, e valorizando a modalidade semiestruturada. Para registrá-las, valeu-se do recurso de um gravador de áudio, submetido à anuência ou não da entrevistada. Esse instrumento permitiu transcrever literalmente a fala das interlocutoras, traduzindo o registro sonoro em textual. Assim, evitou-se a dupla tarefa de perguntar e escrever ao mesmo tempo, ou mesmo de não escrever e contar apenas com os registros da memória.

Antes do início das perguntas, mas já em gravação, foram esclarecidos os objetivos da entrevista e eventuais dúvidas. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi explicado, indicando as garantias da entrevista, como possibilidades de recusa a responder perguntas, sem necessidade de qualquer justificativa e desistência no transcorrer ou logo após o término da entrevista. Para as familiares, optou-se por preservar o anonimato de início. Em relação às militantes da AMPARAR, foi apresentada a alternativa pela identificação de seus nomes, considerando que já são figuras públicas. As três escolheram pela possibilidade de identificá-las no âmbito da pesquisa.

Além das adaptações inerentes ao cenário pandêmico, outro desafio que merece referência acerca do desenvolvimento do campo das entrevistas remete ao contato com opiniões e moralidades distintas da pesquisadora. Sobre alguns assuntos, algumas interlocutoras revelaram visões e opiniões sobre situações que a pesquisadora não concordava. Considera-se importante notar o incômodo gerado e se dispor a lidar com visões políticas e morais de modo a buscar compreendê-las em um contexto de histórias de vidas bastante distintos do da pesquisadora. Essas situações se referiram, na maioria das vezes, a questões relacionadas à violência contra a mulher.

Karina Biondi ensina a respeito:

Aprender a lidar com a moralidade dos nativos não é o mesmo que aderir a ela. Mas também não é sobrevoá-la com um dirigível, evitando qualquer tipo de “contaminação”. O não compartilhamento desse regime não conduz necessariamente a um julgamento moral, e o choque entre moralidades distintas não implica a recusa absoluta de uma delas. A moral, seja a do pesquisador, seja a do nativo, não pode ser reduzida a um conjunto de imperativos, a leis prescritas e exteriores sob às quais as pessoas se submetem. Moral não tem a força para conformar vidas, experiências, existências, porque ela não opera por si. Talvez

seja mais apropriado, como sugere Villela (2010), enfatizar não a moral ou as moralidades, mas as relações de poder³⁶.

De outro lado, uma potência notada durante a execução do método de pesquisa se refere ao impacto que a escuta ativa proporcionou às entrevistadas. A demonstração de interesse em ouvir atentamente suas histórias e com isso valorizar seus conhecimentos e reflexões gerou um impacto positivo para as interlocutoras, ainda que efêmero. Por inúmeras vezes, ao final das interações, elas manifestaram seus agradecimentos e aparentaram mais entusiasmo, afirmando que o encontro possibilitou desabafar sobre a vida sem o receio de ser julgada negativamente. Ainda que não fosse exatamente um objetivo da pesquisa, considera-se que esse efeito foi resultado de uma construção da pesquisadora que envidou esforços no sentido de preservar e acolher mulheres com histórias de inúmeras violências. Acredita-se que essa forma de interação afetou o resultado da pesquisa, pois, como afirma Karina Biondi, “talvez outra forma de inserção fizesse aparecer outros materiais”³⁷.

1.3.3. Levantamento de dados quantitativos por meio de Lei de Acesso à Informação (LAI)

A produção de dados oficiais nacionais sobre o tema das visitas ainda é bastante incipiente no Brasil. Embora tenha tido uma atenção maior no último INFOPEN Mulheres, publicado em 2018, com dados da realidade de 2016, é possível notar que o tipo de dado produzido sobre familiares de pessoas presas se refere mais ao espaço destinado às visitas do que propriamente às pessoas atingidas pela visita. Segundo o referido relatório, 1 em cada 2 unidades femininas no Brasil não contam com espaços específicos para visita e no caso das unidades mistas (femininas e masculinas), apenas 3 a cada 10 estabelecimentos contam com infraestrutura adequada ao exercício do direito à visita social da pessoa presa. Em relação aos estabelecimentos destinados a abrigar apenas homens (unidades masculinas), a média nacional é de que 34% dos estabelecimentos contem com este espaço³⁸. Também observaram que 41% dos estabelecimentos femininos contam com local específico para realização da visita íntima e, no caso dos estabelecimentos mistos, apenas 34% das unidades podem oferecer este espaço às pessoas privadas de liberdade. Mais detidamente sobre as

³⁶ Op. Citada, p. 8.

³⁷ Op. Citada, p. 13.

³⁸ BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias: INFOPEN Mulheres – 2018*, p. 24.

visitantes, o INFOPEN Mulheres aponta que, em 2016, foram realizadas, em média, 7,8 visitas por homem preso ao longo de um semestre, enquanto nos estabelecimentos femininos e mistos, essa média cai para 5,9 por pessoa privada de liberdade.

Antes desse relatório, o INFOPEN de 2014³⁹, que não contou com diferenciação de dados por gênero das pessoas presas, abordou o registro das unidades prisionais sobre as visitas. Apenas 43% das unidades informaram registrar as visitas realizadas no semestre para todas as pessoas privadas de liberdade e cerca de 16% detinham o registro apenas para parte das pessoas privadas de liberdade. Quatro em cada dez estabelecimentos não detinham o registro dessa informação. São Paulo, Sergipe e Rio de Janeiro, que juntos detêm uma parcela bastante considerável da população prisional do país, não informaram esse dado.

As informações precárias tanto nacionais quanto do estado de São Paulo revelam a dificuldade em obter dados oficiais de qualidade verificável, que sejam acompanhados ao longo do tempo, e que possam informar políticas públicas de redução de danos para as pessoas familiares de pessoas presas. Considerando a competência estadual para gestão do sistema prisional (exceto as unidades federais) e o recorte da pesquisa no estado de São Paulo, a pesquisadora entendeu a pertinência de buscar dados a respeito das familiares afetadas pelo aprisionamento por meio da visita. Para isso, foram elaborados 3 pedidos de informação com base na Lei de Acesso à Informação (Lei nº. 12.527/2011) sobre as visitas. Cada pedido foi elaborado e protocolado virtualmente em anos distintos (2018, 2019 e 2020), e conforme as respostas foram recebidas, foi possível elevar a compreensão dos dados e expandir as possibilidades que poderiam ser interessantes à pesquisa.

O primeiro pedido, realizado em 2018⁴⁰, teve a seguinte redação:

Com amparo nos artigos 5º, XXXII e 37 da Constituição Federal e nos termos da Lei nº. 12.527/11, venho, respeitosamente à presença de V. Sas, solicitar da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo as seguintes informações:

1. Qual o número de pessoas habilitadas a visitar pessoas presas nas unidades de todo o estado de São Paulo no ano de 2018?
2. Qual é o procedimento (passo a passo) para habilitar uma pessoa a realizar visita em unidades prisionais no estado de São Paulo atualmente?
3. Quais são os requisitos para a inscrição no rol de visitas? Quais são as vedações?
4. Quais informações pessoais dos visitantes são registradas na inscrição para realizar visitas?
5. A Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo possui regulamentação geral a respeito da elaboração das listas do jumbo?
6. Qual instância possui competência para elaborar a lista do jumbo

³⁹ BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias de Dezembro de 2014*.

⁴⁰ O pedido foi realizado em dezembro de 2018, com resposta enviada pela SAP em janeiro de 2019. Número do protocolo: 671461821588.

7. Qual instância determina quais itens são permitidos e quais são proibidos no jumbo?
8. Quantas unidades prisionais possuem local próprio para visita íntima? Destas, quantas são masculinas e femininas?
9. Quantas unidades prisionais do estado de São Paulo possuem scanners corporais até o momento?
10. Qual é o procedimento (passo a passo) de revista dos visitantes em unidades prisionais que não possuem scanners corporais?
11. Qual é o procedimento (passo a passo) de revista dos visitantes em unidades prisionais que possuem scanners corporais?
12. A SAP realiza treinamento com os profissionais que irão operar o aparelho, com intuito de que estes se familiarizem com os equipamentos e saibam sanar possíveis falhas?
13. Em caso de falha do equipamento de scanner em dia de visita, qual é a orientação fornecida pela SAP para realizar procedimento de revista aos visitantes?
14. Há algum limite estabelecido de escaneamento por visitante?

Como resposta, foi disponibilizado um arquivo de dez páginas com as informações fornecidas por cada uma das Coordenadorias Regionais⁴¹, que será utilizado nas análises ao longo dos próximos capítulos.

Em janeiro de 2019, foi protocolado novo pedido de informações à SAP⁴², com a redação abaixo:

Com amparo nos artigos 5º, XXXII e 37 da Constituição Federal e nos termos da Lei nº. 12.527/11, venho, respeitosamente à presença de V. Sas, solicitar da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo as seguintes informações:

Considerando o pedido feito sob o número de protocolo 671461821588, e a existência do Sistema de Gestão Prisional Única (GPU):

- (i) das 557.274 visitas cadastradas no sistema em 2018 (conforme informação fornecida pela SAP), quantas são do gênero feminino e quantas são do gênero masculino?
- (ii) das 475.767 visitas aptas em 2018 (conforme informação fornecida pela SAP), quantas são do gênero feminino e quantas são do gênero masculino?
- (iii) qual o número total de visitas realizadas por mulheres nas unidades prisionais femininas do estado de São Paulo em 2018?
- (iv) qual o número total de visitas realizadas por homens nas unidades prisionais femininas do estado de São Paulo em 2018?
- (v) qual o número total de visitas realizadas por mulheres nas unidades prisionais masculinas do estado de São Paulo em 2018?
- (vi) qual o número total de visitas realizadas por homens nas unidades prisionais masculinas do estado de São Paulo em 2018?

As respostas dos itens (i) e (ii) não foram concedidas, motivo pelo qual a pesquisadora protocolou recurso, obtendo uma tabela mais detalhada sobre os dados

⁴¹ Cada Coordenadoria abarca um número de unidades prisionais: Região Metropolitana – 28 unidades; Região Noroeste – 44; Região Central – 39; Região Oeste – 45; Vale do Paraíba e Litoral – 18; Coordenadoria da Saúde – 3. Dados obtidos a partir do site da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.sap.sp.gov.br/>. Acesso em: 02 jun. 2021.

⁴² O pedido foi realizado em janeiro de 2019, com resposta enviada pela SAP em fevereiro de 2019. Foi apresentado recurso, buscando a resposta de itens que não foram respondidos inicialmente. Número do protocolo: 671461821588.

solicitados. Como os dados indicavam a existência de um sistema de registro de algumas informações sobre as visitantes, foi elaborado um terceiro pedido de informação⁴³, datado do ano de 2020, mais completo e direcionado às informações utilizáveis pela pesquisa:

Com amparo nos artigos 5º, XXXII e 37 da Constituição Federal e nos termos da Lei nº. 12.527/11, e considerando a existência do Sistema de Gestão Prisional Único (GPU) venho, respeitosamente à presença de V. Sas, solicitar da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo as seguintes informações para fins de pesquisa acadêmica:

1. De 2014 a 2019, qual o número total de visitas realizadas por mulheres nas unidades prisionais femininas do estado de São Paulo? Se possível, indicar a variação ano a ano.
2. De 2014 a 2019, qual o número total de visitas realizadas por homens nas unidades prisionais femininas do estado de São Paulo? Se possível, indicar a variação ano a ano.
3. De 2014 a 2019, qual o número total de visitas realizadas por mulheres nas unidades prisionais masculinas do estado de São Paulo? Se possível, indicar a variação ano a ano.
4. De 2014 a 2019, qual o número total de visitas realizadas por homens nas unidades prisionais masculinas do estado de São Paulo? Se possível, indicar a variação ano a ano.
5. Em 2019, qual o número de visitas por parentesco (filha, mãe, avó, irmã, companheira, pai, filho, irmão, outros) realizadas nas unidades masculinas do estado de São Paulo?
6. Em 2019, qual o número de visitas por parentesco (filha, mãe, avó, irmã, companheira, pai, filho, irmão, outros) realizadas nas unidades femininas do estado de São Paulo?
7. Em 2019, qual o número de visitas por idade do(a) visitante realizadas nas unidades masculinas do estado de São Paulo?
8. Em 2019, qual o número de visitas por idade do(a) visitante realizadas nas unidades femininas do estado de São Paulo?
9. A partir de que ano foram instalados scanners corporais nas unidades prisionais do estado de São Paulo?
10. Qual a porcentagem de unidades com scanners corporais em todo o estado de 2014 a 2019? Se possível, indicar variação ano a ano.

Como resposta, foram recebidas tabelas com dados divididos por ano e por coordenadoria regional acerca do perfil das pessoas que realizaram visitas em prisões no estado de São Paulo. As categorias dos perfis informados foram: homens maiores de 18 anos; mulheres maiores de 18 anos; menores masculinos de 12 a 18 anos; menores femininos de 12 a 18 anos; crianças masculinas menores de 12 anos (cadastradas); crianças femininas menores de 12 anos (cadastradas); e crianças menores de 12 anos (não cadastradas).

A informação prestada informou a apenas o gênero e a faixa etária das visitantes, sem indicar a quantidade e gênero dos visitantes relacionadas às unidades masculinas e femininas, como solicitado nos itens 3 e 4. Também não foi informado o parentesco dos visitantes que realizaram visitas em 2019 (itens 5 e 6). A idade não foi apresentada em relação à natureza das unidades (feminina, masculina ou mista) (itens 7 e 8). Esses pontos

⁴³ Número do protocolo: 773822023947.

foram apresentados em recurso ao pedido de informação, que também constou a solicitação de esclarecimento sobre o significado dos dados relacionados a crianças menores de 12 anos não cadastradas. Por fim, analisando os dados enviados, o crescimento do número de visitantes de 2014 para 2015 estava muito mais elevado do que os anos subsequentes, gerando um questionamento sobre o início do registro dos dados.

Em face de todo o material acessado com os três pedidos de informação formulados à SAP, com o apoio da consultoria estatística de Rafael Cinoto, algumas inconsistências estatísticas foram encontradas. Acredita-se que, a cada consulta efetuada no sistema com as informações, diferentes procedimentos foram realizados, o que gerou informações discrepantes sobre um mesmo ponto. Por exemplo, no primeiro pedido, o número de visitas cadastradas em 2018 informado por gênero quando somado, o total resulta em 271.973 cadastros, número inferior ao total indicado pela própria SAP (272.023), o que sugere erro na geração dos dados fornecidos.

Quadro 3 – Visitantes cadastradas e aptas em 2018 por gênero

Pessoas cadastradas	Homens	%	Mulheres	%	Inconsistência	Total
Visitas cadastradas em 2018	77.746	28,6%	194.227	71,4%	50	272.023
Visitas aptas em 2018	57.471	24,8%	174.493	75,2%	0	231.964

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

A resposta do primeiro pedido apresentou um número total de visitas realizadas no período de 2011 a 2018 (5.409.709), valor muito próximo ao informado na resposta do segundo pedido em relação a 2018 (7.666.310), e também incompatível com o indicado no terceiro pedido acerca do ano de 2018 (3.100.639). Ou seja, em cada uma das respostas dos três pedidos formulados foi informado um número bastante diferente acerca das visitas realizadas no ano de 2018. Ainda que seja importante ressaltar que cada visitante pode visitar mais de uma pessoa presa, o que faz com que o número de visitas realizadas seja maior do que o de familiares visitantes, não há como averiguar harmonia nos dados:

Quadro 4 – Visitas realizadas de 2011 a 2018 – resposta do 1º pedido

De 2011 a 2018	Mulheres presas		Homens presos		Total	
Visitas de mulheres	153.436	3,3%	4.469.904	96,7%	4.623.340	85,5%
Visitas de homens	75.593	9,6%	710.776	90,4%	786.369	14,5%

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Quadro 5 – Visitas realizadas em 2018 – resposta do 2º pedido

Visitas prisionais no estado de São Paulo	2018
Total de presos e presas visitados em SP	186.895
Total de visitas ocorridas em SP	7.666.310

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Quadro 6 – Visitas realizadas em 2018 – resposta do 3º pedido

Perfil do visitante	2018
Homens Maiores de 18 anos	305.877
Mulheres Maiores de 18 anos	2.285.281
Menores Masculinos de 12 a 18 anos	110.319
Menores Femininos de 12 a 18 anos	116.509
Crianças Masculinos menores de 12 anos (Cadastradas)	84.983
Crianças Femininos menores de 12 anos (Cadastrada)	82.310
Crianças menores de 12 anos (Não cadastrada)	115.360
Total de 2018	3.100.639

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Diante desse cenário de incertezas, a pesquisadora optou por utilizar os dados fornecidos ao longo do trabalho ponderando suas limitações e incongruências, de modo que são utilizáveis enquanto aproximações, e não como informações precisas sobre essa população.

1.4. Análise dos dados

Com a reunião dos dados gerados pelas observações participantes com inspiração etnográfica, entrevistas semiestruturadas e com o levantamento quantitativo de informações sobre visitas no estado de São Paulo, articuladas ao referencial teórico escolhido, passou-se a consolidar a análise das diferentes fontes para a pergunta de pesquisa. Durante a realização de cada etapa de geração de dados, a pesquisadora anotava em um caderno possíveis conexões. Ainda que cada método tenha recebido um tratamento específico, de acordo com sua natureza, o fato é que a dissertação foi construída a partir da articulação entre os achados de cada um, permitindo identificar ressonâncias e contrastes que guiaram as conclusões analíticas.

As observações participantes foram registradas em um caderno de campo virtual, que foi relido por várias vezes ao longo de toda a pesquisa. As reflexões construídas com essa experiência metodológica forneceram um acúmulo mais amplo e profundo sobre o fenômeno estudado, o que facilitou o diálogo nas entrevistas semiestruturadas. Ao ouvir relatos sobre a fala e sua gramática própria, a pesquisadora mobilizava referências obtidas durante as observações, alcançando um entendimento mais complexo e, por vezes, demonstrando certo conhecimento prévio sobre a realidade, o que colaborou para aumentar o dinamismo e a confiança nos diálogos. Durante a escrita da dissertação, os registros do caderno de campo foram mobilizados de modo a compor as análises, sobretudo relacionadas à espera do lado de fora das unidades prisionais.

Para as entrevistas semiestruturadas, Beatriz Ricci Aranha foi contratada para transcrever os áudios, e assinou um termo de compromisso no qual se comprometeu a manter o sigilo dos dados das entrevistadas, a não divulgar o conteúdo das entrevistas gravadas, a não copiar os áudios e a não compartilhar com terceiros o material acessado. Após as transcrições dos áudios, os textos foram inseridos no NVivo, um software que auxilia na análise de materiais, especialmente de natureza qualitativa. A licença para uso foi adquirida, e a pesquisadora realizou um curso junto ao CEBRAP que ensinou as principais funções da ferramenta. A utilização do recurso se deu sobretudo no sentido de organizar as informações das entrevistas realizadas. Foram criadas categorias de análise de acordo com os principais temas que perpassam a pergunta de pesquisa, conforme figuras abaixo:

Figura 3 – Códigos das familiares 1 de 4

Familiares			
Nome	/ ∞	Arquivos	Referências
Abordagem policial		0	0
Humilhação		1	1
Notícia da prisão		17	23
Seletividade penal		4	6
Tortura		2	6
Violência policial		6	14
Articulação coletiva		0	0
Amparar		10	10
Redes sociais		4	5
Articulações espontâneas		0	0
Fora da fila		6	9
Na fila		3	3
Conexões com o lado de fora		4	4
Bairro		10	10
Trabalho		3	3
Culpabilização		6	11

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Figura 5 – Códigos das familiares 3 de 4

Familiares			
Nome	/ ∞	Arquivos	Referências
Sentimentos		4	7
Retorno para a casa		12	14
Trabalho reprodutivo		11	15
Vida antes da prisão		14	16
Violência institucional		0	0
Agentes prisionais		9	20
Comida		12	23
Jumbo		14	25
Racismo		3	5
Revista vexatória		13	19
Scanner corporal		13	15
Visita		4	4
Amizades		2	2
Companhia		8	10
Fila		13	19
Gastos		19	31
O que deixa de fazer para si		17	19

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Figura 4 – Códigos das familiares 2 de 4

Familiares			
Nome	/ ∞	Arquivos	Referências
Informações pessoais		0	0
Companheiro(a)		2	3
Filhos		14	15
Tarefas domésticas		6	6
Trabalho		11	13
Insurgências		11	22
Preconceito		5	7
Família		3	5
Trabalho		4	4
Prisão		0	0
Contrastes ente unidades masc.		3	6
Gravidez		2	5
Impactos		17	39
Início de relação na prisão		4	10
Lembrança do primeiro contato		3	5
Opinião		13	21
PCC		1	2

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Figura 6 – Códigos das ativistas 1 de 2

Ativistas			
Nome	/ ∞	Arquivos	Referências
Atuação da Amparar		1	1
Conquistas		2	4
Demandas		1	1
Desafios		1	3
Dia a dia		2	6
Parcerias		1	2
Relação com o Estado		2	3
Significado da luta		3	5
Contato com o sistema prisional		0	0
Experiência em outros coletivos		1	2
Início da organização		3	9
Mudanças no dia a dia		2	6
Primeiro contato com a prisão		3	5
Relação com a família		2	7

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Figura 7 – Códigos das familiares 4 de 4

<input type="radio"/> O que fazem na visita	13	13
<input type="radio"/> Primeira visita	19	33
<input type="radio"/> Relações de gênero nas visitas	19	48
<input type="radio"/> Significados	16	22
<input type="radio"/> Violência doméstica contra as f	6	9
<input type="radio"/> Visita íntima	8	9

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Figura 8 – Códigos das ativistas 2 de 2

Ativistas			
Nome	/ ∞	Arquivos	Referências
<input type="radio"/> Militância		1	5
<input type="radio"/> Afetos e cuidados		2	3
<input type="radio"/> Antiracismo		2	2
<input type="radio"/> Autocuidado		1	1
<input type="radio"/> Esquerda		3	6
<input type="radio"/> Feminismo		2	3
<input type="radio"/> Opinião sobre prisão		2	4
<input type="radio"/> Significado de familiar de preso(a)		2	3
<input type="radio"/> Relações de gênero		3	8
<input type="radio"/> Sonhos		2	3
<input type="radio"/> Vida antes da Amparar		2	2

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Por fim, os dados quantitativos obtidos por Lei de Acesso à Informação foram interpretados com apoio da consultoria de Rafael Cinoto, estatístico profissional, que auxiliou na geração de tabelas e gráficos, e na identificação de inconsistências das informações recebidas.

O processo da elaboração do trabalho se concretizou por meio da articulação das diferentes fontes mobilizadas com a pesquisa. Optou-se por estruturar o documento a partir dos temas elencados para responder à pergunta de pesquisa, visando a construir cada tópico por meio da conjugação dos materiais da pesquisa empírica, os dados quantitativos acessados e a bibliografia pertinente ao referencial teórico adotado, qual seja, a criminologia crítica e sua inerente interdisciplinaridade. Assim, a escrita se concretizou de modo bastante artesanal, buscando encontrar ecos entre os distintos dados, bem como tentando compreender os significados das dissonâncias captadas e com isso desenhar alguns dos principais significados do protagonismo das mulheres familiares de pessoas presas.

2. SITUANDO O SISTEMA PENAL BRASILEIRO

2.1. Criminologia Crítica e América Latina

Situar a análise do sistema penal brasileiro impõe, em primeiro lugar, rememorar rapidamente sua integração à América Latina. Dentre várias características que compõem essa identidade com dimensões continentais, a posição de dependência em relação às potências capitalistas do globo, grande motor do imperialismo, contribuiu em muito para a disseminação de uma recusa de uma história própria. A criminologia que se vive na região “não é uma exceção a toda a problemática de dependência que caracterizou a ciência, a técnica e mesmo as políticas dos países periféricos”⁴⁴. A irradiação da criminologia dos países industriais do século XIX ocorreu no período de expansão mundial do capitalismo, atingindo as zonas periféricas, especialmente a América Latina⁴⁵. Segundo Gabriel I. Anitua, “a etapa da conquista pelos europeus marcou o início das reflexões sobre a ordem, e também sobre a exclusão e os castigos, tanto num quanto no outro continente”⁴⁶.

Com o objetivo de resgatar os marcos teóricos que influenciaram a criminologia na América Latina, Rosa del Olmo estudou de forma aprofundada os congressos, seminários, cursos internacionais bem como a materialização da docência, da pesquisa da política criminal, atenta à situação sociopolítica desses países. Em sua pesquisa, identificou um interesse das assembleias internacionais em disseminar normas universais em matéria delitiva, que teve correspondência e adesão das classes dominantes de cada país, “que sentiam a necessidade de encontrar na Europa e nos Estados Unidos a ‘solução’ de seus problemas locais, especialmente por sua atitude de subordinação e seu comportamento mimético”⁴⁷. A presença latino-americana guardou certa diversidade na participação dos distintos países, condicionada pelo “grau de inserção de cada país dentro da divisão internacional do trabalho e, além disso, pela sua conformação como Estado nacional e o grau de desenvolvimento do Estado liberal-oligárquico”⁴⁸.

⁴⁴ DE CASTRO, Lola Aniyar. *Criminologia da libertação*. Tradução Sylvia Moretzsohn. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p. 20.

⁴⁵ DEL OLMO, Rosa. *A América Latina e sua criminologia*. Rio de Janeiro: Revan, 2004. p. 157.

⁴⁶ ANITUA, Gabriel Ignacio. *Histórias dos pensamentos criminológicos*. Tradução Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2008. p. 674.

⁴⁷ Op. Citada, p. 159.

⁴⁸ Op. Citada, p. 160.

Del Olmo constatou uma demanda por novos mecanismos de controle, adequados a justificar a repressão a parcela específica da população em países formados por diferentes grupos raciais:

O fundamental nesse momento era enfatizar que os problemas locais não eram produto das contradições desse tipo de sociedade, nem gerados pelo próprio funcionamento das relações de produção no capitalismo. Nem se podia aceitar que fossem consequência das características das sociedades capitalistas dependentes. Para as classes dominantes, os problemas locais obedeciam mais às características individuais inerentes a esses ‘resistentes’⁴⁹.

Por volta dos anos 1970, período de ditaduras do cone sul e de forte resistência ao autoritarismo, passaram a chegar na região as ideias da criminologia crítica. Ainda que a origem permanecesse o contexto europeu e norte-americano, as reflexões constituíram novas possibilidades para a elaboração de um pensamento latino-americano próprio. Conforme ensina Lola Aniyar de Castro, “por motivos iminentes à metodologia que lhe é própria, ela deve necessariamente construir-se em e para cada sociedade, em cada momento histórico, em cada conjuntura específica”⁵⁰. A autora participou ativamente do início desse processo, que teve como um de seus pioneiros e dinâmicos cenários a Venezuela, onde surge, em 1974, em Maracaibo, o Grupo Latino-americano de Criminologia Comparada⁵¹.

Para Lola Aniyar De Castro, a concepção de uma *criminologia da libertação*, ou de uma criminologia latino-americana, conecta-se mais a uma forma de fazer criminologia da América Latina do que propriamente uma teoria criminológica latino-americana⁵². Trata-se de empreender as pesquisas a partir do materialismo histórico-dialético e da filosofia crítica, que não são originárias da região, mas que permitem investigar a realidade sociopolítica concreta do continente⁵³.

O que uma metodologia apropriada como a que oferece o materialismo histórico pode trazer é a visão do particular explicado através de seu vínculo com a totalidade; é a perspectiva do subjetivo imerso no processo cognoscitivo; é o histórico, em seu sentido estrutural. Independentemente da possível insuficiência das explicações marxistas para a compreensão de processos muito complexos das sociedades pós-industriais contemporâneas (o que talvez Marx não tivesse a intenção de fazer), o método de aproximação da realidade que Marx propõe é o único capaz de dar conta de cada especificidade no tempo e no espaço⁵⁴.

⁴⁹ Op. Citada, p. 172-173.

⁵⁰ DE CASTRO, Lola Aniyar. *Criminologia da libertação*. Tradução Sylvia Moretzsohn. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p. 21.

⁵¹ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Em busca da latinidade criminológica: da recepção da criminologia crítica em América Latina à construção da(s) criminologia(s) crítica(s) latino-americana(s) e brasileira(s). In: ZILIO, Jacson Luiz; BOZZA, Fábio da Silva (org.). *Estudos críticos sobre o sistema penal*. Curitiba: LedZe, 2012. p. 129-170.

⁵² Op. Citada, p. 105.

⁵³ Op. Citada, p. 21.

⁵⁴ Op. Citada, p. 108.

A autenticidade de Lola Aniyar de Castro, bem como do Grupo Latino-americano de Criminologia Comparada, foi sintetizada por Roberto Bergalli em três pontos a serem considerados pelos criminólogos críticos. Primeiro, o conhecimento precisa ser prático, com início na experiência antes de assumir o plano teórico. Segundo, deve ser social e coletivo, pois é resultado da interação ente os seres humanos. E por fim, há de ser histórico, já que se reporta a uma realidade social concreta de uma época determinada⁵⁵.

Constatada a influência da criminologia crítica no território latino-americano, resta apontar brevemente suas ideias centrais. Embora a corrente possa ser considerada um guarda-chuva que reúne diferentes matizes teóricas, Vera Regina Pereira de Andrade a caracteriza como um movimento que, surgido quase simultaneamente nos Estados Unidos e Inglaterra, se desenvolve no eixo euroamericano⁵⁶. Na América Latina, irá adquirir um sentido de resistência, um movimento de transformação do controle penal conectado politicamente com a transformação social das desigualdades⁵⁷.

Conforme Sérgio Salomão Shecaira, a origem da corrente advém do livro *Punição e estrutura social*, de Georg Rusche e Otto Kichheimer, publicado na década de 1930, e republicado em 1967⁵⁸. A obra é escrita à luz do pensamento marxista, correlacionando as penas ao método de produção de riquezas em um determinado momento de uma sociedade. Assim, no capitalismo industrial, deixa-se de serem aplicadas penas corporais (morte, amputação, açoites) do período mercantil para utilizar-se das penas privativas de liberdade, o que seria uma forma de disciplinar a mão-de-obra em favor interesses econômicos. Uma das principais sínteses decorrentes dessa leitura é a constatação de que todo sistema de produção descobre punições que correspondem às demandas de suas relações produtivas⁵⁹.

Na década de 1970 que outra obra fundamental para a corrente emerge. Trata-se do trabalho coletivo *The New Criminology* (TAYLOR; WALTON; YOUNG, 1973). Segundo o estudo inglês, as questões que envolvem o crime e o controle social estão imbricadas em uma perspectiva histórica, compreendendo uma economia política do crime, isto é, uma estrutura econômica em que se articulam as relações sociais no capitalismo. Influenciado

⁵⁵ BERGALLI, Roberto. *O pensamento criminológico I: uma análise crítica*. Tradução Roberta Duboc Pedrinha, Sergio Chastinet Duarte Guimarães. Rio de Janeiro: Revan, 2015. p. 272.

⁵⁶ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Em busca da latinidade criminológica: da recepção da criminologia crítica em América Latina à construção da(s) criminologia(s) crítica(s) latino-americana(s) e brasileira(s). In: ZILIO, Jacson Luiz; BOZZA, Fábio da Silva (org.). *Estudos críticos sobre o sistema penal*. Curitiba: LedZe, 2012. p. 144.

⁵⁷ Idem, p.144.

⁵⁸ SHECAIRA, Sérgio Salomão. *Criminologia*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. p. 279.

⁵⁹ RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. *Punição e estrutura social*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

pela obra, Juarez Cirino dos Santos produz *A Criminologia Radical*, em que afirma que no capitalismo monopolista, é possível notar que “um terço da força de trabalho potencial está integrada nos processos produtivos, e dois terços dessa força de trabalho se encontram em situação de marginalização forçada do mercado de trabalho, como mão-de-obra controlada diretamente pela prisão”⁶⁰.

Em 1982 é publicado o livro *Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal*, clássico de autoria de Alessandro Baratta, cuja tradução para o português ocorre somente em 1999. Ao confrontar as bases das teorias sociológicas sobre o crime e o controle social, utiliza o método materialista histórico-dialético para organizar uma economia política dos desvios e das criminalizações. Esse itinerário da criminologia crítica se molda sobretudo em dois deslocamentos: o primeiro consiste em afastar o enfoque teórico do autor e então observar as condições objetivas, estruturais e funcionais, que estão na origem dos fenômenos do desvio; o segundo, por sua vez, refere-se ao abandono do interesse cognoscitivo das causas do desvio criminal para se dedicar aos mecanismos sociais e institucionais através dos quais são criadas e aplicadas as definições de desvio e de criminalidade e realizados os processos de criminalização⁶¹.

A seletividade intrínseca ao sistema penal passa a ser um pressuposto de análise: somente alguns tipos de violência individual são capturados pelo sistema. A ínfima parcela de infrações que é processada no sistema penal opera segundo a lógica das desigualdades nas relações de propriedade e poder⁶². Voltando os olhos para o Brasil na atualidade, em um país com aproximadamente mais de 1700 condutas criminalizadas⁶³, inevitavelmente todas as pessoas, em maior ou menor medida, irão incidir em ao menos uma dessas previsões em algum momento de suas vidas. No entanto, apenas uma parcela específica é capturada pelas agências de controle estatal. Esse mecanismo de seleção se estrutura em dois processos articulados: a criminalização primária e a secundária. A primeira se refere à eleição dos bens jurídico-penais que serão protegidos, traduzidos na descrição de tipos penais, cuja intensidade da tutela punitiva, a princípio, se propõe a atingir igualmente os cidadãos. A criminalização secundária se consolida com a ação punitiva exercida sobre pessoas

⁶⁰ SANTOS, Juarez Cirino dos. *A Criminologia Radical*. 3. ed. Curitiba: ICPC, Lumen Juris, 2008. p.8.

⁶¹ BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal*. 6. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011. p. 150.

⁶² BARATTA, Alessandro. Direitos Humanos: entre a violência estrutural e a violência penal. Tradução Ana Lúcia Sabadell. *Fascículos de Ciências Penais*, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 44-61, abr./jun. 1993.

⁶³ Esse dado foi produzido por Maurício Dieter, segundo o jornal da USP. Disponível em: <https://jornal.usp.br/universidade/criminalizar-pode-trazer-mais-problemas-do-que-solucoes/>. Acesso em: 02 jun. 2021.

concretas, que emerge da atividade das agências policiais, operada no curso da persecução penal por meio das instituições como a Polícia, o Ministério Público e o Poder Judiciário.

A escolha desse referencial teórico tem implicações diretas sobre a realidade pesquisada. Ao compreender a criação do crime e do criminoso advinda de uma demanda da estrutura social em determinado momento histórico, o olhar para as pessoas presas e suas famílias se distancia de atribuições individualistas à família enquanto ente responsável e capaz de conter ou de criar criminosos. É a criminologia crítica que alertará para o fato de que não se trata de não ter tido educação formal, de ter crescido em uma família distinta do imaginário burguês branco heterossexual, mas sim de integrar um perfil populacional que está constante e historicamente na mira das agências de controle estatal. A ideia da família como núcleo de transmissão de moralidade desemboca muitas vezes em uma privatização de conflitos que são sociais. A ainda idealizada *família tradicional brasileira* – nuclear, monogâmica, patriarcal, forjada às necessidades da sociedade burguesa do século XIX –, também comete seus crimes, mas as viaturas policiais não estão ostensivamente em seus bairros, considerando seus moradores suspeitos, ou abordando-os na rua pelo filtro da cor da pele e da classe social.

Durante as entrevistas, LETÍCIA, mulher negra e moradora da periferia de São Paulo, contou um pouco sobre a atuação das polícias no local:

Aqui não é uma periferia, tipo, ai que medo! Aqui nem parece que é periferia, é muito organizado. Meu sobrinho estava saindo de casa e levou um susto com a presença da polícia. E o que meu sobrinho fez? Correu. Os meninos correm porque têm medo, porque a polícia aqui já chega ou atirando, ou falando que é bandido. Ele correu para o bar do outro lado da rua. O que a polícia fez? Pegou meu sobrinho e colocou dentro da viatura. E tinha pegado um menino que era de menor, que estava vendendo droga. Levou meu sobrinho e esse rapaz. E falou para meu sobrinho, "Você vai assumir as drogas!". Como meu sobrinho é alto, eles acharam que ele era maior de idade. "Você vai ver!" - jogou meu sobrinho no camburão - "Você vai ver, você vai assumir as drogas!". Meu sobrinho, "Mas eu não sei de nada, não sei o que está acontecendo". Cheguei na delegacia e eles colocaram um monte de droga, começaram a tirar foto, como se meu sobrinho fosse traficante. Chamei o policial, e disse "O que está acontecendo aí?", e ele respondeu "Não, porque a gente pegou ele, assim, a gente estava lá fazendo nosso trabalho, ele estava lá". Eu falei, "Mentira, meu sobrinho não é de estar nesses meios". Olhou o celular dele e viu que não tinha mensagem de droga nem nada, só de futebol e essas coisas. O policial falou assim, "Não, realmente, é verdade, a gente vê que ele não é um menino envolvido, porque pelo celular...". E eu peguei e falei, "Então, olha só para vocês verem, vocês acham que só porque a gente mora na periferia, todo mundo é bandido? A gente mora ali, porque a gente não tem para onde ir. Porque quem queria morar ali? Quem queria ser bandido? Quem queria passar fome? Ninguém". Aí ele olhou com os olhos esticados, falou para meu sobrinho, "Vê se você não fica muito na rua" - "Você quer que eu faça o quê? Eu moro aqui, eu vivo aqui, você quer que eu vá para onde?". A polícia aqui na periferia é um transtorno aqui. Eu falo para minha mãe, um dia, se Deus quiser, nós vamos sair daqui, porque a diferença social, até a polícia, é muito difícil. Quando a polícia enquadra uma pessoa, que é burguesinha lá da sociedade, se vê ela fumando droga,

nossa, que lindo - para de fumar, vai para sua casa. Agora, aqui, se vê uma pessoa fumando um baseado, já diz que é traficante. É uma diferença enorme (Letícia).

A criminologia crítica no contexto latino-americano apresenta pressupostos e reflexões bastante potentes para se pensar a demanda de poder punitivo atual, e com isso, tensionar sua desestabilização. No entanto, é preciso salientar que a origem da corrente não contemplou a análise do contexto colonizado, sendo fundamental a atuação de pensadoras e pensadores que se proponham a refletir sobre como os preceitos se manifestam em um território marcado pela colonização escravocrata e pelo capitalismo dependente. Entre essas diferenças, Vera Regina Pereira Andrade afirma:

A diferença entre o controle penal do centro e da margem tem sido desta forma reiterada pela Criminologia crítica latino-americana como sendo uma diferença de especificidade (qualitativa) e dose (quantitativa) de violência. Aqui, na periferia, a lógica da punição é simbiótica com uma lógica genocida, e vigora uma completa interação entre controle penal formal e informal, ente público e privado, ente sistema penal oficial (pena pública de prisão e perda da liberdade) e subterrâneo (pena privada de morte e perda da vida), entre lógica da seletividade estigmatizante e lógica da tortura e do extermínio, a qual transborda as dores do aprisionamento para ancorar na própria eliminação humana, sobretudo dos sujeitos que ‘não tem um lugar no mundo’, os do ‘lugar do negro’⁶⁴.

Justamente essa simbiose mencionada pela autora enquanto fundante da punição em território nacional será objeto de análise na sequência.

2.2. Genocídio e encarceramento em massa no Brasil

Acabar com a vida de parcela específica de seres humanos sempre faz parte de um projeto de poder. Ainda que outros elementos possam ser mobilizados para tentar justificar suas ações, como teorias científicas forjadas ou disseminação de discursos de ódio e de terror direcionados aos *inimigos*, o fato é que assassinatos e torturas buscam muito mais que as mortes em si. No caso brasileiro, compartilha-se da perspectiva de Clóvis Moura de que o racismo e o genocídio da população indígena e negra não constituem resquícios de uma sociedade colonial e escravocrata superada pelo capitalismo, mas sim elementos constitutivos do próprio capitalismo⁶⁵. Nesse mesmo sentido, ensina Abdias do Nascimento que desde o começo da história econômica do Brasil, país fundado sob o parasitismo

⁶⁴ Op. Citada, p. 153.

⁶⁵ MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Perspectivas, 2019. p. 10.

imperialista, a escravidão de negros africanos foi decisiva. “Sem o escravo, a estrutura econômica do país jamais teria existido”⁶⁶.

A lógica das desigualdades nas relações de propriedade e poder ancora-se na atualização do controle dos corpos negros: o “racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas”⁶⁷, afirma Lélia González. A realidade brasileira se insere no percurso histórico de colonização e extermínio de indígenas e negros, que acaba por identificar a América Latina muito mais com a dor desses povos do que propriamente com os latinos, segundo a autora.

A compreensão das permanências do racismo enquanto elemento da estrutura econômica e política do país perpassa desvendar o papel do mito da democracia racial. A ideia de convivência harmônica entre negros e brancos no período pós-abolição ganhou força no século XX e encontra eco até o presente momento. Como afirma Silvio Luiz de Almeida, esse discurso nasce da fusão de parte da cultura popular e da ciência para fornecer sentido às práticas racistas que estavam presentes na vida cotidiana⁶⁸, disseminando a visão de que a escravidão teria sido mais branda em terras brasileiras. Questiona Florestan Fernandes: “Os mitos existem para esconder a realidade. [...] Como se poderia, no Brasil colonial ou imperial, acreditar que a escravidão seria, aqui, por causa de nossa ‘índole cristã’, mais humana, suave e doce que em outros lugares?”⁶⁹. Importante relembrar o contingente absurdo de populações africanas escravizadas e trazidas para as terras nacionais e que o país foi o último a abolir a escravidão na América Latina. Não suficiente a quantidade de pessoas afetadas, há inúmeros registros históricos que retratam toda sorte de crueldade e violência dispendida a essas pessoas.

A suposta harmonia entre as raças⁷⁰, ao contrário do que afirma em sua superfície, desempenha um papel fundamental na dominação de negros e negras até os dias de hoje. “A apropriação simbólica peculiar da questão racial pelas elites nacionais, convertendo esse

⁶⁶ NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectivas, 2016. p. 59.

⁶⁷ GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, n. 92/93, jan./jul. 1988, p. 73.

⁶⁸ ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018. p. 55.

⁶⁹ FERNANDES, Florestan. *Significado do protesto negro*. São Paulo: Expressão Popular e Fundação Perseu Abramo, 2017. p. 29.

⁷⁰ Sobre o conceito de raça, compartilha-se da perspectiva de Silvio Luiz de Almeida que compreende enquanto um conceito relacional e histórico, operando a partir de dois registros articulados: “como característica biológica, em que a identidade racial será atribuída por algum traço físico, como a cor da pele; como característica étnico-cultural, em que a identidade será associada à origem geográfica, à religião, à língua ou outros costumes, ‘a uma certa forma de existir’”. Op. Citada, p. 24.

território da barbárie no paraíso terrestre do convívio entre as raças nunca abriu mão do uso ostensivo do sistema penal no controle da população negra”⁷¹. O projeto genocida que Ana Luiza Pinheiro Flauzina registra em seu trabalho visa a controlar as resistências e as ânsias por transformação do e para o povo negro, buscando manter a condição de exploração e opressão fundamentais aos sistema político-econômico vigente.

Embora a vivência ou observação da realidade escancarem o genocídio em curso no Brasil, há uma resistência política em muitos espaços em reconhecê-lo enquanto tal. Ainda que o conceito tenha surgido consubstanciado no colonialismo, pautado na destruição do padrão nacional do grupo oprimido e na conseqüente imposição do opressor, seu reconhecimento tem sido afunilado para o seu elemento mais explícito: a confirmação do assassinato em massa com intenção expressa⁷². Segundo informações do Atlas da violência de 2020, que analisa os dados do ano de 2018, embora tenha tido uma queda expressiva no nível de letalidade violenta intencional no país, os índices ainda são bastante altos: 30.873 jovens vítimas de homicídios no ano de 2018, o que significa uma taxa de 60,4 homicídios a cada 100 mil jovens, e 53,3% do total de homicídios do país⁷³. Em 2018⁷⁴, 75,7% das vítimas de homicídio no Brasil eram negras⁷⁵. Proporcionalmente às respectivas populações, para cada indivíduo não negro que sofreu homicídio em 2017, aproximadamente, 2,7 negros foram mortos⁷⁶. Da mesma forma, as mulheres negras representaram 68% do total das mulheres assassinadas no Brasil, com uma taxa de mortalidade por 100 mil habitantes de 5,2, quase o dobro quando comparada à das mulheres não negras⁷⁷. Como é possível obter um índice dessa magnitude sem que haja uma política de Estado que o mova?

⁷¹ FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. *Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do estado brasileiro*. 2006. 145 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006, p. 33.

⁷² FLAUZINA, Ana Luiza P. As fronteiras raciais do genocídio. *Revista Direito UnB*, v. 1, n. 1, p. 122-125, jan./jun. 2014.

Juridicamente, o genocídio está previsto na Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio de 1948, Artigo 2.º Na presente Convenção, entende-se por genocídio os atos abaixo indicados, cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, tais como: a) Assassinato de membros do grupo; b) Atentado grave à integridade física e mental de membros do grupo; c) Submissão deliberada do grupo a condições de existência que acarretarão a sua destruição física, total ou parcial; d) Medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo; e) Transferência forçada das crianças do grupo para outro grupo.

⁷³ INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Atlas da violência 2020*. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020. p. 20.

⁷⁴ Op. Citada, p. 47.

⁷⁵ Categoria referente à soma de pretos e pardos.

⁷⁶ Op. Citada, p. 47.

⁷⁷ Op. Citada, p. 47.

A conjugação tortura, encarceramento e assassinato pode ser vista no relato de TERESA. Ao visitar seu filho preso, notou algo estranho. Depois de muito insistir para que ele dissesse o que estava acontecendo, ele contou:

Ele me contou que os policiais entraram lá, e ficaram três dias com ele, batendo nele. Deram choque... ele estava fazendo cocô de sangue: "Mãe, eles queriam que eu assinasse um homicídio de policial, falando que eu matei". E ficaram lá batendo nele. Ele não conseguiu comer nada que eu trouxe. Bateram nele, enforcaram ele, "Você vai ter que assinar esse homicídio". Ele falou, "Mãe, eu assinei. Aí me trouxeram de volta na sexta-feira e à tarde me jogaram aqui dentro [prisão]" (Teresa).

A conquista da liberdade do filho de TERESA não pode ser comemorada plenamente: desde que está na rua, a mãe recebe constantemente recados enviados por policiais que anunciam a morte de seu filho: "Fala para aquele neguinho lá que nós já sabemos quem é ele, que nós vamos matar ele", diz o recado. Mulher negra e consciente sobre o racismo, TERESA não admite que se refiram a seu filho dessa forma: "Não, o nome dele não é neguinho, eu registrei ele como Claudio, não foi como 'neguinho'". A vivência de um luto que ronda sua casa a todo momento fez com que ela desenvolvesse um estado depressivo e uma atenção constante sobre qualquer movimento que possa implicar em morte. Quando policiais invadiram sua casa à paisana, viram uma foto de seu filho na sala e disseram: "Essa foto aqui é do seu filho, né, senhora? A gente vai matar ele, que nem a gente matou o primo dele lá na Pedreira.". TERESA guardou a foto do filho. Seu maior medo é que sequer possa vivenciar o luto da perda que ronda sua vida:

Porque o que eu tenho medo é se a polícia pega ele e tortura, e não dá meu filho para eu poder enterrar, somem com o corpo dele. Eu fico pensando nisso de ele estar aí no meio da rua. Eu procurando aqui e ele um corpo em outro lugar. Não consigo ver essas mulheres na televisão, não consigo me colocar no lugar delas. Só de pensar já fico mal, já choro, desligo a televisão. E eu nessa situação? E eu mesma? Eu falei para ele: Para um pouquinho e só vê o que está acontecendo na televisão. A agonia dessa família. Agora imagine você mesmo dentro dessa situação. Não vão te dar. Você já foi preso, você é negro, da favela, da periferia, não vão dar seu corpo para mim, não. Não sei nem se te acho vivo ou morto. Esses policiais já sabem quem é você, sabem que você anda fazendo coisa errada, que você já passou pela mão do Estado. O Estado vai pegar de volta para matar. Soltou, mas ele mata. Você tem que tomar muito cuidado (Teresa).

A violência policial contra mulheres, especialmente negras e pobres, também integra a história de TERESA:

As minhas sobrinhas sofreram abuso quando a polícia pegou. Molestaram elas, passaram a mão nelas, falando que elas já estavam com corpinho já para poder fazer sexo. [...] E ela conta, mas eu não gosto de escutar quando ela conta, um negócio ruim, quando ela começa me contar. Porque eu queria estar lá, eu queria estar ali para poder ter umas atitudes, apanhar junto, a gente ia morrer juntas. Que eles pegaram ela, viraram ela de costas, pegavam na bunda dela e dava tapa os policiais da tática, dizendo para ela, que ela já estava ficando grande, já aguentava

sexo. E passava a mão no peito das outras duas... Achei um absurdo... Quando eu saí daquela delegacia, elas choravam muito, muito, muito. Não sei se elas foram abusadas depois que saí dali ou se foi antes (Teresa).

O flagrante estado de vulnerabilidade da vida negra detém como grande patrocinador o braço armado do Estado. Muitas vezes cultuadas em programas televisivos policialescos, ou em vídeos que circulam em redes sociais, a execução de jovens negros e pobres é por vezes celebrada por parte considerável da população que se convence de que essas vidas não têm importância. Frases truculentas de figuras públicas que representam instituições têm ganhado cada vez mais espaço: “Quem não reagiu, está vivo”, afirmou Geraldo Alckmin, governador de São Paulo em 2012⁷⁸; “Abordagem nos Jardins tem de ser diferente da periferia”, disse comandante da Rota em 2017⁷⁹; “A partir de janeiro, a polícia vai atirar para matar”, pregou João Dória, iniciando seu mandato como governador de São Paulo em 2019; “A polícia vai mirar na cabecinha e... fogo”, declarou Wilson Witzel em 2018, eleito governador do Rio de Janeiro. Com um cardápio recheado de discursos de ódios, elogios públicos de torturadores, culpabilização de mulheres vítimas de estupro, parte do arsenal da plataforma que elegeu Jair Bolsonaro pode ser sintetizada na máxima “bandido bom é bandido morto”⁸⁰.

Essa naturalização do terror de Estado contra corpos negros revela como “os casos menos reconhecidos de genocídio nas esferas política e jurídica são aqueles em que o crime é cometido por setores brancos e as vítimas são não-brancas”⁸¹, conforme Ana Luiza Pinheiro Flauzina. Para a autora, o reconhecimento do genocídio da população negra no Brasil perpassa disputar a história, sendo que o Holocausto foi o grande marco de definição de narrativas autorizadas sobre o tema⁸².

[...] é preciso entender o que o reconhecimento do genocídio conferiu aos grupos sociais que tiveram suas tragédias categorizadas como tal. Considerando as disparidades políticas no contexto internacional quanto ao grau de censura conferido aos diferentes cenários de genocídio, o Holocausto continua a ser o caso paradigmático a ser analisado. Na verdade, o Holocausto tornou-se o padrão, sendo o exemplo mais divulgado e politicamente reconhecido de genocídio, aquele em relação ao qual outros episódios são comparados para se discernir os requisitos políticos mínimos para uma reivindicação envolvendo o crime. No entanto,

⁷⁸ Disponível em: <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,quem-nao-reagiu-esta-vivo-diz-alckmin-sobre-mortes-da-rota,929523>. Acesso em: 02 jun. 2021.

⁷⁹ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/08/24/abordagem-no-jardins-e-na-periferia-tem-de-ser-diferente-diz-novo-comandante-da-rota.htm>. Acesso em: 02 jun. 2021.

⁸⁰ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/10-afirmacoes-de-bolsonaro-que-vaio-contra-o-que-a-pascoa-representa/>. Acesso em: 02 jun. 2021.

⁸¹ Op. Citada, p. 137.

⁸² Op. Citada, p. 131.

contraditoriamente, é o episódio com o qual nenhuma outra tragédia humana pode se comparar dado o seu alegado estatuto singular⁸³.

Se o grande desafio é tornar o sofrimento negro e local relevante para as instituições públicas e para toda a população, como afirma Flauzina, a figura construída sob o signo do *bandido* dificulta ainda mais. Em situações de absoluto desespero, é comum ouvir de familiares de pessoas executadas que seu filho ou marido não era bandido, era trabalhador, uma boa pessoa. Essa tentativa de buscar a valorização da vida e da memória do ente assassinato expõe as barreiras para o reconhecimento do direito à vida também daqueles que cometeram crimes e foram selecionados pela malha punitiva.

O encarceramento brasileiro constitui um verdadeiro *massacre silencioso*, como dito pelo defensor público Marlon Barcellos⁸⁴. As mortes no sistema prisional ganham os noticiários quando se trata de uma rebelião, repleta de violência, cenas com muito sangue e terror. No entanto, é no silêncio do dia a dia, no que as prisões detêm de mais banal, que se escondem as práticas institucionais que encurtam muitas vidas. Ainda que diferenças regionais modulem a intensidade de cada questão, o fato é que há características que compõem a realidade prisional em todo o país. Novas doenças são adquiridas e doenças preexistentes são agravadas; processo de envelhecimento precoce devido às condições de saúde; há escassez de atendimento médico adequado à enfermidade; a insalubridade é inevitável, com a umidade e calor das celas; alimentação é precária; racionamento de água que dificulta a higiene; desenvolvimento de depressão; excesso de prescrição de medicamentos de uso controlado; dificuldades em obter vaga de trabalho e de estudo. Esses e outros elementos juntos formam um cenário muito favorável à aproximação da morte. A taxa de óbitos no sistema prisional em 2016 era de 15,2 para cada grupo de 10 mil pessoas presas⁸⁵. Boa parte deles são registrados como morte natural. Talvez o termo que melhor traduziria a realidade seria morte naturalizada. Não por acaso seja comum egressos do sistema prisional se identificarem como *sobreviventes*.

O Brasil é um dos países que mais prende no mundo, tendo alcançado a marca de mais de 755 mil pessoas presas em 2019⁸⁶. Em um período de 16 anos, entre 2000 e 2016, a

⁸³ Op. Citada, p. 127.

⁸⁴ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/08/14/massacre-silencioso-mortes-por-doencas-trataveis-superam-mortes-violentas-nas-prisoas-brasileiras.htm>. Acesso em: 13 abr. 2020.

⁸⁵ BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. INFOPEN junho de 2017. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017-rev-12072019-0721.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2021.

⁸⁶ BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. INFOPEN junho de 2019. Disponível em:

taxa de aprisionamento de mulheres aumentou em 455%. Homens e mulheres em sua maioria jovens, negros⁸⁷, presos por crimes contra o patrimônio e relacionados ao tráfico de drogas ilícitas⁸⁸. Ainda que não houvesse superlotação dos presídios, compactua-se da perspectiva de que o encarceramento por si só configura um cotidiano de tortura, conforme constatado pela Pastoral Carcerária⁸⁹. As práticas de violência institucional, por ações ou omissões estatais, que desrespeitam os direitos fundamentais de homens e mulheres presos, permitem identificar uma tortura de caráter de estrutural no ambiente da prisão. Além disso, há também uma tortura mais ostensiva, materializada substancialmente por agentes penitenciários com treinamento militarizado, como o Grupo de Intervenção Rápida (GIR), que atua no estado de São Paulo⁹⁰.

Esse enorme contingente populacional detido em unidades prisionais provoca uma reflexão, ainda que breve, acerca das funções da punição no contexto atual. Massimo Pavarini descreve o presente penal (texto original de 2007) mais como *cárcere e guerra* do que propriamente *cárcere e fábrica*, este último nome de sua obra em coautoria com Dario Melossi sobre as origens do sistema penitenciário durante os séculos XVI-XIX:

E não tanto, nem só porque as práticas de internamento difuso e massivo fazem sempre assemelhar mais o sistema carcerário presente a um arquipélago concentracional. Na verdade, o sistema penitenciário tem sempre sido mais semelhante a um campo de concentração do que a uma fábrica (e por isso, não me levem a mal Bentham e a nutrida tropa dos reformistas). Digo “guerra”, portanto, por outra coisa e diversa: por um tipo de refuncionalização da pena privativa de liberdade e do sistema da justiça penal a uma retórica e a uma práxis de declarada e, portanto, explícita hostilidade contra quem é sempre mais visto como “outro”⁹¹.

Alessandro de Giorgi relembra uma importante lição da criminologia crítica sobre a sintonia de cada sistema de produção com as formas de punir que correspondam às próprias relações de produção, sendo modulada em consonância com as alterações de determinados

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMTVjZDQyODUtN2FjMi00ZjFkLTlhZmItNzQ4YzYwNGMxZjQzIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MwYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>. Acesso em: 02 jun. 2021.

⁸⁷ Pessoas presas de cor/etnia pretas e pardas totalizam 63,6% da população carcerária nacional. Quando observamos os dados da PNAD Contínua 2017, percebemos que há uma representação da população preta e parda no sistema prisional brasileiro. Os dados da PNAD indicam, que somados, o total de pardos e pretos representam 55,4% da população brasileira, segundo INFOPEN de 2017. p. 31-32

⁸⁸ BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. INFOPEN junho de 2017. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017-rev-12072019-0721.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2021.

⁸⁹ PASTORAL CARCERÁRIA. *Tortura em tempos de encarceramento em massa*. ASAAC: São Paulo, 2016. Disponível em: <http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Relatorio-Tortura-2016.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2021.

⁹⁰ Op. Citada, p. 113-114.

⁹¹ PAVARINI, Massimo. Cárcere sem fábrica. Tradução Juarez Cirino dos Santos e Aliana Cirino Simon. In: GIAMBERARDINO, André; ROIG, Rodrigo Duque Estrada; CARVALHO, Salo de (org.). *Cárcere sem fábrica*: escritos em homenagem a Massimo Pavarini. Rio de Janeiro: Revan, 2019. p. 14-15.

fatores econômicos e sociais⁹². As transformações ocorridas a partir da década de 1970, que marcaram um novo período, chamado de pós-fordismo, no entendimento do autor, alterou o centro da função da punição. A imposição da disciplina do trabalho não teria mais sentido na sociedade pós-fordista pois vive-se um contexto de expulsão permanente e estrutural da força de trabalho do processo produtivo. O que restou foi a função de neutralização, que integra a atuação genocida do braço armado do Estado.

Dario Melossi, em prefácio à obra *A miséria governada pelo sistema penal*, de Alessandro De Giorgi, discorda parcialmente da visão do autor, afirmando que “o cárcere parece perdurar obstinadamente como uma espécie de grande portão de ingresso ao contrato social, ou mesmo como introdução à forma de trabalho subordinado”, ainda que coexista com tendências do que chama de *detentivo-neutralizante e autoritário-ressocializante*⁹³. Essa visão parece bastante interessante, considerando a dificuldade em excluir o impacto do aprisionamento para a inserção no mercado de trabalho, empurrando egressos, ou melhor, sobreviventes, para condições muito precárias, que por vezes não alcançam nem mesmo a terceirização. O que resta na maioria das vezes de fato não são as fábricas, mas sim a informalidade e o subemprego. Neste ponto, percebe-se a permanência de uma função autoritária-ressocializante no sentido de alimentar a precarização do trabalho, ao mesmo tempo que também busca neutralizar os corpos selecionados pelas agências de controle estatal.

Como afirma Vera Malaguti Batista “o singular do neoliberalismo foi conjugar o sistema penal com novas tecnologias de controle, de vigilância, de constituição dos bairros pobres do mundo em campos de concentração”⁹⁴. O capital videofinanceiro exige controle do tempo livre e traz novos contornos para o cárcere:

A prisão não é mais lucrativa pelo trabalho dos presos, mas pela sua gestão, a ser terceirizada e privatizada, pela sua simbiose com as periferias urbanas e pelo seu capital simbólico. A indústria do controle do crime vai gerar uma nova economia a, com seus medos, suas blindagens, suas câmeras, suas vigilâncias, sua arquitetura. A segurança privada vai substituir a construção civil como grande absorvedora de mão de obra desqualificada. Nessa nova configuração, a prisão não só não desapareceu como se expandiu como nunca⁹⁵.

⁹² DE GIORGI, Alessandro. *A miséria governada através do sistema penal*. Tradução Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2006. p. 57.

⁹³ Op. Citada, p. 21.

⁹⁴ BATISTA, Vera Malaguti. *Introdução crítica à criminologia brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011. p. 99.

⁹⁵ BATISTA, Vera Malaguti. Adesão subjetiva à barbárie. In: BATISTA, Vera Malaguti (org.). *Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal*. Rio de Janeiro: Revan, 2012. p. 313.

Outro fator a ser considerado para a compreensão do encarceramento em massa é a correlação de forças sociais, institucionais e autônomas, que conformam escolhas políticas que geram os números do sistema prisional de cada país. Nesse sentido, o relatório *Luta antiprisional no mundo contemporâneo: um estudo sobre experiências de redução da população carcerária em outras nações*, produzido pela Pastoral Carcerária, apresenta experiências de redução da população prisional na Rússia, Portugal, Chile e no estado da Califórnia, nos Estados Unidos, cada qual movido pela combinação de forças sociais que arrancaram medidas diversas de desencarceramento. Com uma pesquisa histórica, o documento esclarece que essas decisões não são fruto abstratamente de posições ideológicas ou de arbítrio ou boa-vontade do governante, “mas sim pelas dinâmicas do quadro real de forças sociais e das estratégias de dominação da classe que detêm os meios de produção”⁹⁶. Em reflexão sobre o Brasil, afirma:

Não é possível ignorar o papel das instituições militares e militarizadas herdadas pela ditadura de 24 anos (e igualmente pelos regimes anteriores, bom lembrar), tampouco o caráter “neoliberal” do novo dispositivo policial-prisional em expansão na escalada genocida que se dimana dos anos 1990 para cá. Entretanto, cerrar aí a questão, ao mesmo tempo em que, de certa maneira, limita as possíveis saídas para a reversão da expansão punitiva às estacas do campo institucional, obscurece o tenso e aberto cenário brasileiro presente na antessala da chamada “transição-democrática”⁹⁷.

Essa reflexão contém uma potência que muito interessa à pesquisa, pois justamente a mobilização das familiares de pessoas presas busca se constituir enquanto vetor de tensão do encarceramento, desnaturalizando todas as violências perpetradas e buscando a liberdade de seus parentes, seja pelas lutas autônomas, seja pela via institucional. Reflexo da integração entre genocídio e encarceramento em massa também é notada na articulação de movimentos sociais liderados por familiares de pessoas presas e por familiares de vítimas de violência policial.

2.3. Gênero dentro, gênero fora

Se fosse possível sobrevoar uma unidade prisional, masculina ou feminina, em um dia de visita, seriam vistas duas cores, separadas inicialmente pelos muros da prisão. Do lado

⁹⁶ PASTORAL CARCERÁRIA. *Luta antiprisional no mundo contemporâneo: um estudo sobre experiências de redução da população carcerária em outras nações*. São Paulo: Pastoral Carcerária, 2018. Disponível em: https://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2018/09/relatorio_luta_antiprisional.pdf. Acesso em: 02 jun. 2021.

⁹⁷ Op. Citada, p. 65.

de dentro, pontos em bege e branco; do outro, cores em sua maioria vermelho e rosa. Com a entrada das visitas, aos poucos as manchas se misturam, e o bege deixa, ainda que por instantes, sua dimensão monocromática. Essas manchas tão contrastantes não é fruto de escolhas, de nenhum dos lados. Exigida de ambos, a uniformização tem motivo – facilita a diferenciação e o controle. Não por acaso, há muitos que ainda pregam que meninos devem usar azul e meninas devem usar rosa.

O conceito de gênero é bastante amplo, sendo possível extrair enquanto denominador em comum a constatação de que se trata de uma construção histórica e social do que é representado sob os signos do masculino e do feminino. Seu surgimento está associado à recusa do essencialismo biológico, cuja anatomia determinaria destinos previamente definidos. De acordo com Heleieth Saffioti, é fundamental vincular gênero ao patriarcado, o qual explicita, para além da diferenciação, o caráter social e hierárquico das relações de gênero, consubstanciado numa estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência de exploração e dominação das mulheres⁹⁸. Com isso, busca explicitar o vetor da dominação masculina, afastando uma perspectiva que confere ao gênero um caráter individualizante, restrito às relações interpessoais, descolado da estrutura social.

As críticas feministas direcionadas ao androcentrismo da produção de conhecimento científico alcançaram a criminologia crítica, de modo que setores passaram a considerar uma visão mais ampla sobre controle social. Afinal, embora as mulheres sejam minoria nas prisões, isso não significa que sejam menos controladas. Assim, setores passaram a contemplar também o papel exercido pelas instâncias de controle social informal. Extremamente capilar nos diversos espaços sociais, com raízes fincadas na ordem patriarcal de gênero, Mariana Barreiras define esse mecanismo:

Nas sociedades complexas, o controle social informal é exercido pela família, pelos vizinhos, colegas de trabalho, fiéis da mesma religião. São agentes que reprovam comportamentos e patrulham a conduta dos demais membros. Pode-se dizer, pois, que através de mecanismos não violentos, os indivíduos são trazidos à prática de comportamentos "normais", regulares, padronizados⁹⁹.

O controle social informal fiscaliza o papel social de gênero atribuído às mulheres, fruto de um processo histórico marcado pelo determinismo biológico que designa a condição das mulheres a ser fisiologicamente inerte e passiva. Mas o papel social de gênero também

⁹⁸ SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 57-58.

⁹⁹ BARREIRAS, Mariana Barros. Controle Social Informal x Controle Social Formal. In: SÁ, Alvinho Augusto de; SHECAIRA, Sérgio Salomão (org.). *Criminologia e os problemas da atualidade*. São Paulo: Atlas, 2008. p. 300.

tem cor. Contestado pelas mulheres negras, para as quais o estereótipo da docilidade e fragilidade não fazia sentido, Angela Davis relembra um grande momento público que merece ser destacado. Em 1851, na Convenção de Mulheres em Akron, Ohio, Sojourner Truth¹⁰⁰ enfrentou a afirmação de que as mulheres seriam fracas, que não podiam sequer pular uma poça ou embarcar em uma carruagem sem a ajuda de um homem, o que as tornariam incapazes de exercer o voto¹⁰¹. Ela então afirma que nunca recebe ajuda para pular poças de lama ou subir em uma carruagem, e então pergunta: “Não sou eu uma mulher? Olhe para mim! Olhe para o meu braço!”, mostrando sua força muscular:

Arei terra, plantei, enchi os celeiros, e nenhum homem podia se igualar a mim! Não sou eu uma mulher? Eu podia trabalhar tanto e comer tanto quanto um homem – quando eu conseguia comida – e aguentava o chicote da mesma forma! Não sou eu uma mulher? Dei à luz treze crianças e vi a maioria ser vendida como escrava e, quando chorei meu sofrimento de mãe, ninguém, exceto Jesus, me ouviu! Não sou eu uma mulher?¹⁰²

Sob os ombros das familiares com as pesadas sacolas de jumbo, há ainda uma outra cor nas visitas, presente tanto dentro quanto fora. É a cor da pele preta. Em diferentes tonalidades, as mulheres negras são as protagonistas das interações com o encarceramento. Ainda que dados oficiais sobre identidade racial sejam inexistentes, foi possível perceber nas experiências de campo que se trata de uma imensa maioria de mulheres negras. Seja pelas práticas de violências perpetradas contra elas, seja pelo papel de promotoras da sobrevivência prisional, seja pelas insurgências contra a opressão estatal, como será visto nos capítulos adiante, o fato é que essas mulheres estão muito distantes de serem tratadas como exclusivamente delicadas, sensíveis e frágeis. Em uma contribuição atual e brasileira, Sueli Carneiro afirma:

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estão falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas...¹⁰³.

¹⁰⁰ Escrava liberta do estado de Nova York, não sabia ler nem escrever, pois a alfabetização era proibida – sob pena de morte – para os escravos. Cf. GARCIA, Carla Cristina. *Breve história do feminismo*. São Paulo: Claridade, 2011.

¹⁰¹ DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 70.

¹⁰² Op. Citada, p. 71.

¹⁰³ CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDIMIENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (org.). *Racismos Contemporâneos*, Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003. p. 2.

Para se ter dimensão de como o encarceramento atinge a vida das mulheres, vale refletir sobre alguns dados quantitativos. Segundo informações obtidos por meio de Lei de Acesso à Informação direcionada à Secretaria de Administração Penitenciária do estado de São Paulo¹⁰⁴, das visitas de indivíduos adultos realizadas entre em 2019, as mulheres eram visitantes em 88,3% dos casos. Além disso, a quantidade de mulheres mobilizadas com a visita também chama atenção: foram mais de 2 milhões que enfrentaram toda a jornada da visita em 2019:

Quadro 7 – Visitantes adultos em unidades prisionais no estado de São Paulo em 2019

Visitantes adultos em unidades prisionais no estado de São Paulo em 2019	Quantidade	%
Homens com mais de 18 anos	353.808	11,7%
Mulheres com mais de 18 anos	2.675.963	88,3%
Total	3.029.771	100%

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Gráfico 1 – Visitantes de pessoas presas por gênero em 2019



Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Se por um lado, sabemos que cerca de 96% da população carcerária é masculina¹⁰⁵, por outro, um percentual bastante próximo espelha a relação de gênero envolvida – 88,3% são mulheres. Aprofundando o olhar sob essa imagem, há ainda a imagem das filas enxutas

¹⁰⁴ Protocolo 773822023947.

¹⁰⁵ BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. INFOPEN junho de 2019, slide 5. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiaMTVjZDQyODU0N2FjMi00ZjFkLTlhZmltNzQ4YzYwNGMxZjQzIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>. Acesso em: 02 jun. 2021.

das unidades prisionais femininas, quando comparadas às masculinas. Uma hipótese sobre o cenário de abandono de mulheres presas reside justamente nas consequências da prisão para o exercício do papel social de gênero. Em relações heterossexuais, a mulher presa fica impossibilitada de prover as tarefas domésticas, como cuidar da casa e dos filhos, cozinhar, limpar, entre outras atividades de cuidado. Assim, sem poder explorar o trabalho reprodutivo de suas companheiras, muitos homens perdem o interesse em manter a relação. Como atestou Maria, “a mulherada não larga o marido de jeito nenhum. Mas, infelizmente, eles largam elas”.

PAOLA também deu seu depoimento sobre as semelhanças e diferenças entre as unidades femininas e masculinas. Segundo ela, a revista vexatória é a mesma, mas a dinâmica dos lugares é muito diferente. Quando visitava suas primas, saía cuidada; quando ia encontrar seu companheiro preso, passa a ser sujeito ativo do cuidado:

Tudo, tudo é diferente. O trato que elas têm, o carinho que elas têm. Não é bagunçado, você não vê um monte de mulher pedalando de um lado para o outro. Não, cada uma na porta da sua cela, ou se não dentro da sua cela. As que gostam que ficar do lado de fora conversando, fica do lado de fora. Vai na cela da outra quando a outra chama. É totalmente oposto. [...]

O ritmo lá de dentro era diferente. Não tinha aquele barulhão todo. Quando tinha barulho era porque a funcionária repreendia as meninas que começavam a dançar, aquela alegria delas dançando. Era muito legal. Eu gostava. Era meu dia de beleza, porque eu saía com unha feita, cabelo feito, sobrancelha feita, saía com um monte de doces para as crianças. Às vezes eu ia visitar e saía com cesta lá de dentro, vamos dizer, Natura, Boticário. As meninas faziam e davam para mim. [...]

Às vezes você chega lá dentro toda desbagaçada, elas dizem: ‘não, vamos dar um jeito’. Elas querem cuidar de você. Agora o homem não. O homem, do jeito que você chegar, descabelada, toda com a cara borrada, para eles está ótimo. Agora para mulher, não. Ah, não, não está da hora, essa roupa você não está combinando. E o cabelo como que está? Vem cá. Então, elas cuidam mais da outra, sabe, do familiar, elas querem ver o familiar bem, para ela ficar bem (Paola).

Outro elemento mencionado pelas entrevistadas como diferenciador das unidades femininas e masculinas se refere à influência do PCC. Embora a organização tenha surgido nos anos 1990, somente nos anos 2000 passou a permitir que mulheres integrassem o coletivo, como escreve Josmar Josino¹⁰⁶. Embora ensine Karina Biondi que “A política exercida pelos irmãos, por sua vez, não é garantida pela ocupação de posições hierarquicamente superiores – ela é legitimada pelo respeito conquistado por meio de sua habilidade nas negociações”¹⁰⁷, de acordo com as entrevistadas, “as irmãs ou as mulheres que correm com o comando”¹⁰⁸ detêm menores possibilidades de demonstrar suas

¹⁰⁶ JOSINO, Josmar. *Casadas com o crime*. São Paulo: Letras do Brasil, 2008. p. 79.

¹⁰⁷ BIONDI, Karina. *Junto e misturado: uma etnografia do PCC*. São Paulo: Terceiro Nome, 2010. p. 127.

¹⁰⁸ *Comando* é o termo utilizado para se referir ao PCC.

capacidades nesse sentido, ou ainda, quando o fazem, não são vistas com a mesma legitimidade, ao menos no interior das prisões femininas. Claudia visita sua filha que está presa, e vê muita diferença na atuação do *Comando* nas unidades femininas, sobretudo na relação com as diretorias prisionais:

É totalmente diferente. Aqui na rua, ela era irmã, ela fechava com os caras, ela tinha poder, lá dentro ela não tem nada. Porque ela consegue resolver a situação só do pavilhão dela. Se por acaso ela conseguir um celular lá dentro, ela consegue resolver alguma situação, assim, muito crítica. [...] De alguma forma tem que arrumar a situação, mas ela não tem aquele poder que o cara tem, de chamar, "Quero falar com o diretor hoje". Ela não tem esse poder. Os homens já têm. E pode ser que também eles não consigam ter celular, mas consegue virar uma cadeia. [...] As meninas pode ser o que for do Comando, mas lá dentro elas não têm força. [...] Ela consegue até resolver. Se for picuinha, uma coisa ou outra, ela consegue resolver. Agora, teve uma vez que uma menina estava sendo estuprada pela população dentro da cadeia. [...] estavam abusando da menina, ela toda machucada, toda mordida, toda com hematoma. Uma coisa horrorosa. A irmã na cadeia na época teve que mandar mensagem, falar com outras pessoas de fora, porque ela não tem um celular para conversar, para vir um resumo de fora para ver o que vai fazer com a tal da menina (Claudia)

PAOLA compartilhou sua visão sobre como a atuação das mulheres no *Comando*:

A mulher sempre vai ser, como posso te dizer, nunca vai ter a mesma voz ativa que eles têm, mesmo dentro do Comando sendo uma irmã, nunca vai ter a mesma voz ativa que os homens têm. Tanto que às vezes, assim, eu mesma já acompanhei várias situações, as mulheres elas são mais certinhas, elas se apegam aos mínimos detalhes, elas são mais focadas. Agora, os homens não, já agem por impulso. A mulher não, a mulher já apura os fatos, ela vai pela razão e não pelo coração. [...] Tanto que muitos irmãos não gostam das mulheres, das irmãs. Porque bate de frente, a mulherada bate de frente. A mulherada é boca dura. Elas colocam os homens no chinelo e eles não gostam. Estilo, "É uma mulher, tá tirando? Ela tem que ser submissa a mim e não eu submisso a ela". Muitas vezes é assim (Paola).

Outra dimensão de gênero afetada pela prisão se refere ao exercício da paternidade e da maternidade. Se em liberdade ainda prevalece uma visão patriarcal de maior carga de responsabilidades atribuídas às mães, discutir paternidade de homens presos é raro. Como afirmou Michelle Alexander sobre o contexto estadunidense, "O encarceramento em massa de pessoas não brancas é grande parte da razão para uma criança negra nascida hoje ter menos chances de ser criada por ambos os pais do que uma criança nascida durante a escravidão"¹⁰⁹. Essa reflexão merece ser ecoada em terras brasileiras, expandindo as reflexões sobre como o encarceramento em massa de homens negros dificulta o exercício da paternidade.

¹⁰⁹ ALEXANDER, Michelle. *A nova segregação: racismo e encarceramento em massa*. Tradução Pedro Davoglio. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 260.

De outro lado, a maternidade persiste sendo vista como destino das mulheres, ainda que hoje existam mais espaços que questionem seu caráter compulsório. A interação do cárcere com a maternidade é reveladora de como essa potência dos corpos das mulheres é mobilizada enquanto vetor de controle. Enquanto no ambiente externo ao cárcere a escolha por se tornar mãe ainda é muitas vezes coercitiva – por diversos fatores, e também pela criminalização do aborto –, no interior das prisões a regra é negar o direito ao exercício da maternidade de mulheres presas, ou mesmo puni-las. Vistas por juízes, promotores e funcionários da unidade prisional na maioria das vezes como incapazes de ser *uma boa mãe*, há inúmeros casos em que as mulheres foram capturadas justamente por atos que buscavam prover o cuidado com seus filhos, seja por pequenos furtos, seja pela renda auferida com o comércio de drogas ilícitas¹¹⁰. Embora atualmente medidas desencarceradoras em função da maternidade tenham ganhado algum espaço no Judiciário¹¹¹, ainda há muitas mulheres presas que estão grávidas ou amamentando ou com filhos pequenos que não conseguem ser vistas pelo Judiciário enquanto maternidades legítimas.

Por fim, é fundamental abordar a questão das pessoas *trans* na prisão. A adoção do termo *trans* neste texto abarca todas as pessoas que não se identificam com o gênero designado no nascimento, abarcando travestis, transgêneros e transexuais. Nas prisões de São Paulo, essas categorias ganham ainda mais complexidade, misturando identidade de gênero e orientação sexual, o que Marcio Zamboni percebeu em etnografia sobre o *barraco das monas*, celas exclusivas para LGBTT: “[...] ser mona é ao mesmo tempo ser feminina (mulher, bicha, travesti) e ser homossexual (veado, gay, fresco)”¹¹². Em sua pesquisa de campo, registrou que um dos símbolos de status mais valorizados pelas monas é a visita e o recebimento de jumbo. Pouquíssimas conseguem manter vínculos com familiares que possam ajudar na sobrevivência na prisão, fruto de uma combinação de dois elementos discriminatórios: o encarceramento e a homossexualidade¹¹³. Além disso, algumas há casos de proibição visitas íntimas de parceiros do mesmo gênero, estejam ou não em uma união

¹¹⁰ Sobre o encarceramento de mulheres presas, ver o Relatório do ITTC Mulheresemprisão: desafios e possibilidades para a redução da prisão provisória de mulheres. Disponível em: <http://ittc.org.br/wp-content/uploads/2019/05/mulheresemprisao-enfrentando-invisibilidade-mulheres-submetidas-a-justica-criminal.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2021.

¹¹¹ HC Coletivo 143641/STF e Marco Legal da Primeira Infância (Lei n.º. 13.257/2016).

¹¹² ZAMBONI, Marcio. O barraco das monas na cadeia dos coisas: notas etnográficas sobre a diversidade sexual e de gênero no sistema penitenciário. ARACÊ – Direitos Humanos em Revista, ano 4, n. 5, fev. 2017, p. 96.

¹¹³ Idem, p. 110.

civil, com base em fundamentos de que afetariam a ordem ou disciplina interna do estabelecimento ou devido a preocupações de segurança¹¹⁴.

As relações sociais de gênero, coladas nos vetores de raça e classe, sem dúvida estão presentes no sistema penal brasileiro, como foi possível verificar neste item. A atuação das familiares se insere nesse contexto, e terá uma leitura mais aprofundada sobre seus significados nos próximos capítulos.

2.4. Entre as grades: fronteiras e porosidades

É possível notar que muitos estudos sobre prisões de modo geral se embasam no conceito de *instituições totais*, cunhado por Erving Goffman. Segundo o autor, são instituições que tendem a um fechamento intenso, “simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico”¹¹⁵. Suas principais características, não cumulativas, são: as diversas atividades da vida da pessoa são realizadas em um mesmo local sob uma autoridade única; cada atividade diária é realizada na companhia imediata de um grupo relativamente grande de outras pessoas, todas tratadas da mesma forma e obrigadas a realizar as mesmas tarefas em conjunto; todas as atividades são rigorosamente estabelecidas em horários e sequenciadas; as atividades obrigatórias objetivam realizar os objetivos oficiais da instituição¹¹⁶. Manicômios, prisões e conventos foram as instituições estudadas e qualificadas enquanto totais.

No âmbito da criminologia, Goffman é um dos expoentes da teoria da rotulação social (*labelling approach*) ou interacionismo simbólico, corrente que, para sua época, inaugura um ponto de virada nos estudos criminológicos. Com essa corrente, passa-se a conceber a interação entre pessoas enquanto elemento central para a configuração de criminosos, entrelaçando-se na ação projetada de outros, incorporadas as perspectivas dos outros nas suas próprias¹¹⁷. A pergunta feita pelos criminólogos passa de *por que o criminoso comete um crime?* para *por que algumas pessoas são tratadas como criminosas? Quais as consequências desse tratamento? Qual a fonte de sua legitimidade?*¹¹⁸.

¹¹⁴ Disponível em: https://www.aptr.ch/content/files_res/aptr_20181218_por-uma-protacao-efetiva-das-pessoas-lgbti-privadas-de-liberdade-um-guia-de-monitoramento-final.pdf. Acesso em: 02 jun. 2021. p. 83

¹¹⁵ GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões, conventos*. Tradução Dante Moreira Leite. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013. p. 16.

¹¹⁶ Idem, p. 17-18.

¹¹⁷ SHECAIRA, Sérgio Salomão. *Criminologia*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. p. 251.

¹¹⁸ Idem, p. 254.

No entanto, essa corrente criminológica, assim como a concepção de instituição total, acaba por permanecer em um nível fenomênico da superfície das relações sociais sem mergulhar no âmbito da lógica material estrutural, como aponta Alessandro Baratta¹¹⁹. Com os preceitos da criminologia crítica, a pergunta norteadora se modifica: *como e para que se produz o crime e os criminosos?* Essa rápida digressão sobre a perspectiva criminológica do referencial teórico bastante utilizado pelas pesquisas sobre familiares de pessoas presas visa a estabelecer um cenário que se possa explicitar os motivos da mobilização de outros marcos teóricos para o presente estudo, como alguns estudiosos já têm feito.

Os muros das prisões circunscrevem um território bastante próprio, demarcando barreiras que por muitos foram vistas como intransponíveis. No entanto, as linhas divisórias que definem aprisionados e livres, quando olhadas mais de perto, também configuram zonas de contato que atravessam e são atravessadas por outros campos. Esse é um ponto que pode ser considerado um divisor de águas na perspectiva sobre o sistema penal, pois falar em porosidade das fronteiras prisionais parece ser incompatível com a ideia de prisão enquanto instituição total. Conforme Vera da Silva Telles:

A rigor, trata-se aqui de um fundo deslocamento do modo como a prisão se define como objeto de pesquisa e questão teórica, também política. À distância (e ao revés) da definição da prisão como entidade supostamente encerrada em seus muros e no seu perímetro institucional, a prisão e a experiência carcerária são trabalhadas sob o prisma das tramas relacionais que atravessam seus muros, nos dois sentidos¹²⁰.

Uma das primeiras pesquisadoras a abordar o universo prisional nesse sentido é Manuela Ivone da Cunha. A autora de *Entre o bairro e a prisão: tráfico e trajectos* (2002) realizou pesquisa empírica sobre a prisão feminina de Tires, unidade emblemática para mulheres em Portugal, e captou um constante movimento de *zapping* entre o interior e o exterior das prisões¹²¹. Notou uma reclusão ampla de círculos sociais de parentes, em alguns casos, de famílias inteiras, bem como a confluência de redes de vizinhos ou de residentes no mesmo bairro. Assim, considera que se trata de uma orientação de suspeição direcionada a determinados bairros, localidades onde são forjadas imagens de criminalidade e de comércio de drogas ilícitas, que justificariam uma atuação policial mais intensa¹²². Definindo seu texto

¹¹⁹ BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal*. 6. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011. p. 99.

¹²⁰ TELLES, Vera. Apresentação: deslocando referências, propondo novas questões. *Tempo Social*, v. 31, n. 3, p. 1-5, 18 dez. 2019, p. 3

¹²¹ CUNHA, Manuela Ivone da. *Entre o bairro e a prisão: tráfico e trajectos*. Lisboa: Fim do Século, 2002. p. 8.

¹²² Idem, p. 72.

como um *tricot a duas agulhas* – o bairro e a prisão – evoca uma continuidade analítica entre as duas esferas, sem que uma seja elemento mais ou menos preliminar em relação a outra.

Um desdobramento interessante de sua perspectiva reside na afirmação de que a prisão gera deslocamentos de parcela do universo social. Redes de conhecimento e de relações preexistentes situam a prisão na continuidade e não na ruptura com o exterior¹²³. Não suficiente, o encarceramento condensa a estigmatização já vivida pelo pertencimento a bairros vinculados ao tráfico de drogas¹²⁴. Essa intrusão mútua desloca o cotidiano prisional de uma perspectiva autorreferenciada, clamando por articulações com as redes que se retroalimentam.

Distanciando-se da suposta externalidade do ambiente do cárcere em relação à sociedade, passa-se a compreender sua latente integração ao cenário urbano, profundamente conectado a territórios além de suas muralhas. Se, de um lado, os muros da prisão configuram uma realidade bastante específica, por outro, suas fronteiras demarcam possibilidades de conexões e trocas que, a um só tempo, compõem seu funcionamento e influenciam esses outros territórios. Embora apresente fronteiras bastante rígidas, pelas quais materialmente os corpos dos presos não passam a seu desejo, a prisão se vale de fluxos bastante determinados para sua própria existência e gerenciamento. O transbordamento de sua divisa avalizado pelo sistema penal cumpre um papel fundamental, irradiando e sendo irradiado pelo ambiente que ocupa. Passa-se a visualizar o que Rafael Godói nomeou como *vasos comunicantes*:

Pode ser considerado um vaso comunicante toda forma, meio ou ocasião de contato entre o dentro e o fora da prisão. Trata-se de uma articulação particular que, ao mesmo tempo, une duas dimensões da existência social e define uma separação fundamental entre elas. Os vasos colocam em comunicação dois ‘mundos’, no entanto não são desprovidos de bloqueios: neles, múltiplas negociações, determinações, poderes e disputas operam a diferenciação do que entre o do que sai, dificultando ou facilitando acessos, registrando (ou não) as passagens e estabelecendo distinções.¹²⁵

Esse conceito se mostra compatível e fértil sobretudo quando associado aos preceitos da criminologia crítica. A seletividade penal, ou mesmo a gestão diferencial dos ilegalismos, como ensinou Foucault¹²⁶, especialmente em São Paulo, perpassa a ação policial que sintetiza a díade *cadeia ou caixão*, dando um caráter de ameaça permanente em territórios empobrecidos e negros, como bairros periféricos da cidade de São Paulo ou mesmo na região

¹²³ Idem, p. 123.

¹²⁴ Idem, p. 124.

¹²⁵ GODÓI, Rafael. *Fluxos em cadeia: a prisão na virada dos tempos*. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 77.

¹²⁶ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução Raquel Ramallete. 39. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

Metropolitana¹²⁷. Nas *quebradas* paulistanas, a morte e a prisão são elementos que constituem o dia a dia da população, seja como experiência, seja como possibilidade. São vizinhos(as), irmãos(ãs), pais, mães, tios(as), avôs(ós), amigos(as), inúmeras relações sociais e afetivas marcadas pelo encarceramento e/ou extermínio. A prisão se faz presente como futuro possível ou mesmo provável, e altera profundamente a vida de homens e mulheres, meninos e meninas, que ali vivem, resistindo cotidianamente. A atuação das familiares que transitam desses territórios para os muros da prisão se insere nesse contexto de proximidade com o encarceramento mesmo antes da prisão efetivamente acontecer.

Com isso, torna-se possível notar que em muitos casos o processo de estigmatização se inicia previamente ao encarceramento de fato. O racismo, o patriarcado e a divisão de classes constituem o grande caldeirão desse processo seletivo de separação entre os que são considerados suspeitos e *o cidadão de bem*. Não se reporta irrelevante o contato com a prisão como preso ou familiar, muito pelo contrário: viabiliza a percepção de que a prisão para negros e pobres configura um aprofundamento de uma violência institucional contínua, interligada com as dificuldades de sobrevivência do cotidiano criadas pelo projeto neoliberal. Os sofrimentos vividos vão muito além das contingências da vida. Eles apresentam uma origem em comum: a política pública que mais alcança essas pessoas é a violência policial. Soma-se a isso a dificuldade em encontrar emprego, sobretudo com garantias trabalhistas, e acessar serviços públicos. Embora coexistam diversos outros elementos que impulsionam a vida, a cadeia acarreta violências específicas para as pessoas presas e suas famílias.

Durante as entrevistas da pesquisa, havia uma pergunta sobre a presença de outras mulheres de seu bairro que também visitavam unidades prisionais. As respostas foram, em grande maioria, no sentido de confirmar a frequência com que vizinhas passam por essa experiência. “Por ser bairro de periferia, a grande maioria visita. Ou visita, ou já visitou, ou vai visitar.”, afirmou JULIANA. Ao visitar pela primeira vez, VERA se espantou com os rostos conhecidos que passou a identificar na cadeia: “Quando cheguei lá o que mais tem é gente da minha rua preso lá.”. Moradoras das *quebradas* paulistanas e da região metropolitana de São Paulo, essas falas jamais seriam ditas por habitantes de bairros nobres da cidade de São Paulo – como visto, não pela ausência de delitos, mas sim pela seletividade penal não ser dirigida a esse perfil populacional.

¹²⁷ Sobre a desigualdade racial nos bairros da cidade de São Paulo, ver relatório da prefeitura de São Paulo Igualdade Racial em São Paulo: avanços e desafios. Disponível em: http://www.saopaulodiverso.org.br/wp-content/uploads/2015/07/SPDiverso_Igualdade_Racial_em_SP_v2-1.pdf. Acesso em: 02 jun. 2021.

Essa continuidade do território prisional com outros espaços públicos foi ampliada por Fábio Mallart para contemplar a multiplicidade de aparatos estatais pelos quais a população pobre, negra e periférica é empurrada em busca de sobrevivência. Vislumbra-se, assim, um vasto *arquipélago* de gestão dos indesejáveis e perigosos, análise que configura “um ângulo promissor para flagrar os modos operatórios de aparatos que conjugam punição, repressão e controle; saúde, assistência e cuidado”¹²⁸, que “emergem em suas particularidades, sem que se percam as suas extensibilidades”¹²⁹. A conexão da cadeia com outros territórios abre caminho para se pensar a sua continuidade relacional com o espaço doméstico, considerando a atuação das familiares de pessoas para a gestão da sobrevivência no interior da prisão, como será desenvolvido no Capítulo 4.

Além do espaço doméstico, a vida privada e suas teias de relações seguem pulsando, apesar das grades. Assim como verificado por Natália Lago, durante a pesquisa de campo houve vários casos de mulheres que passaram a se relacionar afetiva e sexualmente com homens que já estavam presos¹³⁰. RAFAELA visitava o filho e conheceu seu companheiro durante as visitas. Disse que foi uma loucura, porque tinha um *namorado bom*, totalmente diferente. VERA conheceu Clécio na rua, mas nunca tinha se relacionado com ele. Ao visitar o irmão na cadeia, ficou sabendo que Clécio também estava lá, e que ele dizia a seu irmão que ia se casar com VERA. Tempos depois, ela se separou, e começou a se relacionar com Clécio na prisão. Há também mulheres que passam a gerar novas vidas durante as visitas, como aconteceu com ÂNGELA. Mãe de três filhos quando o marido foi preso, ela engravidou do quarto, quinto e sexto filho durante o período em que ele esteve encarcerado.

A conexão afetiva que por vezes se inicia apesar da cadeia pode se prolongar no tempo, como ocorreu com PAOLA, que começou a visitar o primeiro marido em 2006 e continuou se relacionando com diferentes homens presos ao longo dos anos, chegando até seu companheiro atual. Em mais de uma década de relacionamentos diversos, as histórias são múltiplas e se assemelham a dinâmicas relacionais que ocorrem fora da prisão:

Eu conheci o meu primeiro marido no chat. Falava com várias pessoas ao mesmo tempo e acabei conhecendo o pai da minha filha, meu marido. Conheci várias outras pessoas nessa mesma sala. Ficamos um mês conversando até que marcamos de nos encontrar pessoalmente. [...] Depois de um tempo, eu tinha me separado e uma amiga falou, "Você quer conversar com um preso?". Falei, "Ah, coloca". E nisso acabei conhecendo o pai da minha filha de seis anos. Ele me ligou, começamos a conversar, gostei dele, ele teve saidinha e fui conhecer ele. Deu a louca e fui conhecer o preso que tinha saído há dias. Acabei indo para Zona Norte

¹²⁸ MALLART, Fábio. O arquipélago. *Tempo Social*, v. 31, n. 3, p. 59-79, 18 dez. 2019, p. 66.

¹²⁹ Idem, p. 66.

¹³⁰ LAGO, Natália Bouças do. Mulher de preso nunca está sozinha: gênero e violência nas visitas à prisão. *ARACÊ – Direitos humanos em Revista*, ano 4, n. 5, 2017, p. 42.

para conhecer em um baile funk. Conheci, gostei, ficamos. Ele voltou, né? Aí veio o fato: eu descobri que ele era casado. E ele negando. Depois dele... Minto, eu estando com ele, eu arrumei outro preso. Na porcaria do chat. [...]

Em um primeiro encontro, falei para ele: "Olha, você vai me conhecer, porque minha unha é grande, vai estar pintado azul e branco e vou estar toda de azul". Ele pegou e falou, "Tá bom, vou te reconhecer". Eu entrei e fiquei lá na gaiola esperando. Dali a pouco me passa um preso feio, feio! Aí ele passa reto, ufa, graças a Deus. Mas eu já estava esperando vir um cara muito feio, muito feio mesmo. Na hora que vi o cara vindo, vi aquele sorriso de orelha a orelha, aquele sorriso, aquele cara perfeito, estourei no norte. Ele chegou perto de mim, ele costuma me chamar de princesa, "Princesa, até que enfim, achei que você não ia chegar mais". Afe, daí que ouvi que era a voz dele, aí desmontei. A forma da gente se tratar, a conversa, parecia que a gente já tinha um relacionamento de marido e mulher durante muitos anos, sabe? A compreensão, a conversa, o dia a dia. Muito bom. Foi uma felicidade, assim, única. Até que veio o fato – sempre tem alguém recalçado para não gostar da felicidade do próximo, ainda mais em porta de cadeia: a mesma menina que me apresentou, vamos dizer assim, ele foi a mesma que estragou nosso relacionamento. Ela não se contentou em ver nossa felicidade (Paola).

Durante esse período, PAOLA teve uma filha que, em suas palavras, *quase nasceu dentro da cadeia*. Domingo de madrugada quando a gente acordava às 5 horas da manhã, para tomar banho e ir para a porta da cadeia, minha estourou. Ao invés de ir para a cadeia, fui para o hospital.”. O pai biológico da criança não a conheceu, mas outro homem preso, com quem passou a se relacionar, assumiu a paternidade da criança, mesmo antes de conhecê-la pessoalmente: “Quando minha filha nasceu, levei os documentos para registrar no nome dele, ele registrou. Quando ela estava com 15 dias, levei para ele conhecer e foi a primeira vez que a gente teve contato físico.”.

Esse entrelaçamento com o território prisional e seus habitantes tem sido perene na vida de PAOLA, que construiu relações que foram importantes em sua trajetória:

Muitas mulheres saem do sistema, mas o sistema não sai delas. Porque a gente leva amizade, a gente leva conhecimento, a gente leva aprendizado e cada dia a gente vai aprendendo mais. Mesmo quando eu estava sem meu marido dentro do cárcere, mas eu vivia dentro do cárcere. Eu vivia com vários caras na linha. Então, mesmo que eu não tivesse um relacionamento, eu estava dentro do sistema (Paola).

As ligações do ambiente prisional com outros territórios podem ser vistas tanto em um sentido material quanto em um subjetivo. As prisões configuram espaços que se inserem nas dinâmicas da cidade, sendo influenciados por elas e assim como são impactados por seus arredores. Não suficiente, embora os muros e todo seu aparato de vigilância e segurança impeçam o trânsito livre dos aprisionados, há muitas relações que penetram as fissuras de seu perímetro, e alteram profundamente as dinâmicas entre as pessoas envolvidas e de toda a cadeia. Essa percepção, alinhada aos estudos da criminologia crítica, do racismo estrutural brasileiro e das relações de gênero que estruturam o sistema penal proporciona um olhar

apurado e potente para a compreensão dos principais pontos da complexidade que envolve a atuação das mulheres familiares de pessoas presas.

3. LABIRINTO INSTITUCIONAL E A VISITA

3.1. Enfileiradas

Os inúmeros caminhos a serem percorridos para que efetivamente ocorra o contato entre visitante e pessoa presa suscitam a intenção de desorientar e tensionar quem o enfrenta. As entradas incertas são inúmeras e a instabilidade das informações uma constante: por mais que se observe atentamente as regras estabelecidas, nunca há a certeza se de fato a visita ocorrerá, se a comida levada chegará até o familiar, se a vestimenta está adequada, se a pessoa efetivamente se encontra na unidade ou foi transferida, se o refrigerante da semana passada ainda está permitido, se haverá revista vexatória, se as unhas serão vistas como um perigo, se o scanner levará para dentro da unidade ou para a revista em um hospital, e mais uma interminável lista de situações absolutamente imprevisíveis que podem dificultar ou impossibilitar o encontro tão aguardado. Visitar um familiar aprisionado é, dentre muitas coisas, atravessar um verdadeiro labirinto institucional, cujos caminhos indicados institucionalmente são incertos, e podem se alterar a qualquer momento. Esse encaixe entre as desordens facilita uma série de abusos e violências, que afrontam a garantia de direitos tanto das pessoas presas quanto de seus familiares.

O direito à visita está previsto legalmente na Lei de Execução Penal (Lei n. 7.210/1984), que garante a “visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados”¹³¹. O que parece bastante simples e explícito com a redação da lei não se traduz na realidade vivenciada no estado de São Paulo. A começar pela Resolução n. 144 da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP), que prescreve a possibilidade de visita de cônjuge, companheiro(a) e de parentes até segundo grau¹³². A redação exclui amigos e restringe os parentes permitidos – bisavós, bisnetos(as), tios(as) e sobrinhos(as) são parentes de 3º grau, e não estão permitidos seguindo a Resolução, de forma contrária à previsão na LEP.

¹³¹ Lei n. 7.210/1984 (Lei de Execução Penal):
Art. 41 - Constituem direitos do preso: [...]

X - visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados; [...].

Vale ressaltar a flexão de gênero utilizada em companheira, que está no feminino, embora todo o restante da lei utilize o masculino universal. Esse detalhe sugere que a redação do artigo pressupõe a presença feminina nas visitas e provavelmente a masculina no cárcere, em uma visão heteronormativa das relações afetivas e sexuais.

¹³² Resolução n. 144 de 2010 da SAP, Artigo 99 - Os presos podem receber visitas de parentes de até 2º grau, do cônjuge ou da companheira de comprovado vínculo afetivo, desde que registradas no rol de visitantes e devidamente autorizadas pela área de segurança e disciplina.

Além disso, os requisitos para que uma pessoa efetivamente realize a visita estão previstos na mesma Resolução. É necessário que: o preso insira o nome no rol de visitantes; seja comprovada a condição de ser cônjuge, companheira ou do grau de parentesco, o que por diversas vezes ocorre com uma declaração de amásia; cópia de RG e CPF; comprovante de residência; e certidão de antecedentes criminais¹³³. Visitantes que são egressos do sistema prisional, estiverem em saída temporária ou em cumprimento de pena em regime aberto ou em livramento condicional precisam acionar o Poder Judiciário para buscar autorização para a visita¹³⁴. Todavia, segundo pesquisa realizada no âmbito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, as decisões judiciais analisadas em sua maioria negaram o direito à visita para mulheres que apresentavam histórico criminal e para companheiras com menos de 18 anos¹³⁵. No entanto, parcela significativa das autorizações foram concedidas a mulheres vítimas de violência doméstica de seus companheiros. A restrição de visitantes que tenham passagem pelo sistema penal sugere que, embora a própria Resolução n. 144 da SAP identifique (ao menos formalmente) as familiares como agentes de ressocialização¹³⁶, quando as mulheres têm uma relação em primeira pessoa com a prisão, sem figurar como

¹³³ Resolução n. 144 de 2010 da SAP, Artigo 102 - para que alguma visita seja cadastrada no rol de visitas do preso, deve haver a apresentação dos seguintes documentos:

- I- concordância, por escrito, do preso, sobre a conveniência ou não da visitação;
- II- comprovação da condição de ser cônjuge, companheira ou do grau de parentesco;
- III- cópia da carteira original de identidade do visitante;
- IV- cópia da carteira original do cadastro de pessoas físicas;
- V- cópia de comprovante de residência dos últimos 06 (seis) meses;
- VI- duas fotos recentes e iguais;
- VII- certidão de antecedentes criminais.

Parágrafo único - a comprovação de que trata o inciso II deste artigo deve ser feita por meio dos seguintes documentos:

- I- certidão de casamento, se cônjuge;
- II- declaração reconhecida em cartório, com duas testemunhas, ou decisão judicial declarando a união estável, se companheira;
- III- certidão de nascimento, se filho.

¹³⁴ Resolução n. 144 de 2010 da SAP, Artigo 99 - Os presos podem receber visitas de parentes de até 2º grau, do cônjuge ou da companheira de comprovado vínculo afetivo, desde que registradas no rol de visitantes e devidamente autorizadas pela área de segurança e disciplina. [...]

§2º - a visita de egresso; de quem estiver em saída temporária ou em cumprimento de pena em regime aberto ou livramento condicional, pode ser autorizada, fundamentadamente, pela direção da unidade prisional e realizada no parlatório, contanto que o visitante seja parente até 2º grau, cônjuge ou companheira de comprovado vínculo afetivo da pessoa presa, e desde que registrada no rol de visitas, devendo ser previamente autorizada pelo juízo competente, quando necessário.

¹³⁵ SGANZERLA, Rogerio Bastos; MOHALLEM, Michael Freitas; DA SILVA, Lucas Daniel Germano. Os obstáculos impostos às mulheres nas visitas aos presos como forma de injustiça de gênero no Tribunal do Distrito Federal. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, v. 146, ago. 2018, p. 557-585.

¹³⁶ Resolução n. 144 de 2010 da SAP, Artigo 93 - As visitas têm a finalidade de preservar e estreitar as relações do preso com a sociedade, a família, a companheira e os parentes, sob vigilância e com limitações, ressocializando-o e reintegrando-o de forma espontânea ao âmbito familiar e comunitário, quando do cumprimento da sua pena, bem como as visitas têm caráter terapêutico objetivando desenvolver e aprimorar o senso de comunhão social na esfera das unidades prisionais.

mediadora, essa qualificação é esvaziada e preenchida com um sentido de ameaça ao sistema.

Não há como delimitar ao certo quando os preparos para a visita se iniciam. Negociações com o trabalho, tarefas domésticas, compras de mantimentos, preparo da comida, seleção da vestimenta adequada, dos potes permitidos, da forma de deslocamento, entre outras variáveis circunscrevem os momentos prévios ao encontro. Durante a realização das observações participantes e das entrevistas, foi possível notar algo muito semelhante ao descrito por Gwénola Ricordeau, que pesquisou familiares no contexto francês:

É difícil determinar quando começa o período "pré-visita": às vezes, antes que a licença tenha sido concedida, os visitantes imaginam como a visita se desdobrará e prepara o que eles têm a dizer. O período "pré-visita" é em primeiro lugar um tempo de esperar. Para os visitantes, muitas horas passam entre sair de casa e chegar a sala de visitas. Além da tensão da jornada, há o estresse causado por possíveis atrasos que podem levar à perda do horário da consulta para entrada na sala de visitas (a hora em que os visitantes são chamados). A distancia percorrida pelos detidos de sua cela para a sala de visita é mais curto, mas é marcado por uma lentidão de progresso e por buscas¹³⁷. (tradução da pesquisadora)

O período anterior à visita é marcado por uma teia de ansiedade e tensões que se revela nos inúmeros caminhos a serem percorridos até finalmente obter o contato almejado. No estado de São Paulo, com a grande maioria de unidades prisionais instaladas em cidades pelo interior distante da capital¹³⁸, a visita por vezes demanda uma grande espera nas estradas, o que, no chamado *fundão*¹³⁹, chega a alcançar a marca de mais de 600 km de trajeto. As visitantes que percorrem o território interiorano paulista passam mais tempo no deslocamento do que na visita em si. A jornada se inicia em pontos de onde saem ônibus, na estação Carandiru do metrô e nas proximidades do Fórum da Barra Funda. Ao desembarcar em cidades pequenas, como o município de Itirapina, onde Giane Silvestre realizou sua pesquisa, as familiares são tratadas como *gente de preso* e estigmatizadas a partir de suas vestimentas, que, segundo a autora, são consideradas diferentes e extravagantes, das quais os moradores da cidade não fariam uso¹⁴⁰. Em oposição à *gente da cidade*, a *gente de preso* quanto vai às compras não recebe dos comerciantes uma

¹³⁷ RICORDEAU, Gwénola. Between inside and outside: prison visiting rooms. *Politix*, 2012, n. 97, p. 13.

¹³⁸ A política de construção de novas unidades prisionais em municípios distantes da capital paulista teve início após o Massacre do Carandiru (1992), e ficou conhecida como interiorização do sistema prisional. Um de seus efeitos é dificultar a chegada de parentes, que necessitam gastar muito mais tempo e dinheiro para conseguir encontrar a pessoa aprisionada.

¹³⁹ Termo utilizado para indicar unidades prisionais mais distantes da capital, geralmente na região oeste do estado.

¹⁴⁰ SILVESTRE, Giane. *Dias de visita: uma sociologia da punição e das prisões*. São Paulo: Alameda, 2012.

preocupação ou interesse pelo grupo enquanto consumidoras, escancarando discriminações, como o racismo, pela recusa da integração dessas mulheres à vida cotidiana da cidade¹⁴¹.

Esse preconceito durante que envolve a circulação em espaços públicos e urbanos também foi notado durante as observações participantes na capital de São Paulo. Uma das interlocutoras, SÔNIA, moradora de Itapeverica da Serra, município da região metropolitana, saiu de casa às 4h da manhã e chegou no CDP de Pinheiros somente às 9h. Isso porque ao acenar para os ônibus que precisava pegar, vários se recusaram a parar porque ela estava com roupa de visita. Por isso, já não leva a sacola clássica de jumbo (transparente) para tentar não evidenciar que é visitante de preso. Para driblar o preconceito, leva os itens em uma mochila comum, e na fila os coloca na sacola própria de jumbo. “Somos monitoradas desde que saímos de casa”, ela conclui sobre a situação.

Embora a distância das unidades instaladas no interior de São Paulo imponha uma série de outras dificuldades – como o deslocamento, a estadia e o preparo da comida em espaços compartilhados e alugados – acredita-se que o momento da espera nas filas revele pontos em comum dessa experiência partilhada entre milhares de mulheres. De modo geral, as familiares buscam chegar no local no período da manhã, o mais cedo possível, de acordo com suas condições. Algumas alugam barracas instaladas do lado de fora e passam a noite ali em busca de uma das primeiras colocações na fila, que se organiza por ordem de chegada e por preferenciais. Nos CDPs de Pinheiros, as barracas geralmente ficam na calçada, bem próximo à pista de acesso à Marginal Pinheiros, onde passam carros, motos, ônibus e caminhões em alta velocidade.

A distribuição de senhas ocorre nas unidades em que há a presença das *guias*, mulheres que visitam ou já visitaram e adquiriram certo destaque em sua caminhada que gerou credibilidade, tornando-se, portanto, digna de organizar a fila. Sua principal função é listar as familiares que fizeram contato prévio, seja por mensagem de texto em aplicativos de rede sociais ou por ligação, criando uma ordem numérica de entrada na prisão. Elas também observam as consideradas preferenciais: idosas, gestantes, mulheres com crianças de colo. Esse poder de gestão das filas por vezes gera certa desconfiança em algumas visitantes. Para VERA, as unidades com a presença de guias costumam ter um ambiente mais conflitivo, em comparação às cadeias que organizam a fila por meio dos agentes prisionais e da ordem de chegada no local:

Porque a senha é organizada, ninguém vai falar, "Ah, fulano tá aqui, porque você tá puxando saco", não, porque o agente não tá nem aí se você pegou senha 200 ou

¹⁴¹ Op. Citada, p. 165.

300, você vai entrar na sua senha. Então, eu acho que é muito mais organizado quando os agentes organizam do que quando as guias organizam (Vera).

Delimitada sua ordem nas filas, seja pela ação das guias ou da simples permanência atrás da última pessoa enfileirada quando da chegada, passa-se a esperar. Essa expectativa usualmente ocorre em pé, com as sacolas ao chão e acompanhantes ao lado, e é atravessada por uma série de obstáculos – muitos deles explicitamente violentos – a serem vencidos. Além dos conhecidos, como a descoberta da transferência do parente, a implicância com algum item de sua vestimenta, a revista vexatória, o scanner, a comida que deixou de ser permitida, há outros que sequer é possível prever, e que rondam o momento. Por mais que se aprenda a todo momento a lidar com as regras antigas e novas, há um estado de alerta que permeia o momento. Como constata Thais Lemos Duarte e Alexandre Barbosa Fraga:

Apesar de ‘aprederem’ as normas informais dos presídios durante a rotina de visitas, esses atores precisam a todo momento ficar atentos às súbitas mudanças de aplicação de tais regras, em uma posição de contínua espreita. No contrário, ao desobedecerem essas normas, eles não conseguem visitar seus parentes presos, rompendo-se o objetivo de garantir a manutenção dos laços familiares durante o cumprimento da restrição de liberdade de certo parente. Ou ainda, seus parentes presos podem receber algum tipo de retaliação no cárcere por parte dos outros presos¹⁴².

Carla contou sua história sobre uma situação imprevisível que lhe fez atrasar significativamente a visita e permanecer apreensiva durante horas. Além de visitar os filhos, ela também visitava o marido, e esqueceu um papel com o nome e a matrícula do marido dentro da sacola de jumbo:

Mas eu sou assim, eu sei cada um que vou visitar, já tenho tudo separado. Já tem as tupperwares separadas, já tem os uniformes separados. É tudo, já sei, então não tem como confundir não. Já sei como que é o ritmo de cada lugar. Nunca tive esses problemas não. Só uma vez que fui visitar meu marido no sábado e lá onde meu marido está, eles colocam sempre um papelzinho dentro da bolsa, aquelas bolsas transparentes que a gente leva. Eles colocam com o nome do preso, com algumas coisas, a cela que ele mora. Aí, no domingo fui visitar meus meninos que estavam em outra cadeia. Na pressa que cheguei sábado à noite, já fui fazer a comida deles e coloquei na mesma sacola que eu fui. Aí, quando cheguei, eu saí e o funcionário achou o papel. E ele perguntou, "O que é isso aqui?". Aí eu falei, "É que visitei meu marido ontem e lá eles colocam esse papelzinho dentro da sacola, depois que eles pegam tudo, eles deixam dentro da sacola. Esqueci de tirar". Ele falou, "Então, você aguarda aqui no cantinho" - você acredita? Era para eu entrar umas onze horas, me deixaram no canto, quando fui entrar era quase duas horas. Por quê? Porque tive que ficar esperando o funcionário que me atendeu chamar o diretor, para saber o que o diretor ia fazer comigo. Por causa desse papel que esqueci dentro da sacola. Eu ainda falei, "Moço, eu não trouxe isso aí de propósito. Se o senhor quer saber, eu sei o número da matrícula do meu marido de cor, o nome do

¹⁴² DUARTE, Thais Lemos; FRAGA, Alexandre Barbosa. A influência de códigos extralegais do sistema penitenciário do Rio de Janeiro sobre os familiares de presos. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. v. 95, mar./abr. 2012, p. 311.

meu marido de cor, a cela do meu marido. Você não está com o papel na mão?". Aí falei tudinho para ele, falei tudo de cor e falei, "Por que eu precisaria trazer o papel se estou tudo na cabeça, se eu quisesse passar aqui para dentro?" - "Tudo bem, senhora, mas já já o diretor vai vir para conversar com a senhora". Filha, demorou, deixou passar não sei quantas pessoas na minha frente. Daí o diretor veio e expliquei o para ele, ele rasgou o papel e falou, "Pode entrar". Você acredita? Porque ele viu que não tinha lógica (Carla).

Há também um grande temor relacionado à possibilidade de outras visitantes inserirem drogas ou outros objetos cuja entrada é proibida (como celulares e seus acessórios) nas sacolas de comida. MARGARIDA, que visita seu filho, relatou que presenciou essa situação com uma senhora idosa à sua frente na fila de uma prisão no interior de São Paulo. Sobre esse medo, diz: "Eu sempre fui muito reservada. Eu sou muito fácil de fazer amizade, só que assim, em cadeia, eu sempre fui muito, sabe? Eles mesmo falavam assim, 'Mãe, aqui a senhora chega calada, muda e surda'". RAFAELA, que visita o companheiro e o filho, afirma que não se pode ajudar ninguém na fila, embora tenha feito amizades nesse momento:

Na fila, você não pode ajudar não. Como assim não pode se ajudar? Vamos supor, você é minha amiga, e eu sou sua amiga, então eu te ajudo e você me ajuda. Mas isso já é uma amizade que já vem lá de trás, porque amizade feita na porta da cadeia, você não... Eu tenho muitas amizades que fiz na porta da cadeia. E hoje são amizades boas que levo comigo para a vida inteira. Até paro às vezes aqui e vou na casa da pessoa, se a pessoa está precisando ela vem aqui. Mas são poucas. Por quê? Porque a porta da cadeia é uma coisa muito relativa, é uma coisa assim surreal. [...]. Vamos supor, eu não gosto de você. Vamos supor, você foi e eu achei que você olhou para o meu marido lá dentro. Um exemplo que vou te dar, eu não tenho prova, mas tenho uma amiga que também é ruim. Aí essa amiga vai e joga uma droga dentro da sua bolsa, já era. Na hora que você passar no scanner você já breou, já vai atrasar sua vida. Na porta da cadeia é você e você, você e sua bolsa, bem do lado dela, tem que olhar muito ela, muito mesmo. Na verdade, nós não temos amigos. Amigos são poucos que a gente conta no dedo. Nós temos colegas (Rafaela).

Apesar desse receio, tanto durante as observações participantes quanto no decorrer das entrevistas, foi possível notar uma interação bastante dinâmica nas filas, em que a solidariedade se impõe sobre os temores, criando verdadeiros *atalhos de solidariedade*. Durante as observações participantes, a pesquisadora presenciou uma cena de ARLETE, mulher jovem e negra, que estava calçando chinelos estampados. Descobriu que na unidade em que pretendia entrar não era permitido calçar chinelo com estampa, precisava ser de uma única cor, liso e sem estampas. Ela foi até a barraca do lado de fora da prisão, e a mulher que estava ali trabalhando trocou de chinelo com ela, emprestando o que estava usando. Minutos depois, ARLETE retorna, dizendo que não conseguiu entrar. Procura por um aluguel de chinelos nas demais barracas, mas só havia modelos disponíveis para venda. CLEUZA, outra familiar, fica curiosa com a situação e vai atrás de ARLETE. A compra custa R\$ 20,00, e a

ARLETE não tinha o dinheiro. CLEUZA então diz: “R\$ 20,00 não vai me deixar nem mais rica, nem mais pobre. Toma, tá aqui.”, e dá o dinheiro. ARLETE agradece, compra o chinelo e consegue visitar. Mais tarde, CLEUZA conta que ganha R\$ 1.800,00 como empregada doméstica.

Outra história bastante emblemática dessa solidariedade entre mulheres foi contada por CONCEIÇÃO. Em sua primeira visita, chegou ao terminal de ônibus na cidade, e estava perdida. Ao pedir informação sobre o CDP para uma mulher, ouviu: “Olha, a senhora não me leve a mal? A senhora quer ir na minha casa? [...] minha vizinha visita os dois filhos dela que estão presos lá.”. Elas seguiram juntas para o local, um bairro bastante pobre, segundo CONCEIÇÃO. Ao chegarem, YARA, uma senhora negra, avistou CONCEIÇÃO com as malas. Elas se olharam e ela perguntou à sua vizinha: “Sua amiga?”, ela falou, “É, acabei de fazer amizade com ela no terminal rodoviário.”. Depois de apresentadas, YARA perguntou:

Yara: O filho da senhora está preso onde?

Conceição: No CDP.

Yara: Ah, meus dois filhos estão lá. No raio 11

Conceição: O meu também.

Yara: Na cela B.

Conceição: O meu também.

Yara: Como é o nome do filho da senhora?

Conceição: João.

Yara: Nossa, seu filho é amigo do meu filho. E toda vez que vou eu alimento seu filho. O meu filho divide jumbo com teu filho (Conceição).

CONCEIÇÃO, emocionada, abraça YARA, chora e agradece. Desde então, tornaram-se amigas. Todas as vezes que ia visitar o filho, se hospedava na casa de Yara. Como retribuição, ajudava com as contas de gás, luz e água. Quando não conseguia visitar, CONCEIÇÃO depositava uma quantia para que YARA preparasse a comida e levasse para seu filho. Tornaram-se grandes amigas. CONCEIÇÃO relata: “Ela já veio aqui em casa. A gente já fez várias baladas aqui em casa juntas. Já saímos, já namoramos. É uma pessoa que carrego para o resto da minha vida. Nunca vou esquecer o que ela fez por mim.”.

A frase *ninguém solta a mão de ninguém* ganha corpo no dia a dia de TERESA. Ao encontrar uma senhora no trajeto até a unidade prisional, conversou com ela, que achava que não iria conseguir visitar porque era mãe adotiva. TERESA pergunta se ela tem a guarda, e ela responde que sim, então diz: “Quero ver a senhora não entrar.”. As duas seguem juntas para a prisão, e TERESA já adianta aos funcionários que é a primeira vez dela, fala sobre os documentos. Com uma parceira que segurou em sua mão e se dispôs a enfrentar os obstáculos juntas, a senhora que já tinha perdido as esperanças conseguiu visitar seu filho.

A visita e suas teias são permeadas por muita troca, conversa e risos. KATIA contou um pouco sobre como encontrava também diversão nas filas:

Aquele bando de mulher, tudo doida [risada]. Eu gostava de ficar com aquela mulherada doida, vou ser sincera. [...] A gente se divertia tanto, cada uma contava uma história, sabe? Eram sempre as mesmas pessoas que estavam ali, né? E isso era legal. Aquele momento de entrar: "Ô Katia, faz isso! Ô Katia, faz aquilo!". Você vê elas se arrumando para o marido. Outras chegavam assim para mim, "Eu estou cheirando cachaça?". "Está, está cheirando" – "Nossa, meu marido vai me matar se eu entrar. Passei a noite na gandaia". E eu, "Gente, você é doida". Tem muita mulher doida, e tem umas que ficam quietinhas (Katia).

Em meio a essa diversidade de relações que se entrelaçam formando uma trama complexa de significados, há também mulheres que vislumbram possibilidades de empreender com a situação. Durante os 15 anos que passou visitando o irmão, KATIA descobriu uma forma de ganhar dinheiro nas filas. Com experiência em costura e com os saberes sobre o funcionamento de uma prisão específica acerca das vestimentas, passou a produzir roupas customizadas para vender às visitantes:

Como corto roupa e faço, comecei a lançar moda na cadeia. Comecei a fazer tipo umas batinhas que entravam. Começaram a me perguntar onde eu comprava. Aí eu falei que eu fazia. Todo final de semana eu ia para cadeia visitar meu irmão e ganhava um monte de dinheiro, sabe? Eu ia, visitava ele e voltava com 300 reais. Na cadeia eu não levei um calote, todo mundo paga. Aquele lugar lá é lição de vida para gente. Lição de vida.

Vale mencionar brevemente alguns aspectos do cenário das filas do lado de fora das cadeias. Cada unidade tem suas características, que dependem também do território municipal em que estão inseridas. De modo geral, o acesso não é facilitado por transporte público, exceto em algumas prisões da capital paulista. Há uma interação intensa com o clima: sol e chuva não encontram barreiras de proteção, e alteram a situação das filas. Poucas cadeias contam com abrigos para sol e chuva, e quando há, são insuficientes. Se chover e as familiares se molharem, não poderão entrar, então a solução é por vezes usar um guarda-chuva ou adquirir uma capa. Raramente há bancos para descanso e banheiros, estes que, quando presentes, tem uma estrutura bastante precarizada, com falta de luz, sabonete e água, como foi notado no complexo de Pinheiros.

Ao conseguir passar por essas tensões e pelas barreiras institucionais que serão tratadas de forma detida nos próximos tópicos, a primeira vez em que os sentidos são capturados pelo interior do ambiente prisional é difícil de esquecer. Durante as entrevistas semiestruturadas, foi possível perguntar o que vem à memória quando se lembravam do primeiro contato com a cadeia. Como a pesquisadora tem certa experiência com esse território, teve suas próprias lembranças aguçadas pelas falas das interlocutoras. Muitas

mencionaram o *cheiro da prisão*, que, de fato, é uma assinatura do ambiente, reveladora da insalubridade, da pouca ventilação, da dificuldade de manter o local limpo, da umidade, e sobretudo, de todo o sofrimento que esse espaço produz. MANOELA descreveu esse odor:

Tem um cheiro que é muito forte. Eu não sei explicar, mas é um cheiro que não é de sujeira, é um cheiro que parece, sabe, de umidade, que não tem ventilação, um lugar abafado. Eu nunca vou esquecer desse aroma que eu senti quando entrei naquela passagem até você chegar no raio. Lá, tem um certo momento que não sei se é porque eles jogam produto, e aí não tira direito, não sei... Sabe quando você vai pisando o chinelo vai grudando no chão? Ai, pior sensação do mundo. Eu falo que são coisas que nunca vou esquecer e que desde a primeira visita me marcou (Manoela).

Outra memória abordada pelas familiares se refere à audição dos portões das áreas internas da prisão, mais especificamente, o *barulho dos portões sendo fechados*. A alusão a esse som, que se repete em vários momentos até o encontro, parece concretizar a clausura, e a dificuldade de conseguir a liberdade – é preciso vencer muitos portões até alcançar a rua, concreta e simbolicamente. Para CONCEIÇÃO, “Cada hora que aquele homem [agente prisional] batia a chave na grade e fazia aquele barulhão, era uma facada dentro de mim, no peito, sabe?”. VERA, VIVIANE, MARGARIDA e PAOLA também contaram sobre o impacto desse som:

Eu me lembro quando eu passei pelos portões. Quando começou a fechar aquele monte de portão atrás de mim, que eu pensei - até hoje quando eu chego lá eu penso - "Meu Deus, como que eu vou embora daqui se acontecer alguma coisa?". Era meu maior medo, porque cada lugar que você vai, vai fechando um portão atrás de você, até você chegar onde tá a pessoa (Vera).

Tanto portão e cadeado. Você passar em um portão e já batem, você escuta aquele barulho do cadeado, você tem que passar por outro, e aquele barulho. Escutar um monte de tranca e daí me deu um desespero, fiquei muito apavorada a primeira vez. (Viviane)

Você passar por esse portão, que vai batendo, te dá uma dor no coração, e quando você entra para a cela lá, naquele pátio, que você vê eles andando, quem não tem visita, de cabeça baixa, com aquela mão para trás. Nossa, aquilo te choca, te choca... eu falo para meus filhos, “Meu Deus, como você consegue estar em um lugar desses, filho? (Margarida)

Horrível, pior sensação é a primeira vez que você entra no sistema, cada portão que você vai passando, você vai esperando o portão fechar atrás de você. Tem o desespero de você entrar e não conseguir sair. Muito tenso. (Paola)

A imagem captada quando da entrada no perímetro prisional também atinge fortemente as visitantes. As modificações na aparência, que vão desde ao corte de cabelo e vestimentas padronizadas (calça bege e blusa branca) até mudanças físicas mais drásticas, como emagrecimento e palidez, desencadeiam uma tristeza em perceber seu familiar, com nome e sobrenome, dotado de história própria, padronizado dessa forma. Além disso,

imaginar como a pessoa estaria caso não tivesse visita torna-se concreto ao avistar homens em situações muito diferentes no momento da visita. LETÍCIA, APARECIDA e PAOLA contaram:

Quando cheguei naquele pavilhão um monte de preso, um monte de homem, tudo com a mesma camiseta, tudo no mesmo estilo, andando de um lado para o outro e eu vou procurando o meu marido. Daí vem ele com a cabeça toda raspada. Eu nem reconheci, aí que eu chorava mais (Paola).

Quando você entra na cela, é um lugar sombrio, frio, gelado. Você não tem uma imagem boa quando você entra. Você entra, assim, no pátio e vê aquele monte de homem de blusa branca, tudo limpinho, mas quando você entra na cela é um lugar sombrio, gelado. Quem não tiver coberta bem, quem não tiver, amém. Você imagina, eu que acabo de entrar já estou com frio. Imagina quem fica ali (Aparecida).

E o que me chamou atenção também foi quando eu vi um monte de menino rodando no pátio, rodava o pátio. E eu falei, "Pedro, mas por que eles rodam tanto o pátio?". E ele falou, "Quando não tem visita, tem que fazer assim, de cabeça baixa e mão para trás e ficar rodando, rodando" - "Mas eles vão ficar o dia inteiro assim?". Ele falou, "É, Letícia, é porque não tem visita" (Letícia).

A limitação do que se pode comer no interior da cadeia, seja pelo fornecimento precário de alimentação pela unidade, seja pelas restrições e revistas das comidas levadas no momento da visita abalam as familiares. Os sabores possíveis dentro do cárcere são restritos, por vezes descritos enquanto comida estragada, com caco de vidro e com insetos. As mulheres visitantes tentam amenizar esse gosto amargo que abala a saúde física e mental das pessoas ali presentes.

Para completar a afetação dos sentidos, sem dúvidas o tato violento promovido pela revista vexatória deixa marcas dolorosas em milhares de mulheres, jovens, idosas e crianças. A inspeção de seus corpos, tidos como suspeitos e perigosos de antemão, acentua a percepção que persegue mulheres por toda a vida: sua matéria física é alvo de controle, de julgamento, e o acesso a ela, nos ditames patriarcais, está plenamente disponível, sendo necessário provar a todo momento que o que lhe constitui como ser humano lhe pertence e merece respeito. O tema será tratado nos itens a seguir, mas vale mencionar o depoimento de CARLA sobre como a revista vexatória afeta desde o primeiro momento:

Quando entrei a primeira vez na cadeia, eu acho que é o que toda mulher sente, acho que na hora quando a gente tirava a roupa, né? O constrangimento de tirar a roupa e ficar despida na frente de um estranho. Porque além do mais fazia a gente fazer umas posições muito desagradáveis. Constrange mesmo. É o primeiro constrangimento, né? Aí, depois que a gente entra ali dentro e vê aquele monte de grade e a pessoa que a gente ama ali dentro, é muito dolorido (Carla).

Essas primeiras leituras das familiares acerca do sistema prisional anunciam como a experiência de visitar um familiar aprisionado se condensa em uma mistura de sentidos, por

vezes complexos e contraditórios. A alegria de poder se encontrar com a pessoa existe, mas em meio a uma série de medos, tensões, violências. Como afirma Gwénola Ricordeau, a felicidade de uma visita é sempre relativa e há uma ambiguidade constituinte da visitação: as visitantes adquirem uma experiência de prisão, de dentro, e os detentos estão mais próximos da liberdade, do lado de fora¹⁴³. Esse cruzamento de sensações sugere que a experiência é, por vezes, constituída de contradições: “Tinha hora que eu olhava para ele e queria bater nele, queria fazer um monte de coisa. É um sentimento louco de saudade, de amor, de raiva, tudo misturado.”, revelou CONCEIÇÃO, que, ao avistar seu filho com os cabelos raspados, quis reagir: “Naquela hora eu queria gritar, queria poder pegar ele no colo, embrulhar ele todinho, colocar ele dentro de mim e sair com ele para fora.”. Esse desejo de forjar a própria saída do filho desse espaço repleto de brutalidades por meio de um esconderijo no próprio corpo materno constitui uma metáfora bastante elucidativa da experiência que se vive durante e após a visita. De certa maneira, é como se imaginasse um novo parto, um nascimento para o mundo e o início de uma nova vida, agora fora da prisão. A saída para a liberdade é avistada por CONCEIÇÃO em sua própria substância.

MARGARIDA partilha da mesma sensação:

A visita é maravilhosa com eles, você abraça, você fica junto, você conversa, você beija, mas a hora de ir embora é muito difícil, muito difícil você falar que tem que deixar aqui, não tem como tirar, não tem como levar, eu não mando. Saiu de dentro de mim, mas eu não mando mais. Eu passei uma dor para pôr no mundo, sofri para criar e eu não mando, não tenho esse poder. Aí, você sai dali arrasada (Margarida).

Como afirma Gwénola Ricordeau, o pós-visita remete às reminiscências do encontro, um período *ainda visitante*, em que ambos tentam nutrir e prolongar a sensação da presença do outro¹⁴⁴. Ainda assim, a carga de tensões, de temores, de violências e de trabalho que permeiam a situação deixam as familiares exaustas, oscilando entre querer permanecer e voltar logo para a casa. “Uma hora você quer ficar, outra hora você quer correr o mais rápido possível, tomar um banho. Parece que você está suja.”, relatou ÂNGELA. Para KATIA, “É uma sensação de alegria com saudade, sabe aquele aperto de estar saindo? Ele vai até a porta, abraça assim a gente e já volta, fica olhando a gente. Dá vontade de falar, ‘Filho, vamos embora para casa agora. Vou te levar.’”.

Após esse primeiro desenho de alguns dos principais aspectos vivenciados no cotidiano das visitas, optou-se por analisar de modo mais aprofundado nos tópicos a seguir

¹⁴³ RICORDEAU, Gwénola. Between inside and outside: prison visiting rooms. *Politix*, 2012, n. 97, p. 105.

¹⁴⁴ Op. Citada, p. 115.

questões relacionadas mais especificamente à violência institucional¹⁴⁵.

3.2. *Plantão sujo e plantão limpo*

A atuação dos agentes penitenciários consubstancia uma série de impactos para as familiares que merecem uma reflexão mais detida. A experiência na interação com funcionários públicos na linha de frente do sistema prisional é descrita pelas visitantes inicialmente por meio das expressões nativas *plantão sujo* e *plantão limpo*. RAFAELA compartilhou o que entende por cada uma:

Plantão sujo que a gente fala é o que tem aqueles agentes que não está nem aí para você. Dane-se, você é um zé ninguém, você é que nem eles, você pode ter o melhor estudo, melhor faculdade, mas você não é porcaria nenhuma, um zero à esquerda. Plantão limpo é o plantão que eles te tratam com dignidade, respeito, falam bom dia, boa tarde, tudo bem, até logo (Rafaela).

Jacqueline Stefanny Ferraz de Lima também identificou o uso das expressões por suas interlocutoras durante pesquisa etnográfica acerca das companheiras que visitam. Segundo o estudo, *plantão limpo* remete ao conjunto de funcionários presentes no dia da visita que não se preocupam em pesar os alimentos, tirar as coisas do jumbo ou *revirar* a comida, dando preferência a fazer a fila andar¹⁴⁶. Por sua vez, o *plantão sujo* é caracterizado pela humilhação da família da pessoa presa, como também narrado por RAFAELA. Essa primeira síntese formulada pelas familiares fornece algumas pistas iniciais sobre como se desenvolve a interação com o sistema prisional, materializado nas ações dos agentes de segurança prisional (ASPs) durante a visita.

Para compreender como é possível haver comportamentos tão díspares perpetrados por funcionários públicos, entendeu-se pertinente mobilizar algumas reflexões sobre

¹⁴⁵ Violência institucional corresponde a práticas perpetradas por representantes do Estado que concretizam relações de poder que discriminam e inferiorizam determinadas pessoas. O Ministério da Saúde define violência institucional como “Violência institucional é aquela exercida nos/pelos próprios serviços públicos, por ação ou omissão. Pode incluir desde a dimensão mais ampla da falta de acesso à má qualidade dos serviços. Abrange abusos cometidos em virtude das relações de poder desiguais entre usuários e profissionais dentro das instituições, até por uma noção mais restrita de dano físico intencional”. Esta violência pode ser identificada de várias formas, dentre as quais destaca-se: “peregrinação por diversos serviços até receber atendimento; falta de escuta e tempo para a clientela; frieza, rispidez, falta de atenção, negligência; maus-tratos dos profissionais para com os usuários, motivados por discriminação, abrangendo questões de raça, idade, opção sexual, gênero, deficiência física, doença mental”.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Violência intrafamiliar: orientação para prática em serviço, 2002, p. 21-22. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_19.pdf. Acesso em: 02 jun. 2021.

¹⁴⁶ LIMA, Jacqueline Stefanny Ferraz de. *Mulher fiel: as famílias das mulheres dos presos relacionados ao Primeiro Comando da Capital*. 2013. 164 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013, p. 54.

implementação de políticas públicas. A atuação dos agentes prisionais vista sob as lentes do conceito de *burocratas de nível de rua*, formulado por Michael Lipsky, auxilia a dimensionar as responsabilidades envolvidas na prestação do serviço público. Conforme o autor, que estudou o serviço público na sociedade norte-americana, burocracia de nível de rua corresponde ao lugar de certos indivíduos nos serviços públicos que os designa amplo poder discricionário sobre a aplicação de benefícios ou a distribuição de sanções públicas¹⁴⁷. Assim, *burocracia* remete ao conjunto de regras e estruturas de autoridade enquanto a expressão *nível de rua* indica um distanciamento do centro onde de modo presumido a autoridade reside¹⁴⁸.

Segundo Thais Martins e Camila Dias, a implementação das políticas públicas pode ser compreendida por meio de enfoques analíticos, denominados *top-down* (de cima para baixo) e *bottom-up* (debaixo para cima). A primeira consiste nas decisões tomadas por lideranças políticas, gerentes e gestores de programas ou legisladores enquanto a segunda se refere aos diferentes contextos e à atuação dos atores no processo de implementação da política, o que pode alterar o rumo em relação ao que fora planejado inicialmente¹⁴⁹. Enquanto as ações dos agentes prisionais se inserem no enfoque *bottom-up*, é possível depreender que a atuação do poder executivo, sobretudo, da Secretaria de Administração Penitenciária e suas respectivas Coordenadorias Regionais, se localizam no campo *top-down*.

Com o objetivo de auxiliar na identificação formal de como se exerce a discricionariedade latente nas listagens do jumbo que é permitido ser levado para o interior das prisões do estado pelas familiares, a pesquisadora formulou um pedido de acesso à informação sobre as instâncias responsáveis pela listagem do que é permitido compô-lo¹⁵⁰. Como resposta, obteve indicações discrepantes por cada Coordenadoria Regional da SAP, conforme quadro abaixo:

Quadro 8 – Competência para elaborar lista de jumbo

Qual instância possui competência para elaborar a lista do jumbo?	
Região Metropolitana	Coordenadores Regionais e Secretario
Região Noroeste	Não respondeu

¹⁴⁷ LIPSKY, Michael. *Burocracia de nível de rua: dilemas do indivíduo nos serviços públicos*. Tradução Arthur Eduardo Moura da Cunha. Brasília: Enap, 2019. p. 15.

¹⁴⁸ Op. Citada, p. 17.

¹⁴⁹ MARTINS, Thaís Pereira; DIAS, Camila Caldeira Nunes. A atuação do agente penitenciário como burocrata de nível de rua: para além da discricionariedade. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, v. 8, n. 1, 2018, p. 553.

¹⁵⁰ O pedido foi realizado em dezembro de 2018, com resposta enviada pela SAP em janeiro de 2019. Número do protocolo: 671461821588.

Região Central		Não respondeu
Vale do Paraíba e Litoral		Todas as instâncias
Região Oeste		A Secretaria de Administração Penitenciária
Coordenadoria de Saúde	HCTP de Franco da Rocha I	Coordenadoria de Saúde e Direção da unidade.
	HCTP de Franco da Rocha II	SAP
	HCTP de Taubaté	Coordenadorias Regionais, no caso desta Unidade será a Coordenadoria de Saúde do Sistema Penitenciária de São Paulo, de acordo com a Resolução SAP - 58, de 13/06/2003: que dispõe em seu Artigo 6.º "A lista de alimentos e outros bens permitidos, entregues ao preso pelos familiares e amigos, em dias marcados pela direção da unidade, será definida pela Coordenadoria correspondente, segundo as peculiaridades de cada Região Presidiária.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Dentre as respostas recebidas das Coordenadorias, duas informaram *Todas as instâncias*, duas *SAP* e uma *Coordenadores Regionais e Secretário*, o que corrobora a hipótese de que não há clareza sobre essa competência ou não se pode informar oficialmente quem de fato decide sobre isso, o que reforça a percepção do alto grau de discricionariedade das unidades prisionais acerca dessas regulações. “Cada plantão é uma lei”, sintetizou uma agente prisional entrevistada por Martins e Dias¹⁵¹. Vale lembrar brevemente os ensinamentos de Celso Antônio Bandeira de Mello, que esclarece que discricionariedade não se confunde com a ausência de lei, ao contrário, pressupõe a própria disciplina normativa a ser regulada com certa esfera de liberdade a fim de satisfazer no caso concreto a finalidade da lei¹⁵². Esse grau de liberdade é, portanto, sempre relativo, limitado pelos normativas provenientes do legislativo e do executivo, bem como pela Constituição Federal e pelos direitos fundamentais assegurados a todas as pessoas.

Como notado por Martins e Dias, a discricionariedade dos agentes de segurança prisional constitui um grande vetor de realização de violações ou de garantia de direitos, tanto das visitantes quando das pessoas presas¹⁵³. Essas violações vão desde a revista da comida de modo descuidado, algo antes permitido que passa a ser proibido sem qualquer

¹⁵¹ Op. Citada, p. 559.

¹⁵² MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*. 29. ed. São Paulo: Malheiros, 2012. p. 978.

¹⁵³ Op. Citada, p. 559.

justificativa, ofensas, ameaças, ridicularizações até atitudes que são percebidas pelas visitantes como racismo e a própria revista vexatória. Sob a justificativa da manutenção da segurança do território prisional, as mais diversas arbitrariedades são perpetradas. O suposto combate à entrada de aparelhos celulares e seus acessórios (chips telefônicos e carregadores) e de drogas ilícitas é mobilizado como justificativa legal para a realização de procedimentos e práticas abusivas. KATIA e MARGARIDA contam sobre a tratamentos a que foram submetidas:

Detesto esses funcionários de cadeia, que ficam se achando melhor que a gente, que pensa que a gente está indo lá levar droga. Eu sei que tem gente que leva, não sei quem, mas eu sei que leva. Só que eu não levo. Não que vou me diferenciar das outras mulheres, porque eu não sou melhor do que ninguém. Mas eles deviam saber quem está levando e resolver da melhor forma, não tratar a gente como igual, que está todo mundo levando. Sabe, te olhando torto, te olhando como se você fosse uma bagaceira, a pior espécie da face da terra, está levando droga na cadeia. Eu me sinto um lixo quando vou na cadeia. Um lixo, que eles olham torto, falam seco. Isso daí revolta a gente. E o pior, se a gente fala alguma coisa, quem sofre represália são eles [os presos], e a gente não vai nem ver (Katia).

A gente passa naquele scanner, e fazem a pessoa voltar, falam que a pessoa está com droga e essa pessoa não está com droga. Cismou com sua cara? Ah, olhou para sua cara e "Ah, essa daí...", sabe? Pô, não sabe o sacrifício da gente para estar ali, para levar uma comida para o filho da gente. Eles acham que a gente também é que nem eles. Uma vez um funcionário falou para mim, "Por que que a senhora vem aqui? Eu não vinha". E eu falei, "Mas é meu filho". E ele, "Mas ele não merece. Eu não vinha. Trazer essa comida que a senhora traz? Nunca. Perder meu domingo aqui e trazer comida? Eu tenho certeza que a senhora não deixou nada lá para senhora comer, para trazer para ele". Então, sabe? E assim, "Ah, não vou com sua cara, você não vai entrar" (Margarida).

Para TERESA, o fato de ser uma familiar com conhecimento de seus direitos, e que se colocava de modo corajoso frente a situações de abuso, era visto como um desafio aos agentes, que passaram a implicar mais com ela, testando seus conhecimentos e suas insurgências. Ao perceber essa investida mais incisiva dos agentes, ela passou a adotar medidas específicas de segurança a fim de evitar acusações forjadas que poderiam prejudicá-la. O filho, ciente da situação, recomendou que tomasse cuidado com as sacolas de jumbo e comida, e ela contou como se prevenia:

Eu falei, "Não. Tudo que trouxe aqui eu tenho nota, comprei no mercado, tenho nota de tudo que está aqui. Não tem nada ganhado não". Aí foi que o advogado popular me orientou que era para tomar cuidado, que eles poderiam estar de marcação comigo. Era para eu tomar cuidado para eles não quererem me levar lá para dentro do sistema prisional. Tudo que eu comprasse, era para levar uma nota dentro das bolsinhas. Começaram a cismar comigo às vezes com chinelo... Tanto tempo que entro com essas chinelas e agora passaram a cismar com as minhas chinelas? Já tinha pegado uma fila grande, tinha que voltar, alugar chinelo. Aí quando o pai dele vinha me buscar, eu ligava para poder me buscar e eu poder pagar as pessoas lá da frente do chinelo, porque se a gente pega alguma coisa na porta da cadeia e é para pagar depois, é marcado o nome do nosso preso, o raio do nosso preso, nosso nome e o número da matrícula deles. Que se a visita que sair e

não pagar, aí eles mandam para dentro e nosso preso sofre lá dentro alguma coisa. Aí fiquei com medo e liguei para o pai dele, para o pai dele poder trazer 5 reais para deixar lá. Eu tive que alugar um chinelo, sendo que eu já entrava com aquele chinelo há muito tempo (Teresa).

Outro elemento que compõe esse cenário de incertezas e abusos se refere às constantes alterações do que é permitido levar como *jumbo*¹⁵⁴, seja de uma unidade para outra, seja na mesma cadeia. O abastecimento da prisão é permitido, e de certo modo desejável, como será visto no Capítulo 4, mas desde que passe pelo filtro instável e, por vezes, arbitrário dos burocratas de nível de rua. Os critérios são quase indecifráveis, se apoiando na grande justificativa de que tudo pode conter droga ou aparelho celular em seu interior, ou serem usados como matéria-prima para a elaboração de bebidas alcólicas, a famosa *maria-louca*.

Carla, mesmo visitando a mesma prisão há 14 anos, conta que não consegue ter certeza do que efetivamente será permitido entrar: “eu sei o que entra e o que não entra. Chego lá e escuto: "Isso aqui não entra". Digo: "Mas, nossa, moço, isso aqui sempre entrou". Não entra mais.”. MANOELA também deu seu depoimento:

E aí, o agente virou e falou para mim, "Olha o adoçante não vai entrar", eu falei, "Tá, mas eu liguei aqui ontem para confirmar se ele estava aqui e perguntei se tinha sido restrito alguma coisa e eles falaram que não, por que não vai entrar?". Aí o outro agente falou assim, "Não, adoçante entra". Aí ele, "Não, não entra não". Aí eu falei, "Abre o adoçante que você vai ver que não tem nada aí e você vai ter que me dar uma causa nobre do porquê não vai entrar, porque custa dinheiro e eu não vou deixar uma coisa jogada aqui sendo que entra". Porque o que não entra fica lá fora, sabe. Quantas vezes que eu não vi tupperware de comida, prestobarba, sabe, várias coisas que eles cismam que não entra e fica tudo lá fora (Manoela).

A revista da comida foi narrada pelas entrevistadas também como um momento de bastante humilhação. O preparo dos alimentos e todo o cuidado em observar as regras da casa são banalizados por facas que ao revistar a comida, contaminam os preparos com sabores de outra natureza ou mesmo com os alimentos de outra visitante, como narrou ÂNGELA e VERA:

A revista da comida? É meio humilhante. Uma faca, aí eles punham no bolo, aí punham na comida. Alguns não limpam e saem enfiando em tudo o que você leva. Enfia no seu doce, enfia na sua comida. Só não enfia no sabonete lá. [...] Eles punham [a faca] no doce e depois punham na comida. E tem uns agentes que limpam para mexer na minha, aí, quando vem você, ele já não limpa (Ângela).

Quando você chega no local os agentes nem se importam com a gente, eles olham para as nossas comidas como se nossas comidas fossem lixo. Eles reviram as

¹⁵⁴ *Jumbo* é nome utilizado pelas familiares que designa um conjunto de itens de alimentação e higiene, bem como roupas, cigarros, cobertores e por vezes remédios, e que são levados para a prisão em pesadas sacolas transparentes, no dia da visita ou em dia própria para sua entrega.

coisas que a gente passou a madrugada inteira, a noite inteira fazendo com tanto amor e carinho. Eles reviram aquilo. Tem coisas que a gente sabe que entra e chega lá na hora e eles falam que não entra e aquilo é jogado fora. E ninguém entende que é o dinheiro de outra pessoa (Vera).

MARIA contou que em uma das primeiras visitas para seu filho, levou potes com arroz preparado, tudo observando as regras a que teve acesso, e ouviu do agente prisional as seguintes palavras:

Quando o agente foi revistar lá a comida, ele pegou e fez assim, como olhar irônico, sabe? Aí ele falou, "Adoro quando traz esses potes". Eu toda inocente, "É bom que cabe mais, né?". Ele olhou bem para mim, e falou: "Não, eu torço para derramar e cair tudo". Ele falou isso, sabe. Engoli, assim. Se não fosse para meu filho, eu tinha virado o pote na cara dele. Eu ia presa, ia, mas não precisava ele falar aquilo para mim. Porque não desacatei ele, não fiz nada de errado, não tinha nada de errado com o pote e nem com a comida. Então, ele não precisava ter falado aquilo comigo (Maria).

Outro componente que integra esse conjunto de regras flutuantes e altamente variáveis se refere às vestimentas permitidas às visitantes. De modo geral, é estabelecido que usem chinelos, calça *legging* e camisetas, com cores diferentes das roupas destinadas às pessoas presas (na maioria das vezes, blusa branca e calça cáqui). No entanto, há prisões que permitem saias, que regulam o tipo da gola e da manga da camiseta, e até mesmo a cor do chinelo. Durante as observações participantes, a pesquisadora presenciou uma cena de JULIANA, mulher jovem e negra, que estava calçando chinelos estampados. Descobriu que na unidade em que pretendia entrar não era permitido chinelo com estampa, precisava ser de uma cor só, liso e sem estampas. Ela foi até a barraca do lado de fora da prisão, e a mulher que estava ali trabalhando trocou de chinelo com ela, emprestando o que tinha nos pés. Minutos depois, JULIANA retorna, dizendo que não conseguiu entrar porque o chinelo ficou pequeno.

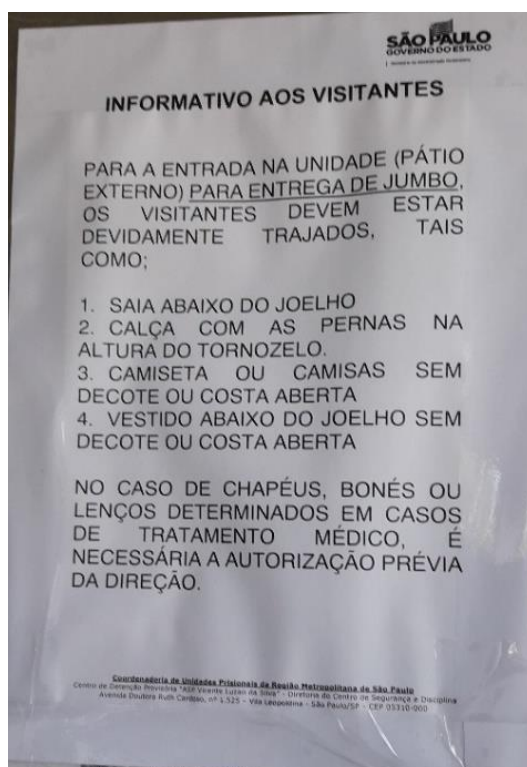
REBECA também relatou um episódio em que usava uma camiseta de manga comprida, e uma agente prisional disse que com essa camiseta não era permitido entrar. Ao questionar o porquê da proibição, ouviu: "Porque não. Ou é só camiseta e blusa ou é só camiseta. Camiseta de manga comprida não entra.". O diretor foi chamado ao local, e houve certo conflito sobre a situação:

Ela falou para mim que eu não ia entrar, falou que ia chamar o diretor para conversar. O diretor veio e falou, "Então, a senhora não pode entrar com essa camiseta". Tinha até uma moça que estava atrás de mim que falou, "Se você puder entrar com a blusa, te empresto minha blusa para você entrar". Daí eu perguntei para ele, "Eu posso tirar a camiseta e entrar com a blusa?" e ele falou, "Pode, lógico que pode. Vá lá fora, coloca a blusa e bate que eu deixo você entrar. Aí você passa direto". Peguei e entrei. Quando eu cheguei no detector de metal a moça falou, "Só de blusa você também não entra". Daí eu falei, "Mas o diretor falou que ia deixar eu entrar". Daí ele estava na porta e falou, "Ela vai entrar sim. Se eu falei que ela

vai entrar, ela vai entrar só com a blusa". Daí ela pegou e me olhou com uma cara feia e deixou eu ir. Aí eu fui e quando cheguei no raio contei para meu marido, "Quase que não entro aqui por causa de uma camiseta". Depois eu fui me tocar, eu podia ter cortado a manga da camiseta e virava camiseta de manga curta, né? Mas na hora você fica tão... é tão complexo aquele negócio, que não consegui pensar em nada (Rebeca).

Além dessas questões, há uma grande carga de moralidade acerca das vestimentas permitidas às familiares. Thais Lemos Duarte identificou a cobrança institucional de que as mulheres adotem um comportamento próximo ao religioso, colocando o cárcere quase como um local sagrado¹⁵⁵. Um gestor da administração penitenciária mencionou a ela que “as mulheres precisam se vestir para a visitação como ‘se estivessem se arrumando para uma igreja’”¹⁵⁶. Durante as observa es participantes, foi possível encontrar vestígios dessa visão por meio de um informativo afixado do lado de fora de uma das unidades dos CDPs de Pinheiros. A foto a seguir, embora use o masculino no título, se dirige notadamente aos corpos das mulheres visitantes. A cobertura de determinadas áreas dos corpos femininos reforça a percep o levantada por Duarte:

Figura 9 – Regras de vestimenta em um dos CDPs de Pinheiros



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

¹⁵⁵ DUARTE, Thais Lemos. Encontros no cárcere “ontem” e “hoje”: histórico da visita o ao sistema prisional do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, v. 134, 2017, p. 250.

¹⁵⁶ Op. Citada, p. 451.

A suspeita em relação aos hábitos das visitantes atingiu TERESA. Após jornadas intensas de trabalho e de dormir na porta da cadeia para entrar no início da visita, seus olhos estavam vermelhos de cansaço, mas a cor foi vista com um outro enfoque pelos agentes de segurança prisional:

Dormi na porta da cadeia. Nesse dia meus olhos queimavam. Foi dando nove horas da manhã, meus olhos queimavam de sol. Ela cismou com meu olho vermelho. Falei para ela, "Já pensou você trabalhando 12 por 36, dia sim, dia não e numa correria, é gasto para o jumbo, é gasto para a gente fazer a comida e você tem que comprar as coisas. Eu estou aqui na porta da cadeia, saí do serviço, cheguei em casa, só tomei um banho e estou aqui". Nós temos que dormir lá na porta da cadeia. Nem dormia, ficava de pé, porque eu tinha medo de dormir, porque falavam que - nunca vi - mas falavam que tinha hora que vinha polícia lá e tinha polícia que jogava droga nas barracas lá das meninas que estavam dormindo, polícia dando pancada, passava carro dando tiro. Eu ficava acordada, atenta, porque a gente acordada já é difícil de rebater, e a gente dormindo? [...] Acho que a agente achou que eu estava drogada, ou bêbada. Ela começou a falar do meu olho. "Meu olho é assim mesmo, não dormi. Tudo isso que eu fiz, não dormi, não dormi direito. Ainda fui trabalhar, vim, cheguei do serviço... Não, não dormi, meus olhos estão assim porque eu não dormi, eu vou entrar. Chego lá dentro e durmo. Aí, quando você ver que eu dormi, que eu descansei, aí quando eu descer, aí vocês olham de volta no meu olho para ver se meu olho está melhor ou não". Liberaram para eu subir. Depois não mexeram mais comigo não (Teresa).

Os burocratas de nível de rua do sistema prisional paulista não têm apenas o poder de emitir ordens a serem cumpridas. Eles também ostentam a capacidade de punir as visitantes em casos que entendam haver desobediência das regras impostas. Esse poder de punir em suas mãos é conhecido como *gancho* pelas familiares, em uma possível metáfora sobre algo que as segura do lado de fora, que as tira do encontro com o familiar aprisionado. A suspensão das visitas atinge também a entrega do jumbo, e o período determinado varia conforme a decisão da diretoria da unidade prisional. Algumas entrevistadas falaram sobre *ganchos* de 15 dias, 3 meses e até 6 meses¹⁵⁷.

A Resolução n. 144 da SAP de 2010 estabelece as condutas que ensejam a suspensão das visitas¹⁵⁸, como, por exemplo: "conduta indisciplinada"; "promover tumulto, gritaria,

¹⁵⁷ Resolução n. 144 de 2010 da SAP, Artigo 134 - o período da suspensão temporária pode ser de 15 (quinze), 30 (trinta), 90 (noventa), 180 (cento e oitenta) ou 360 (trezentos e sessenta) dias, conforme a gravidade do fato.

¹⁵⁸ Resolução n. 144 de 2010 da SAP, Artigo 130 - São considerados atos de indisciplina cometidos por visitantes:

I- praticar ações definidas como crime ou contravenção;

II- manter conduta indisciplinada no interior ou nas dependências externas da unidade prisional, desobedecendo a qualquer ordem, seja escrita ou verbal, emanada por autoridade competente;

III- desobedecer, desacatar ou praticar qualquer ato que importe em indisciplina, seja ele praticado contra servidores públicos, presos ou outros particulares;

IV- promover tumulto, gritaria, algazarra ou portar-se de maneira inconveniente que perturbe o trabalho ou o sossego alheio;

V- induzir, fazer uso, estar sob ação de bebida alcoólica, substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, ou ainda introduzi-las em área sob administração da unidade prisional;

algazarra ou portar-se de maneira inconveniente que perturbe o trabalho e o sossego alheio”; “vestir-se de maneira inconveniente”; “praticar manifestações ou propaganda que motivem a subversão à ordem e a disciplina das unidades prisionais”. Embora seja possível receber como penalidade uma advertência escrita, o que se percebe na realidade é a aplicação da suspensão temporária da entrada ou mesmo a cassação da carteirinha de visitação¹⁵⁹.

A despeito do que é apresentado na normativa da SAP, o que se percebe na realidade das visitas é uma alta variedade de comportamentos que são enquadrados como atos de indisciplina. RAFAELA presenciou uma familiar que se opôs ao abuso no tato de suas mamas e foi punida:

Tinha umas agentes que apertavam mesmo o seio das meninas. Então, teve uma que chegou e falou, "Não sei porque toda vez que eu venho você aperta, você sabe que eu sou siliconizada, você quer sentir? Toma". Ela tomou um gancho de três meses e o marido dela tomou uma disciplinar também. Não entrou naquele dia, tomou um gancho (Rafaela).

ÂNGELA conta que as tentativas de se insurgir contra a alteração na lista de jumbo sem comunicação às famílias são tratadas com ameaças de suspensão das visitas:

Se eles proíbem uma roupa e aí você for a primeira vez e ninguém te falou. Para alguma coisa que volta no seu jumbo e você fala assim, "Mas entrava, senhor". Então não entra mais. Entrava aquilo, eles cortaram naquele dia e não colocaram comunicado. E aí você fala para eles, eles olham para você e falam, "Então, vou te dar 15 dias de gancho por disciplina", entendeu? (Ângela).

O acúmulo de funções e de poder aos agentes de segurança penitenciária e diretores de unidades prisionais consubstancia o lado mais naturalizado da violência institucional nos territórios prisionais. A variabilidade de regras e o poder de punir com poucas possibilidades de defesa tornam o contato com os agentes uma face comum de violências contra as familiares.

Todavia, Lipsky explica que os burocratas de nível de rua possuem recursos com os quais podem resistir, ainda que pontualmente, a orientações de gestores ou elaborar

VI- vestir-se de maneira inconveniente;

VII- recorrer a meios fraudulentos em proveito próprio ou alheio;

VIII- praticar manifestações ou propaganda que motivem a subversão à ordem e a disciplina das unidades prisionais; a discriminação de qualquer tipo e o incitamento ou apoio a crime, contravenção ou qualquer outra forma de indisciplina;

IX- auxiliar, participar ou incentivar a prática de falta disciplinar do preso, tentada ou consumada.

¹⁵⁹ Resolução n. 144 de 2010 da SAP, Artigo 131 - Os atos de indisciplina praticados por visitantes podem incorrer em:

I- advertência escrita;

II- suspensão temporária da autorização para entrada na unidade prisional;

III- cassação da autorização para entrada da unidade prisional.

acordos¹⁶⁰, sendo que “[...] a conformidade dos trabalhadores é afetada na medida em que as ordens dos gestores são consideradas legítimas”¹⁶¹. Embora a pesquisa empírica indique uma tendência maior aos abusos, é preciso reconhecer que há também aqueles que encontram meios de não cumprir ordens com as quais não concordam. Durante as observações participantes, NEUSA contou que na última vez que foi visitar estava com absorventes para seios devido à amamentação. Na revista, ela avisou a agente prisional. Passou pelo scanner e foi levada para o local de revista manual. A agente disse a ela que ficasse sentada, e que não faria nenhuma revista. “Deixa ele achar que estou te revistando”, disse rindo em relação a um colega de trabalho. Deu café à Neusa, e desfrutaram desse raro momento de cumplicidade que driblou as ordens discricionárias de abuso.

Por fim, há que se registrar que algumas poucas decisões dos burocratas de nível de rua do sistema prisional podem ser atravessadas em certa medida pela atuação do PCC nas prisões paulistas. Em cadeias sob o domínio do *Comando*, maus tratos com uma dimensão que saia do roteiro considerado normal para a experiência (revista vexatória, por exemplo, não se enquadraria nisso por si só) podem ser levados até à administração, sobretudo pelos *pilotos*¹⁶², excepcionalmente. Por vezes, a negociação para que cesse a situação é pautada na ameaça de *fazer a cadeia virar*, isto é, gerar uma rebelião. É preciso sublinhar que esse ponto não significa que exista uma relação de poder igualitária entre presos e administração penitenciária, mas sim que há uma margem, ainda que bastante restrita, de tentar limitar situações que sejam reconhecidas como inadmissíveis pelo *Comando* contra as familiares. Há um custo alto em promover um motim: para os presos, significa atrasar a saída por meio de falta grave, ser transferido para uma unidade do Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), ter que lidar com a entrada do GIR, ficar dias sem visita, se ferir ou mesmo perder a própria vida, dentre outras consequências; para a direção, é sinal de má gestão, de falta de controle sobre a cadeia, de fragilidade pública. Além da mobilização necessária para gerar uma revolta de dimensões midiáticas, todos esses elementos são sopesados pelos integrantes da organização que tem como uma das principais marcas justamente a habilidade de negociação.

“Quem pune as visitas são os agentes”, ouviu a pesquisadora durante o campo nos CDPs de Pinheiros de uma familiar. Se as pessoas presas são punidas por juízes, no âmbito

¹⁶⁰ Op. Citada, p. 73.

¹⁶¹ Op. Citada, p. 65.

¹⁶² Pilotos são membros do PCC responsáveis pelo funcionamento da unidade prisional, garantindo o respeito e o resultado do que é negociado junto aos presos e aos funcionários. BIONDI, Karina. *Junto e misturado: uma etnografia do PCC*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2010. p. 112.

do Judiciário, as visitas são, institucionalmente, condenadas pelos agentes de segurança prisional e pelos diretores das cadeias. Dentre as várias diferenças, ressalta-se que, embora preservem a liberdade, para as visitantes não há princípio do contraditório, ampla defesa nem mesmo outras garantias processuais – ainda que estas sejam difíceis de serem encontradas como se deveria nos Tribunais brasileiros. A criação de regras (legislativo), a concretização (executivo) e a apreciação do cumprimento (judiciário) é concentrada na burocracia de nível de rua do sistema prisional, sem freios e contrapesos, como também notou Martins e Dias¹⁶³. Assim, passar pelo labirinto institucional da visita importa em aprender a gramática das regras de cada cadeia, de cada plantão, lidar com suas mudanças abruptas e enfrentar abusos, quando possível de modo estratégico, avaliando cada situação e seus recursos para se insurgir. Mas isso não é tudo – ainda há mais um percurso a ser vencido.

3.3. A fila do corpo¹⁶⁴: revista vexatória e scanner corporal

O trânsito dos corpos das visitantes para o interior da prisão envolve uma série de regulações, suspeitas, tensões, incertezas e violências cujo ápice se concretiza com a prática da revista vexatória. Essa constatação se funda nas próprias narrativas das familiares, que contaram histórias das mais variadas sobre os impactos da nudez imposta e da inspeção forçada de suas cavidades íntimas como um visto necessário para a entrada em outro território. Como percebido por Natália Bouças do Lago, há uma simbiose entre a fronteira prisional e o vasculhamento dos corpos das visitantes, demarcando por meio da devassa física a transição para o interior da cadeia¹⁶⁵. Se as muralhas de concreto, os arames farpados e a vigilância impedem que os corpos aprisionados se movimentem de dentro para fora da prisão, a revista vexatória pode ser vista como o ponto alto do controle de uma travessia repleta de violências institucionais de fora para dentro.

A revista vexatória, ou revista íntima¹⁶⁶, é um procedimento que consiste em desnudar e inspecionar cavidades corpóreas de todas as pessoas que intentem visitar homens e mulheres encarcerados. De modo geral, consiste em um ritual de agachamento por três vezes, de frente e de costas, com um espelho ao chão que facilite a visualização da vagina e

¹⁶³ Op. Citada, p. 554.

¹⁶⁴ Expressão dita pela entrevistada Teresa para se referir à espera pela revista vexatória.

¹⁶⁵ LAGO, Natália Bouças do. *Jornadas de visita e de luta: tensões, relações e movimentos de familiares nos arredores da prisão*. 2019. 248 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019, p. 185.

¹⁶⁶ A pesquisadora compreende que toda revista íntima é vexatória, motivo pelo qual prioriza o termo revista vexatória para se referir ao procedimento.

do ânus. Também é frequente a vistoria de cabelos, boca e outras partes do corpo que sejam consideradas aptas a ocultar a presença de objetos ilícitos ou proibidos no interior das prisões. A vistoria das cavidades não é poupada a crianças, bebês e idosos que busquem adentrar a unidade prisional.

A Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo prevê a realização da revista íntima “quando necessária” e com “a finalidade de localizar objetos ou substâncias não permitidas pela administração ou que venham a comprometer a segurança e disciplina”, “a ser realizada por pessoa do mesmo sexo, preservada a honra e a dignidade do revistado”¹⁶⁷. No entanto, por compreender que a prática é incompatível com a dignidade humana, pois fere a intimidade, a honra, a saúde e a integridade física das familiares, a Organização das Nações Unidas (ONU) considera a revista vexatória maus-tratos, e, dependendo das circunstâncias, seus efeitos se equiparam ao da tortura¹⁶⁸. Em 1996, o Estado argentino foi condenado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA (Organização dos Estados Americanos) pela prática. Ainda no campo do direito internacional dos direitos humanos, as Regras de Bangkok (Regras para o tratamento das mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras) determinam que as especificidades de gênero precisam ser devidamente observadas pelos gestores e membros do sistema de justiça. O Brasil participou ativamente da elaboração do texto¹⁶⁹, que afirma: “deverão ser desenvolvidos outros métodos de inspeção, tais como *scanners*, para substituir revistas íntimas e revistas corporais invasivas, de modo a evitar os danos psicológicos e possíveis impactos físicos dessas inspeções corporais invasivas”.

¹⁶⁷ Resolução n. 144 de 2010 da SAP:

Artigo 141 - a revista consiste no exame de pessoas, objetos, bens, valores e veículos, que adentrem a unidade prisional e das áreas habitacionais dos presos, com a finalidade de localizar objetos ou substâncias não permitidas pela administração ou que venham a comprometer a segurança e disciplina.

Artigo 156 - a revista íntima corporal, quando necessária, consiste no desnudamento parcial de presos e de seus visitantes. §1º - o disposto no caput deste artigo deve ser adotado com a finalidade de coibir a entrada ou a presença de objeto ou substância proibidos por lei ou pela administração, ou que venham a por em risco a segurança da unidade.

Artigo 157 - a revista íntima corporal deve ser efetuada em local reservado, por pessoa do mesmo sexo, preservadas a honra e a dignidade do revistado. §1º - É proibida a revista interna, visual ou tátil do corpo do indivíduo. §2º - Nos casos em que após a revista íntima corporal, ainda haja dúvida quanto ao porte de objeto ou substância não permitido, a entrada não deve ser autorizada. §3º - na hipótese da ocorrência do previsto no parágrafo anterior deve haver: I- encaminhamento do visitante a uma unidade de saúde para realização de exame; II- condução do preso, a uma unidade de saúde para realização de exame, se necessário.

¹⁶⁸ INSTITUTO TERRA, TRABALHO E CIDADANIA. *Mulheresemprisão*: desafios e potencialidades para reduzir a prisão provisória de mulheres. ITTC: São Paulo, 2017, p. 121. Disponível em: http://itc.org.br/wp-content/uploads/2017/03/relatorio_final_online.pdf. Acesso em: 02 jun. 2021.

¹⁶⁹ INSTITUTO TERRA, TRABALHO E CIDADANIA. *Mulheresemprisão*: desafios e potencialidades para reduzir a prisão provisória de mulheres. ITTC: São Paulo, 2017, p. 10. Disponível em: http://itc.org.br/wp-content/uploads/2017/03/relatorio_final_online.pdf. Acesso em: 02 jun. 2021.

Para se aproximar da gravidade da situação, cabe acessar alguns depoimentos de mulheres que passaram pela prática. Ser submetida à *fila do corpo* impõe, no mínimo, o denominador comum da humilhação e do constrangimento. PAOLA, VERA, LETÍCIA e MARIA compartilharam suas experiências:

Quando chego na revista vexatória, a mulherada do meu lado começou a tirar a roupa e eu fiquei paralisada. Eu travei, não sabia o que fazer. A funcionária falou assim, "Sua primeira vez?". Eu disse que era. Aí ela falou assim, "Você vai fazer a mesma coisa que ela está fazendo: pode tirar a roupa". Tirei a saia, tirei a camiseta. E ela falou, "Não, tudo. Você vai tirar tudo. Fica olhando o que elas vão fazer para você fazer igual depois". Fiquei olhando as mulheres tudinho agachando três vezes de frente, três vezes de costas. Aí ela falou, "Agora é sua vez". E a vergonha de abrir as pernas para uma estranha? Foi a coisa mais constrangedora, mais humilhante que eu passei naquele momento. Fiz. Eu fui para o pavilhão, chorando, em prantos, eu nunca tinha passado por aquela situação (Paola).

Quando fui, eu não sabia. Ninguém me contou, porque todo mundo sabia que se me contasse eu não ia. Quando eu cheguei lá a mulher simplesmente olhou para minha cara e falou, "Tira a roupa e abaixa três vezes". Eu olhei para a cara dela e falei, "O que?!". Daí minha mãe falou, "Não faz isso, porque se você falar que vai embora, eles vão chamar a polícia e você vai para a delegacia", porque vão falar que eu tava com coisa, né? Eu não queria participar da revista. Eu tirei a roupa, eu chorei, comecei a chorar, chorei, agachei três vezes. Levantei, agachei de novo de costas. Quando eu entrei lá dentro eu comecei a chorar. Daí eu falei para ele que nunca mais eu ia lá na minha vida. Eu falei, "Eu só volto aqui para te buscar, mas não venho mais aqui". E nunca mais fui mesmo. Fui no dia que ele saiu. [...] Eu morro de vergonha, porque tudo é constrangedor. Você passa por aqueles lugares e você sabe que você não tem nada, mas seu coração vai na goela. Eu falo para minha amiga que eu me sinto como se eu estivesse com meio quilo de droga dentro de mim. Eu me tremo inteirinha (Vera).

Eu sentei no banquinho. Ai, que transtorno. Nossa, eu lembro como se fosse hoje. Por isso que peguei, acho, trauma e falei, "não venho mais para esse tipo de lugar". Sentei, tirei minha roupa, aí: "Vira de costas! Desce!". [...] Falei para minha cunhada, "Nossa, o que é isso que está acontecendo? Que transtorno é esse? Como essa pessoa manda eu tirar minha roupa". Aí entrei lá dentro meio desnorreada, sabe? Falei pro meu irmão: "Como você consegue ficar nesse lugar? Fui revistada. Olha o transtorno que eu passei". Se não me engano, não fui mais, até por conta disso até por conta desse constrangimento. É constrangedor, eu como mulher, para mim (Letícia).

Já passei de tirar a roupa, e graças a Deus nunca falaram "Ah vamos ali que estou suspeitando que está com alguma coisa". Não, isso nunca. Mas tive que abaixar, "Ah, abre mais, que eu não estou vendo", disse a agente. Eu saía e falava, "Mas eu acho que essa mulher que ver minhas amígdalas" (Maria).

O desnudamento e a inspeção corporal das cavidades íntimas atingem também outras partes dos corpos das visitantes, que são tratadas como esconderijos para transporte de itens proibidos e/ou ilícitos. Durante as entrevistas, duas mulheres narraram episódios em que suas unhas foram alvos de uma devassa. Uma delas, TERESA, estava feliz com suas unhas grandes e bem pintadas, e não imaginou como isso poderia ser visto pelas lentes da ameaça guiadas também pelo racismo:

Eu estava com as unhas bem grandes e a moça aqui, que foi embora, ela fazia um monte de desenhos, muito bonitos nas minhas unhas e ela usava uma cor que combinava com a minha cor. Os desenhos ficavam muito bonitos mesmo e chamavam atenção. E as agentes falaram para mim que era unha postiça, mas não era unha postiça. Aí, ela falou assim, "Então, tem alguma coisa debaixo da sua unha?" Eu disse: "Me explica o que a gente coloca debaixo da unha? Cabe o que para vocês aqui dentro? Se vocês justificarem, eu vou entender. Eu queria saber. Porque, olha, sou preta, mas não é porque meu irmão está aqui dentro que eu vou me sujeitar a colocar algo dentro de mim e nem trazer nada aqui para dentro, nem no meu corpo, nem na minha unha, nem na minha boca, nem nada e nem meu irmão jamais me desrespeitaria, meu irmão se ele está aqui dentro, ele sabe o ato errado que ele cometeu, só que meu irmão nunca ia pedir isso para mim, trazer nada no meu corpo". Aí, elas falaram para mim que ia cortar minha unha sim. Mexeram, mexeram, mexeram até que quebraram minha unha. Fiquei doída quando elas quebraram minha unha. [...] Machucou, quebraram minha unha, quebraram minha unha na carne, mexendo, cutucando, falando que era postiça. Falei, "Quero saber, vocês estão pensando o quê? Porque eu sou preta, pobre, periferia eu sou obrigada a passar por isso aqui? Você acha que tenho que abandonar meu irmão aqui dentro? Acha que meu irmão não tem direito de ter uma visita? Aí vocês acham que tem que torturar a gente na visita? Eles já são torturados aqui dentro. Principalmente nós que somos pretos, somos pobres" (Teresa).

Algumas entrevistadas, depois de algum tempo, passam a lidar de modo um tanto mais resignado, buscando ser ágil no procedimento a fim de diminuir o sofrimento da situação. APARECIDA relatou sua estratégia nesse sentido:

Se você entrar com vergonha, você não entra. Se você não fizer como elas mandam, você também não entra. Então, já entrava e elas esperavam – nós entrávamos em três. Aí elas fechavam a porta e falavam, "Pode tirar". Então, eu era rápida, era bem rápida, não tinha cena. Eu ficava vermelha – porque preto fica vermelho, né – eu ficava vermelha, mas era rápido. Não fazia cena. Não dava trabalho. Mas não é fácil, né? Quem vai querer ficar assim? [...] Para acabar logo, quanto mais rápido eu fosse, mais rápido eu saía da sala. Tinha pessoas que dava até dó da mulher. Já entrava chorando. Aí eu falava, "Se você ficar chorando, elas vão falar que se você está chorando, vão pôr você para fora". E elas diziam "Eu estou morrendo de vergonha". Falei, "Também tenho vergonha, mas quanto mais rápido você faz, mais rápido você sai da sala" (Aparecida).

O procedimento não é poupado a pessoas em situações físicas mais vulneráveis, como gestantes, bebês e mulheres recém-operadas. Os depoimentos de MICHELE e ÂNGELA atestam uma brutalidade na imposição da medida que parece não vislumbrar limites:

A última vez que eu fui minha barriga tava grande, eu tava de 7 meses de gestação. A agente mandou virar de costas, e não tava aparecendo meu canal. Aí ela: "Eu não tô vendo seu canal". Aí minha mãe: "Michele, abaixa direito". Aí eu já abri assim pra elas verem. Aí elas: "Sua barriga tá muito grande, não já tá na hora de você parar de vir, não?" (Michele)

Quando nós fomos para Lavínia, foi muito humilhante. Porque nós tivemos que abaixar de frente, de costas e depois jogar o corpo, encostando na parede. Foi muito humilhante. E aí, na hora de revistar minha bebezinha, ela pediu para tirar toda roupinha dela e aí ela começou a gritar, "Não, não! Não tira minha roupa". E aí a mulher falou, "Mas você já foi". Aí ela falou, "Eu nunca fui revistada". E ela falou, "Sai com ela, acalma ela, depois a senhora entra". Porque na outra prisão, a agente só tocava nela assim e falava, "Bom dia, você tem alguma coisa?". E ela

falava, "Não, nós não temos nada". E aí lá em Lavínia já teve que abaixar a roupinha dela e ela estranhou, né? (Ângela)

CONCEIÇÃO tinha passado por uma cirurgia bariátrica, e estava se recuperando do procedimento médico quando foi visitar o filho. Seu estado peculiar de saúde, assim como em vários outros casos semelhantes, não foi considerado como motivo apto a flexibilizar a imposição da revista vexatória:

Na fila da revista, eu não sabia como que funcionava, como que era. Aí chegou minha vez. Entraram três mulheres, eu e mais duas. Ela falou, "A senhora, é a primeira vez?". Eu falei, "É". Ela disse, "Então, a senhora vem aqui comigo. Olha, a senhora vai tirar a roupa, vai me entregando". Fui tirando a roupa, entregando para ela, tirei a calcinha. Aí ela olhou, "O que é isso que a senhora está com uma cinta no seu corpo?". Eu falei, "É que eu fiz uma cirurgia, estou aqui com laudo tudo", mostrei para ela. E ela falou, "Tá bom, então a senhora vai abaixar o tanto que a senhora puder". Tive que abaixar de frente, abrir bem as pernas, mãos atrás da cabeça, aí você abaixa de frente, três vezes e abaixa com você e fica olhando a sua vagina, sabe? Aí ela mandou abaixar três vezes, abaixei o tanto que eu pude. Ela pegou um papel e pôs no banquinho. Você senta no banquinho, levanta as pernas, aí eu fiz esse procedimento. Você balança o cabelo, abre a boca, tira aparelho se você tiver aparelho. Eles te dão a roupa de volta. Pus minha roupa. E ela falou que eu não ia poder entrar de cinta: "Você vai pegar sua cinta, guardar, porque não pode entrar lá dentro. Tudo bem?". Eu falei que tudo bem. Aí, já começou a vazar pus, assim, aquelas aguinhas do ponto... (Conceição).

Diante da magnitude das violências perpetradas por representantes do estado no perímetro de prédios públicos – as prisões – combinada com sua incidência primordial sobre os corpos de mulheres há que se constatar a existência da prática enquanto uma *violência institucional de gênero*, como também compreende Bruna Rachel de Paula Diniz¹⁷⁰. É evidente que a imposição da prática por parte de uma instituição enquanto exercício de um poder que submete o outro – em sua imensa maioria, mulheres – a uma situação de abuso em relação à sua dignidade pode ser nomeada como violência institucional de gênero.

Os corpos constituem um território cujo acesso só deve ocorrer caso seja uma escolha livre de pressões (e opressões) de quem o habita. Não há como provar que a revista vexatória só existe porque os alvos são multidões de mulheres, e mais, de mulheres negras, mas é inegável que a disseminação da prática pressupõe uma banalização frequente sobre o acesso aos corpos das mulheres e a própria cultura do estupro. Não por acaso, editorial do boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM) em 2015 mobilizou a fala do Defensor Público Marcelo Carneiro Novaes para qualificar a revista vexatória como *estupro*

¹⁷⁰ DINIZ, Bruna Rachel de Paula. *A revista íntima e as visitantes de estabelecimentos prisionais: uma análise à luz dos princípios constitucionais penais, da criminologia e dos estudos de gênero*. Belo Horizonte: D'Plácido, 2019. p. 130.

institucionalizado, considerando que a exposição forçada da genitália de familiares a agentes estatais, sem justificativa plausível, ofende a dignidade sexual dessas pessoas¹⁷¹.

A abordagem da afronta à dignidade sexual nas visitas abre caminho para uma outra reflexão que emergiu durante a realização das entrevistas com as familiares. No decorrer das conversas, algumas mulheres afirmaram que, em sua opinião, os homens visitam menos que as mulheres em razão da revista vexatória. Essa narrativa carrega consigo a percepção de que a inspeção das cavidades corporais, especialmente o ânus no caso dos homens cisgêneros, repele ainda mais as motivações que possam persistir para encontrar o familiar aprisionado. O grande tabu que envolve o ânus – órgão relacionado à homossexualidade – acaba por ser mais um fator de afastamento dos homens cisgêneros. Por outro lado, para as mulheres, há uma certa naturalização desse vasculhamento físico vinculada à própria dinâmica patriarcal, como notado por Natália Lago: as mulheres atravessam as muralhas passando pela revista vexatória sem que seu papel de gênero e sua sexualidade sejam colocadas em questão¹⁷².

Algumas entrevistadas apontaram que o advento dos *scanners* corporais e o suposto fim da revista vexatória teria feito com que a presença masculina se intensificasse nas filas de visita. As narrativas de APARECIDA, ÂNGELA e LETÍCIA abordam esse ponto:

O Júlio foi uma vez. Tirou a roupa, ficou morrendo de vergonha. Quase morreu de vergonha. Ele falou, "Eu nunca mais volto aqui". E nunca mais voltou. [...] Para os homens é pior porque essa mania de abaixar e levantar toda hora, né? Abaixa pega o rodo, abaixa pega o pano. Levanta, abaixa... Então, para nós é normal isso de abaixar e levantar. Para homem não, né? Você imagina, né, como é vergonhoso para eles. [...] Hoje não, hoje aumentou muito a visita do pai, do avô, por causa do scanner. Falo, "Engraçado, né? Quando era para vir revistar pelado, ninguém queria vir". Eu falo para eles. (Aparecida).

Eu acho que era por causa da revista íntima disso que tinha menos homem do que mulher. Eles não iam eu acho que por causa da revista, porque era muito humilhante. Se para mulher era, imagina para eles (Ângela).

Tem homem que não gosta de passar por constrangimento. Normalmente quem vai mais é mulher, namorada e mãe. Homem acho que não vai porque eles falam que é constrangimento. Tanto que meu sobrinho foi poucas vezes, a gente nem deixou ele ir muito. Acho que é isso, o constrangimento. Não que para mulher não seja. Para mulher é muito mais. Mas acho que para o homem... (Letícia)

Com base em um levantamento quantitativo feito com base em dados fornecidos pela SAP, a partir da instalação de *scanners* corporais em 2015, houve um aumento relativamente maior de visitantes homens em relação às mulheres no primeiro ano de implementação, se

¹⁷¹ IBCCRIM. INSTITUTO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS CRIMINAIS. Editorial - Revista vexatória: o estupro institucionalizado. *Boletim IBCCRIM*, São Paulo, v. 23, n. 267, p. 1, fev. 2015.

¹⁷² Op. Citada, p. 197.

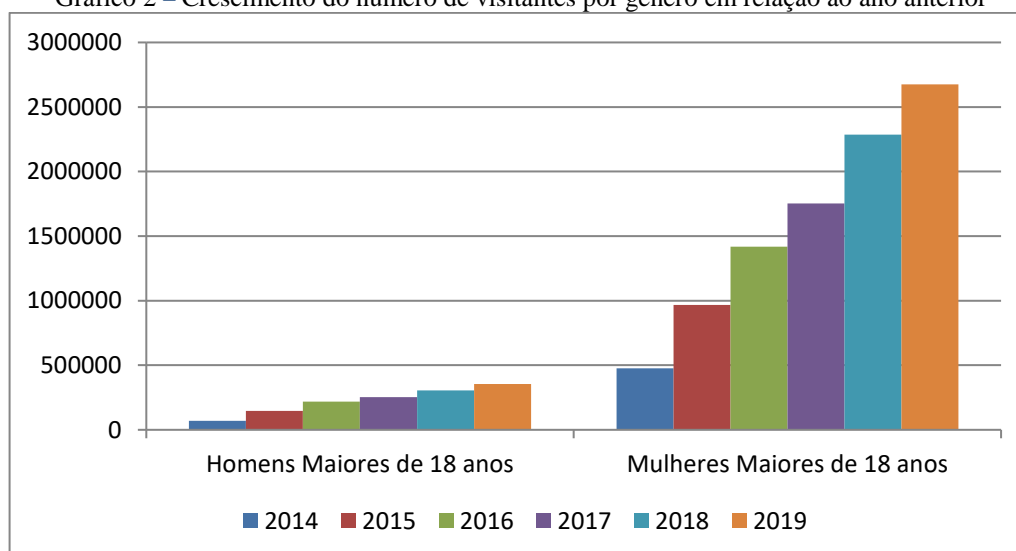
equiparando em 2016 e permanecendo inferior nos anos subsequentes. Dessa forma, depreende-se que a presença masculina nas filas foi influenciada timidamente pela presença dos scanners. O fato de as familiares entrevistadas mencionarem a percepção do aumento sugere que se trata de um ambiente tão femininizado que um aumento, ainda que pequeno, do número de homens já seja um fator registrado por seus olhares. O baixo índice de aumento, por sua vez, indica que a ausência masculina vai além da barreira da revista vexatória, sendo resultado de outras variáveis que permanecem e influenciam de modo mais substancial a dinâmica de gênero nas filas, como será visto no Capítulo 4.

Tabela 1 – Crescimento do número de visitantes por gênero em relação ao ano anterior

CRESCIMENTO DE VISITANTES EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR					
	2015	2016	2017	2018	2019
Homens Maiores de 18 anos	110%	48%	17%	21%	16%
Mulheres Maiores de 18 anos	103%	47%	24%	30%	17%

Fonte: Dados fornecidos pela SAP em pedido de acesso à informação (Protocolo 773822023947).

Gráfico 2 – Crescimento do número de visitantes por gênero em relação ao ano anterior



Fonte: Dados fornecidos pela SAP em pedido de acesso à informação (Protocolo 773822023947).

Outros dois pontos lidos sob as lentes das relações de gênero se referem às diferenciações entre as familiares coproduzidas por elas mesmas, e uma certa objeção a se compreender em situações de violência. Coproduzidas porque esse discurso é difundido pelas justificativas institucionais, e em certa medida é reproduzido pelas visitantes. Vanina Ferreccio, em pesquisa realizada na Argentina, notou que havia uma diferenciação

reivindicada por algumas familiares: umas querem ser consideradas boas mulheres, que visitam há anos e nunca trouxeram nada ilícito para a prisão, e, portanto, não merecem passar pelos maus tratos; outras são vistas como criminosas e, portanto, não poderiam reclamar da revista vexatória¹⁷³. Ela depreende que muitas mulheres não questionam a prática da revista vexatória em si, mas sua aplicação indiferenciada, a falta de seletividade por parte dos agentes prisionais que não identificam as famílias que pretendem ajudar o familiar aprisionado daquelas que só contribuem para o conflito carcerário¹⁷⁴. A violência da revista vexatória é vista por diversas vezes como um mecanismo de disciplina decorrente da atuação de parte das familiares, perspectiva também encontrada durante algumas entrevistas realizadas pela pesquisadora.

Ferreccio também notou que, de forma geral, as mulheres procuram omitir as violências passadas na revista vexatória. No entanto, a depender do gênero do familiar visitado, a reação a uma narrativa mais amena do que a realidade difere: os homens presos pareciam aceitar mais na palavra da familiar, de modo a supor que a revista tenha ocorrido dentro da *normalidade*; por outro lado, as mulheres presas tendem a exigir de suas familiares que relatem como foi a revista, partindo do pressuposto de que houve abuso de poder por parte dos funcionários que a realizam¹⁷⁵. Essa complacência dos homens do pedágio violento que as familiares pagam pode ser percebida pelo relato de um homem preso entrevistado por ela: “Minha mulher disse que ela também se angustia, mas... não sei, são de ferro as mulheres!”¹⁷⁶.

Tecida uma breve análise sobre as dimensões de gênero da revista vexatória, impera abordar as principais discussões jurídicas em torno do tema. O ponto de partida escolhido para essa chave analítica consiste na ofensa o *princípio da intranscendência da pena*. Inscrito na Constituição Federal. Previsto no artigo 5º, inciso XLV da Constituição Federal de 1988, o dispositivo estabelece que “nenhuma pena passará da pessoa do condenado [...]”, assegurando o necessário afastamento de práticas punitivas baseadas puramente na situação de prisão de uma pessoa da família. A Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San Jose da Costa Rica) reitera que a punição não pode extrapolar a pessoa

¹⁷³ FERRECCIO, Vanina. El outro encarcelamiento femenino: la experiencia carcelaria de las mujeres familiares de detenidos. *Revista Crítica Penal y Poder*. Observatorio del Sistema Penal y los Derechos Humanos (OSPDH), Universidad de Barcelona, n. 15, octubre, 2018, p. 46.

¹⁷⁴ Op. Citada, p. 46.

¹⁷⁵ Op. Citada, p. 51.

¹⁷⁶ Op. Citada, p. 49.

responsabilizada criminalmente¹⁷⁷. No entanto, a revista vexatória escancara o fato de familiares de pessoa presas serem tratadas com a regra da suspeição, pelo simples fato de nutrir um relacionamento com uma pessoa presa. Advogados, juízes, promotores de justiça entre outras pessoas que também podem acessar o ambiente prisional representando instituições não são submetidos a esse ritual degradante. Esse ponto revela que outros mecanismos de controle de circulação de pessoas e itens nas prisões já são praticados, e que há uma diferenciação clara entre as presunções direcionadas às autoridades e as aplicadas às familiares.

O fundamento de que a revista vexatória visa a impedir a entrada de objetos ilícitos ou proibidos no interior do cárcere não se sustenta faticamente. Em 2012, a Rede de Justiça Criminal junto à Defensoria Pública do Estado de São Paulo analisou dados fornecidos pela Secretaria de Administração Penitenciária e concluiu que, aproximadamente 3,5 milhões de revistas vexatórias foram realizadas, mas em apenas 0,02% dos casos se apreendeu drogas ou celulares com visitantes¹⁷⁸. Se esses tipos de objetos estão presentes nas prisões, deve haver uma investigação sobre como esse fluxo se concretiza, e não a aplicação de medidas humilhantes e degradantes destinadas às familiares, sendo que não há correlação fática substancial entre visitas e entrada de drogas, celulares e seus acessórios comprovada empiricamente.

A lei que criminaliza o porte e o comércio de determinadas substâncias entorpecentes (Lei n. 11.343/2006) prevê que se a infração for cometida nas dependências ou imediações de estabelecimentos prisionais as penas são aumentadas de um sexto a dois terços¹⁷⁹. Conhecido como *tráfico de portaria*, as mulheres que são detidas tentando adentrar com drogas ilícitas nas prisões têm a punição agravada, ainda que a forma de tomar conhecimento do delito tenha sido a revista vexatória. No entanto, qualquer eventual prova que seja

¹⁷⁷ Pacto de San José da Costa Rica, Artigo 5º - Direito à integridade pessoal

1. Toda pessoa tem direito a que se respeite sua integridade física, psíquica e moral.

2. Ninguém deve ser submetido a torturas, nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes. Toda pessoa privada de liberdade deve ser tratada com o respeito devido à dignidade inerente ao ser humano.

3. A pena não pode passar da pessoa do delincente.

¹⁷⁸ LIMA, Raquel da Cruz; MORRIS, Jessica Carvalho. Pelo fim completo e imediato da revista vexatória no Brasil. Boletim Rede Justiça Criminal, ed. 9, 2016, p. 14. Disponível em: https://redejusticacriminal.org/wp-content/uploads/2018/05/2016_09-Boletim_RJC_n%C2%BA9.pdf. Acesso em: 02 jun. 2021.

¹⁷⁹ Lei n. 11.343/06, artigo 40: As penas previstas nos arts. 33 a 37 desta Lei são aumentadas de um sexto a dois terços, se: [...]

III — a infração tiver sido cometida nas dependências ou imediações de estabelecimentos prisionais, de ensino ou hospitalares, de sedes de entidades estudantis, sociais, culturais, recreativas, esportivas, ou beneficentes, de locais de trabalho coletivo, de recintos onde se realizem espetáculos ou diversões de qualquer natureza, de serviços de tratamento de dependentes de drogas ou de reinserção social, de unidades militares ou policiais ou em transportes públicos.

produzida por meio da revista vexatória é ilícita, pois viola uma série de normas e princípios constitucionais¹⁸⁰, como a dignidade da pessoa humana, a presunção de inocência, o direito à intimidade, o direito à proteção contra a autoincriminação e o já mencionado princípio da intranscendência da pena, além de configurar tratamento desumano e degradante.

A discussão sobre a ilicitude da revista vexatória para obtenção de provas está sob apreciação do Supremo Tribunal Federal (STF) por meio do Recurso Extraordinário em Agravo n. 959.620, ao qual foi atribuído repercussão geral¹⁸¹. Interposto pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, o recurso visa a reverter o reconhecimento do Tribunal acerca da ilicitude da prova proveniente de revista vexatória realizada em um estabelecimento prisional do Rio Grande do Sul. Até a data do depósito da dissertação, o julgamento ainda estava pendente. Vale lembrar que o plenário do STF se posicionou em 2019 sobre a incompatibilidade da revista vexatória com a ordem constitucional¹⁸².

No Poder Judiciário, as humilhações sofridas pelas familiares com a revista vexatória tem sido levadas também enquanto casos em que se busca o reconhecimento de dano moral e sua consequente indenização. As decisões favoráveis às familiares ainda constituem um número ínfimo, embora a mesma prática em empresas já tenha consolidado uma jurisprudência nesse sentido. Em 2015, a 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo reconheceu pela primeira vez a presença de dano moral na revista vexatória contra uma familiar, estabelecendo a indenização no valor de R\$ 10.000,00¹⁸³.

A ação teve resultado em um contexto de aumento do debate público sobre a necessária proibição da prática. Em 2014, foi lançada a campanha *Pelo fim da revista vexatória*, capitaneada pela Rede Justiça Criminal (RJC)¹⁸⁴ com apoio da Pastoral Carcerária

¹⁸⁰ Constituição Federal de 1988, artigo 5º, inciso LVI - são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.

Código de Processo Penal, artigo 157 - São inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais.

¹⁸¹ Repercussão geral é um instituto processual pelo qual se reserva ao STF o julgamento de temas trazidos em recursos extraordinários que apresentem questões relevantes sob o aspecto econômico, político, social ou jurídico e que ultrapassem os interesses subjetivos da causa. Foi incluído no ordenamento jurídico pela Emenda Constitucional n. 45/2004 e regulamentado pelos arts. 322 a 329 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal e pelos arts. 1.035 a 1.041 do Código de Processo Civil (Lei n. 13.105/2015).

¹⁸² “Agravo regimental na suspensão de liminar. Indeferimento do pedido de contracautela sob o fundamento de que a prática de revista íntima em presídios com realização de técnicas vexatórias viola o princípio da dignidade da pessoa humana. Ausência de lesão à ordem e à segurança públicas. Agravo regimental ao qual se nega provimento”. STF, SL 1153 AgR, Relator Min. DIAS TOFFOLI (Presidente). Tribunal Pleno, julgado em 29/04/2019. PROCESSO ELETRÔNICO DJe-102 DIVULG 15-05-2019 PUBLIC 16-05-2019.

¹⁸³ Disponível em: <https://www.jota.info/justica/tj-sp-passa-a-conceder-dano-moral-por-revista-vexatoria-29122015>. Acesso em: 02 jun. 2021.

¹⁸⁴ A Rede Justiça Criminal é um coletivo de organizações não-governamentais brasileiras com o objetivo de contribuir e influenciar o debate sobre o sistema de justiça criminal. Em 2014, o grupo era formado por: Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESec); Conectas Direitos Humanos; Instituto de Defensores de

e do Núcleo de Situação Carcerária da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. A mobilização foi impulsionada inicialmente por organizações da sociedade civil, como Pastoral Carcerária, Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC) e Grupo de Estudos e Trabalho Mulheres Encarceradas (GET Mulheres Encarceradas), que desde a década de 1990 já apontavam a ilegalidade da revista vexatória, como ensinam Heidi Cerneka, Sônia Drigo e Raquel Lima¹⁸⁵. A intensificação do diálogo público com os poderes legislativo, judiciário e executivo objetivada demonstrar que, além de violar diversas garantias constitucionais, a revista vexatória é ineficaz na perspectiva dos objetivos que ela supostamente persegue¹⁸⁶. Por meio de um *website*, a campanha disponibilizou acesso público a relatos de visitantes submetidas à revista vexatória, e permitia mobilizar os internautas por meio do envio de mensagens ao Presidente do Senado Federal solicitando aprovação do projeto de Lei n. 7.764/2013, que proibia a prática em todo o país. Também foram ajuizadas ações civis públicas, como a proposta pela Conectas Direito Humanos, cujo pleito se direcionava a suspender a revista vexatória em dois Centros de Detenção Provisória em São Paulo¹⁸⁷.

No mesmo ano, meses após o lançamento da Campanha, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) editou a Resolução n. 5/2014, que revogou a anterior (Resolução n. 09/2006) cuja redação era bastante permissiva da prática, ainda que de modo excepcional e sob o manto da fundada suspeita. A normativa de 2014 avançou timidamente, passando a considerar de modo evidente o conflito entre a dignidade humana e a segurança das prisões, bem como a disparidade orçamentária e de infraestrutura entre estabelecimentos prisionais no país, como descreve Bruna Diniz¹⁸⁸. Resultado da pressão da sociedade civil organizada, a nova Resolução do CNPCP não configurou uma mudança significativa de posicionamento, valendo-se mais de justificativas sobre a impossibilidade de solucionar a questão¹⁸⁹.

Direitos Humanos (IDDDH); Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD); Instituto Sou da Paz; Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC); Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP); e Justiça Global.

¹⁸⁵ CERNEKA, Heidi Ann; DRIGO, Sônia Regina Arrojo e; LIMA, Raquel da Cruz. Luta por direitos: a longa mobilização pelo fim da revista vexatória no Brasil. *Boletim IBCCRIM*, São Paulo, v. 22, n. 261, p. 10-12, agosto 2014, p. 10.

¹⁸⁶ Op. Citada, p. 11.

¹⁸⁷ DINIZ, Bruna Rachel de Paula. A revista íntima e as visitantes de estabelecimentos prisionais: uma análise à luz dos princípios constitucionais penais, da criminologia e dos estudos de gênero. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019, p. 158.

¹⁸⁸ Op. Citada, p. 134-135.

¹⁸⁹ Idem, p. 137.

Os esforços sistemáticos e regionais por todo o Brasil, liderados pela Campanha da RJC, geraram um cenário de pressão que abriu caminho para aprovação de legislações nas esferas estaduais¹⁹⁰ e no âmbito nacional proibindo a revista vexatória, embora persistam brechas para abusos em alguns casos. Em São Paulo, a Lei Estadual n. 15.552/2014 vedou expressamente qualquer tipo de exame íntimo¹⁹¹, estabelecendo que o ingresso em unidades prisionais seja precedido de “tecnologias que preservem a integridade física, psicológica e moral do visitante revistado”¹⁹². Caso os agentes de segurança penitenciária compreendam que há *fundada suspeita* acerca do abrigo de objetos proibidos ou ilícitos junto à visitante, a lei prescreve que ela poderá ser conduzida a um ambulatório e examinada por um médico:

Artigo 4º - Na hipótese de suspeita justificada de que o visitante esteja portando objeto ou substância ilícitos, identificada durante o procedimento de revista mecânica, deverão ser tomadas as seguintes providências:

I - o visitante deverá ser novamente submetido à revista mecânica, preferencialmente utilizando-se equipamento diferente do usado na primeira vez, dentre os elencados no artigo 3º da presente lei;

II - persistindo a suspeita prevista do “caput” deste artigo, o visitante poderá ser impedido de entrar no estabelecimento prisional;

III - caso insista na visita, será encaminhado a um ambulatório onde um médico realizará os procedimentos adequados para averiguar a suspeita¹⁹³.

No âmbito nacional, a Lei n. 13.271/2016 proibiu a revista íntima, excluindo por completo a possibilidade da realização da prática em casos de *fundada suspeita*¹⁹⁴. Entretanto, como analisa Bruna Diniz, ao não diferenciar visitantes dos demais frequentadores de estabelecimentos públicos e privados do país para vedar o procedimento, a lei pode ser lida tanto como um avanço ou como uma fonte de incertezas¹⁹⁵. De todo modo, a medida sancionada pela presidenta Dilma Rousseff constitui um marco importante na luta pelo fim da revista vexatória, muito embora saiba-se que a efetivação de normas como essa no cotidiano das pessoas perpassa um caminho muito mais complexo.

¹⁹⁰ No Rio de Janeiro, a Lei Estadual n. 7.010/2015; no Paraná, a Lei Estadual n. 18.700/2016; no Rio Grande do Sul, a Portaria n. 12/2008, da Superintendência de Serviços Penitenciários; em Minas Gerais, a Lei n. 12.492/1997; na Paraíba, a Lei n. 6.081/2010; no Espírito Santo, a Portaria n. 1.575-S/2012, da Secretaria de Estado da Justiça; em Goiás a Portaria n. 435/2012, da Agência Goiana do Sistema de Execução Penal; no Mato Grosso, a Instrução Normativa n. 2/GAB da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos.

¹⁹¹ Lei Estadual n. 15.552/2014 – SP: Artigo 1º - Ficam os estabelecimentos prisionais proibidos de realizar revista íntima nos visitantes.

Parágrafo único - Os procedimentos de revista dar-se-ão em razão de necessidade de segurança e serão realizados com respeito à dignidade humana.

¹⁹² A legislação estadual paulista contraria os dispositivos contidos na Resolução n. 144 de 2010 da SAP, que deve ser considerada revogada.

¹⁹³ Lei Estadual n. 15.552/2014 – SP.

¹⁹⁴ Lei n. 13.271/2016, Artigo 1º As empresas privadas, os órgãos e entidades da administração pública, direta e indireta, ficam proibidos de adotar qualquer prática de revista íntima de suas funcionárias e de clientes do sexo feminino.

¹⁹⁵ Op. Citada, p. 152.

Outro importante recurso mobilizado para acabar com a revista vexatória se refere à instalação de *scanners* corporais nas entradas das prisões, pois atenderia a demanda de controle da entrada de objetos proibidos ou ilícitos bem como a manutenção da dignidade das visitantes. Usados em fronteiras de diversos países, os *scanners* operam – ao menos teoricamente, como será visto – de modo semelhante na entrada das cadeias, cumprindo a função de detectar com precisão a presença de eventuais itens nos corpos que pretendem atravessar o território. Seu funcionamento é similar aos aparelhos de ressonância magnética, conseguindo reproduzir uma imagem em 3D de pessoas e objetos por meio de ondas de radiofrequência em que se torna possível visualizar órgãos e matérias no interior dos corpos.

A instalação de *scanners* corporais nas prisões do estado de São Paulo teve início em 2015, como já mencionado. Conforme informações prestadas pela SAP, no primeiro ano foram instalados equipamentos em 4 unidades prisionais. No contrato de 2017, ainda vigente em 2020, 151 unidades prisionais do estado contam com scanners. Isso significa que, em 2020, 83% do total de cadeias no território estadual paulista possuem scanners corporais para a entrada de visitantes¹⁹⁶. Ou seja, mesmo após 5 anos do início da instalação dos aparelhos, ainda não há scanners na totalidade das prisões, o que sugere a persistência da revista vexatória em São Paulo em ao menos 17% das prisões estaduais.

Durante as entrevistas, as familiares foram uníssonas em afirmar que com o *scanner* visitar se tornou menos humilhante, pois a revista vexatória deixou de ser regra. No entanto, após essa demonstração de certo alívio, passavam a relatar experiências que se assemelham à violência institucional da revista. Isso porque os *scanners* precisam ser operados e suas imagens interpretadas, pontos que permitem uma atualização dos abusos contra as visitantes. Se a expectativa era de que os aparelhos cessassem as humilhações e violências, jogando a revista vexatória para o campo da memória, a realidade que tem se materializado se mostra muito mais incerta e ambígua.

CARLA mencionou essa ambivalência proporcionada pelos scanners corporais, que, em suas palavras, “quando dá certo, passa uma vez só pela máquina e já entra”, o que também agiliza a entrada na unidade prisional. No entanto, sinaliza:

O scanner seria bem melhor se ele não fosse tão também... Porque tem hora que a gente precisa passar três vezes naquela máquina, sabe? Não tem nada, mas, "Ah, estou vendo não sei o quê". Esses dias mesmo, eu tomei um iogurte antes de entrar. Acho que por causa do fermento, inchou meu estômago. Nossa, a funcionária me fez passar três vezes no scanner: "É porque tem uma bola no teu estômago". Eu

¹⁹⁶ Os dados apresentados foram obtidos por meio de pedido de acesso à informação. Protocolo 773822023947, data da resposta 27/10/2020.

nem lembrava que tinha tomado o iogurte. Ela me deixou esperando e passou todo mundo para depois eu ser a última a passar. Eu passei e ela disse que tinha sumido. Então, é complicado (Carla).

Essa tensão sobre o que será visto no aparelho e como a imagem será interpretada faz com que algumas mulheres não comam alguns alimentos na véspera, ou mesmo deixem de tomar remédio em situações de necessidade por medo de modificar a imagem gerada pelo *scanner* e isso ser mobilizado como um entrave ao encontro, como narrou MANOELA:

Eu ficava com medo de tomar um remédio e no scanner constar um comprimido e cismarem que estou querendo entrar com alguma coisa. Já vi situações do tipo. Todas as vezes que eu ia, eu sempre passava mal de dor de cabeça, dor de estômago e eu não tomava nada, porque eu pensava, "Eu não. Já pensou, chegar lá e constar alguma coisa?". Mesmo com dor eu ia, mas eu não tomava nenhum medicamento com medo. Sempre foi uma tensão passar no scanner. Porque você sabe que você não tem nada, mas tiveram situações com mulheres que também não tinham nada e passaram por constrangimento (Manoela).

Mesmo não detendo nada ilícito ou proibido em seus corpos, é muito difícil se desvencilhar do temor de algo aparecer no *scanner* corporal que possa barrar a visita. O aparelho gera imagens de ressonância magnética, é possível visualizar órgãos e seus interiores, mas como os funcionários do sistema prisional não têm formação em radiologia, área responsável por lidar com esse tipo de aparelho, as leituras dos agentes são por vezes confusas e permitem realizar arbitrariedades com as visitantes. Várias entrevistadas relataram situações de desconfiança dos agentes, e que depois foi descoberto que se tratava da presença de gases no corpo. VERA compartilhou um episódio em que sua amiga passou pelo scanner, que, segundo os agentes, indicou que ela tinha algo no corpo. A amiga disse que poderia ir ao pronto-socorro pois não tinha nada em seu interior, e então os agentes pediram que ela apertasse a própria barriga, para verificar se eram apenas gases. CLÁUDIA também contou como a velocidade da digestão afeta o andamento da entrada:

Porque se comeu arroz e feijão e parou ali na barriga dela, pronto - para o sistema, para a esteira, para tudo. Até conseguirem ligar o que aquele grão de feijão está fazendo no intestino da menina que comeu no dia interior. A pessoa é obrigada a peidar. Ela tem que soltar o pum, aí leva no banheiro - "Não, se você não conseguir fizer cocô, você não vai visitar". Mas como ela vai cagar com tanta gente olhando? Eu fico 15 dias sem fazer cocô, tenho problema de intestino... Antes de ir, tenho que dar um jeito, pelo menos uma vez ou um dia antes, porque senão para. Porque eles não conseguem distinguir o que é cocô e o que não é. Essa parte aí eles pecam muito. Porque se tivesse uma enfermeira ali, alguém com mais inteligência para os agentes entenderem... eles não conseguem entender a divisão que tem entre o ânus e a vagina. O que ela pode carregar na vagina e a divisão do ânus? (Claudia)

As narrativas de teor escatológico e humilhante, sobretudo em relação ao trato intestinal, foram frequentes durante as entrevistas. Um dos relatos mais emblemáticos foi

feito por MICHELE, que descreveu uma situação que passou na presença de sua filha. Entre a imagem indecifrável pelos agentes e as palavras de MICHELE afirmando enfaticamente que não detinha nada em seu corpo, ela passou por longas horas entre a unidade, a delegacia e posto de saúde até comprovar que o que havia em seu intestino era fruto do funcionamento do próprio corpo humano:

Teve uma vez que eu levei minha filha e não tinha mais que tirar a roupa. Minha filha passou no scanner e depois foi a minha vez. Ela [agente prisional] falou: “volta e passa de novo”. Eu passei de novo. Ela: “Vamos tirar o que tem dentro de você, Michele?” – “Tirar o quê?”. Eu achei que ela estava brincando, pelo fato de ser a primeira vez. Não levei a sério. Eu falei: “Tirar o quê?” – “Ó, para de constranger a sua filha e já tira logo. Vamos poupar o tempo, olha a sua filha aqui” - “Mas tirar o quê? Pelo amor de Deus, eu não tenho nada”. Ela me levou num quartinho. Como antes do scanner tinha que tirar a roupa, achei que tinha que tirar minha roupa e comecei a tirar. Ela disse: “Eu não mandei você tirar a sua roupa. Eu mandei você tirar o que tem dentro de você” – “Eu já falei que eu não tenho nada. Vou tirar o quê?”. Comecei a chorar e falei: “Pelo amor de Deus, eu não preciso disso”. [...] Eu falei: “Chama logo a polícia, caramba. Chama logo. A minha filha tá com fome! Eu não tô com nada. Eu já disse, eu não preciso disso, eu não preciso. Ele nunca ia me mandar trazer nada, tô com nada”. Me mandou passar novamente no raio-x, no scanner. Veio o diretor do CDP, que falou pra mim: “Michele, vamos tirar logo?” – “Eu não tô com nada! Eu já falei que eu não tô com nada! Vou tirar o quê? Não tô com nada!”. [...] Aí chegaram os policiais. Veio uma feminina e falou pra mim: “Michele, se você falar que tem alguma coisa, não vai acontecer nada”. Papo de polícia. “Pode falar, pode falar” – “Eu não tô com nada, me leva pra onde tem que me levar pra ver se eu tenho ou não tenho e pronto. Eu quero ver o meu marido ainda hoje”. Ela: “Você não tá com nada? Tem certeza?” – “Tenho”. Fomos pra delegacia, e falei com uma delegada. Ela disse: “então você vai no hospital, mas você não é obrigada a fazer nada. Se você não quiser, você vai sair daqui e vai pra sua casa, mas também você não vai ver seu marido hoje”. Eu disse: “Não, eu vou lá. Vou fazer o que tem que fazer” – “Então tá bom. Você vai no hospital, vai fazer os exames, depois volta aqui que a gente abre um boletim de ocorrência contra eles”. Fui lá pro hospital e enfiaram tudo na minha vagina no meu... Tudo, tudo que é lugar enfiaram coisa. Viram que não tinha nada. Fizeram raio-x e encontraram a mesma coisa que tava no scanner: eram fezes. Era cocô! Enfim, não visitei (Michele).

A fila do corpo, embora tenha adquirido novos contornos com a presença dos *scanners* corporais, é informada por saberes e práticas institucionais anteriores à presença do equipamento, e que influenciam na sua instrumentalização. Os aparelhos por si só não têm aptidão de inibir práticas violentas e discriminatórias – a ação humana da interpretação das imagens se faz fundamental, assim como a qualificação profissional para tanto. E em se tratando de interpretação, sabe-se que as lentes analíticas são repletas de pressupostos, e que, no caso, desempenham um papel decisivo no controle das fronteiras prisionais. O que se percebe com o advento dos *scanners* é que, embora a prática em si da revista vexatória tenha sido afastada como regra, a premissa de que as mulheres visitantes são uma ameaça à

segurança interna das prisões pelo simples fato de se relacionarem com uma pessoa presa segue atuando e violentando corpos específicos.

3.4. Entre estigma, prisionização secundária e adoecimentos

A passagem por esse labirinto institucional repleto de obstáculos, violências e tensões deixa seus vestígios nas vidas das mulheres familiares, alterando profundamente seu cotidiano, suas escolhas e seus rumos. Para refletir sobre essas questões, vale, inicialmente, considerar alguns dos estudos sobre os impactos da prisão para as famílias.

Parcela considerável dos estudos brasileiros que envolvem familiares de pessoas presas tem como uma das principais categorias analíticas o *estigma*, como notado por Bruna Diniz¹⁹⁷. Estudado por Erving Goffman, o termo criado pelos gregos se refere a “sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava”¹⁹⁸. A definição de estigma do autor remete à criação de uma identidade virtual degradada, atribuída às pessoas que ostentam características diferentes dos padrões hegemônicos de aparência e comportamento¹⁹⁹. Há também aqueles indivíduos dos quais o estigmatizado pode esperar algum apoio, nomeados por Goffman como *pessoas informadas*²⁰⁰. O autor aponta como um tipo de pessoa informada aqueles que se relacionam com estigmatizados por meio da estrutura social, “uma relação que leva a sociedade mais ampla a considerar ambos como uma só pessoa”²⁰¹.

Dos ecos de Goffman para a compreensão da dinâmica das famílias de pessoas aprisionadas, destaca-se a obra de Megan Comfort. Autora de uma das primeiras pesquisas com maior repercussão sobre familiares de pessoas presas, realizou uma pesquisa empírica nos Estados Unidos em que concluiu que o ato de entrar em contato com as unidades prisionais sujeita as mulheres visitantes a processos de *prisionização secundária*, o que significa que são contaminadas pelas violências do encarceramento do parente

¹⁹⁷ DINIZ, Bruna. As visitantes de prisões e os efeitos sociais do cárcere: revisão bibliográfica e novos desafios para a produção futura. In: GOMES, Mariângela Gama de Magalhães; FALAVIGNO, Chiavelli Facenda; MATA, Jéssica da. (org.). *Questões de gênero: uma abordagem sob a ótica das ciências criminais*. Belo Horizonte: D'Plácido, 2018, p. 121-146.

¹⁹⁸ GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008, p. 11.

¹⁹⁹ Op. Citada, p. 12 e ss.

²⁰⁰ Op. Citada, p. 17.

²⁰¹ Op. Citada, p. 39.

aprisionado²⁰². Seu referencial repousa no conceito de *prisionização*, elaborado por Donald Clemmer em 1940, que se inspirou na ideia de *americanização* para indicar a adoção, em maior ou menor grau, de rotinas, hábitos, costumes e cultural geral penitenciária²⁰³. Como descrito por Bruna Diniz, o autor pouco aborda as familiares de presos em suas obras, comentando em raros momentos o papel das familiares enquanto redutoras do grau de prisionização do parente preso²⁰⁴. A prisionização que atinge as familiares é derivada da que se desenvolve junto aos presos, e tem um caráter ambivalente distinto: ao transitar entre a prisão e o fora da prisão, as familiares tornam-se livres e encarceradas ao mesmo tempo, afirma Comfort²⁰⁵. Essa árdua travessia busca mitigar a institucionalização gerada pela prisão ocorre de modo paradoxal, já que a visitação, de acordo com sua visão, estende os efeitos degradantes do encarceramento, atingindo-as.

Entretanto, embora os impactos nas vidas das visitantes sejam muito relevantes, o conceito de prisionização secundária como fora concebido deixa de fora a perspectiva de como a atuação das familiares estrutura a dinâmica do próprio sistema penitenciário, o que, segundo Rafael Godói, sugere que o “o funcionamento da prisão massificada seguiria uma mecânica própria, que só inadvertidamente arrastaria mães, mulheres, filhos e amigos dos presos para uma condição pior”²⁰⁶. O autor aprofunda sua crítica:

Dessa perspectiva, o quadro que se esboça não é o da imposição de uma pena sobre uns que, por faltas ou excessos, acabaria por contaminar tantos outros, mas de uma administração ampliada das penas que implica igualmente uns e outros, presos e familiares, também agentes civis e estatais – que operam, em grande medida, gerindo os múltiplos e indispensáveis fluxos de pessoas, bens e informações que entram e saem da prisão precisamente para fazê-la funcionar²⁰⁷.

Compartilha-se do entendimento elaborado por Godói, e a dinâmica da atuação das mulheres para o funcionamento das prisões na atualidade será tratada de modo mais aprofundado no Capítulo 4. Todavia, durante as entrevistas, muitas histórias sobre mudanças em suas vidas e os impactos decorrentes do aprisionamento do familiar foram ouvidas, o que fez a pesquisadora pensar sobre uma confluência que informa o fenômeno: as familiares, a

²⁰² COMFORT, Megan. “A casa do papai”: a prisão como satélite doméstico e social. *Discursos Sediciosos - crime, direito e sociedade*, v. 8, n. 13, Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia, 2004. p. 80.

²⁰³ CLEMMER, Donald. *The Prison Community*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1940.

²⁰⁴ DINIZ, Bruna Rachel de Paula. *A revista íntima e as visitantes de estabelecimentos prisionais: uma análise à luz dos princípios constitucionais penais, da criminologia e dos estudos de gênero*. Belo Horizonte: D’Plácido, 2019, p. 93.

²⁰⁵ COMFORT, Megan. *Doing Time Together: Love and Family in the Shadow of the Prison*. Chicago: Chicago Press, 2008. p. 15-16.

²⁰⁶ GODÓI, Rafael. *Fluxos em cadeia: a prisão na virada dos tempos*. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 193.

²⁰⁷ Op. Citada, p. 193.

um só tempo, são afetadas e afetam as prisões. Há alterações em suas saúdes física e mental, nas relações com outros familiares, nos trabalhos desenvolvidos, nas amizades, e nas diversas esferas da vida. No entanto, essas mudanças estão estritamente vinculadas ao papel desempenhado por essas mulheres em perpetuar os laços e continuar a assumir a sobrevivência do familiar para si, como será visto adiante. A exaustão, provocada por uma atuação do sistema penitenciário que se vale do trabalho de milhares de mulheres para gerir as cadeias, associada a todas as situações de violência institucional descritas também acarreta alterações profundas em suas vidas.

Tendo em perspectiva como se vislumbra a questão dos impactos para essas mulheres, torna-se possível abordá-los de forma contextualizada à reflexão sobre o papel ativo nas engrenagens do encarceramento. Durante as entrevistas, algumas falas evidenciaram essa conjugação de jornadas esgotantes com transformações em outras áreas de suas vidas. Para ÂNGELA, conciliar as tarefas que constituem a visita exigiu um esforço de adaptação com as demais atividades que já exercia: “Foi uma nova rotina ter que viajar, cuidar das crianças, no meio da semana trabalhar. Tudo teve que se dividir um pouco, os filhos, o marido, a avó. E aí foi uma rotina meio complicada. Adaptar à nova rotina do cárcere, né?”.

CLÁUDIA, que antes da prisão descreveu sua vida como *agitada no sentido bom*, vivenciou o fim do casamento por conta da dedicação às tarefas de visita da filha presa:

Meu marido caiu na vida. Eu sempre falava para minha filha, primeira coisa que vou perder vai ser meu casamento. Foi batata. Aconteceu que eu não acompanhava mais ele no samba, não acompanhava ele mais nas festas, quando ele ia tocar em um sítio. Parei de acompanhar ele. Na hora que ela entrou ali, que ela parou ali, eu parei aqui. Ela parou lá, eu parei cá. Parou, parou. Eu não conseguia mais ir em festa, não conseguia mais nada. Não tinha tempo para nada. Quando eu não estava com eles, eu estava limpando casa, lavando roupa, porque tinha que trabalhar no outro dia (Claudia).

No mesmo sentido, CONCEIÇÃO contou que após a prisão do filho, desentendimentos com o esposo passaram a ser frequentes, o que culminou com um ultimato: “Ele mandou eu escolher ou ele ou meu filho. Escolhi meu filho. Eu não ia abandonar meu filho na cadeia. Ele acabou me abandonando.”. Os relatos de CLÁUDIA e CONCEIÇÃO exemplificam bem a ideia de como a ocupação do tempo com as visitas atinge as outras relações, deixando pistas sobre como a distribuição do tempo para as atividades reprodutivas fora da prisão e para nutrir as relações fica mais restrita com o encarceramento de um familiar. Abastecer a cadeia, como será visto adiante, implica muitas vezes em não desempenhar as tarefas de cuidado em casa como antes, o que reforça o movimento de afetar e ser afetada.

Outro impacto da condição de familiar de pessoa presa diz respeito à esfera do trabalho. Muitas familiares tentam esconder de seus patrões que visitam parentes presos, e quando isso é descoberto, a demissão por vezes se torna realidade. JULIANA perdeu o emprego porque alguém a avistou com os trajes de visita, e MARGARIDA deixou de ser contratada por uma empresa que identificou que seus filhos estavam na cadeia:

Já aconteceu uma situação comigo, de falar que você é família de preso, que preso é perigoso... Já cheguei a perder emprego por causa disso. A diretora descobriu e me mandou embora. E ela alegou que não estava bom o negócio lá, a empresa, não estava legal. Alguém de lá me viu saindo da visita. Eu visitava em Guarulhos e pegava ônibus na Ayrton Senna, alguém passou ali na frente e me viu na porta da unidade, com a roupa e com a sacola, e contou para ela. Daquele dia em diante ela só me tratava com indiferença (Juliana).

Eu perdi um emprego numa agência de diarista, porque eles puxaram e viram que meus filhos estavam presos. Não me chamaram. Então, você vê, afeta a estrutura de toda a família, de toda família. Eu trabalho para uma mulher na Vila Formosa que ela não sabe, não tem como ela saber. Porque eu sei que se eu for falar uma coisa...E ela, ela trabalha, ela trabalhava – ela é aposentada – com desembargador, ela trabalhava com esses caras. Então, você acha que ela vai entender minha história? Não vai. Então, eu trabalho para ela e ela não sabe que meus filhos são assim. Imagina se eu chegar, "Lúcia, meus filhos estão presos", ela vai desconfiar de mim na casa dela. É ou não é? Então, é muito difícil para gente. É muito difícil (Margarida).

O preconceito e a discriminação direcionados a familiares de pessoas presas configuram o cotidiano de múltiplas relações dessas mulheres. Preconceito decorrente da construção do outro por um ato-pensamento que se solidifica na edificação da superioridade de uns em relação a outros, gerando, necessariamente, tratamentos diferenciais, como ensina Lourdes Bandeira e Analía Soria Batista²⁰⁸. Esse julgamento do outro como um ser distante e diferente foi mencionado por algumas entrevistadas que, antes de experiência da visita prisional, avistavam mulheres com sacolas de jumbo não se identificavam com essa imagem, que, a princípio, parecia estar mais distante. Como disse VERA: “Eu julgava as pessoas quando eu via as sacolas. E hoje em dia eu conto os dias para eu usar a minha sacola.”.

Das discriminações sofridas, as perpetradas por outros familiares pareceram gerar um abalo de dimensões ainda maiores. A falta de compreensão, de apoio emocional e material de parentes próximos acaba por aprofundar a solidão e o peso das jornadas encaradas pelas familiares. VERA compartilhou como outros familiares assumem posturas bastante distintas da que ela exerce para seu filho preso:

As pessoas julgam muito a gente. E começa às vezes com as pessoas que estão dentro de casa com a gente. Não precisa nem vir uma pessoa de fora. Você é

²⁰⁸ BANDEIRA, Lourdes; BATISTA, Analía Soria. Preconceito e discriminação como expressões de violência. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 119-141, jan. 2002, p. 129.

julgada pelas pessoas dentro de casa. Porque todo mundo acha que quando a pessoa cai lá tem que literalmente abandonar para a pessoa aprender (Vera).

CONCEIÇÃO também contou como sente falta do apoio da família para lidar com a situação de prisão do filho:

Uma coisa que eu quase não tenho é um abraço... A minha família praticamente fechou as portas para mim. Hoje tenho filha que é bem de vida e quando precisei de 500 reais, na época... Eu precisava de 500 reais para pagar advogado para o meu filho, ninguém quis me arrumar, porque acharam que era o cúmulo. Até hoje minha família não fala muito comigo. Tem meus tios que não falam comigo, não vêm na minha casa. Nem pergunta se meu filho está vivo, minha irmã, meus parentes, primos. Pessoal não dá muita importância para isso. [...] É, porque quando você tem uma família que te apoia, que te ajuda com alguma coisa - eu não estou falando que eu preciso de favor para bancar o Sedex para meu filho. Mas eu precisava de uma família que perguntasse dele, se ele está vivo, se ele está precisando de alguma coisa, entendeu? E eu não tenho. Quando eu viajo na sexta-feira, às vezes em uma quinta-feira, quando eu chego, todo mundo fala, "Ah, mas você foi viajar. Você tem tempo para ir lá ver, viajar para ir para cadeia visitar teu filho, mas não tem tempo para ficar com suas filhas, deixa suas filhas sozinhas", mas eu tenho que fazer o quê? Tenho que me virar. Tenho que me virar de tudo que é jeito. (Conceição).

Nota-se que da discriminação brota a culpabilização dessas mulheres, que são vistas quase como cúmplices de atos criminalizados que, para o senso comum, são realizados somente por aqueles que são presos – os outros, que, como visto, a criminologia crítica desvenda que a distinção está muito mais na captura do que na prática de crimes. Essa atribuição de culpa, em um sentido amplo de responsabilidade, se desdobra em ao menos dois vetores: o primeiro de supostamente ter falhado em socializar o parente preso e controlar suas ações fora da lei penal, seja como mãe, seja como companheira; e o segundo em, mesmo tendo ciência da ocorrência do crime, continuarem a apoiá-los, a amá-los e a garantir formas de sobrevivência.

A tarefa atribuída às mulheres de educar os homens, não importando a idade ou o relacionamento de ambos, constitui uma das facetas mais perversas do patriarcado. Isso porque privatiza questões que são de ordem coletiva e pública, como o fenômeno da criminalidade, ao mesmo tempo que mascara a visão acerca do funcionamento real das estruturas de poder que envolvem o encarceramento em massa no Brasil, como visto no Capítulo 2. Se uma pessoa foi presa, não foi somente porque cometeu um crime: foi porque os agentes de controle estatal a selecionaram em meio a uma imensidão de ações que poderiam ser igualmente enquadradas como crimes, ainda que em outros tipos penais. E isso não tem nenhuma relação de causa e efeito com valores morais, sobretudo os da moral do trabalho, que as mulheres deveriam inscrever nas mentes de seus filhos ou companheiros

para que, assim, não sejam presos. Ainda que empenhem árduos esforços nesse sentido, sabendo do funcionamento do sistema penal, nada impede que sejam levados em um camburão, com ou sem fundamento legal.

Essa culpa dirigida às mulheres familiares foi bastante mencionada durante as entrevistas. Dos relatos mais emblemáticos, tem-se a história de RAFAELA. Ela descreveu seus filhos como bons meninos, que estudavam e trabalhavam. Como ela sempre trabalhou muito, *de segunda a segunda e em feriados*, começou dizendo que poderia ter uma *parcelinha de culpa*, e depois revelou o peso que carregou por anos:

Primeira cadeia dele foi essa, eu fui para casa, fiquei muito arrasada, muito impotente, pensando no que estava acontecendo com esse menino. Ficava me culpando. Eu me culpei mais ou menos uns 12 anos. Mesmo trabalhando, eu sempre me culpava. Não criei meus filhos direito. E aquilo me martirizava muito, de eu ser a culpada. Um dia minha mãe sentou comigo e... Não sou de chorar, se eu chorei, é porque o negócio estava grave. Fui falar com ela e chorei. Minha mãe me chamou no sofá e falou, "O que está acontecendo, Rafaela?" – "Mãe, eu acho que essa confusão do Diego toda, a minha separação, eu sou culpada". Minha mãe falou, "Não, filha, você não é culpada. Todo mundo faz suas escolhas, todo mundo faz e ele fez a escolha dele. Depois, eu vi que minha mãe pegou a culpa para ela. Eu me sentia muito impotente, me sentia muito mal. Aí aos poucos fui vendo que não era isso mesmo (Rafaela).

No mesmo sentido, CLÁUDIA, ao ver sua filha presa na delegacia, se lembrou que ela estava menstruada, e que precisaria de absorventes e calcinha. Quando levou os itens, o policial que estava ali disse de forma grosseira a ela:

"Olha, cuida dela aí, porque ela errou e é sua responsabilidade". Como se fosse minha culpa. [...] Me senti um fracasso. Me senti como se fosse minha culpa de ela estar ali. Em algum lugar eu errei, onde foi que eu errei, né? [...] Então, nos primeiros dias eu me senti assim, muito mal comigo mesma. Eu achava que ela estava ali por culpa minha. Eu sabia que do jeito que ela estava andando, eu sabia que isso podia acontecer, mas eu dei bastante aconselhamento. Sempre tentei ajudar, sempre ajudei muito ela com as crianças e tudo. Mas mesmo assim me senti um fracasso como mãe, achei que a culpa era minha. E na verdade não é. Mas naquele momento a culpa era minha, porque faltou alguma coisa em algum momento, ela precisou de mim e eu não estava. Você se sente um fracasso como mãe, você se sente um bicho, na verdade (Cláudia).

Por sua vez, a postura fiel de permanecer ao lado do filho, companheiro ou pai sem abandoná-los é visto com certa frequência pelo senso comum como um ato de irracionalidade, por vezes qualificado como tolice, afastando qualquer compreensão dos significados complexos que as relações podem deter para essas mulheres. Visitar é, dentre muitas coisas, uma forma de demonstrar que há vida fora da prisão o aguardando, que há quem deseje vê-lo em uma situação melhor, que acredite na superação dessa experiência e que queira colaborar de alguma forma para construir caminhos sem ou com menos violência. É dizer que sua vida ainda é celebrada e cuidada.

Enfrentar toda essa jornada que envolve as visitas e suas exaustivas atividades também abala os corpos dessas mulheres. Diante de toda a sorte de violências e tensões, articulada ao trabalho executado na viabilização do abastecimento da cadeia, é raro conseguir escapar de alterações nos estados de saúde física e mental, seja com o aprofundamento de doenças preexistentes, seja com o surgimento de novas enfermidades. Insônia, perda de cabelos, emagrecimento e aumento de peso foram apontados por algumas entrevistadas como consequências de todo esse processo enfrentado:

Não consigo dormir. Nesses quatro meses, estou em uma insônia que você não tem noção. Hoje acordei 3 horas da manhã. Acordava, deixei o celular aqui carregando, entrava no quarto, deitada lá, assistindo jornal, aí deixo o celular carregando. Acordo 4 horas, fico inventando, fuço daqui, fuço dali. É querer saber como está, se tem, se não está bem. Que filho tem essa mania de falar para mãe que está bem e está mal. "Ah, mãe, estou bem", e está nada (Maria).

Acho que em dois meses emagreci 12 quilos, não comia, não bebia...Só fumava e bebia café, só. Quando fui visitar ela a primeira vez eu estava dessa grossura, quando fui visitar ela da segunda vez eu estava dessa grossura. Emagreci muito. Não dormia, não comia, não bebia nada. Emagreci muito rápido em muito pouco tempo, porque você vai lá para o fundo do poço, até você levantar... (Cláudia).

Começo a ficar desgastada, meus cabelos começam a cair por conta de todo o estresse (Katia).

Olha, normalmente, como a viagem é um pouquinho longa até a prisão, eu chego morta. Eu tomo banho, às vezes eu nem como, porque eu fico muito triste. Então, normalmente eu chego, tomo banho. Eu não consigo dormir. Normalmente quando eu chego da visita eu fico muito ansiosa, tanto antes quanto depois, por mais que eu fique cansada, não consigo dormir. Daí eu sempre tomo remédio para apagar, porque é uma sensação de vazio horrível (Vera).

Considerando toda a sobrecarga que atravessa a vida de mulheres negras, pobres e periféricas na realidade estudada, a prisão do familiar constitui com certa frequência mais uma camada de trabalho, de tensões e de violências a lidar. A história de CONCEIÇÃO revela essa síntese.

Acabou com a vida dele e acabou com a minha, né? Porque a única pessoa que se afundou nisso tudo fui eu. Porque sou mãe e não consegui lidar com a situação. Aí meu pai começou a melhorar com o tempo, mas continua cego. A minha filha também se recuperou, graças a Deus. Mas são nove anos preso. São nove anos da minha vida que eu perdi. Eu tinha feito uma cirurgia bariátrica, voltei a engordar tudo de novo. Eu me afoguei... vira e mexe eu bebo, um refúgio né? Depressão me causou vários danos de saúde, tive trombose recentemente na perna. [...] É tudo difícil hoje em dia, não consigo mais ser uma pessoa normal depois de tudo isso, de ver meu filho... E ainda mais que eu sei que o sofrimento é bem grande da parte dele. Eu não posso fazer nada, né? Infelizmente... [...] Meu estado de depressão é muito profundo, é tudo muito presente, então, muito difícil de eu conseguir desgarrar dessas coisas, dessas lembranças. Eu tenho um ex-marido que inferniza minha vida, tenho minha filha, tenho a prisão do Iago, tenho que dar conta, tenho que ajudar minha casa no Norte. Meu pai está cego, com câncer de próstata. Todo mês eu tenho que arrumar 100 reais para ajudar nos remédios dele. Eu tenho que me virar para tudo, então tudo é muito presente. Eu tenho uma filha que está me

dando problema agora na adolescência, está me causando muitos problemas, não consigo arrumar serviço para ela, está muito difícil. Sabe, eu fui estuprada aos sete anos pelo meu avô. Então, tem coisas muito forte que eu não consigo desgarrar, entendeu? Não consigo deixar de lado, não consigo deixar de pensar. O fato de eu saber que meu filho sofre dia e noite, eu não consigo... Eu me prendo a isso demais. Então, é muito complicado (Conceição).

Ela segue mencionando a falta que sente do apoio da família para lidar com toda essa situação:

É aquilo que eu falei, quando você tem um apoio, quando você tem alguém, mesmo uma mãe, um pai presente, ou alguém da sua família que te ajuda. Não falo com bem material, mas psicologicamente, que conversa. Mas eu não tenho diálogo com ninguém aqui em casa, eu não consigo conversar com ninguém. Não consigo ficar expondo as coisas da minha vida para ninguém. Eu não consigo, porque cada um tem seu ponto de vista. De repente do meu ponto de vista acham que eu estou fazendo não é certo, as pessoas acham que é errado. E eu não aceito isso. Não vou abandonar meu filho. Eu troquei meu amor, que era o pai das minhas filhas... Olha o que ele pôs em jogo: "Ou eu ou teu filho". Eu sofro até hoje, mas eu escolhi meu filho (Conceição).

Os efeitos da culpabilização e da busca incessante por encontrar uma resposta que explique como ocorreu a prisão de seu filho colaboraram para gerar danos à saúde física e mental de MARGARIDA. Ela já sofria de depressão em decorrência do histórico de violência doméstica praticada contra ela pelo ex-marido, e com a prisão dos quatro filhos o quadro se agravou:

É muito sofrido. Essas depressões foram devido a tudo que passei com o pai deles. Às vezes, eu falo, meu Deus, que que eu errei? Às vezes, eu me culpo. Falo, meu Deus, eu errei, o que eu fiz para os meus filhos irem para essa vida? Meu filho mais velho não quis isso para ele, por que os quatro quis? Às vezes, eu me culpo. Não aceito isso, porque eles trabalhavam, meus filhos sempre foi trabalhador, eles cuidavam de carro em feira. Esse Tiago ele vendia as coisas comigo. Eu vendia aqueles brigadeirão, vendia torta. Ele nunca teve vergonha. Ele pegava latinha para comprar pão de manhã para os irmãos e para ele, ele não tinha vergonha. E tudo trabalhava, foram tudo trabalhar cedo. Com 16, 17 anos eles estavam trabalhando. Aí, você fala, meu Deus, por que foi para essa vida? Às vezes, eu me culpo, às vezes, culpo o pai, sabe? Eu fiquei bem ruim... Quando eu tive a primeira depressão foi na Cidade Tiradentes, eu me tranquei no apartamento, colocava a mão no meu cabelo, quebrava... fiquei careca. Meu apartamento era só cabelo no chão. As vizinhas iam conversar comigo, eu colocava para correr, batia a janela na cara, batia a porta, sabe, fiquei bem ruim. Eu me tranco, eu me isolo. Mas se chegar alguém eu converso, eu trato bem, só que a pessoa vê na minha cara que eu não estou bem. "Nossa, Margarida, você não está bem, o que está acontecendo?". Se eu já vou me abrir eu começo a chorar, aí eu choro, choro, choro, sabe? Eu não estou mais tomando medicamento, não passei mais no médico, eu tenho até que passar, mas como estou dependendo do SUS e agora com essa epidemia, você não está conseguindo nada. Há um mês atrás eu tive um derrame na vista. [...] Eu entro em crise de depressão porque a preocupação é muito grande. Assim, quando estão lá dentro é muito grande, quando sai para rua também (Margarida).

Entrevistar TERESA foi um momento desafiador da pesquisa. Ao abrir a câmera para a videochamada, ela estava no escuro, debaixo de um cobertor, sendo difícil visualizar seu rosto. A pesquisadora perguntou a ela se estava confortável para conversar, se precisava de algo, mas ela manifestou seu desejo em seguir com a conversa. Ao longo das horas de entrevista, ela pode falar e ser escutada com atenção, o que visivelmente surtiu um efeito, ainda que momentâneo, de se afastar do quadro de uma possível depressão, relacionada a um estado permanente de tensão, de ameaças de morte a seu filho e a si mesma:

De lá para cá não estou conseguindo muito fazer as coisas. Eu não sei se eu estou meio com depressão, não sei. Mas só consigo ficar aqui dentro. Às vezes estou meio sonolenta, estou dormindo muito. Não sei se é começo de depressão. Também fico preocupada com esses meninos aí, com as brigas, aí fora, com as polícias. Não sei se estou... [...] Eu sinto que quando eu começo a falar, parece que me dá um nó, alguma coisa assim, alguma coisa vai me apertando, parece que vou me travando. Uuma sensação ruim mesmo, que alguma coisa que me aperta... depois eu solto. Eu consigo colocar às vezes as coisas para fora. [...] Eu não estava bem, emagreci muito. Minha filha trouxe umas tintas, ela falou assim, "Mãe, seu cabelo está muito branco, está muito feio". Falei que depois pinto, mais para frente. Mas agora não quero, não estou com vontade. Ela trouxe duas tintas para pintar meu cabelo. Aí, minha amiga falou que ia vir aqui, para ver como é que estou. Ontem ela ficou de vir, a irmã dela fez um bolo. Só que eu, com esse negócio de sono, acabei dormindo. Só dormindo, quando vou ver já é de noite, já é madrugada e eu dormindo. Se a gente não se fala, eu já ia estar dormindo de novo, o dia todo. E eu gosto de fazer as coisas, de limpar a casa e tudo, mas não estou com vontade de limpar. A pia está lá com pouco de louça, não tirei os lixos, eu não sei se estou com depressão (Teresa).

O caldeirão formado pelas jornadas exaustivas, pelas emoções envolvidas na visita, pelas tensões com a discricionariedade dos burocratas de nível de rua, pelas incertezas sobre o encontro, pelas possibilidades de violência, seja pela revista vexatória, seja pelo scanner corporal, somados à falta de apoio de outros membros da família, o medo de perder o trabalho, a culpabilização jogada sobre suas costas acerca da prisão, tudo isso em contextos já marcados por outras formas de violência estrutural, como a pobreza, constituem um terreno que facilita o adoecimento dessas mulheres.

Mas isso não é tudo. A coexistência de todo esse contexto de violências com insurgências e transformações agrega complexidade ao fenômeno. Uma outra consequência da interação com a prisão foi perceber um processo de *politização* a partir do momento que se passa a lidar com o encarceramento de seus familiares. Durante as entrevistas, era questionado se a opinião sobre a cadeia havia mudado com a experiência da visita, e algumas relataram uma mudança. REBECA contou: "Eu tinha uma visão que fosse um lugar diferente, que não fosse um lugar que tivesse tanta opressão como tem. Ali eles vivem uma outra realidade.". Para JULIANA, foi gritante perceber a diferença do que geralmente é retratado

nas grandes mídias: “Os presos se ajudam e não é nada daquilo que a gente vê na televisão.”. Mas os relatos mais contundentes de uma percepção crítica que se iniciou a partir dessa vivência foram contados por MANOELA e VERA. Ambas, cada uma a seu modo, passaram a compreender de modo mais crítico todo o universo que nutre as prisões:

Nossa, mudou completamente, porque eu era uma pessoa que julgava quando eu via alguém com jumbo, eu falava que a pessoa era doida. Literalmente eu falo até hoje que eu tô indo lá para pagar minha língua. Porque eu falava para mim que bandido bom era bandido morto. Eu era metade das pessoas, igual a muita gente da sociedade, que acha que quem banca o preso é você, que acha que a pessoa que caiu lá tem que ficar sozinha. Eu pensava assim. Até o dia que fui parar lá e eu entendi um monte de coisa, que a partir do momento que você cai ali, você não tem ninguém. Que, no caso, o governo fala que ajuda, mas a gente sabe que, se você não tem família, você não tem nada, você não tem um sabonete para você tomar banho, você não tem remédio. Mudei a visão de que bandido bom é bandido morto. Para mim, o sistema deveria ter alguma coisa para trazer a pessoa de volta para o mundo melhor. Acho que o sistema deixa eles mais revoltados. [...] Mas assim, minha visão mudou muito, eu me tornei muito barraqueira em relação a essas coisas. Eu cheguei a discutir com pessoas no trem para defender. Depois que eu entendi a situação, porque às vezes a gente precisa passar por uma situação para a gente entender (Vera)

Eu tenho uma amiga que visita já há um tempo e, para mim, ela nunca deveria estar nessa vida. Quando eu me vi nessa situação, eu vi o lado dela e pedi desculpas para ela. Eu falava assim para ela, "Eu não sei porque você fica visitando uma pessoa que não tem futuro". Eu falava assim, "Misericórdia, nunca vou passar por isso". Eu batia no peito, para quem quisesse eu falava, "Eu já não namoro vagabundo para não ter tempo de cadeia". E hoje eu falo, "Cara, como eu era ignorante", em parte, sabe? Porque tem coisas que não dependem só de você. Eu vejo o quanto eu pensava pequeno. E eu falo, "Apesar da situação, eu tenho aprendido tanto com ela. Coisas que eu nunca tinha parado para estudar. Eu pensava que nem a sociedade mesmo, "Ah, não presta e não quero saber. Essa pessoa não merecem oportunidade mesmo. Errou, errou, por que vai entrar oportunidade para ela?". E hoje eu entendo que não tem como você cobrar que a pessoa mude as atitudes dela, se você não dá uma oportunidade para ela, uma oportunidade de emprego. Como que você quer que a pessoa não cometa os mesmos delitos?

O Raul ficou um ano procurando emprego e teve uma situação que aconteceu que para mim foi a que me deixou mais chocada: ele fez uma entrevista em um supermercado em Moema. E assim, ele tem um currículo bom. Ele passou na entrevista, nas três fases que tinha da entrevista. [...] Depois, vi que no currículo dele estava lá assim: "Não contratar. Motivo: antecedente criminal". Eu pensei, "Deus, como uma pessoa vai se reintegrar realmente na sociedade se não dão oportunidade para ela, se o nome dela fica marcado", sabe? Chega até a ser um pouco revoltante. Aí mudou um pouco minha forma de pensar sobre isso através disso (Manoela).

As familiares refletem sobre suas experiências, trocam ideias, estudam, aprendem novas informações, percebem as injustiças e as violações de direitos, e com isso, passam a mudar algumas visões mais disseminadas sobre o sistema penal e produzem novos conhecimentos. Como afirma PAOLA, “muitas mulheres saem do sistema, mas o sistema não sai delas. Porque a gente leva amizade, a gente leva conhecimento, a gente leva aprendizado e cada dia a gente vai aprendendo mais.”. Essas transformações, além de seu valor em si,

também podem ser consideradas como sementes muito potentes para a organização coletiva insurgente, como ocorre em movimentos sociais. Apesar de toda a força mobilizada, alianças, aprendizados e recursos criativos para lidar com esse arsenal de violências, torna-se evidente que as familiares são profundamente afetadas pela interação com o cárcere. Visto esse ponto em suas diversas manifestações, resta agora se debruçar sobre o outro lado da mesma moeda – como elas afetam o sistema penal.

4. NA CASA E NA CADEIA: A SOBREVIVÊNCIA SOBRE OS OMBROS DAS MULHERES

4.1. Teoria da Reprodução Social e interseccionalidades

Um ponto de partida interessante para a reflexão sobre como as relações de gênero constituem o sistema penal reside na percepção de que o encarceramento e todos os seus motores não estão apartados da sociedade. Embora o território prisional guarde dinâmicas bastante próprias e que possam diferenciá-lo em alguma medida do lado de fora, sua porosidade e enraizamento demandam que se reconheça as permanências das estruturas da sociedade também em seu funcionamento. Se a punição, por meio da privação de liberdade nas prisões, integra a sociedade capitalista, e não se localiza fora de sua operacionalidade, a forma como se concebe esse regime econômico-político e as relações de opressão formatadas pelas diferenças históricas relacionadas a gênero e raça irá refletir também na perspectiva adotada sobre o encarceramento.

Mulheres, seus corpos, seus trabalhos e suas resistências estão presentes de modo constante no sistema penal, sobretudo no que se refere à lógica que impera nas cadeias, como suscitado no item *Gênero dentro, gênero fora*, do Capítulo 2. A presença feminina pode e deve ser vista a partir de reflexões sobre o papel das relações de gênero racializadas para o funcionamento da instituição prisional no Brasil. Mais do que recortes, episódios ou capítulos a parte, gênero e raça estruturam o sistema penal brasileiro desde sua gênese até o momento atual, como afirma Angela Davis: “Embora os homens constituam a ampla maioria dos prisioneiros no mundo, aspectos importantes da operação da punição estatal são ignorados quando se presume que as mulheres são marginais e, portanto, não merecem atenção”²⁰⁹.

Na esteira por compreender como se realiza essa conexão tanto do ponto de vista abstrato quanto em sua corporificação diária para as mulheres, foi possível captar a fertilidade da *teoria da reprodução social (TRS)* para os estudos criminológicos, especialmente no que se refere à atuação das familiares de pessoas presas.

A teoria da reprodução social surge como elaboração teórica própria no bojo dos movimentos feministas marxistas desenvolvidos notadamente no Norte Global. Sua trajetória histórica deita raízes nos pensamentos e ações de feministas negras norte-

²⁰⁹ DAVIS, Angela. *Estarão as prisões obsoletas?* Tradução Marina Vargas. 2. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2018. p. 70.

americanas de orientação socialista, que desde o fim dos anos 1940 pautavam de modo imbricado as relações de classe, raça e gênero na totalidade social do capitalismo. Pode-se citar como expoentes dessas reflexões Claudia Jones (1949)²¹⁰, as ativistas do Combahee River Collective (1977)²¹¹ e Angela Davis (1981)²¹². Dessa forma, é necessário ressaltar que as mulheres negras socialistas foram as primeiras a investigar as relações de opressão e exploração de modo intrínseco, tanto no que se reflete na realidade quanto do ponto de vista analítico. Essa origem ecoa até os dias de hoje no que se refere à relação da teoria da reprodução social com a perspectiva da interseccionalidade, como será visto adiante.

No caminho percorrido para o desenvolvimento da teoria da reprodução social, a obra *Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory*, de Lise Vogel (1983), publicada nos Estados Unidos, embora não seja a primeira obra sobre o tema, é uma obra pioneira em elaborar uma teoria unitária sobre a opressão das mulheres no capitalismo no mesmo patamar de abstração de *O Capital* de Marx, conforme ensina Rhaysa Ruas²¹³. Ainda sem tradução para o português, as ideias de Vogel têm reverberado até os dias de hoje, inspirando uma retomada atualizada sobre suas constatações. A autora analisou com profundidade a relação lógica e sistêmica entre produção capitalista e a produção cotidiana da vida garantida pelo trabalho feminino, por meio do cuidado, especialmente no ambiente doméstico²¹⁴. Ela conclui que “o trabalho reprodutivo se constitui historicamente como condição necessária para o funcionamento do modo de produção capitalista”²¹⁵.

Os principais questionamentos que guiaram as reflexões das pessoas envolvidas com um pensamento que originou a TRS e que têm ganhado novo fôlego nos dias atuais podem ser sintetizados da seguinte maneira: qual seria o papel do trabalho doméstico nas relações de troca? Quem e como se produz os seres humanos que constituem a força de trabalho? Seria o patriarcado um sistema autônomo em relação ao capitalismo? Para tentar responder a esses e a outros pontos, passa-se a notar uma convergência de intelectuais feministas-marxistas no século XXI, consolidada na obra *Social Reproduction Theory: Remapping*

²¹⁰ JONES, Claudia. Um fim à negligência em relação aos problemas da mulher negra! (1949). In: *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 530, set./dez. 2017.

²¹¹ COMBAHEE RIVER COLLECTIVE. The Combahee River Collective Statement. Boston, 1977. In: MORRIS, Catherine; HOCKLEY, Rujeko. *We wanted a revolution: Black radical women, 1965-1985. A sourcebook*. New York: Brooklyn Museum, 2017. p. 176-183.

²¹² DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016 [1981].

²¹³ RUAS, Rhaysa. Teoria da Reprodução Social: apontamentos para uma perspectiva unitária das relações sociais capitalistas. *Revista Direito e Práxis*, Ahead of print, Rio de Janeiro, 2020. p. 12.

²¹⁴ Op. Citada, p. 13.

²¹⁵ RUAS, Rhaysa. Op. Citada, p. 13, *apud* VOGEL, Lise. *Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory*. Chicago: Haymarket Books, 2013 [1983].

Class, Recentering Oppression, organizada por Tithi Bhattacharya e publicada em 2017 na Inglaterra com artigos de 10 autores. Logo na introdução, a organizadora apresenta o cerne da teoria – a única mercadoria que é produzida fora do circuito da produção de mercadorias é a força de trabalho em si:

O *insight* fundamental da TRS é, simplesmente, que o trabalho humano é o cerne da criação ou reprodução da sociedade como um todo. A noção de trabalho é concebida aqui no sentido original em que Karl Marx quis dizer como "a primeira premissa de toda a história humana" - uma que, ironicamente, ele mesmo falhou em se desenvolver totalmente. O capitalismo, no entanto, reconhece o trabalho produtivo para o mercado como a única forma de "trabalho" legítimo, enquanto a enorme quantidade de trabalho familiar e comunitário que passa a sustentar e reproduzir o trabalhador, ou mais especificamente sua força de trabalho, é naturalizada como inexistente. Contra isso, teóricas da reprodução social percebem a relação entre o trabalho dispensado para produzir mercadorias e o trabalho dispensado para produzir pessoas como parte da totalidade sistêmica do capitalismo (tradução da pesquisadora)²¹⁶.

As reflexões acerca da produção de valor do trabalho reprodutivo também geraram uma outra corrente. Enquanto a *teoria unitária ou teoria da reprodução social* afirma que o trabalho reprodutivo não produz valor, mas sim as condições para se produzir o valor, qual seja, a constituição e a manutenção da força de trabalho, e com isso, integra o capitalismo, a *teoria dualista*, concebe que o trabalho reprodutivo, ao gerar a força de trabalho, gera valor, constituindo um outro sistema, o patriarcado, que embora interaja com o capitalismo, tem gênese e dinâmica próprias. Para esta corrente, seria uma esfera externa, porém necessária ao capital.

Conforme Tithi Bhattacharya, “a percepção mais importante da teoria da reprodução social é que o capitalismo é um sistema unitário que pode integrar com êxito, ainda que desigualmente, a esfera da reprodução e a esfera da produção”²¹⁷. Essa leitura se afasta de uma explicação exclusivamente econômica das relações sociais contemporâneas. Cinzia Arruzza relata que a corrente insiste na importância em “considerar o capitalismo não como um conjunto de leis puramente econômicas, mas antes como uma complexa e articulada ordem social, uma ordem que tem seu núcleo constituído de relações de exploração, dominação e alienação”²¹⁸. Uma das principais críticas tecidas à teoria dualista reside

²¹⁶ BHATTACHARYA, Tithi. Introduction: mapping social reproduction theory. In: BHATTACHARYA, Tithi (org.). *Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentering Oppression*. London: Pluto Press, 2017. p. 2.

²¹⁷ BHATTACHARYA, Tithi. O que é a teoria da reprodução social? Tradução Máira Mee Silva. *Revista Outubro*, n. 32, 1º semestre de 2019, p. 104. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2019/09/04_Bhattacharya.pdf. Acesso em: 02 jun. 2021.

²¹⁸ ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. Tradução de Camila Massaro de Goés. *Revista Outubro*, n. 23, 1º semestre de 2015, p. 38. Disponível em:

justamente na separação da esfera da economia, correspondente ao capitalismo, e das esferas cultural, política e social, consubstanciadas no patriarcado, afirma Rhaysa Ruas²¹⁹. A autora aprofunda o ponto:

Em diversas elaborações feministas-marxistas, atingia-se apenas uma visão parcial da realidade e recorrentemente a análise das relações raciais ficava de fora, sintoma decorrente da universalização da categoria “mulher” à luz da experiência das mulheres brancas nos Estados de Bem-Estar Social europeus e norte-americanos. Estes projetos negligenciavam a totalidade das relações de gênero, sexualidade, raça e classe, ora hierarquizando-as, ora invisibilizando algumas dessas dimensões, recaindo nas mesmas análises dualistas que eram objeto de sua crítica²²⁰.

Ancorada nessas reflexões, Arruzza caracteriza o capitalismo como uma *totalidade viva de relações sociais*, na qual é possível encontrar “relações de poder conectadas a gênero, orientação sexual, raça, nacionalidade e religião, e todas estão a serviço da acumulação de capital e sua reprodução, ainda que frequentemente de formas variadas, imprevisíveis e contraditória”²²¹. Essa totalidade se define não por sua clausura ensimesmada, mas por ser aberta e dinâmica, uma verdadeira síntese das contradições. A própria categoria classe, nessa perspectiva, não se encerra em uma visão abstrata de exploração.

Para a teoria da reprodução social, as atividades de produção e reprodução da força de trabalho têm destaque no âmbito doméstico, embora não se encerrem na esfera privada. Ao contrário, constituem um verdadeiro circuito de trabalhos reprodutivos que buscam assegurar a sobrevivência. Em outras palavras, a garantia da alimentação, vestimenta, limpeza, saúde e educação nos diferentes momentos da vida é promovida por meio de uma circulação complexa e de difícil mensuração que, segundo Bhattacharya, envolve três processos interconectados:

1. Atividades que regeneram a trabalhadora fora do processo de produção e que a permitem retornar a ele. Elas incluem, entre uma variedade de outras coisas, comida, uma cama para dormir, mas também cuidados psíquicos que mantêm uma pessoa íntegra.
2. Atividades que mantêm e regeneram não-trabalhadores que estão fora do processo de produção - isto é, os que são futuros ou antigos trabalhadores, como crianças, adultos que estão fora do mercado de trabalho por qualquer motivo, seja pela idade avançada, deficiência ou desemprego.
3. Reprodução de trabalhadores jovens, ou seja, dar à luz²²².

http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/06/2015_1_04_Cinzia-Arruzza.pdf. Acesso em: 02 jun. 2021.

²¹⁹ RUAS, Rhaysa. Teoria da Reprodução Social: apontamentos para uma perspectiva unitária das relações sociais capitalistas. *Revista Direito e Práxis*, Ahead of print, Rio de Janeiro, 2020, p. 4.

²²⁰ Op. Citada, p. 5.

²²¹ Op. Citada, p. 48.

²²² BHATTACHARYA, Tithi. O que é a teoria da reprodução social? Tradução de Maíra Mee Silva. *Revista Outubro*, n. 32, 1º semestre de 2019, p. 103. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2019/09/04_Bhattacharya.pdf. Acesso em: 02 jun. 2021.

Esses três processos, no contexto das grandes metrópoles urbanas, como a cidade de São Paulo, concretizam-se em uma movimentação própria das mulheres pela cidade a fim de exercer os trabalhos reprodutivos. Para cozinhar, é preciso comprar alimentos e utensílios de cozinha; para lavar a roupa, é necessário adquirir sabão e água; para cuidar dos filhos, há que organizar a ida e a volta das escolas; para preservar a saúde, por vezes é fundamental acompanhar idas ao hospital ou em consultas médicas. Nesse percurso, desde já é possível apontar: para garantir a sobrevivência do parente aprisionado, há que comprar alimentos, água, itens de higiene, de vestimenta, roupa de cama, remédios, bem como levar comida preparada que será consumida ao longo da semana, complementando a oferecida pela prisão entre outros, tudo embalado conforme exigido pela administração prisional, cruzar a cidade ou, por vezes, várias cidades até chegar nas muralhas da cadeia onde a pessoa se encontra. Nota-se, assim, como a atuação das familiares de pessoas presas se insere em um circuito mais amplo regido pela reprodução social da vida, como será aprofundado mais adiante.

Um outro ponto que vale mencionar se refere ao conceito de *divisão sexual do trabalho*. Atrelado à teoria dualista, a expressão designa a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais desiguais de gênero, sendo historicamente adaptada a cada sociedade, segundo Danièle Kergoat²²³. Caracteriza-se pela destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva, tidas como separadas. Sua organização é regida por dois princípios: o da separação – trabalhos destinados aos homens e trabalhos destinados às mulheres; e o da hierarquização – o trabalho dos homens vale mais do que o das mulheres. No caso das mulheres, o *cuidado*, tido como habilidade inata e instintiva feminina, ocupa a centralidade de seus trabalhos, remunerados ou não remunerados. Helena Hirata, grande estudiosa do *care* (cuidado) define a divisão sexual do trabalho como uma relação social que se dá tendo em vista sempre outra pessoa, como por exemplo, perpetuar a saúde de alguém implica cozinhar, alimentá-lo, um cuidado que é material, físico²²⁴. Danièle Kergoat contribui para desnudar o cuidado enquanto trabalho reprodutivo:

O cuidado não é apenas uma atitude de atenção, é um trabalho que abrange um conjunto de atividades materiais e de relações que consistem em oferecer uma resposta concreta às necessidades dos outros. Assim, podemos defini-lo como uma

²²³ KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena *et al.* (org.). *Dicionário crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 67.

²²⁴ HIRATA, Helena. Teorias e práticas do care: estado sucinto da arte, dados de pesquisa e pontos em debate. In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (org.). *Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres*. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2010. p. 48.

relação de serviço, de apoio e assistência, remunerada ou não, que implica um sentido de responsabilidade em relação à vida e ao bem-estar de outrem (Paris, 2013, colóquio internacional “Teorias e Práticas do Cuidado”)²²⁵.

Uma das principais críticas à divisão sexual do trabalho se refere à visão da família como uma externalidade à produção, o que, para as teóricas da reprodução social, subestima o lugar das mulheres na própria produção, e reitera a separação entre produção e reprodução, desconsiderando que as mulheres negras, sobretudo nos territórios marcados historicamente pela colonização escravocrata, como o Brasil, sempre encarnaram os dois campos simultaneamente, o que se convencionou nomear *como dupla jornada de trabalho*. Embora muitas adeptas da divisão sexual do trabalho reconheçam que essa chave analítica ao menos hoje se atualiza no sentido da dupla jornada, ainda vislumbram o trabalho reprodutivo como um sistema próprio, embora conectado ao capitalismo.

Outro ponto que merece atenção sobre o debate da reprodução social diz respeito a seu distanciamento da noção veiculada por outros pensadores contemporâneos de *trabalho afetivo*. Essa concepção entende que na atualidade a distinção entre reprodução e produção teve suas fronteiras borradas, pois todas as formas de trabalho contêm afetos e objetos imateriais em suas dinâmicas²²⁶. Silvia Federici argumenta que essa visão é equivocada na medida em que “muito do trabalho reprodutivo, como exemplifica o cuidado com os idosos, exige um envolvimento completo com as pessoas a serem reproduzidas, uma relação que dificilmente pode ser concebida como ‘imaterial’”²²⁷. Além disso, premissas distintas geram agendas políticas também diferentes:

Por fim, eu falo de trabalho ‘reprodutivo’, em vez de ‘afetivo’, porque, em seu caráter dominante, o último termo descreve apenas uma parte limitada do trabalho que a reprodução dos seres humanos requer e apaga o potencial subversivo do conceito feminista de trabalho reprodutivo. Ao destacar sua função na produção da força de trabalho, revelando assim as contradições inerentes desse trabalho, o conceito de ‘trabalho reprodutivo’ reconhece a possibilidade de alianças cruciais e formas de cooperação entre produtores e reproduzidos: mães, filhos, professores e alunos, enfermeiras e pacientes²²⁸.

Essa imagem inclusiva e integrativa das lutas sociais por transformação tem sido evocada há décadas por feministas negras, cujas produções teóricas e atuações práticas

²²⁵ KERGOAT, Danièle. O cuidado e a imbricação das relações sociais. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (org.) *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. Tradução Carol de Paula. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 17-26.

²²⁶ FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019. p. 270-271.

²²⁷ Op. Citada, p. 271.

²²⁸ Op. Citada, p. 210.

influenciaram tanto a teoria da reprodução social quanto a noção de *interseccionalidade*. Vale abordar ligeiramente a relação entre as duas perspectivas.

A origem do conceito de interseccionalidade emerge da tradição das lutas de feministas negras norte-americanas, de diferentes orientações políticas, que foram se consolidando ao longo das décadas de 1960 e 1970, conforme Rhaysa Ruas²²⁹. A demanda era, de modo geral, unir teoricamente as diversas explorações e opressões que as mulheres negras sofriam cotidianamente, e que não costumavam ser contempladas nos tradicionais espaços de militância, considerando a hegemonia das mulheres brancas nos movimentos feministas e dos homens nos movimentos operários. Um dos marcos do início da formulação da interseccionalidade, ainda sem essa nomeação, se reporta ao Coletivo *Combahee River*, que em 1977 publica *A Black Feminist Statement*, um documento que inovava em argumentar que as perspectivas que considerassem somente a categoria raça ou somente o gênero poderiam avançar de modo parcial e incompleto no sentido da superação da injustiça social, e que raça, gênero, classe e sexualidade, todas elas, moldavam a experiência das mulheres negras. O manifesto propunha que os sistemas de opressão passassem a ser tratados de forma interconectada. Antes da formação do coletivo, mulheres negras americanas já haviam expressado individualmente perspectivas nesse sentido, mas ainda sem a audiência do Coletivo *Combahee River*, como ensinam Patricia Hill Collins e Sirma Bilge²³⁰.

O termo interseccionalidade, tão popular nos dias atuais, foi cunhado e disseminado pela intelectual feminista negra Kimberlé Crenshaw, em seu artigo *Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics*, em 1989. O trabalho consiste em uma pesquisa jurisprudencial em que a autora tece uma crítica à concepção da violência estrutural concebida a partir de um eixo único, seja ele qual for, e afirma que a consequência desse raciocínio é o apagamento da experiência das mulheres negras. Ela reflete sobre a dificuldade que os tribunais apresentam na compreensão da discriminação sofrida pelas mulheres negras²³¹. Por meio de uma metáfora, explica seu pensamento:

²²⁹ RUAS, Rhaysa. *Unidade, diversidade, totalidade: a Teoria da Reprodução Social e seus contrastes*. 2019. 225 f. Dissertação (Mestrado em Teoria e Filosofia do Direito) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019, p. 172.

²³⁰ COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. Tradução Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021. p. 93.

²³¹ Dentre os casos abordados, o mais emblemático se refere à empresa De Graffenreid contra a General Motors (GM), em que várias mulheres afro-americanas afirmaram que a GM se recusou sistematicamente a contratar mulheres negras. Havia empregos para homens negros, nas linhas de montagem, e para mulheres brancas, nos escritórios, em funções de secretariado. No entanto, nenhuma das funções eram permeáveis às mulheres negras, que acionaram os tribunais alegando se tratar de um caso de discriminação racial e de gênero. O tribunal se

Utilizando uma metáfora de intersecção, faremos inicialmente uma analogia em que os vários eixos de poder, isto é, a raça, etnia, gênero e classe constituem as avenidas que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos... através delas que as dinâmicas do desempoderamento se movem. Essas vias são por vezes definidas como eixos de poder distintos e mutuamente excludentes; o racismo, por exemplo, é distinto do patriarcalismo, que por sua vez é diferente da opressão de classe. Na verdade, tais sistemas, frequentemente, se sobrepõem e se cruzam, criando intersecções complexas nas quais dois, três ou quatro eixos se entrecruzam²³².

Algumas questões emergem a respeito dessa perspectiva, sobretudo das teóricas da reprodução social, que, embora reconheçam a absoluta necessidade da unidade entre as pautas feminista e antirracista, propõe uma outra chave analítica de compreensão que desagua em diferentes estratégias de atuação. Susan Ferguson levanta questionamentos sobre a proposta da interseccionalidade:

como identifica-se quais opressões são salientes e sob quais condições sociais? As opressões são melhores concebidas como identidades ou posições sociais? São as opressões irreduzíveis, expressões de distintas ontologias? Como, precisamente, os vários eixos de opressão se interseccionam? Há alguma força social que compele e molda essa interação? Se sim, qual é, e por quê?²³³

A partir dessas perguntas, nota-se ao menos dois campos de maior ressonância que trabalham o conceito de interseccionalidade. O primeiro deles, e talvez o mais difundido no Brasil, corresponde a uma visão aditiva das múltiplas opressões sociais, cada qual com sua própria lógica e existência. Crenshaw estaria localizada nesse campo ao vislumbrar que, por exemplo, patriarcado e colonialismo podem se entrecruzar, criando uma realidade de maior violência, mas, como ensina Ferguson, “não são, eles mesmos, constitutivos e constituídos por essa realidade. A possibilidade de uma lógica sistêmica condicionando configurações particulares de experiências múltiplas de opressão simplesmente não é investigada”²³⁴. Para a autora, ao conceber o poder como difuso e incognoscível em uma lógica integrativa, essa visão da interseccionalidade corre o risco de reproduzir o que justamente critica – uma fragmentação da realidade²³⁵. Nesse sentido, David McNally ressalta:

O racismo possui características específicas que nos permitem distingui-lo em primeira instância do sexismo. Mas essas distinções não fornecem definições exaustivas. Elas fornecem um ponto de partida a partir do qual o pensamento

mostrou refratário ao reconhecimento de mais de uma forma de discriminação, e não reconheceu a demanda levantada pelo grupo.

²³² CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002, p. 177.

²³³ FERGUSON, Susan. Feminismos interseccional e da reprodução social: rumo a uma ontologia integrativa. Tradução Murillo van der Laan. *Cadernos Cemarx*, Campinas, n. 10, 2018, p. 16. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/10919>. Acesso em: 02 jun. 2021.

²³⁴ Op. Citada, p. 17.

²³⁵ Op. Citada, p. 21.

desdobra as relações internas das partes com outras partes e com o orgânico sistema como um todo. O racismo, em outras palavras, pode ser entendido como uma totalidade parcial com características únicas que devem ser finalmente apreendidas em relação às demais totalidades parciais que compõem o todo social em seu processo de desenvolvimento. Cada totalidade parcial, cada sistema parcial dentro do todo, tem características únicas (e uma certa "autonomia relativa" ou, ou melhor, autonomia relacional). O "sistema coração-pulmão", por exemplo constitui tal totalidade parcial dentro do organismo humano como um todo. Mas nenhuma parte (ou totalidade parcial) é ontologicamente autônoma per se. Cada parte é (parcialmente) autônoma e dependente, (parcialmente) separada e ontologicamente interconectados. Consequentemente, nenhum pode ser compreendido adequadamente como uma unidade autossuficiente fora de seus membros em uma vida toda. Claro, o todo orgânico é constituído em e por meio de suas partes – são estas que lhe conferem determinação e concretude – mas não é redutível às suas partes. É algo maior e mais sistemático do que uma mera soma aditiva²³⁶ (tradução da pesquisadora).

Mais próximo a essa visão apresentada por McNally, há um segundo campo da interseccionalidade que visualiza uma imagem enredada na qual as distintas opressões habitam umas às outras, ao invés da metáfora dos cruzamentos das ruas. Com isso, passa-se a observar a totalidade social, “ressaltando que o poder reside não apenas no interior das várias relações parciais, mas entre elas, evidenciando suas conexões integrais”²³⁷. Nessa esfera, está Angela Davis, que com a obra *Mulheres, Raça e Classe* (1981), de forte orientação materialista histórica, deve ser vista como “texto de reprodução social apenas nas formas”, afirma McNally²³⁸. Ele reafirma que não pretende deslocar a obra do contexto dos estudos sobre interseccionalidade, mas sim lembrá-la como um clássico do antirracismo e marxismo feminista. De fato, há várias passagens na obra que acenam para uma visão sistêmica das opressões abordadas, propondo que a escravidão dos negros no Sul, a exploração econômica de trabalhadores do Norte e a opressão das mulheres estão sistematicamente imbricadas²³⁹.

Uma das grandes contribuições dos estudos sobre interseccionalidade consiste em reiterar a necessidade de expandir as discussões sobre desigualdade, inicialmente focando nas questões relacionadas a raça, gênero e classe, e posteriormente ampliando para outras relações, como as de sexualidade e capacidade. Compartilhando da visão de Ferguson, entende-se que a teoria da reprodução social trilha um caminho promissor para teorizar a unidade das relações sociais, compreendidas como diversas e diferenciadas, ponto que o

²³⁶ MCNALLY, David. Intersections and dialectics: critical reconstructions in social reproduction theory. In: BHATTACHARYA, Tithi (org.). *Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentering Oppression*. London: Pluto Press, 2017, p. 105.

²³⁷ FERGUSON, Susan. Op. Citada, p. 18

²³⁸ Op. Citada, p. 109.

²³⁹ DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016 [1981].

feminismo interseccional levanta²⁴⁰. Ela sintetiza a aproximação entre a teoria da reprodução social e as interseccionalidades:

Não há trabalho fora do gênero, raça ou capacidade, assim como não há gênero fora da raça, do trabalho e da sexualidade. Mesmo que muitas feministas interseccionais pudessem concordar com tal afirmação, a perspectiva do feminismo da reprodução social completa a jornada dialética ao identificar a lógica capitalista no interior e através da qual as partes do todo são integradas²⁴¹.

A despeito das aproximações, fato é que as diferenças de análise se desdobram em distintas perspectivas de transformação social. Para Ferguson, o caráter integrativo e sistêmico das relações sociais de exploração e opressão permite vislumbrar um potencial sujeito revolucionário pluralista e capaz de revirar as matrizes de poder entrelaçadas²⁴². Isso porque, conforme McNally, estar sistematicamente relacionado resulta em muito mais do que a simples soma interseccional²⁴³. Na visão sistêmica, as combinações de relações são guiadas por uma dinâmica que o ordena, ao passo que na intersecção os encontros parecem ser mais aleatórios. Esse ponto desagua também na agenda de transformação unitária defendida pela TRS, cujo esforço de síntese programática resultou na obra *Feminismo para os 99%: um manifesto*, de autoria de Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser. Com 11 teses sobre pontos considerados pilares para um feminismo popular e contemporâneo, e animado pelas greves feministas²⁴⁴, apresenta uma composição diversa, mas não dispersa:

O feminismo para os 99% abarca a luta de classes e o combate ao racismo institucional. Concentra os interesses das mulheres da classe trabalhadora de todos os tipos: racializadas, migrantes ou brancas; cis, trans ou não alinhadas à conformidade de gênero; que se ocupam da casa ou são trabalhadoras sexuais; remuneradas por hora, semana, mês ou nunca remuneradas; desempregadas ou subempregadas; jovens ou idosas. Incondicionalmente internacionalista, esse feminismo se opõe firmemente ao imperialismo e à guerra. O feminismo para os 99% não é apenas antineoliberal, mas também anticapitalista²⁴⁵.

²⁴⁰ Op. Citada, p. 24.

²⁴¹ Op. Citada, p. 30-31.

²⁴² Op. Citada, p. 21.

²⁴³ MCNALLY, David. Intersections and dialectics: critical reconstructions in social reproduction theory. In: BHATTACHARYA, Tithi (org.). *Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentring Oppression*. London: Pluto Press, 2017. p. 110.

²⁴⁴ O 8 de março de 2017 levou o mote “Dia sem mulher”, anunciando uma greve internacional feminista, impulsionada pela mobilização Ni una a menos, que surgiu na Argentina em reação aos casos de feminicídio, e pela Marcha das Mulheres dos Estados Unidos. Em 2018, a toada da greve seguiu e alcançou as ruas de diversas cidades na Espanha, fazendo com que mulheres cruzassem os braços para atividades produtivas e reprodutivas. Em 2019, o mote se disseminou, e houve protestos pelos direitos das mulheres em Israel, Istambul, Quênia, Turquia, Filipinas, Hong Kong, entre outros países.

²⁴⁵ ARRUIZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 43-44.

Ao ampliar a noção de classe trabalhadora, incluindo lutas que, embora interligadas, sejam por vezes protagonizadas em espaços distintos do local de trabalho, torna-se fundamental conceber que lutas por melhores condições de vida, pelo meio ambiente, por moradia, por saúde, por educação, por direitos humanos, por diversidade, contra violência policial, contra o encarceramento, contra medidas de austeridade, contra o capacitismo, contra o racismo, machismo e LGBTQIA+fobia, por exemplo, são aspectos da luta de classes, como afirma Rhaysa Ruas²⁴⁶. Essa complexificação tão cara ao mundo contemporâneo amplia os terrenos de luta e as agendas por transformação social. A esse respeito, alerta Silvia Federici: “a lógica de uma análise que vê a causa da opressão das mulheres como a sua exclusão das relações capitalistas resulta inevitavelmente em uma estratégia para que adentremos nessas relações, em vez de destruí-las”²⁴⁷.

Entendeu-se relevante apresentar alguns dos principais elementos da teoria da reprodução social que permitem localizar a atuação das mulheres familiares de pessoas presas enquanto mais um ponto dentro do vasto circuito da manutenção da vida humana. Esse arsenal teórico certamente detém uma complexidade muito maior, que nesse momento não pode ser aprofundada diante da proposta da pesquisa em abordar ainda outras questões. Todavia, acredita-se que, para a discussão de como as mulheres constituem a dinâmica prisional, os subsídios teóricos elencados são suficientes para guiar uma reflexão nessa direção.

4.2. *Fazendo a cadeia girar*

Para compreender como as constatações da teoria da reprodução social auxiliam a sustentar a perspectiva de que as relações de gênero e de raça constituem o sistema penal brasileiro, vale retomar rapidamente um ponto suscitado no Capítulo 2. Na oportunidade, foi mencionado como no mundo contemporâneo, notadamente no Brasil, o encarceramento parece atuar enquanto um mecanismo estatal de aprofundamento das relações de trabalho altamente precárias. Isso porque há uma seleção racializada de quem passará por essa experiência, que mesmo após seu término, deixa marcas implacáveis nas trajetórias de indivíduos, que tornam ainda mais difícil a inserção no mercado de trabalho formal – mesmo os mais precarizados, como postos terceirizados, geralmente exigem certidão de

²⁴⁶ Op. Citada, p. 30-31.

²⁴⁷ FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019. p. 64-65.

antecedentes criminais como requisito para contratação. Junto a esse movimento, opera a legitimação do assassinato de pessoas negras por meio do discurso de combate ao crime, configurando, de modo articulado, as investidas estatais de controle sobre pessoas pobres e negras via genocídio e via encarceramento.

Pode-se depreender, em um primeiro momento, que diante da inexorável letalidade policial de índices inaceitáveis para a população negra, a cadeia se revela como um espaço intermediário entre a morte e a vida. Em meio a toda sorte de violências e das dificuldades em tê-las minimamente nomeadas e reconhecidas institucionalmente como legítimas, a prisão se constitui enquanto um território da luta pela sobrevivência. Nesse espaço, continuar vivo é uma conquista diária, já que as necessidades humanas mais primordiais, como acesso à água, à alimentação, à higiene e à saúde, são altamente negligenciadas por quem deveria promovê-las – o Estado. Ainda que fora das prisões seja possível encontrar espaços em que permanecer existindo seja extremamente desafiador, o fato é que enclausurado, até mesmo a luta para superar os desafios ganha outros contornos.

A garantia da sobrevivência enquanto suporte para as demandas mais básicas do corpo humano tem sido jogada sob os ombros das mulheres há muito tempo. Como ensina a teoria da reprodução social, desde a própria geração da vida, passando pelos imensuráveis cuidados ao seu desenvolvimento, chegando até a fase mais terminal que também requer atenção redobrada, o fato é que as mulheres têm sido os motores da sobrevivência humana na medida em que protagonizam um trabalho contínuo e complexo de promover a subsistência do outro, por meio de um vasto circuito de reprodução social, isto é, de manutenção da vida, matéria-prima para a força de trabalho – e para a subversão de toda essa lógica.

Dessa forma, investigar como as vidas resistem ao ambiente prisional leva desde o início a detectar pistas sobre a continuidade dessa busca por sobrevivência dentro das cadeias. Megan Comfort vislumbrou em seus estudos que o movimento de superar a distância da prisão consiste por vezes em tentar transformá-la, ainda que brevemente, em algo mais próximo ao ambiente doméstico: “impossibilitadas de trazê-los para casa, elas levam a casa para eles através da transferência de atividades íntimas para dentro dos muros da penitenciária e de tentativas concomitantes de ‘civilizar’ a existência prisional através da mímica da vida exterior”²⁴⁸.

²⁴⁸ Op. Citada, p. 95.

Um ponto de virada nos estudos sobre familiares de pessoas presas repousa justamente na percepção de como a atuação das mulheres familiares, ao buscar garantir a sobrevivência, faz a economia prisional girar, seja pelo abastecimento, seja por arcar com gastos que deveriam ser públicos, seja pela busca de assistência jurídica que pode trazer a liberdade, seja por promover a esperança de uma vida melhor. Resta, então, verificar o que as move a realizar todas as atividades relacionadas com a visita, o que elas movimentam na dinâmica prisional e o que deixam de fazer para si a fim de realizar toda a empreitada da visita e da luta pela vida.

4.2.1. O que as move

Investigar as motivações das mulheres familiares a enfrentar todo o labirinto institucional para encontrar o parente atrás das grades foi um dos desafios da pesquisa. De modo bastante frequente, o *amor* é mobilizado como talvez o principal vetor de mobilização de suas escolhas e ações. Para essa análise, tem-se a ideia de bell hooks que concebe o amor não tanto como um sentimento, mas como uma verdadeira ética de vida, encarnada na ação, em sua potência transformadora²⁴⁹. “Começar por sempre pensar no amor como uma ação, em vez de um sentimento, é uma forma de fazer com que qualquer um que use a palavra dessa maneira automaticamente assuma responsabilidade e comprometimento”²⁵⁰, afirma a autora. Ela compreende que os grandes movimentos por transformação e justiça social contiveram uma ética do amor. Nesse sentido, acabar com o patriarcado é um passo em direção ao amor, afastando-se da perspectiva do amor como servidão, dominação e exploração.

Durante as entrevistas, a pesquisadora perguntava às entrevistadas o que as movia e o que significava visitar. MARIA prontamente respondeu: “Amor incondicional. Tem que amar muito, é um amor incondicional.”. A ideia de amar sob qualquer condição é bastante interessante. VERA explica o que entende por amor incondicional:

Hoje em dia eu falo, hoje eu entendi o que é amor. Assim, eu sou mãe e eu aprendi com eles o que é amor incondicional, o que é você amar alguém mais do que você ama a si mesmo. E eu nunca fui assim, eu sempre fui uma pessoa que as coisas tinham que estar boas para mim. Eu não me preocupava muito com as outras pessoas, eu fazia tudo que eu queria, na hora que eu queria, no momento que eu queria. Depois que eles caíram lá, eu entendi o que é você amar uma pessoa mais do que você ama a você mesmo. Porque para você ir lá, você tem que amar muito,

²⁴⁹ HOOKS, bell. *Tudo sobre o amor: novas perspectivas*. Tradução Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2021.

²⁵⁰ Op. Citada, p. 55.

muito, muito a outra pessoa. Porque você passa por humilhação desde o momento que você sai da sua casa com o jumbo até você entrar lá dentro com ele, você é humilhada. Então, eu entendi o que é amor de verdade. E hoje eu falo para eles que eu amo eles demais, que eu acho que eu amo eles mais do que eu amo eu mesma. Porque eu me privei que coisas para eles terem lá dentro (Vera).

A narrativa de VERA sugere que o amor é o que permite superar todo o labirinto institucional e suas condições violentas, como visto no capítulo anterior, que envolve *sacrifício*. Thais Lemos Duarte, em pesquisa sobre familiares, conclui que o amor além de motivar o ato, justifica a ação das mulheres. “E as mulheres creem que devem esse tipo de esclarecimento, porque o papel delas, isto é, ser ‘mulher de preso’, é muito complicado de ser desempenhado socialmente”²⁵¹. O amor seria assim uma chave que abre caminho para que, em verdade, uma série de outros elementos envolvidos com a visita sejam vistos como legítimos. Há amor na visita, mas há também muitos outros vetores que motivam as familiares, mas que por vezes são mais difíceis de serem nomeados.

Para CONCEIÇÃO, visitar é alegria, é celebração, é partilha:

Visitar para mim significa eu ter meu filho nos meus braços, né? É eu dançar com meu filho lá dentro, é eu abraçar ele, dizer que eu amo ele, ver meu filho dar um sorriso, matar a saudade, é levar a comida que ele gosta, fazer a comida que ele pede para mim, matar a vontade dele de comer o que está com vontade. Abraçar. Visitar para mim é como se ganhasse na mega sena. Para mim, visitar é tudo. Eu abro mão de qualquer coisa, eu deixo de fazer qualquer coisa para ir ver meu filho. A minha filha Vitória, até hoje ela olha na minha cara, porque no aniversário de 15 anos dela, eu não fiquei em casa, eu fui visitar ele. Quer dizer... Natal, ano novo, já deixei de passar natal, ano novo aqui e fui ver meu filho. Eu abro mão de qualquer coisa. De qualquer amor, de qualquer coisa (Conceição).

Visitar é também *apoiar* e preservar a *memória*, sobretudo reconhecendo toda a história que escrevem juntos, conta KATIA:

Sangue é sangue. Sabe o que é sangue? Visitar meu irmão é eu estar apoiando ele, não com coisa errada, apoiando ele pelo lado da coisa certa, né? Ele saber que ele tem uma família, ele saber que ele tem alguém aqui fora por ele, ele matar a saudade. Porque eu vejo meu irmão... Assim, lá ele é mais um detento, um número, mas eu brinquei de caminhãozinho com ele, eu soltei pipa com ele, eu era o irmão dele mais velho, que ele não teve. Eu vi ele chorando, que ele queria passar maquiagem, minha mãe passava o rouge em nós, pózinho, ele chorava que ele queria também. A minha mãe mentia que passava batom, eu vi isso dele. Ele estando lá, para mim ele não é o bandido que está lá. É meu irmão que está ali. Então, ele é meu sangue, o sangue que corre na veia dele é o sangue que corre na minha. Eu jamais vou abandonar ele, jamais. Jamais, nunca. [...] Então, é uma alegria, dou um cheiro naquela cabeça quando vejo meu irmão vindo, com aquele sorriso lindo que ele tem. Gente, e ele está muito magro, muito magro. Ele estava, sabe caveira? Era meu irmão. Aquilo me cortou o coração, aquilo mexeu comigo, eu não consegui me alimentar essa semana direito, porque eu ia comer e lembrava dele passando fome. Nossa, é terrível. Eu sei, você é advogada, talvez você venha

²⁵¹ DUARTE, Thais Lemos. Sentimentos no cárcere: análise das narrativas de mulheres de presos sobre o amor. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 12, n. 34, p. 191-218, abr. 2013, p. 213.

de uma família mais estruturada, não passou por isso, mas é muito sofrido você ver uma pessoa que você ama presa. É muito sofrido. Eu sei que ele não está... Ele não foi preso injustamente, ele tem que pagar pelo que ele fez. Eu entendo, sabe. Só que dói demais, menina. Pelo amor de Deus, como dói isso aí. Por trás desses presos tem uma família, tem uma mãe. Tem uma história (Katia).

Das histórias compartilhadas, nota-se que ao invés da imaginada irracionalidade por detrás de suas ações pautadas no amor, há sim uma verdadeira lógica que guia as familiares. Mas não uma lógica utilitarista, de trocas neoliberais: uma racionalidade de companheirismo e de afeto pelo outro, mesmo em condições que exigem um esforço muito maior do que o usual para celebrá-lo. Amar e ser amado são condições de humanidade. As familiares, ao não renunciarem a isso, a despeito de uma série de deslegitimações das pessoas presas como passíveis de serem queridas, de certo modo subvertem a dinâmica desumanizante imposta pelo encarceramento.

O contato físico é fundamental para matar a *saudade*, como algumas mencionaram. O abraço constitui um momento de muita felicidade, assim como também a possibilidade de exercer a sexualidade. MICHELE, ao ser questionada, respondeu: “O que me move?... Sexo. (risos)”. A reivindicação da sexualidade também aparece como um motor do encontro para as companheiras. Embora tenha sido mencionada com essa clareza apenas por MICHELE, acredita-se que essa possibilidade também seja um dos vetores de mobilização das visitantes.

Claudia ressaltou que a visita permite *saber a verdade sobre como sua filha está e*, com isso, alimentar uma *cumplicidade* entre as duas. Esse significado se aproxima da inspeção das condições de aprisionamento que as familiares acabam por fazer ao visitar.

Nos outros dias é tudo normal, não tem maquiagem, você não pode falar "sim, senhora" em um tom mais alto, que você está desrespeitando. Tudo diferente, aquela coisa bonita, arrumadinha, sorriso largo, é só no domingo, é só para enganar a mãe. Eu, como já sei, como já sou mais assim, abraço, né. Ali eu já desmantele ela. Um duas ou três palavras, "Ah, mãe, porque fulana me xingou, porque ciclana...". Aí, pronto, vem a vida inteira presa. Pegou minha sacola com um sorriso: "Está tudo bem, filha?" - "Está tudo ótimo". Mentira, porque a vida ali dentro é muito difícil (Claudia).

Imaginar como seria se o ou a familiar não recebesse visita permitiu visualizar que visitar é também *evitar o abandono e anunciar a esperança*, chaves fundamentais para que a sobrevivência na situação de clausura bem como para o sentido da liberdade, de poder acreditar em uma nova fase da vida quando sair dali. LETÍCIA sintetiza bem esses dois vetores:

Eu acho que ele seria uma pessoa muito pior, depressiva, abandonada. Acho que posso dizer essa palavra, se sentir abandonada, porque, aquilo que a gente fala, a sociedade em si, já não quer colocar na sociedade. Até pelo fato de você ser periférico, de cor. [...] Então, acredito que olhando para o meu irmão, vendo meu

irmão, se ele não tivesse realmente alguém para visitar, ele seria uma pessoa mais triste, porque ele ia culpar ele mesmo, ele ia se rejeitar, esses sentimentos horríveis. Sendo que, na verdade, às vezes ele poderia estar em algo melhor, mas a sociedade diz que não. Então, o que ele preferiu? Ele preferiu ir para um caminho mais fácil, entre aspas, né, que custou a própria liberdade.

[...]

Visitar é uma forma de mostrar para ele que a esperança chegou. Tipo assim, tem família, independentemente da situação, do sistema, estamos juntos. [...] Só de olhar, só de abraçar, só de saber que a pessoa está bem, independente de toda situação. Nossa, daí desmonta, né? Abraça, aperta. Então, acho que é esperança, por causa da visita. Olhar e ver que ainda existe uma esperança, mostrar para ele que ele pode mudar se ele quiser, né? Que por de trás dali, sempre há um recomeço. É difícil, mas nada é impossível (Letícia).

A ausência de visita foi vista também como *dificuldade de sobrevivência* na prisão. ÂNGELA afirma que se ela não visitasse, o filho já teria morrido, teria desistido de sua própria vida. “Nós temos que dar uma chance para todos os seres humanos. Que eu acho que ninguém deveria largar o familiar lá, porque lá não é um lugar de nenhum ser humano estar. Porque é muito triste, você entrar lá e ver pessoas abandonadas lá dentro.”. CECÍLIA falou sobre como é triste a ausência de comida para quem não tem visita:

É ruim você estar lá comendo, coisa boa que você trouxe para o seu filho ou para o seu namorado e você vê outros andando que não têm ninguém que foi visitar, não têm nada para comer. Uns que andam para ver se um colega dá um pratinho de comida para ele. Então, assim, o que me fazia visitar era isso, é saber que se eu não for e se ele não tiver amigo, não ia ter ninguém para dar para ele, né? (Cecília)

As falas das entrevistadas a respeito de suas motivações individuais acerca da visita ao parente aprisionado foram contrastadas com outras duas perguntas feitas pela pesquisadora. A primeira: você acha que há mais mulheres que visitam? Ao responderem que sim, seguia-se: e por que você acha que isso acontece? Esses questionamentos buscaram provocar uma reflexão que se propõe a ir além de cada história pessoal, tentando captar a visão coletiva das entrevistadas acerca das relações de gênero envolvidas na visita. Por detrás das histórias únicas, há elementos que as unem enquanto coletividade, que dá outros contornos sociais ao fenômeno que, na visão da pesquisadora, estão imbricados nas pistas fornecidas pela teoria da reprodução social.

Se amar é cuidar, cuidar é trabalho. Essa lógica nem sempre esteve explícita nas interlocuções com as familiares contatadas. Embora tenha sido unânime a percepção sobre a presença majoritária de mulheres nas filas de visita, os pressupostos que ensejam esse cenário foram apontados de maneiras distintas pelas entrevistadas. Uma narrativa que se destacou em diversas entrevistas foi a de que *as mulheres são guerreiras e fortes enquanto*

os homens são acomodados e abandonam com mais facilidade. JULIANA e KATIA deram suas opiniões sobre o assunto:

Mulher é mais guerreira, né? Eu acho que homem, não todos, mas alguns, são mais acomodados. [...] Homens dificilmente deixam sua rotina, seu futebol no domingo para ir na porta de cadeia no final de semana. Mulher não. Mulher vai, mulher faz e acontece, né? (Juliana)

Os homens eles não têm estrutura ou a garra de uma mulher. Se um homem casado vai preso, a mulher vai com ele até o fim. Se a mulher casada com um homem vai presa, olha, você pode estar na fila da cadeia: vai ter 100 mulheres e 2 homens naquela fila. Ou um é pai ou um é marido. Eles abandonam porque o homem não é de uma mulher só. Não generalizo, mas assim... "Ah, está lá presa", aí pega não vai no primeiro final de semana, abandona. [...] Elas são guerreiras, elas vão até o fim. Um dia uma ou outra abandona mesmo, porque tem que ser muito guerreira para aguentar ir. Tem que amar muito aquele homem que está lá, porque olha... Acho que a que não é guerreira mesmo, abandona (Katia)

Interessante refletir sobre como a percepção das mulheres familiares enquanto guerreiras em um primeiro momento rompe com a tradição dos papéis sociais de gênero, que atribui às mulheres docilidade e fraqueza e aos homens força e coragem. No entanto, como mencionado no Capítulo 2, articulando as dimensões do racismo estrutural a relações de gênero e classe, tem-se que as mulheres negras de fato não costumam ser enquadradas nesse feixe de análise justamente por sempre terem trabalhado em atividades de grande esforço físico e intelectual. Dessa forma, a imagem da guerreira adquire outros contornos, sobretudo quando analisada ao lado da imagem masculina do abandono. Ser familiar é travar uma verdadeira batalha, em que se precisa de força, coragem e muito trabalho para vencer, ainda que momentaneamente, o labirinto institucional, visto no Capítulo 3. É também por vezes se submeter a tratamentos humilhantes, degradantes e violentos, rituais que desafiam a dignidade, mesmo que se possa encontrar saídas criativas para tentar driblá-los.

“Homem não gosta de passar por constrangimento”, disse LETÍCIA. Na verdade, é difícil conceber algum ser humano que sinta prazer em cruzar a travessia de violências que a visita impõe. O que possivelmente acontece é que, para as mulheres, ser constrangida é algo que se vive desde muito cedo, na rua, em casa, na família, na igreja, na escola, no trabalho, ouvindo com frequência alguém dizer como se deve e como não se deve ser, se comportar, se vestir, pensar, falar, enfim, existir, sem perder de vista as diferenciações racializadas e de classe que incidem nesses imperativos. Com isso, aprende-se muito cedo a lidar com essas prescrições, criando estratégias que perpassam as formas mais diversas de seguir adiante a despeito de toda sorte de imposições.

Por outro lado, o abandono enquanto característica da masculinidade hegemônica sugere que pais e companheiros não se mobilizam com a mesma frequência que as mulheres

para nutrir os laços com seus entes aprisionados. Esse desinteresse em perpetuar e nutrir as relações guarda sentido na possível perda de utilidade da conexão, no caso dos companheiros de mulheres presas, já que elas estarão impedidas de exercer todo o circuito da reprodução social e garantir a eles comida, roupa lavada, casa limpa, filhos criados etc. Além de impedidas do trabalho doméstico, elas passarão a demandar que o companheiro promova a subsistência, com a entrega do jumbo e da comida. Para os pais, por sua vez, compartilhar com as mães os trabalhos de cuidado muitas vezes sequer está em pauta, sendo já comemorado quando há algum tipo de ajuda pontual, o que mantém a ideia de que essas atividades não lhe competem.

Da equação entre a *mulher guerreira* e o *homem que abandona* gera-se uma sobrecarga descomunal de trabalho reprodutivo para as mulheres. Ainda que esses termos possam aparentar uma inversão dos polos tradicionais das relações de gênero – eles não visitam porque não aguentam, seriam mais fracos nesse sentido – o resultado desse desequilíbrio continua sendo absolutamente favorável à desigualdade de gênero, pois deposita mais uma vez sobre os ombros das mulheres de modo exclusivo todo o trabalho em manter a pessoa aprisionada viva.

O trabalho reprodutivo realizado pelas familiares visando à manutenção da vida de seus entes presos aproxima duas figuras protagonistas das visitas: as mães e as companheiras. “Amor de mulher de preso é igual um amor de mãe, porque mesmo longe a gente não para de pensar nele, se a gente vai dormir a gente pensa se eles não estão com frio, com fome, você tá entendendo?”, captou Giane Silvestre em sua pesquisa sobre o tema²⁵². Embora a relação de cada uma dessas personagens seja diferente com a pessoa presa, o fato é que há um compartilhamento da jornada entre as duas, algo muito parecido com o que ocorre fora do ambiente prisional, quando se espera que a esposa passe a exercer o papel de mãe – que nada mais é que o trabalho reprodutivo –, cristalizado no cuidado e todo o trabalho inerente a ele.

Embora algumas entrevistadas tenham revelado a percepção de que a maioria das mulheres que visitam são companheiras, os dados obtidos via Lei de Acesso à Informação sobre o parentesco das visitantes cadastradas em 2018 apontam para uma superioridade numérica das mães, conforme tabela abaixo:

²⁵² Op. Citada, p. 251.

Quadro 9 – Porcentagem de mulheres visitantes em 2018 por parentesco

2018		
Parentesco das visitantes	Registro para visitar	
Filha/Enteada	29.873	11,0%
Mae	98.294	36,3%
Avó	5.881	2,2%
Irmã	44.824	16,6%
Companheira	77.219	28,5%
Esposa	13.007	4,8%
Outras	1.402	0,5%
Total	270.500	100%

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

A presença de mães e companheiras nas filas parece ser mais dinâmica do que os dados registrados. Isso porque uma mesma pessoa pode visitar seu filho e seu companheiro preso, o que gera dois registros distintos, assim como uma pessoa pode receber a visita de sua mãe e de sua companheira. Assim, acredita-se que a percepção sobre a maioria das visitantes ser composta pelas companheiras tende a ser explicada pelo compartilhamento da tarefa de visitar entre duas mulheres. Mas parece haver uma diferença nas motivações de cada uma. REBECA ouviu de sua sogra que *mãe é obrigada a ir e companheira escolhe*:

No caminho para delegacia, minha sogra falou assim para mim: "Eu sou mãe. Eu sou obrigada a ficar e lutar pelo meu filho. Mas se você quiser ir embora, a gente vai entender". E eu falei assim, "Não, se eu não abandonei ele na rua, não vai ser agora que eu vou abandonar. Eu vou com ele onde ele for, onde ele estiver eu vou atrás". (Rebeca)

Essa travessia compartilhada entre mulheres fez LETÍCIA questionar quem visitaria seu irmão após o fim do relacionamento com a namorada: "Ai meu Deus, quem vai visitar esse homem? Minha mãe não queria. Mas ela é mãe, se ela quisesse, eu não ia impedir. Aí, não sei o que aconteceu, que eles voltaram. Não que seria um fardo no nosso ombro, não é isso, né?". Essa distribuição das tarefas que envolvem a visita também foi narrada por CECÍLIA, que visitava seu filho e revezava com sua nora:

A primeira vez que ele foi preso, os dois anos que ele ficou preso, eu visitei. Mas a Jurema visitou bem mais. A gente ia na época que você tinha que tirar toda a roupa, você tinha que se abaixar de costas, para a policial ver se você tinha alguma coisa. A segunda vez, eu não fui. Eu não fui, eu fui bem clara, se a Nathalia fosse eu não ia. Aí ela foi, ela visitou nos seis meses que ele ficou preso. Agora dessa última vez, ela resolveu não ir. Era muito difícil ir as duas juntas. Geralmente ela ia sozinha, né, porque tem visita íntima, né? É melhor para a pessoa ir só, que ir a

mãe para atrapalhar um pouco. Porque pai e a mãe atrapalha um pouco, né? Quando vai só a namorada eles ficam mais à vontade. (Cecília)

Dos relatos ouvidos durante as entrevistas, foi possível notar que as motivações pessoais estavam entrelaçadas com uma dinâmica maior, suscitada por meio da reflexão sobre o porquê de haver mais mulheres visitando pessoas presas. A ética do amor, como mencionado por hooks, implica compreender a outra pessoa como um ser humano, querer celebrar sua condição, suas potencialidades, sua alegria, sua criatividade, sua espontaneidade. Alexandra Kolontai, no início do século XX, já dizia: “Se a humanidade não tivesse o amor, sentir-se-ia roubada, deserdada e desgraçada. O amor será seguramente o culto da humanidade futura”²⁵³. A autora compreende que a transformação do regime econômico-social no sentido comunista perpassa pela reivindicação do potencial do amor, da liberdade no matrimônio, da união livre, até que o princípio da camaradagem triunfe sobre os conceitos tradicionais de desigualdade e subordinação que regem as relações afetivas e sexuais no capitalismo. Nesse sentido, torna-se importante ressaltar como a ética do amor por vezes tem sua potência reduzida e instrumentalizada no cuidado, lido aqui como um vetor de uma imensa carga de trabalho depositada sobre os ombros das mulheres altamente invisibilizada.

Amar definitivamente não é um problema, pelo contrário, é uma condição grandiosa de humanidade. A questão que se coloca se refere a como as ações impulsionadas por esses atos adquirem outros sentidos dentro de uma estrutura desigual que parte do pressuposto que os atos trabalhosos de cuidado são exclusividade das mulheres. O amor transita entre a exploração do trabalho reprodutivo necessário para o desempenho do cuidado e a transformação de situações desumanas em resistência. Essa contradição entre o que as move – a manutenção da vida, a convivência, a partilha, a esperança – e o que é movimentado com suas ações – os trabalhos envolvidos na reprodução social – constitui uma grande chave para a compreensão da dinâmica de gênero, raça e classe que organiza a atuação das familiares de pessoas presas.

²⁵³ KOLONTAI, Alexandra. *A nova mulher e a moral sexual*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 38.

4.2.2 O que elas movimentam

O circuito do trabalho reprodutivo, como visto, é bastante vasto, sendo difícil exaurir as atividades que o compõe. As tarefas executadas no ambiente doméstico, como cozinhar, lavar e passar a roupa, lavar a louça, limpar a casa, educar os filhos, compra de alimentos e roupas para os membros da família, entre outras, são altamente invisibilizadas enquanto trabalho desempenhado precipuamente pelas mulheres em nome da manutenção da vida. Mas além disso, não se pode perder de vista uma série de outras ações realizadas nesse mesmo sentido, como o cuidado de idosos, levar e buscar os filhos na escola, acompanhar os membros da família em consultas médicas, entre outros destinos que envolvem o cuidado. Não suficiente, a própria circulação na cidade em decorrência dessas atividades também consome parte importante de tempo e dinheiro de mulheres, sobretudo das pobres e negras. Todo esse circuito bastante presente na vida das mulheres acaba por adquirir um adensamento e complexidade quando há um familiar aprisionado. A visita é muito mais do que um encontro. Ela demanda preparo, dinheiro, jumbo, comida, transporte, tudo para mulheres que já enfrentam jornadas de trabalho e de reprodução social exaustivas.

Mas antes de abordar diretamente como as familiares movimentam a prisão inseridas na chave da reprodução social, vale pontuar algumas tentativas de dimensionar o peso do trabalho doméstico, especificamente. Com o objetivo de esboçar a tamanho dessa carga de trabalho invisibilizada, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) investiga trimestralmente informações conjunturais sobre as tendências e flutuações da força de trabalho brasileira, conta com um eixo de pesquisa nomeado como *Outras formas de trabalho (afazeres domésticos, cuidados de pessoas, produção para o próprio consumo e trabalho voluntário)*. De acordo com o levantamento, em 2019, as mulheres dedicaram, em média, 21,4 horas por semana com afazeres domésticos e cuidado de pessoas, quase o dobro do que os homens gastaram com as mesmas tarefas – 11,0 horas, segundo o IBGE²⁵⁴. Vale pontuar que a jornada de trabalho em tempo parcial costuma variar entre 20 e 25 horas semanais, o que sinalizada para como o tempo dispendido se assemelha ao exigido semanalmente em alguns postos de trabalho formais.

²⁵⁴ Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27877-em-media-mulheres-dedicam-10-4-horas-por-semana-a-mais-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>. Acesso em: 02 jun. 2021.

Ainda sobre tentativas de mensurar a dimensão do trabalho doméstico não remunerado na economia, Hildete Pereira de Melo liderou uma pesquisa com uma metodologia para simular a inclusão na contabilidade do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil no ano de 2006²⁵⁵. Para isso, recorreu à remuneração média dos serviços domésticos remunerados (PNAD), por estado e por hora, e multiplicou pelo número de horas de afazeres domésticos, por estado, sexo e faixa etária²⁵⁶. A conclusão do estudo é impactante:

Utilizando-se dos procedimentos usuais de estimativas de bens ou serviços não mensurados por estatísticas econômicas, estatísticas demográficas e sociais originárias da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os procedimentos técnicos similares aos usados para a contabilização do Produto Interno Bruto (PIB), conclui-se que essas atividades valem cerca de 11,2% do PIB brasileiro e que corresponderam no ano de 2006 a R\$ 260,2 bilhões. Ou seja, o PIB nacional aumentaria nesse valor caso a sociedade contabilizasse essas tarefas ligadas à reprodução da vida. Além do mais, 82% desse trabalho ou, pelo ângulo monetário, daquele valor, cerca de R\$ 213 bilhões foram gerados pelas mulheres²⁵⁷.

A magnitude dessa estimativa corrobora a percepção elucidada pela teoria da reprodução social acerca da transcendência do trabalho reprodutivo do espaço doméstico: as atividades de cuidado relacionadas à sobrevivência e ao bem-estar vão muito além do perímetro da casa. Os beneficiários desse conjunto de atividades não remuneradas ultrapassam as figuras cuidadas, sendo um trabalho necessário para a própria movimentação do Estado e de sua economia, ou como afirma a TRS, fundamental à produção e manutenção da força de trabalho. “Não é uma relação de troca entre portadores de mercadorias, e sim uma relação desigual de poder garantida e regulada pelo Estado”²⁵⁸, afirma de Melo.

A dinâmica das visitas realizadas por mulheres a seus familiares atrás das grades, a concretização da ética do amor que as move perpassa realizar uma série de atividades relacionadas diretamente à manutenção da sobrevivência da pessoa presa, consubstanciando mais uma esfera no circuito da reprodução social. Destaca-se nessa série a entrega do *jumbo*, da *comida*, do *Sedex* e do depósito de dinheiro no *pecúlio*, ações que abastecem a prisão e além de fomentar a subsistência, movimentam a economia local. Ademais, a busca por *assistência jurídica* e a realização de *denúncias* sobre a situação prisional também constituem elementos relevantes na luta pela vida de pessoas presas.

²⁵⁵ MELO, Hildete Pereira de; CONSIDERA, Claudio Monteiro; SABATTO, Alberto Di. Os afazeres domésticos contam. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 16, n. 3 (31), p. 435-454, dez. 2007, p. 445.

²⁵⁶ Op. Citada, p. 448.

²⁵⁷ Op. Citada, p. 451.

²⁵⁸ Op. Citada, p. 439.

O *jumbo* nada mais é do que o conjunto de itens de alimentação, higiene, vestimenta e material escolar cuja entrada no perímetro prisional é permitida periodicamente. Como visto no Capítulo 3, cada unidade determina sua própria lista. Em algumas, a entrega do *jumbo* ocorre no mesmo dia que a visita; em outras, como nas do Complexo de Pinheiros, o dia do *jumbo* era diferente do da visita, o que implica em mais um deslocamento pela cidade para efetivar a entrega. Há até mesmo uma empresa especializada na entrega do *jumbo* conforme cada unidade²⁵⁹. Como exemplo da lista de *jumbo*, tem-se abaixo uma fotografia tirada pela pesquisadora durante as observações participantes em 2019:

Figura 10 – Lista do *jumbo* de uma das unidades do complexo dos CDPs de Pinheiros

OS ITENS ABAIXOS DEVEM ESTAR DE ACORDO COM A PADRONIZAÇÃO DESTA UNIDADE E TRAZIDOS EM SUAS RESPECTIVA EMBALAGEM ORIGINAIS E LACRADAS			ITEM	QUANT.	ENTREGUE
SEMANAL	ITEM	QUANT.	ENTREGUE		
	BALAS TRANSPARENTE	500 gr.			
	BARBEDOR CORPO PLASTICO AMARELO VAZADO	02 unid. s			
	BOLACHA SEM RECHEIO	500 gr.			
	BOLDO INDUSTRIALIZADO SEM RECHEIO (Tipo Pullman)	02 unid. s			
	CHOCOLATE EM BARRA	300 gr.			
	CIGARRO OU 200 GRAMAS DE FUMO DESFIADO	20 unid. s			
	CONDICIONADOR TOTALMENTE TRANSPARENTE	350 ml			
	CREME DE BARBEAR	65 gr.			
	CREME DE DENTAL DE 90 gr	01 unid. s			
	DESINFETANTE TOTALMENTE TRANSPARENTE	500 ml			
	DESODORANTE ROLON TOTALMENTE TRANSPARENTE	1 unid.			
	DETERGENTE TRANSPARENTE	500 ml			
	ESCOVA DENTAL TRANSPARENTE	1 unid.			
	ESPONJA DE LOUÇA EXCETO CORES NÃO PADRÃO	1 unid.			
	FIO DENTAL TRANSPARENTE	1 unid.			
	FRIOS	500 gr.			
	LEITE EM PÓ	500 gr.			
	MARGARINA	250 gr.			
	PÃO INDUSTRIALIZADO (FORMA)	01 unid.			
SABÃO EM PEDRA CONFORME PADRÃO	02 unid. s				
SABÃO EM PÓ	1 KI				
SABONETE 90 gr. CONFORME PADRÃO	02 unid. s				
TEMPERO TIPO SAZON	06 unid. s				
XAMPU TOTALMENTE TRANSPARENTE	500 ml				
MENSAL	ITEM	QUANT.	ENTREGUE		
	ANTISSEPTICO BUGAL SEM ALCOOL	250 ml			
	BERMUDA PADRÃO BEGE OU CAQUI	02 unid.			
	BLOCO DE FICHARIO A4	50 folhas			
	CAIXA COM 100 HASTES FLEXIVEIS TRANSPARENTES	1 unid.			
	CANETA COR VERDE PADRÃO	01 Unid.			
	CORTADOR DE UNHA PEQUENO	01 unid.			
	CREME HIDRATANTE TRANSPARENTE	250 ml			
	CUECA EXCETO CORES NÃO PERMITIDAS PADRÃO	03 unid. s			
	ENVELOPE PARA CARTAS 11,4 X 16,2 Cm BRANCO	10 unid. s			
	ESCOVA DE LAVAR ROUPA PADRÃO	1 unid.			
	GEL FIXADOR DE CABELO PADRÃO	250 gr.			
	ISQUEIRO TRANSPARENTE PADRÃO	01 unid.			
	JOGO DE DOMINO/DAMA/TRILHA PADRÃO	01 unid.			
	LIVRO PADRÃO EXCETO CAPA DURA	01 unid.			
	MEIAS BRANCAS PADRÃO	03 pares			
	PENTE PARA CABELO PADRÃO	01 unid.			
	PREDENDOR DE ROUPA PADRÃO	12 unid. s			
SELOS PARA CARTAS	10 unid. s				
TEMPERO ALHO/CEBOLA DESIDRATADO	100 gr.				
CONTROLADOS	ITEM	QUANT.	ENTREGUE		
	BLUSA DE FRIO PADRÃO BRANCA OU CAQUI	01 unid.			
	CALÇA PADRÃO BEGE OU CAQUI	02 unid.			
	CAMISETA BRANCA MANGA CURTA PADRÃO	02 unid. s			
	CHINELO DE DEDO SOLADO FINO PADRÃO	01 unid.			
	COBERTOR DE SOLTEIRO PADRÃO	01 unid.			
	ESPELHO PEQUENO PADRÃO	1 unid.			
	LENÇOL BRANCO PADRÃO	01 unid.			
	TÊNIS CONFORME PADRÃO	01 par			
	TOALHA DE BANHO PADRÃO	01 unid.			

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

Jacqueline Stefanny Ferraz de Lima visualiza o *jumbo*, assim como a frequência no dia de visita, enquanto um dos componentes de maior visibilidade do que nomeou como

²⁵⁹ Disponível em: <https://www.jumbocdp.com.br/sobre>. Acesso em: 02 jun. 2021.

procedimentos éticos desempenhados pelas mulheres que estavam na *caminhada*²⁶⁰. Embora a autora vislumbre o jumbo sob a chave de uma ética própria, e não como parte do circuito da reprodução social existente fora das grades, ela retrata a entrega dos itens básicos de sobrevivência como algo inerente à visita, atribuindo sentido ao encontro. Ao questionar uma de suas interlocutoras sobre a possibilidade de visitar sem levar o jumbo, a resposta obtida foi: “e eu venho fazer o que, aqui, sem o jumbo? O preso conta com isso”²⁶¹.

Somado ao jumbo, há a *comida* levada no dia de visita, dentro de *tuperrwares* grandes, nas famosas sacolas transparentes. Do que foi possível observar no campo realizado no Complexo de Pinheiros, a comida na verdade envolve alimentos e outros itens bastante delimitados: geralmente, arroz, feijão, carne e macarrão, água, refrigerantes, cigarros, bolos e bolachas. O objetivo principal da comida é complementar a alimentação durante toda a semana, considerando que a qualidade e quantidade fornecida pelas unidades é precária e insuficiente para boa parte das pessoas presas. Mas há também a finalidade de realizar desejos do familiar apisionado, proporcionar pequenos momentos de outros gostos, mais próximos ao que tinha em liberdade, como contou CONCEIÇÃO:

Quando chega na visita, ele fala, "Ah, mãe, é que eu queria comer tal coisa". Às vezes eu levo, e ele fala, "Não, mãe, leva uma carne". Carne de panela com batata. Aí ele fala, "Querida tanto comer um filé de frango, assim, assim, assado". Compro filé de frango, faço carne, faço batata, uma linguiça, para ele comer e passar a vontade dele lá (Conceição).

Importante lembrar que, como abordado no Capítulo 3, todas as ações que envolvem a visita demandam muito tempo e dinheiro das mulheres. MARGARIDA e MARIA narraram como se organizam para preparar a comida para mais de 2 pessoas presas em suas famílias, que retrata concretamente uma parte do circuito da reprodução social:

Quando eu estava trabalhando, eu vinha do serviço, passava no mercado, comprava todas as coisas. Chegava em casa, ia preparar. Como eu não ia para dormir na prisão, então eu fazia as coisas de madrugada. Eu gosto de levar tudo fresquinho, então, assim, meia-noite, uma hora da manhã eu já preparava uma carne de panela, batata. Macarrão e arroz eu deixava para fazer tudo no outro dia. Eu preparava o molho do macarrão que tem como você esquentar, né? Levantava umas cinco, seis horas da manhã, fazia um arroz fresquinho, macarrão, esquentava a carne. Fazia a maionese, deixava os legumes tudo esfriar de manhã que eu temperava. Tudo fresquinho. Tanto que minhas noras falavam, "Sua mãe hoje vem, é tudo fresco". Porque como elas iam de madrugada, tinha que fazer a noite e elas levavam, porque não tinha como. Elas saíam daqui às sete, oito, às vezes nove da noite e então tinha que levar e dormir lá com a comida. Mas quando eu ia, eu levava tudo fresquinho. Nem dormia à noite, só fazendo comida. Fazia a comida dos três (Margarida).

²⁶⁰ LIMA, Jacqueline Stefanny Ferraz de. *Mulher fiel: as famílias das mulheres dos presos relacionados ao Primeiro Comando da Capital*. 2013. 164 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013, p. 47.

²⁶¹ Idem, p. 49.

É muvuca, viu? Porque são, na verdade, quatro, cinco presos, né? Meus dois genros, meus dois filhos e a menina que morava aqui comigo, que ela está presa junto com minha filha. Uma correria. São cinco. E eu falava, "Olha, aqui não é restaurante não". Vai levar para um, vai levar para todos. Ninguém é melhor que ninguém não. "Ah, hoje vou fazer uma salada de batata", então, vai ter que comprar não sei quantos quilos de batata, comprar tanto para poder mandar para os cinco. É muita correria. Porque, veja bem, são três ou quatro visitas. Então, são seis refrigerantes. Por exemplo, um quilo de bife não dá. Porque tem um aguado que é meu marido, que tudo que você faz para o preso, ele quer comer também. Nunca dá um quilo, tem que comprar mais. Tudo que faz para o preso, tem que fazer para ele também. Tem que fazer bolo. Um bolo só não dá. Tem que fazer dois ou três bolos, para poder dar para cada um (Maria).

Ainda na finalidade de garantir a subsistência do familiar, é possível enviar itens específicos pelo Correio, o chamado *Sedex*, e depositar quantias em dinheiro em uma conta da pessoa presa, o *pecúlio*, que permite que ele ou ela realize compras de alguns itens diretamente na unidade.

Durante a pandemia de covid-19, as visitas ficaram suspensas em todo o estado de São Paulo até novembro de 2020. Com isso, das quatro possibilidades de fornecer os itens básicos necessários à sobrevivência, apenas o envio de insumos via Sedex e o depósito no pecúlio foram mantidos. Nesse sentido, percebe-se que houve drástica redução no abastecimento prisional realizado pelas familiares. Todavia, persistiu uma pequena entrada desses itens, embora haja inúmeras denúncias de como ocorrem confiscos de itens enviados, ou que pela demora, acabam apodrecendo e tornando-se inconsumíveis. Essa restrição nos itens que as mulheres familiares fornecem foi relatada por presos inclusive como mais um elemento que acaba por facilitar a propagação do coronavírus nas cadeias, uma vez que as condições de higiene pessoal e das celas ficaram altamente comprometidas, a própria imunidade dos presos e das presas são reduzidas por conta da má alimentação fornecida pelas unidades, e o compartilhamento de itens pessoais, como talheres, copos, pratos e toalhas cristaliza um vetor de transmissão viral.

Pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudos da Burocracia da Fundação Getúlio Vargas mapeou o impacto da pandemia e a atuação das familiares de pessoas presas em São Paulo. Segundo o documento, a preocupação com a fome que o parente poderia estar submetido foi muito relatada: “23% das respostas sobre a sua maior preocupação em relação ao preso nesse momento foram no sentido de não estarem se alimentando”²⁶². Geralmente,

²⁶² MAGRI, Giordano; MELLO, Claudio Aliberti de C.; HADDAD, Mariana S.; LOTTA, Gabriela. *Nota técnica – A pandemia de covid-19 e os familiares de presos no estado de São Paulo*. Fundação Getúlio Vargas, Núcleo de Estudos da Burocracia (NEB), julho de 2020, p. 10. Disponível em:

são oferecidas pela prisão três refeições por dia, em um período entre às 7h e 16h. Fora desse horário, caso a pessoa presa não tenha algo em seu estoque, fruto da ação das familiares, não há o que comer. “Toda semana eu levava as coisas, né? Mas por quê? Por causa do medo da fome.”, sintetizou TERESA. A qualidade e a quantidade dos itens fornecidos pela unidade foram apontadas por LETÍCIA, que se chocou ao ver o irmão muito magro:

Até do dia de hoje, é muito triste. Saber que seu irmão está dentro de uma prisão, sofrendo, passando fome. Da última vez que eu fui ver ele, ele estava tão magro, tão magro, que eu falei, "Menino, o que está acontecendo? Misericórdia". Ele enrolou, enrolou, para não contar para gente e daí falou, "Não, é porque aqui a comida é reduzida. Tem horário certo. Isso quando vem, vem estragado. E se o Choque na semana, o jumbo que vocês trouxeram, eles jogam tudo fora" (Letícia).

Na sequência, uma lista²⁶³ cujos itens puderam ser enviados por Sedex durante a pandemia de covid-19:

Quadro 10 – Lista de itens de envio permitido por Sedex durante a pandemia de covid-19

Relação de itens de envio permitido por Sedex durante a pandemia	
Alimentação	Higiene
Farinha temperada	
1 sazon	4 cremes dentais 90g
farinha lactea 250g	8 sabonetes
10 pacotes de suco, exceto sabor uva	1 shampoo
4 pacotes de bolacha	1 condicionador
500g de bala em embalagem transparente ou descascada	1 creme de barbear
salgadinhos tipo chitos/ doritos/ polvilho	1 creme de pele
1 batata palha	2 desodorantes Rollon
3 bolos industrializados	1 escova de dente
Doce industrial tipo paçoquinha /cocada/ chocolate em barra	1 fio dental
Nutela pequeno	2 pedras de sabão tipo ype
1 pote de doce de leite cremoso	1 quilo de sabão em pó
1 sachê de maionese 250g	4 barbeadores
500g de frios em embalagem à vacuo	1 caixa de cotonete
1 quilo de leite em pó	1 antisséptico bucal sem álcool
1 pacote de pão de forma	500 ml de amaciante
Material escolar	1 detergente
1 caixa de lapois de cor	1 litro de desinfetante
1 lápis de escrever	1 cortador de unha
1 apontador	1 esponja de banho
1 borracha	1 bucha de lavar roupa exceto azul e amarelo
4 canetas (verde ou vermelha)	20 maços de cigarros ou 12 pacotes de fumo
3 cadernos brochura	10 fotografias
10 envelopes e 10 selos	1 isqueiro tipo Bic branco grande
Vestuário	
1 par de chinelos	
lençol de solteiro branco	
cobertor	
toalhas de banho	
3 bermudas sem zíper	
2 blusas de frio	
2 calças padrão caqui	
2 camisetas branca	
5 pares de meias	
5 cuecas ou samba canção	

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

<https://neburocracia.files.wordpress.com/2020/07/re104-familiares-presos-covid-19-depoimentos-v3.pdf>.
Acesso em: 02 jun. 2021.

²⁶³ Lista obtida em grupo de *whatsapp*, sem identificação de unidade específica.

A remessa de itens de alimentação, higiene e vestimenta por meio do Sedex tem outros custos, como a taxa cobrada pelos Correios e a caixa de papelão para acondicionar os pertences. A pesquisadora indagou Claudia se o Sedex na pandemia havia implicado em um aumento ou diminuição dos gastos, e ela respondeu: “Mesma coisa. Porque não parou. Talvez eu gaste até um pouco mais, porque além de ter aumentado muito o preço das coisas, você não consegue colocar tudo de uma vez. Você coloca um e já está pensando em colocar outro, porque ela não tem nada lá.”. CECÍLIA contou que para 4 quilos a serem enviados, pagou a quantia de R\$ 36,00 mais R\$ 16,00 da caixa de papelão, que precisa ser a dos Correios. Foram R\$ 50,00 apenas para viabilizar a entrega, sem contar o valor dos itens enviados.

CONCEIÇÃO relatou que para pagar o Sedex para seu filho que está preso e para dar conta da subsistência de suas filhas, acabou se prostituindo com seu ex-marido:

Porque você luta, luta, luta, mas é difícil ver algumas batalhas vencidas, né? Aí você tem que submeter a certas coisas que... você acha que é fácil ter que ir para cama com seu ex-marido por 100 reais? Quando você já não sente mais nada, que você... Você faz isso porque você tem que pagar um Sedex para seu filho, porque você tem que pagar alguma coisa de alimentação, porque suas filhas estão com vontade. É bem por aí. Mas a gente vive lutando, é uma questão que a gente vai sobrevivendo (Conceição).

Ela segue contando que precisou mandar um Sedex mais robusto por conta da ação do GIR, que saqueou os pertences de seu filho, deixando-o sem roupas, cobertor e agasalho:

Um tempo atrás, tem dois meses, eu mandei um Sedex de quase 250 reais. O GIR tinha entrado fazia poucos dias, estava frio, então tive que mandar uma blusa de moletom. Uma blusa de moletom aqui é 60, 70 reais, mais ou menos. Uma blusa de frio de manga comprida, branca, 40, 50 reais. Uma camiseta, duas camisetas, chinelo, creme, manta, tudo. Tive que mandar tudo isso. Quando foi a outra semana, tive que mandar tudo de novo, porque tinha acabado, o GIR tinha quebrado tudo, tinha tocado fogo em tudo que era dele, ele praticamente estava sem nada (Conceição).

Além de todo o trabalho necessário à visita, há um peso no orçamento dessas mulheres bastante considerável. Os *gastos* resultantes da soma entre compra dos itens, transporte e taxas é relevante, especialmente considerando que são mulheres pobres em sua grande maioria. Os valores variam conforme a capacidade econômica de cada uma, mas estima-se, de modo bastante conservador, algo em torno de R\$ 300,00 por mês. Esse valor se aproxima do que foi levantado pela pesquisa do Núcleo de Estudos da Burocracia da FGV,

que por meio de um questionário, chegou ao valor de R\$ 291,23 por mês com o jumbo²⁶⁴.

Algumas entrevistadas compartilharam seus gastos com a pesquisadora:

Por jumbo era mais ou menos uns R\$ 150,00. Ah, quando minha mãe ia visitar, quando era longe, ela gastava uns R\$ 500,00. A pousada e o ônibus, né? Tinha que comprar comida lá e saía um pouco caro, saía em torno de R\$ 450-500,00 (Amanda).

Eu já levava tudo daqui, então, as coisas daqui ficam mais barato. O custo de vida para nós aqui é mais barato. Uns R\$ 450,00 eu gastava por mês (Ângela).

Na faixa mais ou menos de uns R\$ 500,00 eu gastava (Rebeca).

Jumbo, visita, R\$ 600,00. Daqui em Lavínia. Daqui para Santo André, o máximo que eu gastava era uns R\$ 350,00 (Teresa).

De almoço você gasta, em um final de semana, mais de R\$ 100,00. Tem os tupperware que você tem que comprar, você tem que levar pratinho, você tem que levar talher, refrigerante, água. Então assim, na primeira vez que ele foi preso - sem brincadeira nenhuma - por mês, com jumbo e comida eu chegava a gastar quase R\$ 600,00, ou mais (Cecília).

Eu gasto, assim, em torno de R\$ 350,00 por mês. Com dois pacotes de cigarro, já colocando o valor da caixa e com as coisas que ela vai querer ter lá (Claudia).

Acho que no total, no final do mês, você deve gastar... Com jumbo, tudo, incluindo tudo? Acho que deve gastar uns... Porque jumbo você manda toda semana, se você pode. Fazendo o cálculo, acho que mil e pouco, por mês. Ou mais se não me engano. Entre R\$ 800,00 a R\$1.200,00. Porque, se por exemplo, ela levar toda semana o jumbo, porque acho que não é o caso, dá quase R\$ 1.000,00 (Letícia).

No mercado eu gastava em torno de R\$250,00. Mas, assim, mistura aumentou. Esses dias eu fui no mercado comprar um bife para minha avó, 1 kg de alcatra deu R\$ 38,00. Aí, eu falei, "Caraca, pelo visto quando voltarem as visitas, eu tô ferrada, né?". Porque eu levo quase 4 kg de mistura, porque normalmente eu levo 1,5kg de cada mistura. Então, eu não tenho dimensão de quanto vai ser quando voltar as visitas (Manoela).

Na tentativa de estimar os valores movimentados pelas jornadas das familiares com as visitas, a pesquisadora recorreu aos cálculos matemáticos. Em resposta ao pedido de LAI²⁶⁵, recebeu informações sobre a quantidade de visitas realizadas em 2018 (7.666.310), o total de visitantes que adentraram as prisões (364.099) e a média de visitas realizadas no ano por familiar (21,06).

Quadro 11 – Dados sobre visitas realizadas no estado de SP em 2018

Pessoas presas em SP - 2018	
Total de presos(as) visitados(as)	186.895
Total de visitas ocorridas	7.666.310
Média de Visitas por Preso(a) visitado(a)	41,02
Visitantes de pessoas presas em SP - 2018	

²⁶⁴ Op. Citada, p. 13.

²⁶⁵ Protocolo n. 671461821588.

Total de visitantes de presos que visitaram	364.099
Total de visitas ocorridas	7.666.310
Média de Visita por visitantes	21,06

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Desses dados fornecidos pela SAP, passou-se à seguinte equação: cada familiar visitou aproximadamente 2 vezes ao mês (21,06 idas em 12 meses). Como relatado pelas entrevistadas e constatado pela pesquisa da FGV, estima-se como média de gastos mensais a quantia de R\$ 300,00, o que, dividido por duas visitas mensais resulta no valor aproximado de R\$ 150,00/visita, considerando apenas o abastecimento (a comida e jumbo). Ao multiplicar o valor de R\$ 150,00/visita pelas 7.666.310 visitas realizadas no ano de 2018, chega-se ao estrondoso número de mais de R\$ 1 bilhão de reais movimentados pelas familiares em 2018.

Quadro 12 – Estimativa de gastos das familiares visitantes no estado de SP em 2018

Estimativa de gastos das familiares - 2018	
Valor por mês	R\$ 300,00
Média de visitas por familiar	2 por mês
Valor por visita	R\$ 150,00
Total de visitas ocorridas	7.666.310
Total dos gastos em 2018 pelas familiares (valor por visita x total de visitas ocorridas)	R\$ 1.149.946.500,00

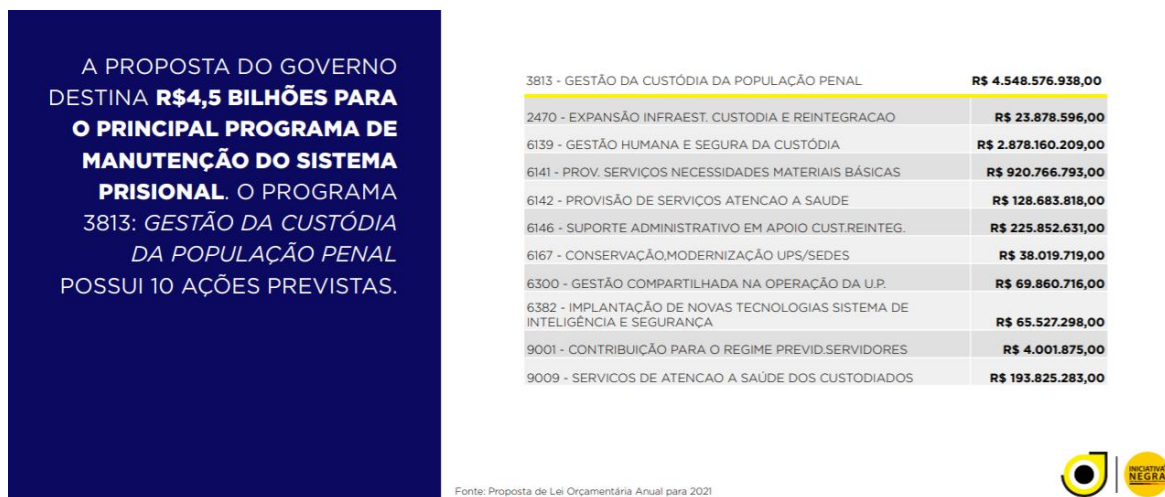
Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Esse exercício de tentar dimensionar o impacto das ações das familiares para a sobrevivência de seus parentes no interior das prisões em São Paulo salta ainda mais aos olhos quando se compara com o orçamento da pasta. A organização Justa realiza pesquisas que visam a facilitar a compreensão dos dados do financiamento e da gestão do Sistema de Justiça²⁶⁶. Em um levantamento recente, sobre a Lei Orçamentária Anual para 2021 do Estado de São Paulo, o projeto identificou que o *Programa 3813: Gestão da custódia da população penal* tem previsão de receber R\$ 4,5 bilhões de reais, distribuídos em 10 ações. Dessas ações, o item *Provisão de serviços e necessidades materiais básicos aos presos* tem previsão de recebimento de um pouco mais de R\$ 920 milhões em 2021. Ainda que a comparação dessa quantia, referente ao ano de 2021, com o valor estimado de gastos das familiares em 2018 seja limitada, é impactante notar as pistas concretas que corroboram a

²⁶⁶ Disponível em: <https://justa.org.br/o-justa/quem-somos/>. Acesso em: 22 fev. 2021.

percepção de que quem sustenta de fato a pessoa presa é sobretudo a família, especificamente, as mulheres, em sua maioria, negras e pobres.

Figura 11 – Justa – Previsão de orçamento destinado ao Sistema Prisional em SP em 2021



Fonte: Disponível em: https://justa.org.br/wp-content/uploads/2021/01/SP_PoliticaCarceraria.pdf. Acesso em: 02 jun. 2021

Figura 12– Justa – Previsão de orçamento destinado ao Sistema Prisional em SP em 2021



Fonte: Disponível em: https://justa.org.br/wp-content/uploads/2021/01/SP_PoliticaCarceraria.pdf. Acesso em: 02 jun. 2021

Esse esboço em relação à dimensão econômica que as familiares movimentam com as atividades da visita foi relatado por algumas entrevistadas, sobretudo no sentido de

reconhecer que, mais do que a pessoa presa que recebe os insumos para sua sobrevivência, quem se beneficia de toda a jornada dessas familiares é o próprio Estado, que se vale do trabalho reprodutivo das mulheres para abastecer e gerir as cadeias de modo menos custoso possível para seus cofres. Afinal, o que está previsto no orçamento não corresponde necessariamente ao que chega na ponta para os presos e presas. CONCEIÇÃO, CECÍLIA e MARGARIDA refletiram sobre seus gastos e o papel do Estado em onerá-las:

Eu gastava bastante, naquela época gastava em torno de mil, mil e duzentos, mil e trezentos reais. [...] Você há de concordar comigo, se o governo desse... Vamos supor, um preso tem o valor de 2 mil reais para ficar lá dentro. Você acha que ia precisar de dinheiro meu, de mãe? Sair daqui com duas malas cheia de coisa, comida, mistura, roupa, chinelo, um monte de coisa para levar para ele, sendo que ia ter um custo de 2 mil reais lá? Uma pessoa que com 2 mil reais que não sai, não vai para balada, não bebe, não fuma – ou só fuma. Pô, não dá para sobreviver? Até sobra. Se quiser mandar para mim, não sobra? (Conceição)

Eles falam que o governo é que tem gastos e gastos com o preso, que é por causa da água, que é por causa da luz, se é por causa da alimentação que eles dão - a alimentação é super ruim, meu filho geralmente não come, ele come o pão, porque ele fala que muitas vezes o feijão vem azedo. Então, assim, mistura boa ele fala que é muito difícil. Você que mantém seu preso. É você que tem que levar cobertor, você tem que levar sabonete, tudo que ele vai ter que usar na higiene pessoal. Tem lugar que até papel higiênico você tem que levar. Então, assim, roupa, chinelo. Essa semana mesmo eu tive que mandar chinelo, escova de dente, papelzinho de carta, caneta, envelope, selo. Então é assim, eles dão comida? Dão, mas eles dão o arroz, o feijão, a mistura que geralmente não é boa. [...] E você vê isso, o governo dizer que o preso dá um gasto absurdo, os pais aqui fora gastam tanto quanto, ou mais (Cecília)

É muito gasto. É que nem eu falo... Eles falam que o sistema prisional que eles gastam mil e pouco, dois mil e pouco com o preso e eu não sei em quê. Porque a gente tem muito gasto com eles lá dentro. É um gasto, assim, que você fala assim, é mentira. Quem não passa, fala assim, isso é mentira. Mas não é que é mentira. Porque, às vezes, as pessoas falam assim para mim, "Mas você quer levar do bom e do melhor". Aí eu, "Gente, mas que bom e do melhor que eles têm lá? Não tem. Eu quero levar um sabonete melhor, quero. Eu quero levar um shampoo melhor, quero. Eles não têm nada, eles não têm nada lá dentro. Eles falam que tem um gasto de mil e pouco com o preso, mas da onde, porque eles não têm nada se não for a família. Se não for a família, que nem nós vamos visitar... Tem muitos lá que não têm ninguém. E é difícil, eu sei, é difícil, sei que é muito difícil (Margarida)

Além de abastecer a prisão, a entrada desses itens *faz a cadeia girar* – um cigarro é mais do que sua própria substância, é traduzido na economia local como moeda de troca. Outros itens também são compartilhados, trocados e vendidos, movimentando relações socioeconômicas no interior das cadeias. “Coisa que você não gasta em um mês, o preso gasta em uma semana, faz troca, vende e era isso aí”, relatou RAFAELA. Quem não tem visita, não tem jumbo, não recebe comida, por vezes se vê impelido a prestar serviços, como lavar roupas dos colegas, a cela e o banheiro em troca de algum item de alimentação ou higiene.

Esses custos e a movimentação econômica esboçada são apenas uma parcela que compõem todo o trabalho reprodutivo desempenhado pelas mulheres familiares de pessoas presas. Tão necessário quanto levar itens de alimentação, higiene e vestimenta é procurar uma assistência jurídica qualificada, *fazer o processo andar*. Afinal, o ápice da consagração da sobrevivência é justamente acessar a porta de saída da cadeia. Para isso, mulheres aprendem a acompanhar os processos criminais, buscam advogados, e sobretudo a Defensoria Pública e cobram respostas. A pesquisadora pode acompanhar diversos casos em que o andamento dos processos foi agilizado graças à atuação das familiares em pressionar os responsáveis pelos direitos de seus parentes. Além disso, ao visitar, elas acabam por inspecionar as condições carcerárias, sendo grandes relatoras de *denúncias de violações de direitos humanos* atrás das grades, outra atuação em prol da vida das pessoas presas.

A grande síntese do circuito da reprodução social que as mulheres estão inseridas mesmo antes da prisão de um familiar foi mencionada por algumas entrevistadas – “É tudo eu”. Quando muito, há a ajuda do marido ou de outra pessoa, mas que nesses termos reitera a lógica de atuar de modo facultativo, sem se responsabilizar por tarefas que deveriam ser compartilhadas entre todos os envolvidos.

Sempre fui eu. Tudo fui eu, o pai que ajudava, né? Só que o pai, assim, a gente não podia contar. Nessa época ele trabalhava de motorista de lotação, era a coisa mais difícil a gente ver o dinheiro vir. Mas aos pouquinhos ele ajudava. Mas era realmente eu. Eu que fazia a comida, eu que preparava tudo. Eu já cheguei a ficar com os quatro filhos presos ao mesmo tempo (Margarida).

A sobrecarga depositada sobre os ombros das mulheres familiares de pessoas presas oriunda de um adensamento do circuito da reprodução social é imensa, muito maior do que o peso do jumbo consegue simbolizar, conforme os relatos de CONCEIÇÃO e CLAUDIA:

Não existe divisão, é tudo eu. Tudo eu. Não tenho uma renda extra, não tenho Bolsa Família, não tenho Auxílio Gás, não tenho aposentadoria, não consegui me aposentar até agora. Não consegui ainda. Não consegui benefício nenhum do meu filho, de auxílio-reclusão, nunca consegui receber nada, nenhum centavo. Assim, eu sobrevivo com 1.400 reais. Eu pago aluguel, tiro dinheiro do gás, compro alguns remédios... tem alguns remédios que eu tenho que comprar, que é o da trombose. Então, eu vivo, tipo, mais no vermelho do que... E, assim, tem que mandar o dinheiro dele, tem que mandar o Sedex dele e eu vou me virando dessa forma, como dá. Na verdade, eu estou fazendo milagre, né. O pai das meninas dá 350 reais, mas não é suficiente. Eu sobrevivo dessa forma. Quando eu estava melhor de saúde, trabalhava com uma barraquinha que vendia leite, mas agora já não consigo mais trabalhar fora, não consigo ficar muito tempo em pé. Tenho uma inflamação na coluna, artrite, problemas no joelho. Voltei a ganhar peso, engordei tudo de novo, devido à depressão. E agora, por último, por último, a gente pegou COVID (Conceição).

Continuei trabalhando com cinco empregos. Eu trabalhava muito, tinha que ter dinheiro para ajudar ela [filha presa], tinha que ter dinheiro para manter a casa dela e tinha que ter dinheiro para ajudar meu marido a manter minha casa. Então, me

dividia na minha casa, cuidava do meu marido, fazia comida, limpava a casa, lavava a roupa (Claudia).

O cuidado com crianças, doentes e idosos parece se tornar ainda mais intenso nas circunstâncias do aprisionamento de um ente da família, como narraram ÂNGELA e TERESA:

Eu comecei a visitar e a fazer bico. Eu comecei a enfrentar a nova rotina que para mim não foi fácil, porque eu tinha que levar minha criança de três anos, porque eu não tenho mãe e nem pai, a minha avó já é de idade. Eu tinha que arrumar alguém para ficar com meus filhos mais velhos, porque minhas duas filhas mais velhas trabalham. E aí, como eu viajava, tinha que deixar alguém responsável, porque a idade da minha avó também é responsabilidade minha. Eu tive que começar a trabalhar com meus meninos homens, porque eu tenho dois filhos homens e não é fácil, né, para gente que o pai vai parar atrás do cárcere. Porque a vida de uma pessoa normal já é difícil. E quando o pai vai preso e os filhos são homens se torna mais difícil ainda, né? Eu tive que aprender a virar uma guerreira. Comecei a conversar bastante, contei a história que meu pai foi preso, minha mãe morreu cedo e eu fui criada pela minha avó e meu pai também fez isso daí. Falava para os meus filhos: porque o pai errou, vocês não podem errar, toma de exemplo o que a mãe é, não o que o pai é, porque ele foi um espelho que ele se quebrou. Não adianta achar que ele se rachou, que ele não rachou, ele quebrou. Mas a mãe não quebrou, a mãe está aqui, vocês têm mãe, eu não tive mãe olha o exemplo... (Ângela)

Minha irmã teve que fazer uma cirurgia no intestino. Fiquei com ela até agora. Só que fico muito sobrecarregada e ninguém quer me ajudar, e ela tem quatro filhos de maior. Tudo em cima de mim, ninguém querendo me ajudar, todo mundo correndo. Os três filhos dela que moram aqui nenhum paga aluguel. Eu falei, "O que custa vocês, que estão mais próximo, ajudar sua mãe do que deslocar o outro de lá do outro lado, sendo que ele paga aluguel, tem duas crianças, tem a mulher dele. Não está sendo justo isso que vocês estão fazendo". Minha mãe também não querendo, mas ela é mãe, tem que fazer o papel dela de mãe. Então, por que cada um não fica uma semana com ela? Porque não vai pesar para ninguém. Aí foi o fim do mundo. Não, que não, que não. Falei: "A senhora é mãe, a senhora vai ficar com ela também". Aí bati o pé e falei que ela ia levar sim. Eu parei minha vida, não estou conseguindo fazer nada, nada, nada. Não estava conseguindo nem dar baixa na carteira de trabalho. Fui dar baixa na carteira na sexta-feira e eles estão me chamando desde o dia 04 para ir dar baixa, mas eu não estava conseguindo ir. Tem que ter alguém sim para olhar ela. Mas foi uma briga, foi uma briga, começaram a julgar meu caráter na rede social me chamando de Judas. A minha parte eu fiz. Tenho meus cinco filhos por aí, já tenho meus problemas com eles, fiz minha parte como irmã, agora você faz sua parte como mãe e vamos ver se as filhas dela não vão te ajudar. Mas não posso colocar tudo sobre mim. Minha mãe, ela já tem esse costume de jogar em cima de mim. Desses meus irmãos, o João morreu, mas antes também passou três vezes pelo sistema prisional. Minha mãe não ia, sempre jogava eu para ir. Minha mãe gosta de jogar as coisas das filhas dela sobre as minhas costas. Eu não consigo falar "não", porque tenho medo de acontecer o pior e eu ficar com remorso. Aí eu que vou e que faço. Quando não aguento, falo que estou cansada, que alguém pegue, aí já começa a brigaiada. Toda vez termina em briga. Quando é socorro, eu vou. Morreu e Teresa vai fazer enterro, mas quando Teresa está dando algo para alguém fazer alguma coisa, aí já termina tudo em briga (Teresa).

Do que foi possível compreender da articulação entre o aporte da teoria da reprodução social, das entrevistas com as familiares e das estimativas de gastos tem-se que a jornada das familiares está inscrita em um circuito mais amplo da reprodução social. Visitar

é sobretudo lutar pela vida do parente em uma situação de desumanização, seja pelos insumos materiais que são transportados junto aos corpos dessas mulheres, seja pelo que o ato representa em termos subjetivos – esperança, vínculo, amor, gratidão. Essa é uma travessia de altos custos para a saúde física e mental das mulheres, como já visto no Capítulo 3. Vale pontuar alguns dos impactos em suas trajetórias pessoais desse protagonismo sobre os ombros das mulheres.

4.2.3. O que deixam de fazer para si

Comprometer-se com a travessia da visitação, como visto até agora, implica uma série de ações que reverberam na vida dessas mulheres. A visita, o jumbo e a comida, a busca pelo direito de defesa, o trabalho para conseguir subsidiar os custos, todo esse percurso marcado por muito trabalho afeta profundamente a vida das familiares, como já visto no Capítulo 3. Especificamente, os gastos financeiros e o trabalho reprodutivo que dão corpo à visita geram situações de renúncias a outros desejos e a necessidades das familiares cujo principal beneficiário é o Estado, que empurra suas obrigações para a esfera privada, encarnada nas mulheres. Muito mais do que proporcionar os gostos dos entes queridos, o jumbo, a comida, o sedex e o pecúlio garantem itens básicos à sobrevivência, como visto. Por esse motivo, pensa-se que é possível notar uma *violência patrimonial*²⁶⁷ *institucional* perpetrada pelo Estado ao não dar conta da subsistência das pessoas presas de modo efetivo e digno, o que compele um contingente enorme de mulheres, que em sua maioria já vive em situações de pobreza, a suprir essas lacunas. Entende-se aqui por violência patrimonial a conduta institucional de omissão de recursos básicos suficientes e de qualidade mínima para que a vida das pessoas presas seja preservada e que onera os recursos econômicos das famílias.

Vale pontuar a baixíssima incidência do *auxílio-reclusão*²⁶⁸, benefício previdenciário pago aos dependentes da pessoa presa que trabalhava anteriormente com registro na Carteira

²⁶⁷ O conceito está previsto na Lei Maria da Penha (L. 11.340/2006), e serve como inspiração para compreender a atuação do poder público ao se valer do trabalho das mulheres e de seus orçamentos para suprir seu dever de garantir a subsistência das pessoas privadas de liberdade.

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras: [...]

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

²⁶⁸ O valor do auxílio-reclusão é de no máximo um salário mínimo, valor que é dividido entre todos os dependentes quando há mais de um.

de Trabalho. Após a Lei n. 13.846/2019, promulgada por Jair Bolsonaro, endureceu as condições, passando-se a exigir (i) o recolhimento à prisão em regime fechado (pessoa em cumprimento de pena em regime aberto e semiaberto não são contempladas); (ii) baixa renda do segurado (apurada com base na média dos últimos doze salários-de-contribuição); e (iii) carência de 24 contribuições para a concessão. Ou seja, a política pública que antes já detinha um alcance bastante incipiente, considerando que a grande maioria das pessoas presas realizavam trabalhos informais, sem registro na Carteira de Trabalho, atualmente ficou quase impossível de ser usufruída pelas famílias. Segundo reportagem do portal R7, que obteve dados da Secretaria da Previdência do Ministério da Economia, o número de novos benefícios de auxílio-reclusão concedidos a dependentes de presos caiu 22,4% em 2019 em relação a 2018. Foram 15.764 benefícios, cerca de 4 mil a menos que os 20.329 do ano anterior²⁶⁹. A estimativa é que cerca em 2017 6,5% dos segurados tenham acessado o benefício, valor que caiu para 2% em 2019, segundo dados da Secretaria da Previdência²⁷⁰.

O aumento dos gastos desacompanhado de políticas efetivas de manutenção da renda da família abocanha parte considerável do dinheiro das familiares, que por vezes passam a optar entre a remessa dos itens e a o pagamento de contas básicas, como luz e água. Foi o que MARGARIDA, CARLA e TERESA relataram:

Às vezes eu deixava de pagar uma conta para fazer as coisas pra eles. Então, vira uma bagunça sua vida. Porque além deles, ainda atinge a família também. Porque a gente quer fazer as coisas, a gente quer mandar as coisas, porque eles não têm nada. A gente não quer deixar sem visita, porque o dia que eles comem melhorzinho é o dia que a gente vai para a visita. Se eu tenho que pagar uma conta de água, não, não vou pagar a conta de água, eu vou fazer a comida dele, sabe? Então, sua vida vira uma bagunça. [...] Eu não vivia para mim, eu vivia para eles. Eu trabalhava, eu pensava só nas coisas deles. Era assim, você saía da visita já pensando no jumbo. [...] Eu deixava de comer muitas coisas que eu tinha vontade para estar levando para eles. Deixava, porque eu achava assim, eles têm só um dia (Margarida).

Já, já deixei muitas coisas. Já deixei de comprar alguma coisa que queria para mim, já deixei minha conta de luz atrasar, conta de água - ah, pago mês que vem, pago depois, para poder ir, para poder comprar jumbo para mandar. Só nunca tirei da minha cozinha, as necessidades dentro de casa, nem dos meus netos que crio. Mas de mim mesmo já tirei, deixei de fazer muita coisa para mim para poder ir (Carla).

Muitas contas de luz deixei de pagar. Eles estão vindo para cortar. A água também não paguei, a luz, atrasou tudo. Até coisas para mim, não comprava nada, assim, calcinha... Já cheguei a ficar com mal cheiro no braço, porque deixei de comprar para mim, para ele. Já deixei muitas coisas aqui dos deveres de fazer para mim aqui dentro de casa, para os outros filhos, para esse que estava preso (Teresa).

²⁶⁹ Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/concessao-de-auxilio-a-presos-caiu-22-em-2019-apos-regra-mais-dura-07032020>. Acesso em: 26 maio 2021.

²⁷⁰ Disponível em: <https://www.brasildefatomg.com.br/2020/01/14/so-2-da-populacao-carceraria-brasileira-conseguiu-acessar-auxilio-reclusao-em-2019>. Acesso em: 26 maio 2021.

Os itens que passam a ficar restritos para as familiares vão desde a carne do dia a dia até a compra de calcinhas. Essa escolha forçada entre as mulheres e seus familiares compromete de modo contundente suas vidas, conforme os depoimentos de CLAUDIA e CONCEIÇÃO:

Já deixei de comprar uma mistura, uma bolacha para as crianças. Por exemplo, tenho que comprar dois detergentes, mas vou comprar um só. Várias coisas, várias coisas. Tem dois anos e dois meses que eu só compro um chinelo. Não tenho tênis, não tenho nenhuma calça jeans. Calcinha não tenho nenhuma nova. Nada para mim novo, nada, nada. Você tem que pensar na sua prioridade dentro de casa. Ah, vou comprar uma calça que estou sem - tá, mas você tem que pagar o condomínio. É o mesmo valor. Se eu pagar uma calça, não pago condomínio. Ah, tem esse dinheiro aqui, com esse dinheiro vou comprar as coisas da minha filha [que está presa]. Ou eu compro as coisas da minha filha, ou eu compro minhas coisas. As duas coisas, não dá. (Claudia)

Depois que aconteceu isso com o Homero, tudo se tornou muito difícil, tudo se tornou muito complicado, tudo se tornou muito regrado. Hoje em dia, se minha filha precisa de alguma coisa, dependendo do quê, do que ela quer comer, não dá, porque eu fico com dó dele de estar naquela situação, preciso mandar o jumbo dele. Então, quer dizer, é bem complicado, você tem que tirar de um e colocar no outro. Tem que ficar manipulando, manejando de todas as formas. Você vira um tapa buraco na verdade. [...] Eu já deixei de fazer várias coisas. Inclusive, vou te falar uma: estou com três calcinhas aqui e algum dia não vou ter nenhuma, sabe por quê? Porque antes de pensar em comprar uma calcinha, uma lingerie para mim... Um dente aqui quebrou. Não vou no dentista, porque não tenho condição de pagar obturação. Não tenho de onde tirar, então eu deixei. Quer dizer, se eu não tivesse esse gasto, se eu não tivesse... Eu poderia ir no dentista, dar um jeito e arrumar o meu dente, mas não posso nem isso, para te falar a verdade. Não tenho esse prazer de falar, "Vou na loja". Eu nunca vou comprar uma blusa para mim, eu sou bem gordinha, então gosto de usar esses camisões afro, sabe? Esses camisões coloridos? Eu tenho vontade de ir na loja. Minha filha, a Laura, precisa de calcinha, de sutiã, de roupa e eu não tenho condições de ir lá comprar (Conceição).

Além de afetar o orçamento relacionado às necessidades básicas das próprias familiares e das demais pessoas que ficam sob seus cuidados, os valores gastos com a visita também fazem falta para que elas possam realizar seus próprios sonhos e desejos, como KATIA relata: “minha mãe deixou de construir a casa para mandar as coisas para ele, parou com a construção da casa. Tirar dela para mandar para ele, sabe? Vixi, foram muitas coisas.”. REBECA, ao cogitar comprar uma roupa nova, pensava no frio que o marido poderia estar passando: “Às vezes eu queria uma roupa nova, mas sabia que ele também passava frio. Então eu pensava assim, se eu comprar para mim, eu não vou poder comprar para ele, então eu ia e comprava para ele.”. A mesma dinâmica de mover o dinheiro usualmente destinado a realizar suas vontades foi narrada por VERA: “Esse gasto eu tinha com meu cabelo, ir no cinema, comprando roupa, a minha vida boa que eu tinha antes.”. ÂNGELA também contou

que sente falta de alguns momentos de autocuidado que ficam para trás, priorizando o marido e os filhos: “[sinto falta] de fazer unha, arrumar cabelo, de comprar alguma coisa, porque tem ele e tem as crianças, aí você fica em dívida.”. Não suficiente, há uma perda substancial do final de semana enquanto momento de potencial descanso:

Meu irmão é portador de HIV. No início do ano passado ele ficou muito mal e eu trabalhava de segunda a sábado e só tinha domingo para folgar e ficar com minha filha. Então, eu fiquei indo para a visita dois meses seguidos todo o domingo. Então, eu não descansava, porque eu saía de casa quatro, três e meia da manhã. E aí voltava só oito da noite. Eu deixei e deixava de descansar para poder ir para a visita (Juliana).

Diante desse cenário de adensamento do circuito do trabalho reprodutivo e de uma sobrecarga empurrada para os ombros das mulheres, sobretudo pela conduta omissiva do Estado, foi possível perceber algumas das principais dimensões do protagonismo das mulheres familiares de pessoas presas. A visita, como tem-se desenvolvido, é muito mais do que o encontro restrito a algumas horas dentro das prisões. Ela demanda preparo e deixa rastros no cotidiano das vidas de quem decide enfrentar todo o labirinto institucional, seja pela violência em seus corpos, seja pelo trabalho reprodutivo necessário ao encontro, e que usualmente é invisibilizado, pouquíssimo reconhecido. Novamente, mover-se a partir da ética do amor não é visto como um problema em si, já que, de certo modo, antagoniza com valores neoliberais, como o individualismo, a competição, a indiferença. No entanto, o que se vê é um movimento que vai muito além, que se vale do trabalho e do dinheiro de milhares de mulheres para suprir uma tarefa que é de responsabilidade estatal. Fica a pista de um dos principais porquês das visitas ainda serem permitidas pelo poder público – há muito dinheiro envolvido com essa autorização.

“O mundo do crime é um universo social específico, embora guarde muito dos valores do mundão. As pessoas que estão no crime não são seres humanos diferentes das pessoas que não estão”²⁷¹, ensina Gabriel Feltran em etnografia sobre o PCC, mas que auxilia a compreender o fenômeno do encarceramento enquanto parte da sociedade, e assim, regida por suas estruturas. Como visto neste Capítulo, a reprodução social da vida é jogada para os ombros de mulheres e meninas desde sempre, e não se inicia ou se encerra com a prisão de um familiar. Durante as observações participantes, a pesquisadora viu uma menina com idade estimada entre 7 e 8 anos carregando uma sacola de jumbo transparente com fitas rosas, em um formato menor, possivelmente pensado para crianças do gênero feminino. Essa

²⁷¹ FELTRAN, Gabriel. *Irmãos: uma história do PCC*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 145.

cena foi muito marcante, e fez pensar como desde muito cedo as meninas e mulheres são ensinadas que o cuidado lhes pertence naturalmente, e que partilhar o trabalho que o caracteriza com os homens e com o Estado está tão distante que muitas vezes sequer passa por suas mentes. Embora a ética do amor seja muito preciosa para desestabilizar valores capitalistas, a forma como tem sido mobilizada enquanto um atributo exclusivo das mulheres aponta para como, em simetria com o praticado pelo poder público como um todo, o sistema prisional se vale de sentimentos e do trabalho de milhares de mulheres para ter o menor gasto possível com suas responsabilidades pelas pessoas presas.

A despeito de todas as violências envolvidas e abordadas, as mulheres sempre encontram formas de resistir e enfrentar as situações a que insistem em submetê-las. Heleieth Saffioti afirma:

A categoria histórica gênero não constitui uma camisa de força, não prescrevendo, por conseguinte, um destino inexorável. É lógico que o gênero traz em si um destino. Todavia, cada ser humano – homem ou mulher – desfruta de certa liberdade para escolher a trajetória a descrever. O gênero, assim, apresenta sim um caráter determinante, mas deixando sempre espaço para o imponderável, um grau variável de liberdade de opção, determinada margem de manobra. Isto não equivale a afirmar que a mulher é responsável pela ordem patriarcal de gênero e por seus resultados, dentre os quais se situa a violência. Ao contrário, ao longo da história da humanidade, as mulheres têm oferecido muita resistência ao domínio masculino desde sua implantação [...] ²⁷².

Feita a análise das principais violências perpetradas contra as mulheres familiares de pessoas presas, passa-se a refletir sobre as resistências e encontros produzidos por essas mulheres no seio desse protagonismo.

²⁷² SAFFIOTI, Heleieth I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, v. 16, p. 125-126, 2001.

5. MEDO A GENTE TEM, MAS A GENTE NÃO USA²⁷³

5.1. A relação dialética opressão e ativismo

Refletir sobre o protagonismo de mulheres na relação com seus familiares aprisionados e com o próprio sistema penal é um convite a conceber a conjugação das dimensões subjetivas e objetivas, costurando uma análise que não renuncia ao sujeito tampouco da história e suas estruturas sociais. Falar de violências sem abordar as insurgências pode parecer sufocante e sugerir que já não há possibilidades de transformação da realidade; por outro lado, pensar exclusivamente as resistências sem dimensionar a que se resiste pode diminuir a complexidade dos fenômenos e desaguar em análises um tanto romantizadas da realidade. Nesse sentido, compreende-se fundamental a perspectiva que relaciona dialeticamente opressão e ativismo por sua potência em colocar no horizonte a síntese tão sonhada de transformação social no sentido previsto na célebre frase de Rosa Luxemburgo: “por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres”.

Heleieth Saffioti ensina que “o sujeito integra permanentemente a realidade objetiva com a qual interage”²⁷⁴, reconhecendo o papel dos sujeitos e suas práticas sociais para a produção da história ao mesmo tempo que incide a apropriação subjetiva da história. A autora critica o que chama de *ranço cartesiano*, representado pela dicotomia realidade externa e realidade interna, ressaltando que embora seja fundamental reconhecer uma realidade objetiva que independe das subjetividades presentes nos indivíduos de modo singular, há uma fusão importante entre essas esferas²⁷⁵. Ela sintetiza: “A história das pessoas consiste na história de suas relações sociais. A subjetivação, enquanto movimento inseparável da objetivação, ganha novo estatuto na história biográfica e na história social”²⁷⁶.

Nesse sentido, reconhecer a ocorrência de violências contra as mulheres não significa caracterizá-las como seres passivos. Muito pelo contrário: as relações de poder se materializam entre sujeitos, os quais carregam em seus corpos um arsenal de revolta e resistência, que pensam estratégias em diferentes contextos, que criam alianças, que modulam o tom da voz, e que também que por vezes agem com impulso, ou melhor, com

²⁷³ Frase de Alessandra Félix, familiar de preso, ativista e membra do Coletivo Vozes, do Ceará.

²⁷⁴ SAFFIOTI, Heleieth I. B. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. *Lutas Sociais*, São Paulo: Educ, 1997. p. 60.

²⁷⁵ Op. Citada, p. 60.

²⁷⁶ Op. Citada, p. 63.

um veloz raciocínio que guia a melhor estratégia para sobreviver ou garantir a vida de quem se ama. LETÍCIA estava em uma delegacia, e reagiu à abordagem policial mobilizando a um só tempo sua dignidade enquanto pessoa e o enfrentamento ao fenômeno da violência policial contra pessoas pretas e periféricas:

O policial levou minha mãe lá para ver meu irmão. Ele falou para ela, "Eu sei que não é fácil para a senhora, mas seu filho foi preso com um monte de droga". Quando ele voltou, ele estava abraçado, tipo braço aqui assim ó, na minha mãe, o policial. Para que ele fez isso? Eu olhei para ele e falei, "Larga da minha mãe agora". Ele olhou assim... "E meu irmão não estava com essas drogas não". Comecei a falar com eles. Eles pediram calma. Eu falei, "Estou muito calma. É que vocês são muito folgados, acham que todo mundo que é periférico é ladrão e bandido. Aqui não". Ele olhou assim... Não sei o que aconteceu, eles soltaram meu irmão (Letícia).

TERESA contou muitas histórias de insurgências, ficando bastante nítida sua coragem e ação em momentos de maior tensão com os agentes do Estado. Como traduz o título deste capítulo, essa característica não significa que ela não tenha medo, que não haja represálias e ameaças. Pelo contrário, ela vive um cotidiano de apreensão sobre a movimentação ao redor da sua casa, pensando estratégias caso algo violento aconteça consigo ou com seus entes queridos. Na sequência, ela narra quando foi até a delegacia onde o filho estava preso e se insurgiu contra o racismo dos policiais:

Quando cheguei, eles [os policiais] estavam com o Ivan na parede, no chão sentado, mais dois rapazinhos ali do lado e o Ivan no chão, todo desconjuntado. Eu fiquei olhando aquilo e fui de encontro com o policial: "Moço, queria saber por que meu filho está nessa situação? E o que vocês pegaram ele fazendo para ter trazido ele e para ele estar nessa situação?" – "É esse neguinho, senhora, aqui?". Falei, "Não, o nome dele não é neguinho, eu registrei ele como Ivan, não foi como 'neguinho'". Aí minha filha de 21 anos que estava comigo falou assim, "Você está certo de falar um negócio desse, de chamar meu irmão de neguinho?". Ele falou assim, "Cala a sua boca, sua vagabunda". [...] Ele disse: "Vou dar um tapa no meio da sua cara". Aí minha filha falou, "Quero ver você dar". E ele veio para dar, eu catei, puxei ela, joguei ela nas minhas costas e falei, "Dá na minha. Se você conseguir dar na minha, você vai conseguir dar na dela. E eu vou avançar em você" (Teresa).

MARGARIDA ao ouvir o delegado de polícia ameaçar de morte seu filho, foi para o enfrentamento. Ao fazer isso, ela se insurge, ainda que individualmente, contra a violência dirigida a seu filho, a ela e contra o fenômeno do extermínio da juventude preta, pobre e periférica:

Uma vez levaram um deles para a delegacia e o delegado falou assim para mim, "Eu não quero o Enzo para prender, eu quero o Enzo para matar. A gente vai matar seu filho". Eu fiquei tão cega, que eu avancei nele. Eu peguei ele por aqui, no delegado, e ele puxou a arma com tudo. E aí veio o escrivão, os policiais, me seguraram e nisso eu falei: "O que meu menino fez?" – e o meu menino conseguiu correr da delegacia. Meu menino foi embora. Eles me pegaram, me tiraram da sala, falaram que eu não podia fazer isso. Eu falei, "Como que ele vira para mim e fala

que vai matar o meu filho? Ele não vai matar o meu filho. Porque se matar meu filho, eu mato ele". Veio uma polícia feminina que falou para eu me acalmar, que não era assim. Saíram duas viaturas atrás do meu filho, porque ele tinha corrido, fugiu. E o Enzo sumiu. Eles foram para o meu apartamento, não acharam; lá na redondeza, não acharam. Eu me acalmei, até pedi desculpas para o delegado, né? Eu falei, "Mas o senhor jamais fala isso para uma mãe". E eu me tremendo, passando mal... (Margarida)

Uma das grandes qualidades do estatuto de humano consiste em ser percebido como um ser que merece respeito, que detém dignidade e que reage, das mais diversas e criativas maneiras, a quem tentar retirar de seus corpos e dos seus semelhantes o que lhe garante a humanidade. LETÍCIA, TERESA e MARGARIDA foram movidas cada qual por suas histórias, mas num contexto histórico em comum – a violência estatal dirigida seletivamente a corpos negros, pobres e periféricos. Ainda que os exemplos remetam a ações individuais, visualiza-se nesses momentos verdadeiras sementes que a raiva e a revolta proporcionam, e que podem florescer transformação social e esperança sobretudo quando organizadas coletivamente.

Alcançar a complexidade do sistema que assola a vida das mulheres, sobretudo as negras e pobres, perpassa muitas vezes atentar-se a uma emoção que eclode – a *raiva*. A partir da emoção, concebida como uma reação a um estímulo ambiental, é possível racionalizar o gatilho da raiva, desvendando a fonte do que lhe causa raiva, e com isso, traçando um caminho potente e acessível para a politização sobre as situações vivenciadas. Audre Lorde aponta como essa emoção pode ser mobilizada contra as opressões que são a verdadeira origem dessa raiva²⁷⁷. Ela se refere a um motor de transformação que se distancia de uma “simples troca de papéis ou a uma redução temporária das tensões”, e foca em “uma alteração radical na base dos pressupostos sobre os quais nossas vidas são construídas”²⁷⁸. A compreensão da fonte das raivas e a articulação entre a fúria das mulheres é uma tarefa nem sempre simples, porém necessária:

Mulheres de cor na América cresceram em meio a uma sinfonia de raiva, de serem silenciadas, de serem derrotadas, sabendo que, ao sobrevivermos, fazemos isso apesar de um mundo que tomo como certa a nossa falta de humanidade, e um mundo que odeia o simples fato de existirmos quando não estamos a seu serviço. E chamo de sinfonia em vez de cacofonia porque tivemos que aprender a orquestrar essas fúrias para elas não nos destruíssem. Tivemos que aprender a nos operar entre elas e a usá-las como força, e potência, e clareza no dia a dia. Aquelas de nós que não aprenderam essa difícil lição não sobreviveram. E parte da minha raiva é sempre uma saudação às minhas irmãs que se foram²⁷⁹.

²⁷⁷ LORDE, Audre. *Irmã outsider*. Tradução Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 159.

²⁷⁸ Op. Citada, p. 159

²⁷⁹ Op. Citada, p. 162.

RAILDA, ativista reconhecida e fundadora da Associação de Amigos e Familiares de Pessoas Presas – AMPARAR, conta que sempre foi briguenta, e que foi no processo de se tornar uma ativista que pôde desvendar o que estava por detrás dessa emoção:

Sempre fui muito briguenta. Sempre fui muito de fazer enfrentamento, sem conhecimento de causa, mas sempre brigava por alguma coisa. Eu brigava na escola, pela vaga na escola, eu brigava na creche... quando eu ia no hospital, se não tivesse o atendimento que eu achasse adequado, já ia brigar. Sempre fui de muita briga. [...] acho que minha vida hoje é mais legal, sabia? Porque, assim, eu aprendi muitas coisas, porque, assim, eu vivia um mundo faz de conta. Existiam todas as torturas, as perversidades, mas eu não enxergava. Mas com tudo isso do meu filho, a vida tomou outro rumo. Aquela mulher que lavava, passava, cozinhava, sempre ali, a dona de casa... sempre também trabalhei para poder cuidar dos filhos, sempre foi muito difícil a vida. Mas depois de ele ter ido para a Febem, minha vida tomou outro rumo, totalmente diferente. (Railda)

Uma das principais manifestações da metabolização da experiência violenta em insurgência se revela por meio da *fala*. Mais uma vez, Audre Lorde ensina:

Porque a máquina vai tentar nos reduzir a pó de qualquer maneira, quer falemos, quer não. Podemos ficar eternamente caladas pelos cantos enquanto nossas irmãs e nós somos diminuídas, enquanto nossos filhos são corrompidos e destruídos, enquanto nossa terra é envenenada; podemos ficar caladas a salvo nos nossos cantos, de bico fechado, e ainda assim nosso medo não será menor²⁸⁰.

Essa passagem da autora dialoga com o título do capítulo – *medo a gente tem, mas a gente não usa*. Ao localizar a coragem e o enfrentamento longe da ausência do medo, traz-se a revolta e ação para o campo das possibilidades em todas as pessoas. As heroínas e as guerreiras também temem, mas não deixam essa emoção imobilizá-las. São mulheres comuns, e ao mesmo tempo, extraordinárias e admiráveis, que justamente por isso permitem disseminar suas potências por todos os cantos onde a transformação pulsa. Elas transmitem a mensagem da força e da ação possível dentro de cada uma, de cada história, e comunicam a urgência de se colocar frente às explorações e opressões – o dia sem medo talvez nunca chegue; mas mesmo assim, a luta sempre pode acontecer. Como afirma Patricia Hill Collins as mulheres negras não são nem super-heroínas destemidas capazes de conquistar o mundo, nem vítimas oprimidas que precisam ser salvas. São mulheres negras comuns que, por meio de suas ideias e ações, visam melhorar sua vida cotidiana²⁸¹.

Ao ser entrevistada, era possível perceber que TERESA tinha bastante medo da morte, sua e de seus filhos. Ela compartilhou estratégias de proteção, pensava bastante a respeito de como seria possível garantir a sobrevivência, e até mesmo se preparava para se não

²⁸⁰ Op. Citada, p. 54.

²⁸¹ COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Tradução Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 12.

conseguisse evitar o trágico desfecho. Apesar disso, em diversas situações, não *usou o medo* e aprendeu durante sua trajetória a exigir seus direitos:

Não, não é assim que tem que chegar fazendo esse tipo de abordagem, jogando o povo no chão. Quando fiquei sabendo, fui em cima deles [policiais], falei: não vou ter medo, essa mãe aqui, vai mostrar que ela é uma loba. Eu vou ter voz, vai ter voz. Não vou deixar acontecer nada com meus filhos e nem vocês também querer ir para cima deles. Eu briguei um monte no meio da rua, mas sou essa mãe, vou ser essa mãe, até quando eu estiver viva, meus filhos estiverem em cima dessa terra e eu estiver atrás deles ou na frente deles, eu vou gritar por eles, vou gritar. Se eu grito por muitos, imagina pelos meus filhos.

[...]

Aqui o povo ainda fala, "Você tem que tomar cuidado com essas polícias também, que podem querer te matar". Eu falei, "Eles podem me matar, mas antes de me matar, eles vão escutar o que eles tiverem que escutar. E enquanto eu tiver voz, eu vou gritar, eu vou falar, eu vou atrás. Nem que eu tiver que sair do cemitério e do cemitério fazer protesto". O povo fala que eu sou doída - não, se eu não fizer isso, podem me matar, que nem mataram a Jacira, lá. Mas é isso mesmo, vem crescendo uns outros atrás de mim. A outra morreu, eu também posso morrer. E a gente tem que lutar. Falam para ter cuidado. Não, não tem que ter cuidado não, eles atacam nós. Eles vão atacar, eles atacam. Já estão atacando.

Voltei a estudar em 2015, terminei meu estudo, fiz EJA [Escola de Jovens e Adultos]. Fui para a escola e eu aprendi, eu tive conhecimento das coisas lá de trás. Então, muitas coisas peguei como aprendizado para minha vida e vou passar para o outro. Se eu consegui não desistir, eu vou em frente. Se eu terminei os estudos, eu posso terminar as outras coisas. A gente não caminha sozinha, a gente vai conhecendo... Se eu soubesse que eu tinha tanto direito lá trás, eu não tinha passado por tanta coisa, eu tinha cobrado meus direitos. Hoje eu cobro meus direitos na UBS, eu cobro. Os outros não sabem falar do jeito que eu falo, cobrando seus direitos. Quando você souber falar dos seus direitos, você vai passar no médico. Não precisa ir lá xingar, brigar, não, só vai falar dos seus direitos, aí o médico aparece. Agora que aprendi, agora eu não brigo, não xingo, agora eu falo. Antigamente eu não sabia e minha defesa era brigar, agora não, agora eu sei falar, eu aprendi. (Teresa)

A resistência das mulheres negras no Brasil impele recuperar a noção de que *nossos passos vêm de longe*. Na esteira da memória nem sempre valorizada das inúmeras figuras brasileiras que se destacaram em suas épocas pelo enfrentamento de situações de violência de classe, raça e gênero, retoma-se a história de Aqualtune, princesa congoleza, que liderou um exército de 10 mil homens para defender seu reino no Congo em 1695. Ao perder a guerra, foi escravizada e trazida para o Brasil, onde foi vendida como escrava reprodutora. Grávida, ela organizou uma fuga para Palmares, onde deu à luz a Ganga Zumbra e Gana, futuros líderes de Palmares²⁸². Carolina Maria de Jesus é uma importante escritora brasileira que começou a estudar aos 7 anos. Para manter o sustento, coletava papel à noite, e escrevia sobre seu dia a dia na favela, memórias que deram origem ao livro *Quarto de Despejo*, publicado em 1960, e traduzido para 13 idiomas²⁸³. Dandara lutava capoeira e combatia

²⁸² ARRAES, Jarrid. *Heroínas negras brasileiras: em 15 cordéis*. São Paulo: Pólen, 2017. p. 33.

²⁸³ Op. Citada, p. 43.

aguerridamente nos ataques a Palmares no século XVII, em Alagoas. Parceira de Zumbi, suicidou-se em 1694, jogando-se de uma pedreira para morrer em liberdade e não na condição de escrava²⁸⁴. Luísa Mahin teria sido uma princesa africana que fora vendida como escrava e trazida para o Brasil. Alforriada em 1812, viveu como quituteira, e envolveu-se em muitas rebeliões, como a Revolta dos Malês (1835) e a Sabinada (1837)²⁸⁵. Maria Felipa de Oliveira era baiana, e vivia como pescadora e marisqueira no século XIX. Participou da luta pela independência da Bahia, na qual liderou 200 pessoas, entre elas indígenas e mulheres negras. Chegara a queimar ao menos 40 embarcações portuguesas²⁸⁶. Teresa de Benguela foi uma rainha quilombola, que liderou negros e indígenas na resistência à escravidão por 20 anos, até 1770, quando o quilombo foi destruído²⁸⁷. Essas e tantas mulheres cristalizam a insurgência que acompanha a história brasileira, inspirando novas gerações a sonhar e construir um outro país. “Seja qual for a situação, compreender como nós, mulheres negras, preservamos nossa humanidade diante da opressão é algo que deveria lhe trazer esperança”²⁸⁸, diz Collins.

LETÍCIA, TERESA, MARGARIDA e RAILDA são mulheres familiares de pessoas presas com perfis bastante diferentes, em termos de idade, escolaridade, trajetória de vida. Além do gênero, da classe e da cor da pele preta, uma das experiências que compartilham reside justamente em participar, assídua ou esporadicamente, das atividades de acolhimento e formação política da AMPARAR. Essas atividades serão abordadas mais adiante, mas desde já consubstancia a importância dos encontros e articulações entre as mulheres negras sobretudo como momento fértil de construção heterogênea de *saberes da resistência*²⁸⁹ enquanto resultado dos vínculos entre o que se faz e o que se pensa, gestando uma *sabedoria coletiva sobre como sobreviver*, como anuncia Collins:

A presença de saberes coletivos de mulheres negras desafia duas interpretações predominantes a respeito da consciência dos grupos oprimidos. A primeira afirma que os grupos subordinados se identificam com os poderosos e não têm interpretação independente válida de sua própria opressão. A segunda pressupõe que os oprimidos são menos humanos que aqueles que os dominam e, portanto, menos capazes de interpretar suas próprias experiências. Ambas consideram que qualquer consciência independente expressa pelas afro-americanas e por outros grupos oprimidos ou não é de nossa criação, ou é inferior à dos grupos dominantes. E o que é mais importante: ambas as explicações sugerem que a suposta falta de

²⁸⁴ Op. Citada, p. 53.

²⁸⁵ Op. Citada, p. 93.

²⁸⁶ Op. Citada, p. 103.

²⁸⁷ Op. Citada, p. 143.

²⁸⁸ COLLINS, Patricia Hill. Op. Citada, p. 13.

²⁸⁹ COLLINS, Patricia Hill. Op. Citada, p. 73.

ativismo político dos grupos oprimidos decorre de uma falta de consciência de nossa própria subordinação²⁹⁰.

A produção de conhecimento, agendas políticas, articulações e estratégias entre as familiares de pessoas presas são tentativas de deslocamento das vivências de violência institucional para potências de transformação. Do luto se faz a luta, da opressão se faz o ativismo, da raiva se faz a insurgência. Todo esse processo complexo e dialético que atravessa indivíduos únicos atinge sua magnitude na coletividade, na organização com o outro, ou melhor, com as outras, em torno de um projeto de transformação social, notadamente marcado pela ascensão dos movimentos sociais.

5.2. A emergência dos movimentos sociais contra a violência estatal no Brasil

Embora seja bastante comum a imagem do povo brasileiro enquanto uma coletividade cordial, há quem vislumbre outros significados em meio à longa trajetória de dependência econômica e desigualdade social que molda a nação. É possível identificar uma história de luta social brasileira, dentre as mais conhecidas, pode-se mencionar: os Quilombos²⁹¹ no período escravista; a Revolta dos Malês (1835), enorme levante de escravos de maioria muçulmana na Bahia que objetivava a tomada do poder; e as guerras camponesas, como Canudos (1896) e Contestado (1912). Segundo Lélia González, citando o trabalho de Maria Beatriz do Nascimento, “já em 1559 se tem notícia da formação dos primeiros quilombos, essas formas alternativas de sociedade, na região das plantações de cana do Nordeste”²⁹².

Em cada momento histórico, os movimentos sociais, entendidos enquanto “integração da práxis com o projeto através de uma organização grupal”²⁹³, apresentam determinadas características em comum, que traduzem as dinâmicas de sua época. Nesse sentido, Diorge Alceno Konrad sintetiza:

A correlação de forças das lutas sociais e políticas nunca foi estática. A história republicana brasileira nos mostra que os próprios discursos de caráter passivo e de

²⁹⁰ Op. Citada, p. 67.

²⁹¹ De acordo com Lélia González, “o termo quilombo provém do quimbundo, língua banto falada em Angola. A tradução exata seria ‘capital, povoação, união’. Mas a tradução brasileira oficial é: ‘valhacouto de escravos fugidos’”. GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (org.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 51.

²⁹² GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (org.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 51.

²⁹³ SCHERER-WARREN, Ilse. O caráter dos novos movimentos sociais. In: SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo J. *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 37.

acomodação social foram ultrapassados pela realidade material de dominação e exclusão, resultando em novos saltos de organização e resistência dos movimentos espontâneos de massas, assim como dos partidos e correntes políticas populares²⁹⁴.

No contexto contemporâneo do capitalismo neoliberal globalizado, nota-se que as formas de resistência têm se multiplicado. Como retrata Maria da Glória Gohn, a partir dos anos 1980, o cenário europeu e norte-americano dos movimentos sociais passou por uma grande alteração. No decorrer do tempo, as lutas estruturadas nos antagonismos entre as classes sociais passaram a um segundo plano, emergindo novas problemáticas sociais enquanto eixos centralizadores das mobilizações²⁹⁵. Nos anos 1990, com a crise do paradigma ortodoxo marxista, passou-se a um certo distanciamento das teorias macroestruturais e ganharam forças os denominados movimentos identitários. Certamente esse curso histórico é muito mais complexo do que o se pode observar neste trabalho, mas vale pontuar que essa questão dialoga bastante com o nascimento da interseccionalidade, comentado no Cap. 4. A dificuldade de integração das múltiplas realidades e demandas, que complexificam o eixo da exploração, nos setores tradicionais das esquerdas, de um modo geral, empurrou muitas mulheres e negros da classe trabalhadora para a criação de suas próprias organizações.

No entanto, para Gohn, a história que predomina na América Latina difere-se do paradigma europeu da ascensão dos novos movimentos sociais. Segundo a autora, no contexto latino a principal diferença reside na forma de fazer política, que passou das sociedades de amigos de bairros, onde imperavam práticas de cunho populista e clientelista, para movimentos de luta por reforma agrária, de luta por moradia e equipamentos públicos em geral²⁹⁶. A autora elenca vários pontos que formariam o paradigma latino-americano dos movimentos sociais, dos quais vale destacar alguns.

O primeiro reside na ampla diversidade de movimentos sociais existentes, múltiplos em suas formas de organização, propostas, projetos e articulações, por vezes sobre o mesmo tema²⁹⁷. Outro fator relevante se refere à hegemonia dos movimentos que lutam por terra,

²⁹⁴ KONRAD, Diorge Alceno. Ampliando a concepção, a pesquisa e o ensino sobre a história dos movimentos sociais e políticos no Brasil. In: QUEVEDO, Júlio; IOKOI, Zilda Márcia (org.). *Movimentos sociais na América Latina: desafios teóricos em tempos de globalização*. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2007, p. 100.

²⁹⁵ GOHN, Maria da Glória. *Novas teorias dos movimentos sociais*. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014. p. 33.

²⁹⁶ GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997. p. 228.

²⁹⁷ Op. Citada, p. 227.

casa, comida, direitos sociais elementares e serviços públicos básicos para a sobrevivência²⁹⁸. São lutas seculares dos expropriados no curso do colonialismo. Um terceiro ponto consiste no fato de os considerados novos movimentos sociais, com origem no Norte Global – de mulheres, de negros, ecológicos, entre outros – acontecem também na América Latina, mas apresentam contornos distintos, considerando o contexto de tradições clientelistas e autoritárias²⁹⁹. Outro fato indispensável para a compreensão do tema repousa no papel da religião, sobretudo a Igreja Católica, na vida das pessoas latino-americanas empobrecidas, que em determinado período ganhou destaque no seio dos movimentos por meio das atuações pautadas na Teologia da Libertação³⁰⁰. Por fim, um último ponto de destaque entre os mais de 10 elencados pela autora trata-se da institucionalização dos movimentos sociais. A busca pela mediação das leis e da atuação do Judiciário tem sido recorrente como um caminho de enfrentamento. No entanto, essas instâncias não conseguem responder às especificidades e urgências dos problemas no sentido colocado pelas camadas sociais envolvidas, e acabam por vezes contribuindo para aumentar a descrença popular no poder do Estado como ente promotor do bem comum³⁰¹.

Diante desses pontos, Gohn conceitua movimento social da seguinte maneira:

Um movimento social é sempre expressão de uma ação coletiva e decorre de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural. Usualmente ele tem os seguintes elementos constituintes: demandas que configuram sua identidade; adversários e aliados; bases, lideranças e assessorias – que se organizam em articuladores e articulações e formam redes de mobilizações –; práticas comunicativas diversas que vão da oralidade direta aos modernos recursos tecnológicos; projetos ou visões de mundo que dão suporte a suas demandas; e culturas próprias nas formas como sustentam e encaminham suas reivindicações³⁰².

A grande potência dos movimentos sociais de modo geral pode ser notada na politização do sofrimento, na conscientização e no aprendizado sobre as dinâmicas de exploração e opressão da sociedade. O salto da revolta que cristaliza os sentimentos de injustiça e exclusão no dia a dia para a organização coletiva demonstra como a ruptura necessária da ordem na vida das pessoas está entrelaçada com a ordem social mais ampla³⁰³.

²⁹⁸ Op. Citada, p. 228.

²⁹⁹ Op. Citada, p. 229.

³⁰⁰ Op. Citada, p. 229.

³⁰¹ Op. Citada, p. 234.

³⁰² GOHN, Maria da Glória. *Novas teorias dos movimentos sociais*. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014. p. 14.

³⁰³ GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997. p. 205.

Para compreender a emergência dos movimentos sociais organizados em torno da luta contra a violência estatal no Brasil, vale retomar o contexto histórico do surgimento das primeiras organizações. O marco reside nos anos 1990, ponto de virada da era chamada por alguns movimentos sociais de *Democracia das Chacinas*, denunciando a expansão do aparato punitivo e a ocorrência de uma série de chacinas no período pós redemocratização. Entre 1995 e 2010, o Brasil passou por um processo de aumento da população prisional nunca antes visto: nesse período, a população carcerária brasileira saltou de aproximadamente 148 mil para cerca de 496 mil, resultado em um aumento de 235%. No mesmo intervalo de tempo, a população brasileira cresceu 21%³⁰⁴.

Nesse mesmo período, as chacinas – assassinatos em série de várias pessoas em um mesmo local usualmente em uma ação orquestrada envolvendo forças policiais – se multiplicaram nas periferias, morros e favelas do país, sendo as vítimas em sua esmagadora maioria jovens, negros e pobres, em simetria com o que ocorre no encarceramento em massa. Chacina de Acari (1990): onze jovens foram retirados de um sítio em Magé, estado do Rio de Janeiro, por um grupo de pessoas que se identificaram como policiais; Massacre do Carandiru (1992): ao menos 111 presos foram exterminados pela polícia militar; Chacina da Candelária (1993): oito adolescentes em situação de rua foram fuzilados pela polícia do Rio; Massacre de Eldorado dos Carajás (1996): dezenove pessoas sem-terra foram mortas em decorrência da ação de policiais militares no Pará; Chacina da Sé (2004): quinze pessoas em situação de rua foram agredidos enquanto dormiam na região da Praça da Sé na capital de São Paulo. Oito ficaram gravemente feridos e sete morreram; Crimes de Maio de 2006: em uma semana, 493 pessoas passaram a constar entre mortas e desaparecidas pela ação de policiais e grupos paramilitares; Chacina do Cabula (2015): doze pessoas foram mortas em ação da polícia militar no bairro do Cabula, em Salvador; Chacina de Osasco (2015): vinte e três pessoas foram mortas nas cidades de Osasco e Barueri por grupos formados por policiais militares; Massacre do Pau d’Arco (2016): dez trabalhadores rurais foram brutalmente assassinados no município de Pau d’Arco, no Pará, durante operação das polícias militar e civil; Chacina do Jacarezinho (2021): ao menos 28 pessoas foram assassinadas na favela do Jacarezinho no Rio de Janeiro em meio à pandemia de coronavírus.

Todo o sangue derramado tem gerado uma indignação expressa pela máxima *do luto à luta*, indicando o percurso de familiares que perderam seus entes para a violência de agentes estatais. É justamente esse o título da pesquisa de Fábio Alves Araújo sobre o

³⁰⁴ Disponível em: <https://carceraria.org.br/geral/o-mundo-encarcerado>. Acesso em: 02 jun. 2021.

primeiro movimento social de grande repercussão contra a violência estatal no Brasil – o *movimento das Mães de Acari*. Após o desaparecimento de onze jovens, suas mães passaram a procurar incessantemente informações sobre os corpos de seus filhos. Segundo o pesquisador, as mães passaram a falar em nome dos desaparecidos, confeccionando ações pelas memórias dos filhos. Ele observa os impactos da perda incessante pela impossibilidade dos rituais do luto, como o sepultamento:

O próprio corpo das mães, cansado, mitigado, de tanto procurar pelos filhos desaparecidos aparece como testemunho dessa luta. Durante esses dezesseis anos de busca de informações, de esclarecimentos e dos corpos, Tereza teve uma gravidez psicológica, Vera desenvolveu uma diabetes emocional chegando a ter um dedo amputado, Marilene reclama de uma dor de cabeça que nunca cessa³⁰⁵.

A solidariedade entre mulheres que tiveram suas maternidades interditadas e abreviadas pela violência do Estado gerou um deslocamento do luto à luta. Mobilizando um elemento bastante sólido do imaginário coletivo, diz Araújo, essas mulheres conseguiram imprimir legitimidade para suas reivindicações sobretudo a partir do estatuto de mãe, calcado no significado histórico da maternidade³⁰⁶. Nesse sentido, é possível perceber que “no processo de denúncia, investigação, reivindicação de justiça e reparação, a autoimagem e identidade das mães são transformadas de mães que sofrem para mães que lutam”³⁰⁷.

As Mães de Acari e os demais movimentos de mães aguçam a memória do que fizeram (e ainda fazem) as *Madres de la Plaza de Mayo* na Argentina em 1977. A atuação desse coletivo de mulheres colocou o desaparecimento forçado de pessoas em contexto ditatorial no debate internacional. Desesperadas com a ausência de seus filhos e netos, cerca de catorze mães se reuniram em frente à sede do poder federal argentino, na *Plaza de Mayo*, para entregar uma carta ao General Videla solicitando informações sobre o desaparecimento de seus filhos. Não era permitida a reunião de três ou mais pessoas ou permanecer parado nas ruas. Então, essas mulheres começaram a circular na praça, separadas, de modo que seu protesto não fosse enquadrado na proibida aglomeração de pessoas. Elas conseguiram comunicar publicamente o que havia ocorrido, conquistando apoio de muitas pessoas, congregando a luta contra o Estado militar. Algumas poucas conseguiram encontrar os restos mortais de seus filhos e filhas. Em 2014, umas delas finalmente se reencontrou com seu neto, que estava no ventre de sua filha quando ela foi capturada e assassinada. A *abuela* disse: “É

³⁰⁵ ARAÚJO, Fabio Alves. *Do luto à luta: a experiência das Mães de Acari*. 2007. 168 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007, p. 68.

³⁰⁶ Op. Citada, p. 73-74.

³⁰⁷ Op. Citada, p. 75.

um caso especial para mim porque, além da felicidade de tê-lo encontrado, meu pedido de ‘eu não quero morrer sem abraçá-lo’ foi cumprido”³⁰⁸.

A ação de mães em busca de seus filhos a partir da década de 1990, tendo como marco a constituição das Mães de Acari se multiplicou. Em 1993, surgem as Mães da Cinelândia, movimento criado para encontrar crianças desaparecidas no Rio de Janeiro. Em São Paulo, em 1996, formam-se as Mães da Sé, inspiradas pelas Mães da Cinelândia e pelo Movimento Nacional em Defesa à Criança Desaparecida do Paraná, segundo pesquisa de Alice Marta Belinello da Graça³⁰⁹. As Mães da Sé realizam encontros nas escadarias da Praça da Sé, no centro de São Paulo, quinzenalmente, com cartazes contendo fotos e nomes de seus filhos, em uma ação de denúncia pública às autoridades e à sociedade para a problemática social que as assola. Em 2006, organiza-se o movimento Mães de Maio da Democracia Brasileira, na região da baixada santista em São Paulo, em resposta aos assassinatos em série ocorridos no mês de maio daquele ano, e também indicando um diálogo com as *Madres da Plaza de Mayo* da Argentina.

A temática da violência estatal, da letalidade policial e do genocídio da população preta, pobre e periférica, como visto no Capítulo 2, articula-se com o encarceramento em massa também no campo do ativismo. “Eu falo que é sentimento de luto ter o filho ou o marido preso”, afirma MIRIAM, uma das fundadoras da AMPARAR. Familiares de pessoas assassinadas por forças policiais e familiares de pessoas presas caminham lado a lado traçando uma luta por sobrevivência, suas e de seus entes queridos. Em 2020, durante a 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, foi lançada uma exposição *on-line* com o título *Em luta: Vítimas, Familiares e Terrorismo de Estado*, coordenada por Juliana Farias³¹⁰. Na plataforma, é possível encontrar um mapa de movimentos sociais em todo o Brasil que integram a Rede Nacional de Mães e Familiares de Vítimas do Terrorismo do Estado. Foram mapeadas 23 organizações que envolvem tanto familiares de pessoas presas quanto familiares de pessoas assassinadas por forças policiais no Brasil: AMAFAVV - Associação de Mães e Familiares de Vítimas da Violência (ES); AMPARAR – Associação de Amigos/as e familiares de presos/as (SP); Associação de Familiares de Pessoas Privadas de Liberdade (MG); Coletivo do Amazonas (AM); Coletivo Mães do Rio Grande do Norte (RN); Mães de Brumados (BA); Mães de Maio do Cerrado (GO); Mães de Maio da Leste (SP); Mães de

³⁰⁸ Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/politica/que-dijo-estela-de-carlotto-el-dia-que-se-encontro-con-su-nieto-por-primera-vez-nid2119671/>. Acesso em: 02 jun. 2021.

³⁰⁹ GRAÇA, Alice Marta Belinello da. *Da casa às ruas: o movimento de mães em SP*. 2014. 151 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2014, p. 47.

³¹⁰ Disponível em: <https://expo.abant.org.br/em-luta/>. Acesso em: 02 jun. 2021.

Maio do Nordeste (BA); Mães de Manguinhos (RJ); Mães do Cárcere (CE); Mães do Curió (CE); Mães em Luto da Leste (SP); Mães Mogianas (SP); Mães da Maré (RJ); Movimento Independente Mães de Maio (SP); Movimento Moleque (RJ); Núcleo de Mães Vítimas da Violência (RJ); Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência (RJ); Rede Mães de Luta (MG); Rede de Mães e Familiares de Vítimas da Violência de Estado na Baixada (RJ); Rede Nenhuma Vida a Menos (PR); Vozes do Socioeducativo e prisional (CE)³¹¹.

Além do percurso histórico que influencia a formação de movimentos sociais contra a violência estatal, há uma ressonância em meio a essas vivências que se insurgem coletivamente – são organizações de mães. Esse eixo atravessa as diferentes experiências e sinaliza para a importância de uma reflexão acerca da maternidade e a luta.

5.3. A maternidade e a luta

Os movimentos de mães, ao reivindicar a autoridade moral que a figura materna detém socialmente, acabam por disputar também a legitimidade de suas maternidades. É possível notar que, diante da maternidade partida, seja das mães de pessoas assassinadas, seja das familiares de pessoas presas, essas mulheres mobilizam seus laços de parentesco, “recorrendo aos laços primordiais (mãe-filho) para se apresentar como uma espécie de procuradores legitimados pelos laços consangüíneos”, segundo Fábio Araújo³¹². Para isso, elas se apoiam na construção histórica e moral da figura materna, sendo a responsável por parir, por ensinar, por proteger, por cuidar. Para Alice Marta Belinello da Graça, a mobilização dessa condição integra uma estratégia de alcançar uma escuta de suas demandas nos mais distintos espaços de poder, pois comunica algo que consta no imaginário social e que por vezes atinge as pessoas em seus campos afetivos, que são bem compreendidos pela maioria dos atores sociais, atribuindo legitimidade as causas dos movimentos de mães³¹³.

Entretanto, a luta por reconhecimento das mães ativistas se insere em um contexto de *hierarquias reprodutivas*. Laura Mattar e Carmen Diniz afirmam se tratar de “um modelo ideal de exercício da maternidade e/ou da reprodução e cuidado com os filhos. Ele é pautado por um imaginário social sexista, generificado, classista e homofóbico; portanto, trata-se de

³¹¹ Disponível em: <https://expoemluta.wixsite.com/mapaemluta>. Acesso em: 02 jun. 2021.

³¹² ARAÚJO, Fábio Alves. *Do luto à luta: a experiência das Mães de Acari*. 2007. 168 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007, p. 60.

³¹³ GRAÇA, Alice Marta Belinello da. *Da casa às ruas: o movimento de mães em SP*. 2014. 151 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2014, p. 92.

um modelo excludente e discriminatório”³¹⁴. Segundo as autoras, a discriminação das maternidades consubstancia-se em uma construção social calcada em uma ideia de normalidade, identificada estritamente com uma relação estável entre um casal heterossexual monogâmico branco, adulto, casado e saudável, que conta com recursos financeiros suficientes para *criar bem os filhos*. Todas as relações que estejam fora desse paradigma passam a ser vistas socialmente, em maior ou menor grau, como ilegítimas, irresponsáveis, subalternas. É o que se vê nas tentativas de culpabilizar as mães de pessoas com algum envolvimento com o sistema de justiça criminal sobre o destino de seus filhos.

Mas não é dessa forma que as mães ativistas se colocam. É comum as familiares de pessoas presas se autodenominarem como *leões*, o que sugere qualidades como força, coragem, liderança e confiança, se afastando da imagem sagrada da Virgem Maria como ideal materno. Para elas, ser mãe é lutar pela sobrevivência e memória de seus filhos, o que demanda força e sacrifícios. Patricia Hill Collins aborda a imagem da *mãe negra superforte* como um “elogio à resiliência de mulheres negras em uma sociedade que frequentemente as retrata como mães ruins”³¹⁵, em um processo de deslegitimação por meio da associação forjada e imediata entre cor da pele, pobreza e maus-tratos. A autora continua, e afirma que “para que possam permanecer no pedestal, essas mães negras superfortes devem colocar as necessidades dos outros, especialmente as dos filhos e das filhas, acima das suas”³¹⁶.

A mobilização da força social da maternidade abre uma outra discussão que se relaciona com a atuação dos movimentos feministas, que, nas suas diferentes vertentes, compartilham a busca pela ruptura das hierarquias entre homens e mulheres fundadas nas diferenças biológicas. Para esses movimentos, a maternidade precisa ser desnaturalizada enquanto um atributo designado pela biologia às mulheres, e passar a ser vista como uma escolha, como um aprendizado e também como um trabalho de reprodução da vida cujo respaldo de toda a sociedade é imprescindível para manter a autonomia das mulheres. Como afirma Elisabeth Badinter, ao mesmo tempo em que se exalta a grandeza e a nobreza da criação e cuidado com os filhos, condenam-se todas as que são concebidas como inaptas a realizá-las à perfeição³¹⁷.

³¹⁴ MATTAR, Laura D.; DINIZ, Carmen S. G. Hierarquias reprodutivas: maternidade e desigualdades no exercício de direitos humanos pelas mulheres. *Interface – Comunic., Saude, Educ.*, v. 16, n. 40, p. 107-119, jan./mar. 2012, p. 114.

³¹⁵ COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Tradução Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 293.

³¹⁶ Op. Citada, p. 293.

³¹⁷ BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Tradução Waltensir Dutra. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 238.

O desafio de integração entre as mulheres que compõem os movimentos de mães contra a violência estatal e os movimentos feministas é intenso até na atualidade. De um lado, é comum associar uma das pautas feministas, como o direito ao aborto, enquanto uma forma de se contrapor à família e à própria maternidade – o que não é verdade, muito pelo contrário, a luta pelo aborto precisa ser lida como uma demanda por escolha pela maternidade, que possibilita inclusive a escolha por não ter filhos. Por outro lado, nos movimentos feministas há muitas vezes a dificuldade de compreender a reivindicação da maternidade enquanto potência, ou mesmo via de politização e engajamento de mulheres. Mesmo que recorram a imagens sacralizadas sobre a superioridade das mães, elas reinventam suas histórias a partir desse marco, descobrindo suas forças e colaborando para transformações sociais de extrema relevância, como a questão da violência estatal. Um caminho possível de unificação dessas visões aparentemente opostas perpassa compreender as contradições que essa categoria carrega em si: “A maternidade constitui, ao mesmo tempo, uma especificidade valorizada – o poder de dar a vida –, uma função social em nome da qual reivindicar direitos políticos ou direitos sociais, e uma das fontes de opressão”³¹⁸, conforme apontado por Françoise Collin e Françoise Laborie.

A própria constituição das duas esferas é distinta: no Brasil, a hegemonia das mulheres brancas e de classe média nos movimentos feministas se contrasta com os movimentos de mães que vão se formando na peregrinação em busca dos filhos em delegacias, prisões, hospitais, necrotérios e cemitérios, espaços que promovem encontros de histórias com muitos pontos em comum, e que ao trocarem experiências em torno da busca de alternativas para atender as suas questões, passam-se a se organizar coletivamente, como aponta Alice Marta Belinello da Graça³¹⁹. Muitas mulheres tornam públicas suas maternidades para reivindicar escolas, saúde pública, saneamento básico, moradia, emprego, alimentação, transporte, fim da violência policial e das prisões. Ainda que elas não se definam como feministas e o que as mova seja inicialmente exercer o trabalho reprodutivo, mas em melhores condições, é inegável a potência inclusive feminista que essas ações detêm. Nesse ponto, as reflexões feministas poderiam contribuir para uma práxis revolucionária, aprofundando a relação entre teoria feminista e realidade das mulheres pobres e negras para a elaboração de um novo projeto de sociedade que contemple a escolha pela maternidade

³¹⁸ COLLIN, Françoise; LABORIE, Françoise. Maternidade. In: HIRATA, Helena *et al.* (org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 133.

³¹⁹ GRAÇA, Alice Marta Belinello da. *Da casa às ruas: o movimento de mães em SP*. 2014. 151 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2014, p. 45-46.

calcada em novos paradigmas, tirando dos ombros das mulheres a imensa carga de criação e cuidado com as vidas e socializando essa árdua tarefa.

Essa socialização da maternidade aponta para a ideia de que *são todos meus filhos*³²⁰, tributária das ações das *Madres de la Plaza de Mayo* que indicam o transbordamento de suas condições para os demais desaparecidos³²¹. Nesse processo, o compartilhamento dos significados da maternidade alarga-se, promovendo uma verdadeira *coletivização da maternidade*. Em pesquisa realizada por Nancy Naples nos Estados Unidos, a dimensão coletiva da maternidade em comunidades negras e latinas explicita a relação imbricada na reprodução social do trabalho produtivo, conectando no dia a dia ativismo político, maternidade, trabalho comunitário e trabalho remunerado³²². A construção da *mãe ativista* “guarda longa tradição de trabalho comunitário projetado para proteger e melhorar a vida de seu povo”³²³. A expressão *sua dor é minha dor*³²⁴ ganha corpo nas redes de parentesco estendidas nas comunidades negras, gerando práticas de cuidado amplas e gerações de mães ativistas, em uma visão integrada do trabalho, da política e da maternidade, segundo Naples. Dessa forma, a maternidade engloba ações do ativismo social, que atendem às necessidades de seus filhos e da comunidade³²⁵. MIRIAM fala sobre como essa percepção alargada da maternidade fez o movimento continuar:

Chegou um momento que não era mais o meu filho que estava lá dentro [FEBEM]. Aí a gente percebeu que era algo maior. Eu acredito que foi isso que fez com que eu e a Railda continuássemos na luta, porque a gente entendeu que era algo maior, que não se tratava mais dos nossos filhos. Tinha mais, tinham outros ali (Miriam).

A maternidade em suas tensões e potências, pensando os aprendizados e a construção coletiva das mulheres negras no processo de tornar-se mãe, sobretudo, mãe ativista, é sintetizada por Collins na seguinte passagem:

[...] a maternidade pode ser um espaço no qual as mulheres negras se expressam e descobrem o poder da autodefinição, a importância de valorizar e respeitar a si mesmas, a necessidade de autonomia e independência, assim como a crença no empoderamento da mulher negra. Essas tensões fomentam um espectro de respostas. Algumas mulheres veem a maternidade como um fardo que sufoca sua criatividade, explora seu trabalho e as torna cúmplices de sua própria opressão.

³²⁰ *Son todos mi hijos* é o nome de um documentário sobre as Madres de la Plaza de Mayo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1QUmcsWORJc>. Acesso em: 02 jun. 2021.

³²¹ Op. Citada, p. 44.

³²² NAPLES, Nancy. *Activist mothering: cross-generational continuity in the community work of women from low-income urban neighborhoods*. *Gender and Society*, v. 6, n. 3, p. 442, 1992.

³²³ Op. Citada, p. 442.

³²⁴ “Sua dor é minha dor” é uma frase dita por uma mãe cujo filho foi assassinado por policiais a outra mãe na mesma situação no documentário *Luto como Mãe*. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6G_7-kwrxRQ. Acesso em: 02 jun. 2021.

³²⁵ Op. Citada, p. 448.

Para outras, a maternidade promove o crescimento pessoal, eleva o status nas comunidades negras e serve de catalisador para o ativismo social³²⁶.

A identidade dos movimentos de mães é tão significativa que mesmo que outros participantes não sejam efetivamente mães passam a ser englobados simbolicamente por essa característica. Adriana Vianna e Juliana Farias asseveram como ainda que outros familiares, como pais, irmãos, avôs, tias, possam eventualmente ocupar posições mais ativas nos movimentos de mães, “há uma expressão obrigatória dessa relação primordial, como se esses falassem por um mandato simbólico: lutam em nome da mãe que, por algum motivo, não pode estar presente”³²⁷.

Diante desse rápido panorama sobre o ativismo que pulsa das violências e o salto para as organizações coletivas, formando movimentos sociais em torno de pautas em comum, que, no caso do enfrentamento da violência estatal se caracteriza pelo protagonismo das mães, passa-se a abordar de modo contextualizado um dos movimentos de familiares de pessoas presas de maior destaque no cenário contemporâneo brasileiro – a Associação de Amigos e Familiares de Pessoas Presas (AMPARAR).

5.4. A Associação de Amigos e Familiares de pessoas presas – AMPARAR

5.4.1. Da AMAR a AMPARAR: a luta pela sobrevivência dos filhos

A retomada da história da Associação de Amigos e Familiares de Pessoas Presas, a AMPARAR, clama inicialmente pela brevíssima apresentação de três importantes figuras do movimento e que foram entrevistadas pela pesquisadora. A primeira delas é MARIA RAILDA DA SILVA, uma mulher que impõe respeito por onde passa, com sua voz firme, postura ativa e personalidade forte, características que convivem com um olhar acolhedor e uma risada espontânea. Ela se identifica como mulher negra, nordestina, pobre e periférica, que se casou aos 16 anos e teve quatro filhos. Quando mais nova, buscou apoio de um pastor para enfrentar as violências que sofria do ex-marido, mas ouviu dele que ela deveria obedecer ao marido e que tinha que apanhar. Ao escutar isso, decidiu que não aceitaria essas palavras: “Eu falei, espera aí. Pois agora não vou para igreja e também não quero mais

³²⁶ Op. Citada, p. 296.

³²⁷ VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 37, p. 79-116, dez. 2011, p. 93-94.

marido, pronto! Aí me rebelei.”. Com isso, deixou de ser evangélica, e hoje acredita muito em Deus. Conta que sempre fora rebelde, se colocando ativamente contra situações em que via injustiças, mas quem a conhece mais de perto nota também seu lado mais sensível: “Eu falo, olha, sou assim, sou brava, falo ‘fica quieto’. Mas sou de boa, sou tranquila. A gente tem que fazer aquela cara, assim, mas a gente é bem frágil às vezes.”. Com a organização coletiva, tornou-se uma das principais referências na luta contra o encarceramento no Brasil na atualidade, sendo reconhecida inclusive internacionalmente.

MIRIAM DUARTE PEREIRA é uma mulher alegre, bastante corajosa e eloquente, dona de um sorriso belíssimo e contagiante. Identifica-se como mulher negra, já foi manicure e conta como sua vida era centrada na casa: “sempre fui cuidadora mesmo.”. Nessa época já distante, conta que não via a violência do bairro em que mora, Sapopemba, zona leste paulistana, e que do portão para fora não se interessava. Tem três filhos, sendo que dois deles foram vítimas fatais da violência, um nas mãos da polícia e outro na violência em seu bairro. A primeira vez que viu RAILDA nas filas das visitas da Fundação para o Bem-Estar do Menor (FEBEM), estranhou o fato de ela estar ali distribuindo folhetos sem que seu filho estivesse ali:

Conheci a Railda quando ela estava distribuindo papelzinho escrito a mão mesmo, falando das Mães da Febem, da Amar. Ela trouxe o papel e daí perguntei para ela: "Você tem filho aí?". E ela falou que não. Eu falei, "E você está aqui?". E ela falou, "Eu já tive. O meu já saiu tem dois meses, mas eu estou aqui para ajudar as famílias". Pensei comigo, é doida, né? Porque eu não via a hora de sair dali para nunca mais voltar. Isso foi em 1998. Quando foi em 1999, eu me encontrei com ela de novo. Aí, a gente se uniu mesmo, ficamos unidas e não nos soltamos mais, é uma ajudando a outra (Miriam).

Com a passagem de seus filhos pelo sistema socioeducativo, MIRIAM começou uma jornada de busca dos serviços públicos disponíveis, e conheceu o Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDECA Sapopemba, que dentre as várias atuações, acompanha as medidas socioeducativas em meio aberto (liberdade assistida comunitária). O reconhecimento de sua atuação no território e na luta pelos direitos dos adolescentes em privação de liberdade fez com que ela fosse a única mãe a ser convidada para ser educadora na instituição. Algumas lideranças locais chamaram MIRIAM para integrar a organização: “falaram que estavam precisando de mim, porque sabiam que eu tinha força para trazer mulheres.”. Ouviu de colegas da militância: “Tudo o que você fazia pelos teus filhos, você vai ensinar essas mães a fazer, porque não dá para ficar sentada dentro de casa e as coisas acontecendo.”. Trabalha no local atendendo adolescentes e suas famílias há 16 anos, e desde então é uma grande referência na luta contra as violências do Estado, especialmente no

território de Sapopemba, periferia da cidade de São Paulo. Em 2020, ingressou no programa de pós-graduação da Universidade Federal do ABC, onde realiza sua pesquisa de mestrado na área de Gestão de Políticas Públicas.

REGINA LÚCIA DOS SANTOS transmite sabedoria em suas palavras, gestos e olhares. Mãe de dois filhos, mulher negra e grande estudiosa das relações raciais no Brasil afirma não ter medo de morrer, e imagina sua partida desse mundo com muita música e dança, ao som de Aretha Franklin. Iniciou sua militância em 1976, durante a ditadura civil-militar, aos 21 anos. Ingressou no curso de Geografia na Universidade de São Paulo, e passou a integrar o movimento estudantil, tendo sido diretora do Centro Acadêmico. Depois, começou a atuar no movimento sindical, seguindo para o movimento de mulheres, e passando pela fundação do Partido dos Trabalhadores – PT, onde conheceu seu companheiro, Milton Barbosa, que a convidou para compor o Movimento Negro Unificado – MNU. Durante a militância, passou a namorar Milton e a aprofundar seus estudos sobre as questões raciais. Após alguns anos, o filho de Milton, que tinha histórico de esquizofrenia, foi preso. Com o tempo, percebeu que “não há possibilidade de lutar contra o racismo se a gente não lutar contra o encarceramento.”. E assim conheceu e passou a integrar a AMPARAR.

A história do surgimento da AMPARAR começa com RAILDA nos anos 1990 e seu filho de 14 anos que foi preso e levado para uma unidade da FEBEM. Ela conta que ao ver o filho com marcas no rosto que indicavam agressões e sem comer desde que fora detido, algo emergiu: “naquele momento, acho que já comecei a ser a AMPARAR, mesmo sem saber.”. Fez questão de acompanhar todo o percurso de seu filho pelo sistema, desde a delegacia até o fórum, chegando na FEBEM. Ela conta o ímpeto que teve ao avistar um policial se movimentando de modo a agredir seu filho, mobilizando o poder da figura materna como visto anteriormente:

O policial ia dar uma coronhada na cabeça do meu filho. Aí pulei na frente e falei para eles: "Agora chega, vocês já bateram muito nele. Chega, ele é meu filho!". Gritei com os policiais, sabe? Foi assim uma coisa de louco. Como meu filho fala, ele foi salvo pelo gongo naquela hora. Foi instinto de mãe mesmo, por isso que a gente fala que a gente é leoa. [...] O guarda olhou para minha cara, falou, "Você não pode entrar". E eu falei, "Eu sou a mãe. Eu posso entrar. Qual parte você não entendeu?". Assim, ali muito louca, sabe, de raiva. (Railda)

Naquela época, o filho de RAILDA estava em uma unidade da FEBEM em que os direitos fundamentais dos adolescentes eram respeitados, e as mães tinham uma participação importante na unidade, com entradas frequentes para acompanhar seus filhos nas atividades – chegavam a dormir no local. No entanto, o diretor começou a ser perseguido por permitir

essas práticas, e as mães da FEBEM, como ficaram conhecidas, souberam que ele seria removido dali em pouco tempo. RAILDA recebeu a ligação de uma companheira que disse: “O R. vai sair, como a gente vai fazer? Nossos filhos vão apanhar.”. As mães decidiram então se articular para que R. permanecesse na unidade, o que na verdade, era uma luta contra a tortura tão disseminada nas demais unidades da FEBEM. “A gente não queria que nossos filhos apanhassem. Nosso problema era só esse, a gente não tinha noção de tudo.” Na segunda-feira seguinte à notícia, 70 mulheres e alguns pais se reuniram e buscaram a presidência da FEBEM para exigir a permanência de R. Também acessaram o juiz corregedor dos presídios. Ao regressarem para a FEBEM, R. estava as esperando, e nomeou o fato histórico como o movimento de Mães da FEBEM: “Quando a gente chegou lá, o diretor estava louco com nós: ‘Eu não acredito que vocês fizeram isso... Dona Railda, dona Silvana, dona Conceição...’. Aí ele falou, ‘A partir de hoje, nasce um movimento de mães da Febem’.”.

A nomeação da articulação que as mães teceram com o objetivo de proteger e assegurar os direitos de seus filhos não serem torturados, ou seja, uma luta pela sobrevivência, foi muito importante para que o grupo passasse a agir coletivamente de modo mais constante, iniciando uma organização que com o tempo se tornaria um movimento social. Começaram a panfletar nas unidades em que havia denúncias de tortura, mediarrebelsões em outras unidades, conversavam com os adolescentes sobre as situações do cumprimento das medidas e com se constituiu em 1998 a Associação de Mães e Amigos da Criança e do Adolescente em Risco, a AMAR, movimento de mães da FEBEM em São Paulo.

Nós éramos a linha de frente, então a gente começou a fazer o trabalho com as famílias, a gente começou a se encontrar no escritório no centro, depois a gente teve a sede na Ação da Cidadania, ali a gente atendia mães todos os dias. A gente tinha um grupo de psicólogos, tinha terapia para as mães, tinha atividades para as mães, ali a gente acompanhava os processos dos adolescentes. [...] A gente era tudo ao mesmo tempo. Os diretores ficavam muito bravos. Porque como que a gente sabia das coisas? Então, uma mãe ia visitar, aí ela visitava o menino e o menino falava, "Olha, avisa as mães que está acontecendo isso, isso e isso na Febem". Aí as mães ligavam e a gente ia para cima deles. (Railda)

Com o tempo, algumas mães foram se dispersando e os filhos foram crescendo, o que deslocou o centro da luta pela sobrevivência das unidades da FEBEM para as prisões.

Como a gente já tinha referência na nossa comunidade do trabalho de direitos humanos, as famílias sempre vinham procurando. Conversei com elas. Falei, gente, agora não é mais Febem não, agora é cadeia, é mais pesado. A gente se juntou e começou a fazer o mesmo trabalho que a gente fazia na Febem. Fundamos a Amparar. Aí a gente se depara com a revista vexatória, e a gente começou também a bater de pau, falar dessa revista, porque essa revista não era certa, porque

era uma revista muito... Não sei como descrever, era muito ruim passar por essa revista. A gente começou a se envolver de novo com os movimentos sociais. Participamos da campanha da revista vexatória. Eu também passei pela revista vexatória. [...] Foram momentos bem difíceis da minha vida. E mesmo assim, meu filho dentro ou fora da cadeia, nunca parei de fazer o trabalho. (Railda)

Dessa trajetória iniciada nos anos 1990, em cadência com os movimentos de mães contra a violência da época, surge a Associação de Amigos e Familiares de Pessoas Presas, a AMPARAR, em 2004, na cidade de São Paulo. Liderada por RAILDA e MIRIAM, a organização se constitui enquanto um movimento social cujo objetivo reside na defesa intransigente dos direitos humanos de adolescentes e adultos encarcerados, egressos do sistema penal, seus familiares e a articulação destes enquanto grupo de solidariedade e de referência ao exercício da cidadania. Nesses 17 anos de existência, a organização já passou por diversas fases e composições, mas a constância de RAILDA e MIRIAM, sobretudo, tem sido fundamental para a preservação da história e da identidade do movimento.

5.4.2. Familiares em ação

Algumas características permitem visualizar a potência da organização. A primeira deles se refere à *presença enraizada em dois territórios periféricos* da cidade de São Paulo: a sede se localiza no bairro de Itaquera, mais precisamente na COHAB José Bonifácio³²⁸, e outras atividades são realizadas no CEDECA Sapopemba. Embora ambos pertençam à zona leste de São Paulo, a distância entre os dois pontos ultrapassa os 15km. A articulação entre Itaquera e Sapopemba ocorre sobretudo por meio das atividades lideradas por RAILDA e MIRIAM, que são ativistas reconhecidas nos territórios por suas lutas. Em Itaquera, RAILDA recebe cotidianamente mulheres familiares de pessoas presas para um atendimento inicial, que consiste em acolher suas dores, identificar as demandas e acionar a rede de serviços públicos para enfrentar as questões partilhadas. Ela também visita familiares em suas casas, realizando escutas e apoiando ações para superação das dificuldades levantadas. Por sua vez, em Sapopemba, MIRIAM é uma referência muito popular, acolhe as mães e endereça as demandas para os serviços ou mesmo articula estratégias fora das instituições para preservação da vida das pessoas com quem entra em contato. Ela trabalha há muitos anos acompanhando adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, e com isso, torna-se um ponto de intersecção entre adolescente, mãe e instituições.

³²⁸ Residencial construído pela Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo – Cohab.

Figura 13– Sede da AMPARAR, localizada em Itaquera, zona leste da cidade de São Paulo



Fonte: Página no Facebook da Amparar. Disponível em: <https://www.facebook.com/AssociacaoAmparar>. Acesso em: 02 jun. 2021.

Além dessas atividades, há outras frentes de atuação do grupo. O território das filas das unidades prisionais constitui outro espaço de atuação da AMPARAR, que realiza *panfletagens nos dias de visita*, apresentando a organização, conversando sobre direitos e violações, e com isso aprofundando sua capilarização. Essa ação se realiza nas unidades da região Metropolitana de São Paulo. No entanto, as realidades vivenciadas no interior do estado de São Paulo também chegam até a organização, sobretudo por meio da comunicação em *redes sociais*. Há um grupo de familiares em um aplicativo de mensagens instantâneas que permite a troca de informações entre familiares das mais distintas regiões, além do acolhimento por meio da partilha de experiências em comum - as mulheres vão se ajudando nesse grupo de modo espontâneo, por meio de áudios, textos, imagens e outros recursos que permitem a comunicação nesse formato.

A necessidade de combinar acolhimento individual com a organização coletiva e a politização das dores trazidas pelas familiares deu origem aos encontros quinzenais do *Grupo de Familiares de Sapopemba*. Remetendo às rodas de conversa *Quebrando as Grades* ocorridas entre 2014 e 2015 em Itaquera, o Grupo de Familiares de Sapopemba passou a ter reuniões mais orgânicas em 2019, com o apoio de duas figuras fundamentais, Fabio Campos, sobrevivente do sistema prisional e estudante de Serviço Social, e Sophia Noronha, bacharel em Administração Pública e apoiadora da AMPARAR. Fabio desempenha um papel muito importante nas articulações da organização como um todo, sendo um apoio bastante valorizado para RAILDA e MIRIAM. Com Sophia, o grupo experimentou as Metodologias

Integrativas, visando a valorizar a criatividade e as diferentes formas de expressão, concebendo como unidas a subjetividade e a racionalidade humanas. Dessa experiência, resultou seu trabalho de conclusão de curso, que teve a banca de avaliação realizada no CEDECA Sapopemba, reunindo familiares e professores avaliadores. Segundo Sophia, os dez encontros projetados inicialmente foram dando lugar a “encontros que fizessem sentido a cada momento que o grupo estivesse passando. Dessa forma, as atividades foram se transformando ao longo do tempo, mantendo algumas das planejadas *a priori* e outras que foram sendo desenhadas entre um encontro e outro”³²⁹. A quantidade de participantes variou bastante ao longo do tempo, contando em alguns momentos com 5 pessoas, e em outros, com 25³³⁰. Os encontros foram muito ricos, repletos de desabafos, reflexões, lágrimas, risos, abraços, e construção de conhecimento. Um momento de destaque se refere à dinâmica da árvore, em que basicamente cada uma desenhava uma árvore, com raízes, tronco e copa:

Nas suas raízes, que simbolizava “de onde venho”, deveria colocar símbolos ou palavras que representassem momentos importantes da sua trajetória e pessoas marcantes na sua vida. No tronco, que simbolizava “o que sou”, deveria colocar elementos do que faz atualmente, como gasta sua vida e o que a motiva a crescer. Nos frutos da copa, que simbolizava os sonhos, “onde quero ir”, deveria adicionar símbolos para as suas esperanças e sonhos. Após a confecção de todas as árvores, as familiares compartilharam em dupla as suas histórias. Em seguida, iniciou-se uma discussão sobre o que essas árvores, ou seja, a vida das familiares, têm em comum. Em um segundo encontro, o objetivo era trazer novamente as árvores e dessa vez criar uma versão coletiva da AMPARAR. Foi desenhada uma grande árvore e, a cada contribuição, eram adicionados post-its com as frases enunciadas. Nas raízes, as frases começavam com “Nós viemos”, no tronco, com “Nós somos”, e na copa, com “Nós queremos”³³¹.

Com a sistematização das contribuições da dinâmica, foi criado o *Manifesto do Grupo de Familiares de Sapopemba*:


³²⁹ NORONHA, Sophia Ricci. *Afetos, lutas e ação pública pelos direitos de presos: o caso da Associação Amparar*. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração de Empresas) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2019, p. 21.

³³⁰ Op. Citada, p. 46-47.

³³¹ Op. Citada, p. 47-48.

Figura 14 – Manifesto do Grupo de Familiares de Sapopemba - 2019

MANIFESTO DO GRUPO DE FAMILIARES DE SAPOPEMBA



Nós viemos de mulheres.
Nós viemos da opressão, do sofrimento e do confronto direto.
Nós viemos da força de um grupo de mães na fila da antiga febem.
Nós viemos da violação dos direitos humanos, das rebeliões dos presídios.
Nós viemos da defesa dos direitos dos jovens.
Nós existimos por conta dos nossos filhos no sistema prisional.
Nós viemos da união e da potência da Railda, da Miriam, do Fábio, da Batia, do Marcelo, da Gabi, da Tânia, da Cícera, da Arlete, da Bide, da Catarina, da Simone, do Henrique, do Leo, da Nathália, da Marcela, da Roberta, da Glória, da Cris, da Sophia, do Kaique e de tantos outros que já passaram pelo nosso grupo.
O que nos une hoje é a violência do Estado e a nossa vontade de mudança.
Nós somos guerreiras.
Nós somos sinceras.
Nós compartilhamos histórias, escutamos as outras e criamos vínculos.
Somos um espaço de acolhida e conforto.
Somos um grupo com capacidade de lutar junto.
Nós temos um problema comum.
Nós fazemos um trabalho de formiguinha com nossas reuniões e nossas denúncias.
Nós somos solidárias e servimos de exemplo umas para as outras.
Nós construímos esperança.
Nós queremos liberdade.
Nós queremos ser um grupo forte.
Nós queremos fazer faculdade.
Nós queremos fortalecer os sonhos dos nossos filhos.
Nós queremos justiça, nós queremos os nossos direitos.
Nós queremos ser escutadas.
Nós queremos prisões com condições mínimas e direitos fundamentais para que nossos filhos não sejam penalizados.
Nós somos o começo, o meio e o fim.
Quando nossas vozes gritarem o mais alto possível, onde nos lugares mais surdos nos ouvirem, este será o começo novamente.
O que nos mantém em pé é a nossa força, nossa união, amor e parceria sem fim!
Nós não iremos desistir!

Fonte: Amparar, 2019.

Outra ação de relevância da AMPARAR consiste na *realização e participação de atos públicos* envolvendo todos os aspectos sobre o encarceramento em massa. Em 2018, houve uma rebelião no CDP I de Pinheiros, e as visitas foram suspensas. As familiares organizaram uma manifestação, exigindo informações sobre feridos, mortos e condições do local, que havia passado por um incêndio. A AMPARAR também se faz presente em atos como o 8 de março, marcha da maconha, 2 de outubro (memória do Massacre do Carandiru), entre outros.

Figura 15 – Integrante da AMPARAR em manifestação na avenida paulista - 2018



Disponível em: <https://www.facebook.com/AssociacaoAmparar>. Acesso em: 02 jun. 2021.

Audiências públicas também são um mecanismo importante de participação no debate público sobre o cárcere. Em 2018, integraram ativamente a construção e realização da audiência pública *Grupo de intervenção rápida (GIR): Articulando resistências*, para denunciar a força armada composta de agentes penitenciários treinados de modo militar para atuação repressiva dentro das unidades prisionais³³². A atuação do GIR acirra as violências cometidas dentro das prisões, sendo usualmente um momento marcado por agressões físicas, uso de equipamentos como balas de borracha, spray de pimenta, bombas de gás lacrimogêneo, além de cachorros e cassetetes. É comum também ocorrer a destruição de pertences das pessoas presas ou mesmo o saque de itens, como roupas, alimentos, cobertores, entre outros. O evento foi articulado pelos Defensores Públicos do Núcleo de Situação Carcerária, pela Pastoral Carcerária, Ouvidoria da Defensoria Pública, Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCRIM, Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC, Conectas Direitos Humanos e pela AMPARAR. O auditório da Defensoria Pública do Estado de São Paulo ficou lotado, e participantes foram direcionados a acompanhar a atividade em um mezanino do local, com transmissão ao vivo. RAILDA esteve na mesa dos trabalhos, e muitas familiares que compõem a AMPARAR estiveram presentes e fizeram falas públicas denunciando violências.

³³² Gravação do evento disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=n0DGDK9095o>. Acesso em: 02 jun. 2021.

Eventos internacionais também estão na agenda do movimento. RAILDA já esteve nos Estados Unidos, Colômbia e México para debater o sistema penal brasileiro. A internacionalização também deu o tom do I Seminário Internacional da AMPARAR, com o nome *Resistência das familiares: do sofrimento à luta pelo fim das prisões*, ocorrido em 2019, no salão nobre da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP. Com apoio de diversas organizações de direitos humanos³³³, o seminário conseguiu ocupar o local com familiares de todo o país, reunindo também representantes de coletivos dos Estados Unidos (*Families for Justice as Healing*³³⁴ e *National Council for Incarcerated & Formerly Incarcerated Women and Girls*³³⁵) e da Argentina (*Asociación Civil de Familiares de Detenidos - Acifad*³³⁶) que debatem o tema do encarceramento sob o enfoque de gênero e das famílias.

Figura 16 – Miriam faz intervenção, ao lado de Railda, no I Seminário Internacional da AMPARAR



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

A pandemia de covid-19 que assolou o mundo a partir de 2020 afetou as atividades da associação. O primeiro impacto se deu no aumento da demanda por *cestas básicas*, o que fez com que tanto em Itaquera quanto em Sapopemba o grupo passasse a contar com o

³³³ O evento contou com apoio do Fundo Brasil de Direitos Humanos, Conectas Direitos Humanos, Pastoral Carcerária, SAJU Cárcere, Frente Estadual pelo Desencarceramento, IBCCRIM, ITTC, Kilombagem e Núcleo de Situação Carcerária da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

³³⁴ Disponível em: <https://justiceashealing.org/>. Acesso em: 02 jun. 2021.

³³⁵ Disponível em: <https://www.nationalcouncil.us/>. Acesso em: 02 jun. 2021.

³³⁶ Disponível em: <http://acifad.org/>. Acesso em: 02 jun. 2021.

recebimento de doações e distribuir os recursos nos territórios, considerando sobretudo a situação de familiares de pessoas presas. Para tentar dar conta do volume de pedidos de ajuda em termos de subsistência, foram realizados debates virtuais, as chamadas *lives*, com a presença de pesquisadores parceiros a fim de divulgar a *campanha de arrecadação de recursos* para a distribuição de cestas básicas.

As reuniões do Grupo de Familiares de Sapopemba tiveram de ser convertidas em *encontros virtuais temáticos*, o que acabou por gerar transformações no formato do encontro, considerando as limitações do ambiente virtual para o desenvolvimento de atividades com metodologias integrativas, como realizado anteriormente. Por outro lado, a participação de parceiros de todo o Brasil foi facilitada, o que desencadeou uma articulação muito interessante, sobretudo com representantes das regiões Norte e do Nordeste. Os temas debatidos passaram pelas eleições de 2020, os efeitos do aprisionamento para os filhos das pessoas presas, como o Estado financia o encarceramento em massa, pena para além dos muros, violência e letalidade policial. Em 2021, ocorreu o *I Sarau da AMPARAR*, no formato virtual, com o objetivo de proporcionar um momento de descontração, focando nas artes e nas potências criativas que integram a resistência cotidiana. Diversas familiares e parceiros participaram, lendo poesias, cantando músicas, criando um momento de fortalecimento e de celebração da cultura.

Com a suspensão das visitas durante a pandemia, a dificuldade em obter notícias sobre a situação de seus familiares produziu efeitos de grandes proporções na saúde mental das familiares. Diante disso, a AMPARAR e a Rede de Proteção e Resistência ao Genocídio articularam o *Coletivo Escuta Liberta*, grupo formado por psicólogos voluntários que atende *online* e gratuitamente familiares de pessoas presas. A escuta qualificada por profissionais que compartilham da perspectiva crítica sobre o sistema penal tem sido uma frente de grande impacto para o acolhimento de mulheres. O acompanhamento dos casos perpassa a identificação de demandas e orientações sobre os serviços públicos disponíveis e sobre os andamentos processuais de seus familiares.

As várias atividades compõem um dia a dia intenso, mas que também pode ter momentos de diversão e descontração. “Tem horas que a gente dá até risada de não estar cansada”, conta RAILDA. Ao olhar para seu passado e pensar que o acolhimento que oferece hoje teria feito muita diferença naquela época, logo se recupera: “não tem tempo ruim para nós.”. Ela conta como as próprias familiares ou egressas se sentem à vontade para buscar a

AMPARAR e com isso constroem relações das quais não abrem mão. Essa abertura também comporta momentos espontâneos de afetividade e diversão, e nutrem amizades:

Maria trouxe um bolo para nós outro dia, ela falou que nós estávamos passando muita fome. A outra falou que da próxima vez que vier pegar a cesta, falou que vai trazer uma comida africana para nós. Muito bom, pode trazer. Com o passar dos anos, você vai tendo outras amigas, sabe? Elas são muito fiéis. Nós somos fiéis a elas e elas a nós. Sábado foi muito legal aqui, a Júlia saiu da cadeia, eu nem esperava, e ela veio trazer um bolo para mim. Até chorei... fiquei, assim, passada. Estava em casa, escutei um grito, ela "Feliz aniversário!". Abri o portão, quando vi, ela com bolo. Daí ela trouxe a mãe, trouxe o padrasto, trouxe o marido, os filhos. Gente, que coisa legal, né? Falei, nossa, não sabia que era tão amada e comecei a chorar, foi uma emoção muito grande. Não esperava de ninguém, ninguém me deu bolo. E a Júlia, que a gente conhece do ano passado, me trouxe um bolo. Ela fez cantar parabéns, tirou foto, tudo, aí você vê que essas pessoas são seus verdadeiros amigos (Railda).

A integração ao movimento trouxe transformações nos rumos e no cotidiano da vida das ativistas. MIRIAM afirma que passou a se sentir capaz de agir, percebendo que nasceu em si muita determinação: "as coisas podem não mudar, mas eu tenho que continuar. Se mudar ou não, eu tenho que dar continuidade. Porque se eu não conseguir ver mudança, alguém vai conseguir ver, porque já foi plantado alguma coisa.". A vida pessoal e o ativismo passam muitas vezes a ter fronteiras borradas, se afetando mutuamente. A jornada que as mães passam a realizar na busca da sobrevivência de seus filhos capturados pelo sistema penal às vezes gera ciúmes no demais filhos. RAILDA conversava com suas filhas, explicava a situação do irmão, e com o tempo elas passaram a identificar a mãe como uma referência na luta por garantia de direitos. A mistura entre ciúmes e admiração parece ser constante, como contou RAILDA: "Ela [a filha] só fala assim: 'Ela só vive para os menininhos dela da Febem e para os presos e as presas dela', mas tem horas que cativa, e ela fala, 'Tenho muito orgulho de você ser muito louca'.". Com a distribuição de cestas básicas na pandemia, as filhas interagiram bastante, ajudando e apoiando RAILDA. "Elas falam assim, 'Ah, a dona Railda é do povo. Deixa ela fazer as coisas dela, que ela fica feliz'.".

Na construção dos caminhos do ativismo na AMPARAR, RAILDA e MIRIAM teceram uma amizade muito forte, que ganha contornos de irmandade:

Eu e a Miriam damos risada. Esses dias mesmo, ela falou assim: "Minha irmã, você sabe que você é minha única irmã". E eu falei, "Você é a única, né?". E a gente começa a dar risada. A gente aprendeu a amar uma à outra, porque foi uma família que a gente construiu. Eu acredito que deu certo, porque a gente veio pelo mesmo processo de dores e de perdas. Então, por isso que a gente é solidária uma à outra. E a própria família que é do seu sangue... É muito doido, né? (Railda)

O entrelaçamento entre as diversas atividades da militância, os trabalhos remunerados, os estudos, as relações com as famílias, as amizades construídas, todos esses

elementos se articulam na trajetória das mães ativistas, como visto nas histórias contadas por RAILDA e MIRIAM. Como verificado por Nancy Naples e abordado pela teoria da reprodução social, a separação entre as atividades produtivas, reprodutivas e de transformação social são artificiais: na realidade concreta dessas mulheres, cada eixo alimenta e é alimentado pelos demais. Para a autora, a “maternidade ativista revela a inseparabilidade do trabalho remunerado da reprodução social e ilumina as maneiras pelas quais raça-etnia e classe, bem como gênero informam práticas maternas”³³⁷. Resta então verificar como essas relações sociais imbricadas se constituem enquanto agenda política da AMPARAR.

5.4.3. Agenda: toda prisão é política e o fim das prisões

A experiência devastadora da cadeia impulsiona reflexões sobre como a imensa maioria da população apoia submeter determinadas pessoas a espaços essencialmente de tortura, adoecimento e aproximação com a morte. A punição vista enquanto consequência necessária e natural de ações concebidas como reprováveis ultrapassa os muros das prisões, constituindo um elemento central na ideologia hegemônica. Como afirma Edson Passetti, “[...] vivemos no Ocidente, a história da continuidade dos castigos; uma história que exige reformas, atualização de mitos, alternativas, mas que não admite a ruptura com o imperativo: é castigando que se educa”³³⁸. Recentemente, o debate abolicionista foi reaquecido em diversos países, também pela repercussão do assassinato de George Floyd, nos Estados Unidos, e as reações da sociedade civil em torno do fim das polícias enquanto percurso fundamental para enfrentar o racismo institucional, conforme sinalizam Sérgio Salomão Shecaira e Clécio Lemos³³⁹.

Angela Davis provoca a desnaturalização da prisão, incitando a imaginação da vida sem esses espaços de violência. Ela questiona os motivos das pessoas pensarem que seus direitos e liberdades estão mais protegidos em uma sociedade que se vale do cárcere do que em um momento histórico sem esses aparatos³⁴⁰. A naturalização do encarceramento em verdade é um mecanismo de eclipsar as realidades desiguais que a produzem e que ela

³³⁷ NAPLES, Nancy. Activist mothering: cross-generational continuity in the community work of women from low-income urban neighborhoods. *Gender and Society*, v. 6, n. 3, 1992, p. 460.

³³⁸ PASSETTI, Edson. A atualidade do abolicionismo penal. In: PASSETTI, Edson (org.). *Curso livre de abolicionismo penal*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2012. p. 19.

³³⁹ SHECAIRA, Sérgio Salomão; LEMOS, Clécio. 2020: uma chance abolicionista. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. vol. 179. ano 29. p. 309-328. São Paulo: Ed. RT, maio 2021.

³⁴⁰ DAVIS, Angela. *Estarão as prisões obsoletas?* Tradução Marina Vargas. 2. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2018. p. 14-15.

reproduz. Retirar a punição e a cadeia do campo das escolhas e concebê-las como algo indispensável dificulta o enfrentamento dos conflitos e desigualdades que a justificam e a própria realidade carcerária, como afirma Davis:

Consideramos as prisões como algo natural, mas com frequência temos medo de enfrentar as realidades que elas produzem. Afinal, ninguém quer ser preso. Como seria angustiante demais lidar com a possibilidade de que qualquer pessoa, incluindo nós mesmos, pode se tornar um detento, tendemos a pensar na prisão como algo desconectado da nossa vida³⁴¹.

É nesse campo que se insere o abolicionismo penal como uma agenda dos movimentos sociais contra a violência estatal. Como ensina Passetti, a sociedade sem castigos já existe, considerando a impossibilidade concreta de punir absolutamente todos aqueles que cometem fatos criminalizados pela lei, como ensina a criminologia crítica, abordada no Capítulo 2. Nesse sentido, o abolicionismo penal vai além do fim das prisões em si, problematizando toda a sociabilidade autoritária fundada na colonização, que se atualiza e atravessa as mais diversas instituições, como escolas e aparelhos de saúde. A corrente também aponta para uma transformação radical das estruturas da sociedade, embora não se filie necessariamente ao comunismo e suas teorias revolucionárias, por exemplo.

Outro aspecto do abolicionismo penal diz respeito à noção de que, por sua inerente seletividade, todas as prisões são políticas. Isto é, ao vislumbrar os processos de criminalização enquanto escolhas políticas inscritas em determinados momentos históricos, o fundamento dessa seleção como um todo é sempre fruto da correlação de forças políticas.

Em uma nota publicada no blogue da AMPARAR, o tema é abordado:

Se a prisão é uma estratégia política de contenção e eliminação física de pessoas indesejadas pela alta sociedade, está claro o bastante que toda prisão é uma prisão política. As abomináveis prisões de ativistas no Brasil somam-se às abomináveis prisões que recaem histórica e infalivelmente sobre a população pobre do país. A revisitada criminalização dos movimentos sociais junta-se à velha criminalização da miséria³⁴².

A indistinção entre presos políticos e presos comuns foi proposta no cenário brasileiro primeiramente pelo Movimento Negro Unificado (MNU), que em 1978 emergia como resposta à violência policial contra a população negra. Com uma abrangência nacional, a organização foi composta por vários coletivos negros distribuídos no território do país, entre os quais os Netos de Zumbi, grupo de presos da Casa de Detenção do Carandiru, assim como Lélia Gonzalez e Abdias do Nascimento. Até a atualidade, o MNU é um grande

³⁴¹ Op. Citada, p. 16.

³⁴² Disponível em: <http://associacaoamparar.blogspot.com/2014/08/nota-politica-da-prisao-e-prisao-da.html>. Acesso em: 02 jun. 2021.

parceiro da AMPARAR, tendo membros e membras que atuam nos dois movimentos, como é o caso de REGINA.

Figura 17 – Faixa da AMPARAR em manifestação em 2019



Fonte: Página no Facebook da Amparar. Disponível em: <https://www.facebook.com/AssociacaoAmparar>> Acesso em: 02 jun. 2021.

RAILDA explica a necessidade de abolir as prisões, em uma síntese dos pontos mencionados anteriormente:

Esses espaços não deveriam existir, deveria ter um outro tipo de tratamento, não a prisão. Porque o que a gente percebe nesses longos tempos é que a prisão não adiantou nada para as pessoas. Não mudou nada. Virou sim um círculo vicioso de estar indo e voltando. O Estado hoje tem aí a mercadoria, é fácil para ele. Essa mercadoria ela sai, ela volta e está ali, essa máquina não para. A gente costuma falar do cara que rouba o celular e a máquina que ele move de dinheiro. Então, esses espaços deveriam ser abolidos mesmo. Porque esses espaços de nada adiantam para as pessoas. Esses espaços fazem mal para a família - porque vai ter impacto na família, vai ter impacto na vida dessas pessoas. Hoje, a gente tem essas pessoas, embora no Brasil não tenha perpétua, não tem pena de morte assinada, a gente tem pessoas que saem da cadeia morrendo. Esses lugares têm que acabar, colocar um ponto final. Porque não dá mais para gente ver pessoa sofrendo. E a gente vê: quem são essas pessoas que vão para lá? Tem uma seletividade. Hoje a gente classifica assim, quem vai morrer e quem vai ser preso. Então, esses espaços têm que ser abolidos, porque é um espaço que não está resolvendo nosso problema social. As pessoas vão para esses espaços porque todos seus direitos foram negados. A partir do momento que nossos direitos forem garantidos, aí as coisas vão mudar. Então, não quero prisão, não quero tortura, não quero mesmo. Primeiro tiraria as pessoas de lá de dentro e jogaria uma bomba e explodiria tudo (Railda).

Da estratégia política do abolicionismo penal, desdobram-se algumas táticas de atuação, como, por exemplo, medidas desencarceradoras. Nessa esfera, a *Agenda Nacional*

*Pelo Desencarceramento*³⁴³, capitaneada pela Pastoral Carcerária, tem sido um instrumento importante para indicar concretamente pautas que possam frear e diminuir o encarceramento em massa. São dez eixos temáticos que formam o documento, quais sejam: suspensão de qualquer verba voltada para a construção de novas unidades prisionais ou de internação; exigência de redução massiva da população prisional e das violências produzidas pela prisão; alterações legislativas para a máxima limitação da aplicação de prisões preventivas; contra a criminalização do uso e do comércio de drogas; redução máxima do sistema penal e retomada da autonomia comunitária para a resolução não-violenta de conflitos; ampliação das garantias da Lei de Execuções Penais; abertura do cárcere e criação de mecanismos de controle popular; proibição da privatização do sistema prisional; prevenção e combate à tortura; e desmilitarização das polícias e da sociedade. Mas é preciso não perder de vista seus limites enquanto táticas inseridas na conjuntura atual, como explica MIRIAM:

Eu falo que o desencarcerar não tem um significado tão forte como o abolir. Porque o "desencarcerar" parece que você tira um hoje, um amanhã e depois volta. É difícil você escutar o fim das prisões. Mas para que isso aconteça, tem que ter uma mudança muito grande, tem que ter oportunidade para muitos, escola de qualidade, saúde de qualidade, direito à vida e falta muito para isso (Miriam).

Em meio a uma constelação de táticas, como as contidas na Agenda, emerge uma reflexão acerca da relação com o Estado e suas instituições. A AMPARAR se coloca na arena pública enquanto um movimento social autônomo, o que implica preservar sua autodeterminação, firmando seus ideais e formas de agir fora do campo das institucionalidades. Simultaneamente, há um fluxo bastante perene de demandar das instituições seus direitos e de seus familiares, constituindo uma relação em que enfrentamento e demanda coexistem no diálogo com o poder público. É o Estado o principal responsável pelas violências institucionais perpetradas contra seus filhos e maridos e contra elas mesmas, mas é o mesmo Estado que se busca a fim de garantir seus direitos fundamentais. De certo modo, é possível identificar uma disputa da institucionalidade, ainda que por fora de suas estruturas. Essa ambivalência pode ser notada na relação com a própria Defensoria Pública, instituição responsável pela maioria das defesas nos processos criminais de pessoas presas. RAILDA reconhece vários defensores parceiros históricos do movimento, sobretudo os que ocupam a coordenação do Núcleo de Situação Carcerária – NESC, mas não perde de vista a composição heterogênea do órgão, o controle de seus membros e sua

³⁴³ Disponível em: https://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2018/11/AGENDA_PT_2017-1.pdf. Acesso em: 02 jun. 2021.

inserção no Estado: “a gente tem que entender que é Estado também. Por mais que o cara queira, por mais que tenha esse entendimento que precisa fazer alguma coisa, por mais que ele vá, ele vai ser podado ali na frente.”.

A autodeterminação do movimento está conectada com a composição do grupo. Majoritariamente, a AMPARAR é formada por familiares, sobreviventes, pesquisadores e estudantes que se engajam com a luta do grupo. A integração ao movimento pode ser rápida para alguns e lenta para outros, a depender das trajetórias e relações com os membros. Uma vez dentro do grupo, o fato é que os espaços de atuação da AMPARAR carregam uma tradição da militância negra – a afetividade. Para REGINA,

militar é a vida, é a luta cotidiana, luta de todo dia. Desde falar para o meu neto o que é racismo até se dispor a escutar atentamente uma companheira com depressão, buscar alternativas para mulheres desempregadas, sem ter o que comer, vivendo com maridos violentos. Não milita quem não é apaixonado.

Ela segue explicando a militância negra como afetividade:

Acho que a militância negra é uma militância de afetividade, sabe? Militância de afetividade, a gente não consegue guardar distância nem dos problemas e nem das pessoas, nem dos encaminhamentos que a gente faz. E é um pouco isso. Não é menos político por causa disso, mas eu acho que isso é uma parte importante da militância negra (Regina).

Essa afetividade mencionada por REGINA se concretiza de diversas formas, como o apoio em um momento mais delicado, o encorajamento para se colocar em algumas situações, o cuidado entre as integrantes, o estímulo ao autocuidado, a partilha de conquistas e de sonhos. Trata-se de uma verdadeira forma de existir no mundo, indissociável da vida cotidiana, do lazer e dos momentos de diversão. MIRIAM conta que quando seus três filhos estavam na FEBEM, procurou o CEDECA, desolada, chorando e falando que ia morrer. Uma companheira da época olhou em seus olhos e disse: “Não, agora você vai descansar, amiga. Seus filhos já estão lá. Agora você vai descansar para estar muito bem para eles saírem. Você não quer ficar em casa, vem para cá, fica com a gente aqui.”. Esse acolhimento foi muito importante para ela naquele momento difícil de sua vida, afastando a sensação de solidão que geralmente acompanha os momentos de dor. Ao mesmo tempo, RAILDA fala como não gosta de colocar e ser colocada no lugar de *coitadinha*, de *mãe sofrida*, o que promove conexões de caráter mais horizontal entre as mulheres para enfrentar os momentos de sofrimento, mais próximas da camaradagem e do companheirismo do que da caridade voluntarista.

As inúmeras ações de cuidado com o outro por vezes acabam ocupando tanto espaço na vida das militantes que empurram práticas de autocuidado para um campo residual. REGINA conta que acha que se cuida pouco, que cuida mais dos outros do que de si mesma. Mas as pessoas ao seu entorno cuidam bastante dela, o que sugere uma outra faceta – o caráter coletivo do cuidado nesses espaços. “Esse cuidado também é feito pela rede. Eu não me cuido muito, já digo isso. Mas tem esse cuidado que essa rede de afeto constrói”, conta. Dessa forma, vão tecendo uma outra sociabilidade, marcada por outros valores, como visto na ética do amor de bell hooks no Capítulo 4.

Mas isso não significa que não haja conflitos e divergências. Na entrevista com RAILDA, ela falou sobre situações em que, por exemplo, as questões raciais geraram tensões entre as familiares, e que ainda é necessário avançar bastante com as reflexões sobre o racismo. Algumas mulheres não se reconhecem como negras embora apresentem características físicas e fenotípicas que remetam a essa identidade. RAILDA afirma: “a gente tem que se reconhecer como a gente é. Eu chego no espaço e falo, sou mulher negra e nordestina, pobre e periférica – ponto. Minha vida é essa. Não tenha vergonha de onde você é.”. Essa inspiração já transformou muitas atitudes e percepções sobre si mesma em mulheres ao redor de RAILDA, que mobiliza além de sua força pessoal, argumentos, estudos e muito tato para tentar desconstruir preconceitos e discriminações que acabam sendo reproduzidas.

A compreensão do racismo se faz necessária tanto nas dinâmicas internas do movimento quanto para a atuação externa do grupo. Não há como falar de seletividade penal, toda prisão ser política e fim das prisões sem entender como o racismo opera enquanto filtro institucional dos enquadrados como suspeitos apenas pela cor da pele e pelo endereço residencial. RAILDA sabe disso, mas também sabe como ainda há muitos desafios sobre esse debate em toda a sociedade, e, inseridas nesse contexto, as periferias não ficariam de fora. Dessa forma, é possível perceber que a politização da dor é uma das principais formas de amparo e de metabolização do luto em luta.

MIRIAM faz coro a essa visão, e afirma que percebe como o racismo está presente na periferia, e para combatê-lo, faz o que chama de *trabalho de formiguinha*, aludindo a ações supostamente pequenas e pontuais, mas coletivas, e que ao longo do tempo, constroem transformações importantes.

E na própria periferia tem muito racismo. Tem muito racismo. Então, assim, vou trabalhando, fazendo trabalho de formiguinha. Tem pessoas que falam, nossa, a viatura passou, está um menino branco de um lado, e tem o pretinho do outro, ele foi lá e sentou a mão no pretinho. É isso que eu falo, estão começando a enxergar, estão começando a falar. Mas tinham pessoas que não viam. Mulheres negras que não consideravam que tinham preconceito com elas. Aí fui pontuando, mostrando

a vida dos filhos, mostrando a vida delas. Falando de mim. Olha, fui fazer uma faculdade com quantos anos? É isso! O quanto as coisas são difíceis para nós. Eu vou mostrando e vou conseguindo mostrar essas coisas. (Miriam)

Embora a AMPARAR não seja um movimento auto-organizado de mulheres, a presença feminina no grupo se assemelha ao que se vê nas filas de visita: uma imensa maioria de mulheres. Nessa composição, a pesquisadora perguntou se elas se identificam como feministas e o que isso significa. RAILDA afirmou prontamente: “hoje sou”. Contou sobre como a luta gera essa dupla potência, de transformação de si e do mundo. “A luta nos mudou muito mesmo. Hoje assuntos que a gente não conversava há 20 anos, hoje a gente conversa.” Para MIRIAM, ao ver o grupo de mulheres lutando pelos direitos de seus filhos, na década de 1990, foi impelida a deixar a vida mais restrita ao ambiente doméstico: “Meus filhos não estavam mais dentro de casa, eu ia ficar para que dentro de casa? Então, eu saía com essas mulheres. O marido já não falava mais nada, porque ele falava, ‘Não adianta falar mesmo, que você vai’. E eu falava que eu ia mesmo.”. Sobre essas transformações, RAILDA partilha:

A gente fala muito sobre isso, porque a gente já viveu um processo de violência. Na AMPARAR, elas falam, "Nossa, nunca pensei que isso era uma violência contra minha pessoa". Sim, é uma violência contra seu corpo. Elas falam que estão aprendendo muitas coisas na Amparar. A gente se dá bem com todo mundo, dá risada com todo mundo e é isso. O que importa é as pessoas serem felizes. Porque a mulher tem muito tabu ainda na vida dela, de obediência ao homem, de reverência ao homem, de estar ali sempre dizendo sim. E agora nós somos as rebeladas, né? (Railda)

Em uma aproximação com a tão sonhada unidade entre as pautas contra-hegemônicas e de transformação social, ela define a AMPARAR como “o lugar dos excluídos. É o lugar dos dependentes químicos, das mães de encarcerados, dos presos, das presas, dos gays, das lésbicas – lá ninguém olha para ninguém com diferença.”. A relação do movimento com a esquerda tradicional e partidária nem sempre é das mais harmoniosas, considerando uma dificuldade frequente desses espaços em compreender a luta das mães e a pauta do desencarceramento, e se comprometer com uma agenda de segurança pública diferente da que na maioria das vezes angaria votos. A AMPARAR conta com parlamentares parceiras, como a deputada estadual Érica Malunguinho do PSOL e o vereador Eduardo Suplicy do PT, mas, como afirmou REGINA, é ainda muito pouco, quantitativamente.

Eu acho que os movimentos sociais no Brasil, os movimentos de esquerda, os partidos deviam mesmo se atentar que a questão do cárcere está intimamente ligada à questão da justiça social, à questão da desigualdade racial, à questão do racismo. Acho que as pessoas têm que se tocar. Acho que a luta contra o cárcere, contra a política de drogas atual no Brasil, deveria ser uma luta da sociedade inteira. (Regina)

Ela segue afirmando que se entende mais comunitarista do que comunista, reverenciando experiências que existiram em sociedades tradicionais africanas. Ela conta que, por exemplo, no Benin,

há uma comunidade ribeirinha que eles têm um barco só. A comunidade toda usa o barco para tudo, para transporte, para comércio, para fazer compra. Não tem dono, eles fazem uso de acordo com a necessidade e nunca deu uma confusão. Lá não têm cerca, não tem muro entre uma casa e outra.

RAILDA, por sua vez, se considera uma pessoa de esquerda, ressaltando que por vezes as contradições que as pautas antipunitivistas escancaram para o campo institucionalizado, especialmente. Ela relembra que durante os governos federais do Partido dos Trabalhadores, o encarceramento alcançou índices inéditos, e as políticas de contenção desse cenário foram inefetivas para alcançar as esferas estaduais, usualmente as maiores responsáveis pela atuação das agências de controle estatal.

Dos pontos levantados, é possível notar que a agenda dos movimentos de mães contra a violência estatal, especialmente, a das familiares de pessoas presas, representa um grande desafio de convencimento e articulação com demais setores da sociedade civil, de movimentos sociais, partidos políticos e demais entidades. Da mesma forma, as reflexões sobre racismo, feminismo e a própria militância também aquecem o dia a dia do movimento. Se internamente há uma tarefa central de politização e coletivização da dor, para fora parece que a jornada consiste mais em provar a legitimidade de suas dores, a inadmissibilidade desse regime que onera e antecipa o luto para tantas mulheres.

5.4.4. Significados, conquistas e sonhos

Das narrativas do cotidiano da AMPARAR, é possível sublinhar alguns de seus significados para RAILDA, MIRIAM e REGINA. A organização coletiva transformou a vida dessas mulheres em diferentes sentidos, mas todos eles apontando para mudanças que ultrapassam suas próprias histórias. O acolhimento, a escuta livre de julgamentos, a construção de vínculos de irmandade, a descoberta de suas próprias forças, a multiplicação dessas forças junto às outras mulheres, os conhecimentos partilhados e construídos, o enfrentamento ao racismo, os momentos de diversão e descontração, a elaboração de questões subjetivas e de propostas para novos paradigmas de segurança pública. Seria impossível exaurir os frutos gerados da articulação dessas mulheres.

As familiares entrevistadas que participam da AMPARAR falaram sobre como a presença no movimento impactou suas vidas. TERESA contou como os aprendizados tecidos

no grupo de familiares a ensinou a não se intimidar. Ostentando uma camiseta do movimento, ela se coloca em seu território de modo altivo, segura de que não está só:

Eu fico aqui até tarde na rua. Tem dois policiais que ficam me olhando muito feio. O que eu faço? Às vezes eu saio com a blusa da AMPARAR, com meu conhecimento da AMPARAR. Também não sou leiga, tenho conhecimento de umas certas coisas e eu vou em cima, porque eu tenho conhecimento dos meus direitos. E tem duas policiais que elas ficam me encarando, quando estou no corredor. Mas falei, não vou me intimidar com elas, porque é isso que eles querem, que a gente tenha medo, que a gente se intimide (Teresa).

Esse *conhecimento da AMPARAR*, como mencionou TERESA, é bastante valorizado pelas mulheres, para quem as pessoas do grupo “ajudam a conhecer outras pessoas, a desabafar, a conversar, conhecer os meus direitos, quais os direitos deles. A AMPARAR ajuda muito a você lutar pelo direito que seu preso tem e o direito que você também tem”, afirma ÂNGELA. Nesse mesmo sentido, MARGARIDA conta que quando seu filho adoeceu em uma unidade prisional, o movimento a apoiou com ligações e sugestões sobre o que fazer, ressaltando quais eram os direitos envolvidos. Por se colocar como integrante da AMPARAR, ela percebeu que a própria diretoria da unidade a tratava melhor:

Porque sempre tinha alguém acima que eles viam que eu tinha conhecimento. Eu ligava, eu falava, porque tinha alguém que estava me auxiliando. Tinha alguém que estava ali, que sabia que eu tinha aquele direito, que meu filho tinha aquele direito. Não podia deixar meu filho morrer daquele jeito lá, então tomaram a providência (Margarida).

Esse encontro de mulheres no movimento constrói um espaço em que algo muito diferente e precioso acontece – a escuta sem preconceitos sobre a situação das familiares. “É tão bom você falar com quem não tem preconceito. É tão bom você falar, a pessoa vê um outro lado da vida. Olhar o próximo, ter amor ao próximo, empatia”, afirma KATIA. Em um contexto que suas famílias consanguíneas por vezes não as apoiam nas jornadas de visita, a AMPARAR se torna uma outra família, ou como disse LETÍCIA, *uma mãe*:

É uma mãe, igual as meninas falam. E é verdade. Ela acolhe as meninas. O dia que a moça estava falando da situação que aconteceu com ela, as meninas deram um amparo para ela, foi sensacional. Sem briga, sem nada, simplesmente com os direitos e deveres pela lei (Letícia).

PAOLA compartilha dessa visão, afirmando que encontrou sua segunda família:

Eu me sinto em casa. É a segunda família, cara. Eu dou muita risada. Amo todos, a gente mais ri do que tudo. E assim, está todo mundo no mesmo barco, ninguém solta a mão de ninguém. Se eu não puder te ajudar naquele momento, eu vou correr atrás para saber como que faz para te ajudar – é uma pela outra. Quando uma não sabe, sempre uma socorre a outra, uma pede ajuda para outra. (Paola)

Boa parte das familiares passa a conhecer a organização por indicação de outras mulheres, seja via redes sociais, seja pela inserção que RAILDA e MIRIAM têm em seus territórios. Geralmente elas chegam com uma demanda bastante específica, e ao serem amparadas, permanecem no grupo, frequentando as rodas de conversa, participando de grupos em redes sociais, aparecendo na sede ou em Sapopemba para um café, entre outras formas de manter a conexão. Essa inserção foi sintetizada por RAFAELA: “a AMPARAR faz parte da minha vida, eu faço parte da vida da AMPARAR.”.

RAILDA e MIRIAM destacam algumas conquistas para o movimento. Para RAILDA, a chegada de *jovens*, como chama alguns universitários que apoiam o movimento, animou as atividades e revigorou a energia das familiares. Ela fala como essa inserção afinou pontes da AMPARAR com as universidades, trazendo a universidade para a organização, e também levando o movimento para esses espaços. Os *jovens* são de variadas áreas, como Letras, Serviço Social, Antropologia, Direito, Administração Pública, entre outros cursos, e colaboram com o movimento a partir de seus acúmulos – acionando redes de atendimento, verificando andamentos processuais, pensando novas metodologias de participação em reuniões, propondo novas atividades, como o sarau, fazendo acolhimento das situações e sugerindo encaminhamentos.

Quando chegam os jovens, o tratamento que eles dão para a família... A paciência que tem de escutar a família, porque a Amparar é esse espaço de escuta mesmo, tem que se escutar essas famílias, essas violências que elas sofrem. A paciência de escutar, de conversar, de dar direcionamento para as famílias. Isso foi um grande avanço. Foi uma grande conquista. E o respeito também que teve estabelecido. Tenho muito orgulho disso (Railda).

Outra conquista apontada por RAILDA se refere à realização do I Seminário Internacional da AMPARAR. Ocupar o Salão Nobre da Faculdade de Direito da USP com familiares de pessoas presas de todo o país foi um momento de muito orgulho:

Nossa, até hoje quando eu lembro, penso, nossa, a gente conseguiu, né? Coisa inédita conseguir fazer um seminário com todo mundo ali, com toda aquela articulação, com todo stress, teve as picuinhas tudo, mas saiu o seminário. O importante foi isso, todo mundo ficou contente, as famílias, né? E o mais importante foi ter trazido as famílias para dentro daquele espaço. A gente conseguiu levar as famílias. O tempo todo, todo mundo sendo solidário com as famílias e isso é legal. Eu amo os jovens e falo com a Miriam: se fosse nossos filhos, essas crianças estavam lascadas. Eles dão um ânimo. (Railda)

Em meio a cotidianos repletos de violência e trabalho, MIRIAM lembra como poder se divertir junto às familiares é sempre uma grande conquista. A capacidade de sorrir e se divertir a despeito de todas as histórias contadas é uma ferramenta importante de resistência,

na medida em que concretiza a celebração da vida que tanto buscam preservar. Ela narra uma memória sobre dois episódios em que isso aconteceu de modo mais emblemático:

Olha, teve um piquenique, uma ação tão linda. Foi lá no parque Celso Daniel, de Santo André. A gente pegou um grupo de mulheres e levamos para fazer um piquenique. Alugamos um ônibus e levamos elas, fizemos uma cestinha, toalhinha xadrez. Elas brincaram tanto, elas subiram em árvore, gente, brincaram em escorregador, deitaram na grama e rolavam na grama. Foi a coisa mais linda que eu já vi. Também no Sesc de Itaquera. Nossa, como elas se divertiram em piscina, gente. Elas rolavam dentro da piscina. E elas me veem e elas lembram dessa atividade. Elas falam, "Quando vai ter outra atividade daquela para gente passear? Fazer piquenique, que delícia, naquele parque". E olha que é coisa de muitos anos atrás e foi muito bonito mesmo. Levar em um sítio, em uma terça-feira você levar elas para um sítio. Olha, bonitona, hoje é terça-feira e você está aqui pomposa na beira da piscina, todo mundo te servindo e você só esperando. Nossa elas ficam muito animadas de serem cuidadas, é muito gostoso (Miriam).

Junto às conquistas, há sonhos e planos para o futuro. RAILDA deseja terminar a Faculdade de Pedagogia e obter o almejado certificado de universitária, porque lá atrás não teve a oportunidade de concluir o ensino superior. “Hoje eu vejo a necessidade de ter uma formação, sabe? Cobro muito de mim. Eu e a Miriam a gente brinca muito, uma dá muita força para outra. E a gente está conquistando nossos espaços. O que a gente não conseguiu lá atrás, a gente está conquistando”, relata sobre a conclusão do seu curso e a entrada de MIRIAM no mestrado em Políticas Públicas.

A imaginação sobre o futuro da AMPARAR não poderia ser melhor sintetizada:

Meu sonho para a Amparar é muito grande. Ter muitas famílias que se conscientizem. Eu sei que não vou ver isso, eu sei que vocês podem ver, os filhos de vocês vão ver isso, que o mundo seja um mundo sem cárcere. As pessoas precisam se colocar no lugar do outro também, porque isso faz parte, a gente só muda quando a gente se coloca no lugar do outro. Então, a Amparar, penso nela muito grande, sabe? Muitas famílias, muitos jovens ali... Meu sonho para Amparar é o dia que todo mundo falar assim, vamos quebrar todas essas porcarias. Aí vou morrer feliz. Mas é sério, sabe, vamos fazer nossa revolução. E assim, se eu estiver viva, estou junto na linha de frente. Porque a gente passou por tudo isso, a gente sabe o que é isso, a gente sofreu tudo isso. A gente sofreu várias violências para chegar até aqui. Mas um dia vai acabar tudo isso (Railda).

É com esse espírito que o protagonismo de familiares de pessoas presas foi captado pela pesquisa: em meio a muitas violências, injustiças, discriminações, ilegalidades, racismo, machismo, exploração econômica, e tantos outros vetores que teimam em diminuir a potência dessas mulheres, elas se insurgem das mais criativas e variadas formas para exercer aquilo que lhes pertence – sua condição humana de existir e inventar seus próprios caminhos, trilhando ao mesmo tempo rumos para um novo mundo.

CONCLUSÃO

Os achados da pesquisa empírica, alinhavados com o aporte teórico interdisciplinar que caracteriza os estudos criminológicos permitiu acessar alguns dos principais significados acerca do protagonismo das mulheres familiares de pessoas presas. Mobilizar as sínteses da criminologia crítica se mostrou em feixe de análise muito pertinente à compreensão do fenômeno, sobretudo no que se refere à seletividade penal. Esse conceito tem a aptidão de demonstrar os vetores que operam para a situação de aprisionamento, afastando a perspectiva de privatização de conflitos sociais, que recaem na frequente culpabilização das que deveriam tê-los educado – as mulheres, sejam as mães ou as companheiras, e que ousam continuar apoiando-os, lutando por suas vidas. *Ser familiar de pessoa presa é demonstrar que há vida fora da prisão o aguardando, que há quem deseje vê-lo em uma situação melhor, que acredite na superação dessa experiência. É dizer que sua vida ainda é celebrada e cuidada.*

Ainda sobre as contribuições dos estudos prisionais, as pesquisas que vislumbram a conexão do perímetro prisional com a sociedade, observando o que passa por suas porosidades e o que é retido nas fronteiras constitui um contexto fértil de análise do papel desempenhado pelas familiares. As prisões, embora sejam espaços com dinâmicas muito próprias, não estão apartadas da sociedade, mas sim inseridas em seu funcionamento, alterando e sendo alteradas pelas estruturas e espaços onde se localizam. Nesse sentido, a compreensão do tecido social nos marcos do capitalismo, do patriarcado e do racismo impele a perceber como esses vetores se consubstanciam também na edificação do aparato punitivo. As relações sociais de poder estão fora, e também dentro desses espaços.

Com base nessas primeiras reflexões, passou-se a analisar o fenômeno estudado em três esferas: a violência institucional, a dimensão econômica e as formas de enfrentamento às opressões. A primeira constatação no campo da violência institucional remete à ideia de um labirinto, devido às incertezas e instabilidades dos caminhos indicados institucionalmente para a realização das visitas. Essa desestabilidade, fundada na discricionariedade injustificada e abusiva dos burocratas de nível de rua consolida inúmeras e imprevisíveis situações de violações de direitos fundamentais das visitantes e de seus familiares presos.

A partir da justificativa da manutenção da segurança dentro das cadeias, arbitrariedades e violências são frequentemente cometidas, por meio das ilegais revistas

vexatórias e de suas práticas que se atualizam mesmo com a presença dos scanners corporais. Embora a revista vexatória em seus termos tenha tido uma redução nas entradas das prisões, a premissa que a fundamentem segue em vigor – as mulheres visitantes são vistas como uma ameaça à segurança interna das prisões pelo simples fato de se relacionarem com uma pessoa presa – segue atuando e violentando corpos específicos, a despeito da tecnologia disponível, conforme os relatos das entrevistadas sinalizaram. A entrega do jumbo e da comida também não sai ilesa, sendo necessário enfrentar constantes alterações dos itens que são permitidos adentrar, valendo-se de critérios por vezes indecifráveis. Todo esse cenário é resultado, sobretudo, do acúmulo de funções e de poder aos agentes de segurança penitenciária e diretores de unidades prisionais, que se valem da variação frequente das regras para, por vezes, perpetrar ações de punição das visitantes. Toda essa vivência impacta drasticamente a saúde das familiares, que passam por jornadas exaustivas associadas a inúmeras violências, provocando processos de adoecimentos. *Ser familiar de pessoa presa é enfrentar o labirinto institucional e suas múltiplas violências, e mesmo assim encontrar momentos de solidariedade, enfrentamentos e subversão.*

Na esfera da dimensão econômica das atividades desempenhadas pelas familiares, as contribuições da teoria da reprodução social se mostraram potentes no sentido de traduzir como o Estado se vale do trabalho de milhares de mulheres para se isentar de suas responsabilidades legais, como garantir a sobrevivência e a dignidade dentro das prisões brasileiras. A teoria da reprodução social elucida como desde a geração da vida, passando pelos imensuráveis cuidados ao seu desenvolvimento, chegando até a fase mais terminal as mulheres têm sido os motores da sobrevivência humana na medida em que protagonizam um trabalho contínuo e complexo de promover a subsistência do outro, por meio de um vasto circuito de reprodução social, isto é, de manutenção da vida. Na prisão, não é diferente: há que comprar alimentos, água, itens de higiene, de vestimenta, roupa de cama, remédios, bem como levar comida preparada que será consumida ao longo da semana, complementando a oferecida pela prisão entre outros, disponibilizar tudo embalado conforme exigido pela administração prisional, cruzar a cidade ou o estado até encontrar o familiar. *Ser familiar de pessoa presa é estar inserida no circuito da reprodução social da vida, que transcende o ambiente doméstico e perpassa diversos ambientes nas cidades, inclusive as prisões, para garantir a sobrevivência.*

Quando questionadas por que visitam e o que isso significa para você, muitas afirmaram ser movidas pelo amor, concebido pela pesquisadora mais como uma ética do

amor, no sentido de combinar a afetividade com o compromisso com o outro, com o sacrifício, e também com outros fatores que motivam seus atos, mas que por vezes são mais difíceis de serem nomeados. Foi possível notar que o amor se constitui enquanto uma racionalidade de companheirismo, mesmo em situações que exigem mais esforços e sacrifícios. *Ser familiar de pessoa presa é não renunciar ao amor, subvertendo a desumanização imposta pelo encarceramento. É também apoiar e preservar a memória, celebrar a vida, evitar o abandono e anunciar a esperança.*

Junto ao que as move, há o que elas movimentam com suas ações. Ao buscar garantir a sobrevivência de suas parentes presos, elas fazem a economia prisional girar, abastecendo esse ambiente com os itens básicos para a subsistência, arcando com gastos que são de atribuição do poder público. *Se amar é cuidar, cuidar é trabalho.* Essas faces de uma mesma moeda as ações constituem uma grande chave para a compreensão da dinâmica de gênero, raça e classe que organiza a atuação das familiares de pessoas presas. Todos os trabalhos necessários para o contato com a pessoa presa e a manutenção de sua vida gera uma sobrecarga imensa para as mulheres, que têm em seus ombros depositados de modo exclusivo a árdua tarefa de se responsabilizar pela vida da pessoa presa. *Ser familiar de pessoa presa é ser uma mulher guerreira, mas que ao seu lado não encontra a recíproca, ao contrário – lida com a figura masculina que abandona.*

Mais do que a pessoa presa que recebe os insumos para sua sobrevivência, quem se beneficia de toda a jornada dessas familiares é o próprio Estado, que se vale do trabalho reprodutivo das mulheres para se eximir de suas responsabilidades legais, e gerir as cadeias de modo menos custoso possível para seus cofres. Com a estimativa realizada sobre a quantidade de dinheiro que elas movimentam com o abastecimento, fica claro que o que está previsto no orçamento da pasta para a subsistência dentro das prisões não corresponde ao que chega na ponta para os presos e presas. *Ser familiar de pessoa presa é ser onerada pelo Estado ao cumprir as lacunas materiais, sofrendo uma verdadeira violência patrimonial institucional.* Essas mulheres, que usualmente são pobres, se veem em situações de ter de se privar de compras básicas para si ou mesmo deixar de pagar contas como água e luz para conseguir enviar materiais como sabonete, pasta de dente, xampu, papel higiênico, entre outros para seus entes aprisionados. A ética do amor é de fato muito interessante para desestabilizar valores capitalistas e preservar a humanidade atrás das grades, no entanto, historicamente tem sido mobilizada enquanto um atributo exclusivo das mulheres,

convertendo sentimentos no trabalho de milhares de mulheres a fim de enxugar ao máximo os gastos estatais com as pessoas presas.

Em meio a tantas violências, há também muita insurreição. A relação dialética entre opressão e ativismo enseja reconhecer essas mulheres enquanto sujeitos históricos, que detêm suas subjetividades inscritas nas teias das relações sociais de poder. Elas produzem conhecimento sobre suas vivências, constroem alianças, pensam em estratégias, e utilizam vários recursos de enfrentamento às violências. Inseridas na tradição de mulheres negras brasileiras que resistiram cada uma aos desafios de sua época, elas metabolizam a experiência violenta em insurgência muitas vezes por meio da fala e da escuta. *Ser familiar de pessoa presa é politizar suas dores, desvendando as origens sociais de emoções como raiva, revolta e tristeza.* Esse processo constitui uma das principais formas de amparo e de metabolização do luto em luta. Nos seus itinerários impulsionados pelas demandas do aprisionamento, as mulheres se encontram, se conhecem, trocam experiências, adquirem conhecimentos e tecem uma sabedoria coletiva acerca da sobrevivência, sem perder espaço para momentos de risadas, de diversão e de descontração.

Esse processo alcança outros patamares na organização com as outras em torno de um projeto de transformação social, como o que acontece nos movimentos sociais contra a violência de Estado. Notadamente marcado pela presença de mães, as mulheres mobilizam a maternidade enquanto um recurso de potência para a credibilidade de suas reivindicações. Ao mesmo tempo, expandem a noção materna, concebendo todos como seus filhos, em direção a práticas de coletivização da maternidade. *Ser familiar de pessoa presa é ser mãe, e com isso ora enfrentar a pressão que socialmente isso lhes impõe, ora se valer desse recurso para ser escutada e ter suas demandas consideradas.* As mães de familiares se identificam mais como leões e menos como Virgem Maria, indicando força e coragem para superar os desafios.

Um dos principais movimentos sociais de familiares de pessoas presas no Brasil, a AMPARAR, desempenha um papel de reunir e articular mulheres em situações similares, catalisando o processo de politização. RAILDA, MIRIAM e REGINA são inspirações, com suas histórias, práticas e conhecimentos que contagiam todas ao seu redor. *Ser familiar de pessoa presa é ser acolhida e convidada para o ativismo, descobrindo suas potências e encontrando em espaços como a AMPARAR uma família que ouve suas demandas, pensa encaminhamentos e acompanha o trajeto lado a lado.* É construir vínculos verdadeiros,

ainda que eventualmente conflituosos, que focam na escuta e compreensão, deixando de lado as culpabilizações que por vezes os parentes consanguíneos imprimem.

Ser familiar de pessoa presa é ser muito mais do que é possível constar em um texto acadêmico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDER, Michelle. *A nova segregação: racismo e encarceramento em massa*. Tradução Pedro Davoglio. São Paulo: Boitempo, 2017.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ALONSO, Angela. Métodos qualitativos de pesquisa: uma introdução. In: ABDAL, Alexandre; OLIVEIRA, Maria Carolina Vasconcelos; GHEZZI, Daniela Ribas; SANTOS JÚNIOR, Jaime (org.). *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo*. São Paulo: CEBRAP, 2016.
- ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Em busca da latinidade criminológica: da recepção da criminologia crítica em América Latina à construção da(s) criminologia(s) crítica(s) latino-americana(s) e brasileira(s). In: ZILIO, Jacson Luiz; BOZZA, Fábio da Silva. (org.). *ESTUDOS críticos sobre o sistema penal*. Curitiba: LedZe, 2012. p. 129-170.
- ANITUA, Gabriel Ignacio. *Histórias dos pensamentos criminológicos*. Tradução Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2008.
- ARAÚJO, Fábio Alves. *Do luto à luta: a experiência das Mães de Acari*. 2007. 168 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- ARRAES, Jarrid. *Heroínas negras brasileiras: em 15 cordéis*. São Paulo: Pólen, 2017.
- ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. Tradução de Camila Massaro de Goés. *Revista Outubro*, n. 23, 1º semestre de 2015. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/06/2015_1_04_Cinzia-Arruza.pdf. Acesso em: 14 jan. 2021.
- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.
- BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Tradução Waltensir Dutra. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BANDEIRA, Lourdes; BATISTA, Analía Soria. Preconceito e discriminação como expressões de violência. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 119-141, jan. 2002.
- BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal*. 6. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011.
- BARREIRAS, Mariana Barros. Controle Social Informal x Controle Social Formal. In: SÁ, Alvinio Augusto de; SHECAIRA, Sérgio Salomão (org.). *Criminologia e os problemas da atualidade*. São Paulo: Atlas, 2008.

- BATISTA, Vera Malaguti. Adesão subjetiva à barbárie. In: BATISTA, Vera Malaguti (org.). *Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal*. Rio de Janeiro: Revan, 2012. p. 307-318.
- BATISTA, Vera Malaguti. *Introdução crítica à criminologia brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011.
- BERGALLI, Roberto. *O pensamento criminológico I: uma análise crítica*. Tradução Roberta Duboc Pedrinha, Sergio Chastinet Duarte Guimarães. Rio de Janeiro: Revan, 2015.
- BHATTACHARYA, Tithi. Explicando a violência de gênero no Neoliberalismo. Tradução Laura Viríssimo. *Marx e o Marxismo*. v. 7, n. 12, p. 14-37, jan./jun. 2019.
- BHATTACHARYA, Tithi. Introduction: mapping social reproduction theory. In: BHATTACHARYA, Tithi (org.). *Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentering Oppression*. London: Pluto Press, 2017. p. 1-20.
- BHATTACHARYA, Tithi. O que é a teoria da reprodução social? Tradução de Maíra Mee Silva. *Revista Outubro*, n. 32, 1º semestre de 2019. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2019/09/04_Bhattacharya.pdf. Acesso em: 14 jan. 2021.
- BIONDI, Karina. A vida em estado de campo: apontamentos sobre pesquisa de um objeto nebuloso. *Trabalho apresentado na 27ª Reunião Brasileira de Antropologia*, realizada entre os dias 01 e 04 de agosto de 2010, Belém, Pará, Brasil.
- BIONDI, Karina. *Junto e misturado: uma etnografia do PCC*. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.
- BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias*. INFOPEN Mulheres – 2018.
- BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. *INFOPEN*, junho de 2019. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiaMTVjZDQyODUtN2FjMi00ZjFkLTlhZmItNzQ4YzYwNGMxZjQzIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>. Acesso em: 16 mar. 2020.
- BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias de Dezembro de 2014*.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Violência intrafamiliar: orientação para prática em serviço, 2002, p. 21-22. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_19.pdf. Acesso em: 4 dez. 2020.
- CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: *Racismos Contemporâneos*, Rio de Janeiro: Takano Editores, 2003.

- CERNEKA, Heidi Ann; DRIGO, Sônia Regina Arrojo e; LIMA, Raquel da Cruz. Luta por direitos: a longa mobilização pelo fim da revista vexatória no Brasil. *Boletim IBCCRIM*, São Paulo, v. 22, n. 261, p. 10-12, agosto 2014.
- CLEMMER, Donald. *The Prison Community*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1940.
- COLLIN, Françoise; LABORIE, Françoise. Maternidade. In: HIRATA, Helena *et al.* (org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 133-138.
- COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Tradução Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.
- COMBAHEE RIVER COLLECTIVE. The Combahee River Collective Statement. Boston, 1977. In: MORRIS, Catherine; HOCKLEY, Rujeko. *We wanted a revolution: Black radical women, 1965-1985. A sourcebook*. New York: Brooklyn Museum, p. 176-183, 2017.
- COMFORT, Megan. “A casa do papai”: a prisão como satélite doméstico e social. *Discursos Sediciosos - crime, direito e sociedade*, v. 8, n. 13. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia, 2004.
- COMFORT, Megan. *Doing Time Together: Love and Family in the Shadow of the Prison*. Chicago: Chicago Press, 2008.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.
- CRESWELL, John W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Tradução Luciana de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- CUNHA, Manuela Ivone da. *Entre o bairro e a prisão: tráfico e trajetórias*. Lisboa: Fim do Século, 2002.
- CUNHA, Manuela Ivone. Etnografias da prisão: novas direções. *Revista de Sociologia Configurações*, v. 13, 2014, p. 47-68. Disponível em: <https://journals.openedition.org/configuracoes/2389#quotation>. Acesso em: 13 out. 2020.
- DAVIS, Angela. *Estarão as prisões obsoletas?* Tradução Marina Vargas. 2. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2018.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DE CASTRO, Lola Aniyar. *Criminologia da libertação*. Tradução Sylvia Moretzsohn. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- DE GIORGI, Alessandro. *A miséria governada através do sistema penal*. Tradução Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

- DEL OLMO, Rosa. *A América Latina e sua criminologia*. Rio de Janeiro: Revan, 2004.
- DINIZ, Bruna Rachel de Paula. *A revista íntima e as visitantes de estabelecimentos prisionais: uma análise à luz dos princípios constitucionais penais, da criminologia e dos estudos de gênero*. Belo Horizonte: D'Plácido, 2019.
- DINIZ, Bruna. As visitantes de prisões e os efeitos sociais do cárcere: revisão bibliográfica e novos desafios para a produção futura. In: GOMES, Mariângela Gama de Magalhães; FALAVIGNO, Chiavelli Facenda; MATA, Jéssica da. (org.). *Questões de gênero: uma abordagem sob a ótica das ciências criminais*. Belo Horizonte: D'Plácido, 2018. p. 121-146.
- DUARTE, Thais Lemos. Encontros no cárcere “ontem” e “hoje”: histórico da visitação ao sistema prisional do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, v. 134, 2017, p. 437-477.
- DUARTE, Thais Lemos. Sentimentos no cárcere: análise das narrativas de mulheres de presos sobre o amor. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 12, n. 34, p. 191-218, abr. 2013.
- DUARTE, Thais Lemos; FRAGA, Alexandre Barbosa. A influência de códigos extralegais do sistema penitenciário do Rio de Janeiro sobre os familiares de presos. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. v. 95, mar./abr. 2012, p. 303-324.
- FAVRET-SAADA, Jeanne. “Ser afetado”. *Revista Cadernos de Campo*, n. 13, p. 155-161, 2005.
- FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.
- FELTRAN, Gabriel. *Irmãos: uma história do PCC*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- FERGUSON, S. Feminismos interseccional e da reprodução social: rumo a uma ontologia integrativa. Tradução Murillo van der Laan. *Cadernos Cemarx*, Campinas, SP, n. 10, 2018. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/10919>. Acesso em: 14 jan. 2021.
- FERNANDES, Florestan. *Significado do protesto negro*. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2017.
- FERRECCIO, Vanina. El outro encarcelamiento feminino: la experiencia carcelaria de las mujeres familiares de detenidos. *Revista Crítica Penal y Poder*. Observatorio del Sistema Penal y los Derechos Humanos (OSPDH), Universidad de Barcelona, n. 15, octubre, 2018.
- FLAUZINA, Ana Luiza P. As fronteiras raciais do genocídio. *Revista Direito UnB*, v. 1, n. 1, p. 119-138, jan./jun. 2014.

- FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. *Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do estado brasileiro*. 2006. 145 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução Raquel Ramallete. 39. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- GARCIA, Carla Cristina. *Breve história do feminismo*. São Paulo: Claridade, 2011.
- GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- GODÓI, Rafael. *Fluxos em cadeia: a prisão na virada dos tempos*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões, conventos*. Tradução Dante Moreira Leite. 8 ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- GOHN, Maria da Glória. *Novas teorias dos movimentos sociais*. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, n. 92/93 (jan/jul), 1988.
- GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (org.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 51.
- HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias qualitativas na sociologia*. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- HIRATA, Helena. Teorias e práticas do *care*: estado sucinto da arte, dados de pesquisa e pontos em debate. In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (org.). *Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres*. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2010. p. 42-56.
- HOOKS, bell. *Tudo sobre o amor: novas perspectivas*. Tradução Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2021.
- IBCCRIM. INSTITUTO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS CRIMINAIS. Editorial - Revista vexatória: o estupro institucionalizado. *Boletim IBCCRIM*, São Paulo, v. 23, n. 267, p. 1, fev. 2015.
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Atlas da violência 2020*. Brasília: Rio de Janeiro: São

Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020.

ITTC – INSTITUTO TERRA, TRABALHO E CIDADANIA. *Mulheresemprisão*: desafios e potencialidades para reduzir a prisão provisória de mulheres. ITTC: São Paulo, 2017. Disponível em: http://ittc.org.br/wp-content/uploads/2017/03/relatorio_final_online.pdf. Acesso em: 10 dez. 2020.

JONES, Cláudia. Um fim à negligência em relação aos problemas da mulher negra! (1949). *In: Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 530, set./dez. 2017.

JOSINO, Josmar. *Casadas com o crime*. São Paulo: Letras do Brasil, 2008.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. *In: HIRATA, Helena et al. (org.). Dicionário crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

KERGOAT, Danièle. O cuidado e a imbricação das relações sociais. *In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (org.). Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. Tradução Carol de Paula. São Paulo: Boitempo, 2016.

KOLONTAI, Alexandra. *A nova mulher e a moral sexual*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

KONRAD, Diorge Alceno. Ampliando a concepção, a pesquisa e o ensino sobre a história dos movimentos sociais e políticos no Brasil. *In: QUEVEDO, Júlio; IOKOI, Zilda Márcia (org.). Movimentos sociais na América Latina: desafios teóricos em tempos de globalização*. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2007. p. 97-116.

LAGO, Natália Bouças do. *Jornadas de visita e de luta: tensões, relações e movimentos de familiares nos arredores da prisão*. 2019. 248 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

LAGO, Natália Bouças do. Mulher de preso nunca está sozinha: gênero e violência nas visitas à prisão. *ARACÊ – Direitos humanos em Revista*, ano 4, n. 5, 2017, p. 35-53.

LIMA, Jacqueline Stefanny Ferraz de. *Mulher fiel: as famílias das mulheres dos presos relacionados ao Primeiro Comando da Capital*. 2013. 164 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

LIMA, Raquel da Cruz; MORRIS, Jessica Carvalho. Pelo fim completo e imediato da revista vexatória no Brasil. *Boletim Rede Justiça Criminal*, ed. 9, 2016. Disponível em: https://redejusticacriminal.org/wp-content/uploads/2018/05/2016_09-Boletim_RJC_n%C2%BA9.pdf. Acesso em: 11 dez. 2020.

LIPSKY, Michael. *Burocracia de nível de rua: dilemas do indivíduo nos serviços públicos*. Tradução Arthur Eduardo Moura da Cunha. Brasília: Enap, 2019.

- LORDE, Audre. *Irmã outsider*. Tradução Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- MACHADO, Maíra R. Pesquisa empírica em direito: os limites dos métodos e o ganho dos debates públicos. In: BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria de Assuntos Legislativos. *O papel da pesquisa política legislativa: metodologia e relato de experiências do Projeto Pensando o Direito*. Brasília: Ministério da Justiça, 2013.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-156, jul./dez. 2009.
- MAGRI, Giordano; MELLO, Claudio Aliberti de C.; HADDAD, Mariana S.; LOTTA, Gabriela. *Nota técnica – A pandemia de covid-19 e os familiares de presos no estado de São Paulo*. Fundação Getúlio Vargas, Núcleo de Estudos da Burocracia (NEB), julho de 2020. Disponível em: <https://neburocracia.files.wordpress.com/2020/07/rel04-familiares-presos-covid-19-depoimentos-v3.pdf>. Acesso em: 24 out. 2020.
- MALLART, Fabio. O arquipélago. *Tempo Social*, v. 31, n. 3, p. 59-79, 18 dez. 2019.
- MARTINS, Thaís Pereira; DIAS, Camila Caldeira Nunes. A atuação do agente penitenciário como burocrata de nível de rua: para além da discricionariedade. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, v. 8, n. 1, 2018 p. 550-572.
- MATTAR, Laura D.; DINIZ, Carmen S. G. Hierarquias reprodutivas: maternidade e desigualdades no exercício de direitos humanos pelas mulheres. *Interface – Comunic., Saude, Educ.*, v. 16, n. 40, p. 107-119, jan./mar. 2012.
- MCNALLY, David. Intersections and dialectics: critical reconstructions in social reproduction theory. In: BHATTACHARYA, Tithi (org.). *Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentring Oppression*. London: Pluto Press, 2017. p. 94-111.
- MELLO, Celso Antônio Bandeira. *Curso de Direito Administrativo*. 29. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.
- MELO, Hildete Pereira de; CONSIDERA, Claudio Monteiro; SABATTO, Alberto Di. Os afazeres domésticos contam. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 16, n. 3 (31), p. 435-454, dez. 2007.
- MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Perspectivas, 2019.
- NAPLES, Nancy. Activist mothering: cross-generational continuity in the community work of women from low-income urban neighborhoods. *Gender and Society*, v. 6, n. 3, 1992, p. 441-463.
- NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectivas, 2016.

- NORONHA, Sophia Ricci. *Afetos, lutas e ação pública pelos direitos de presos: o caso da Associação Amparar*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, 2019.
- PASSETTI, Edson. A atualidade do abolicionismo penal. In: PASSETTI, Edson (org.). *Curso livre de abolicionismo penal*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2012.
- PASTORAL CARCERÁRIA. *Em defesa do desencarceramento de mulheres: pesquisa sobre o impacto concreto do indulto do dia das mães de 2017*. São Paulo: Pastoral Carcerária, 2018. Disponível em: http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2018/08/relatorio_indulto_dia_das_maes_2017.pdf. Acesso em: 22 abr. 2021.
- PASTORAL CARCERÁRIA. *Luta antiprisional no mundo contemporâneo: um estudo sobre experiências de redução da população carcerária em outras nações*. São Paulo: Pastoral Carcerária, 2018. Disponível em: https://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2018/09/relatorio_luta_antiprisional.pdf. Acesso em: 2 abr. 2020.
- PASTORAL CARCERÁRIA. *Tortura em tempos de encarceramento em massa*. ASAAC: São Paulo, 2016. Disponível em: <http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Relatorio-Tortura-2016.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2020.
- PAVARINI, Massimo. *Cárcere sem fábrica*. Tradução Juarez Cirino dos Santos e Aliana Cirino Simon. In: GIAMBERARDINO, André; ROIG, Rodrigo Duque Estrada; CARVALHO, Salo de (org.). *Cárcere sem fábrica: escritos em homenagem a Massimo Pavarini*. Rio de Janeiro: Revan, 2019.
- PEIRANO, Mariza. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014.
- PIRES, Álvaro P. Sobre algumas questões epistemológicas de uma metodologia geral para as ciências sociais. In: POUPART, Jean *et al.* *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Tradução Ana Cristina Arantes Nasser. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, Jean *et al.* *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Tradução Ana Cristina Arantes Nasser. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo. *Monografia jurídica: passo a passo*. São Paulo: Método, 2015.
- RICORDEAU, Gwénola. Between inside and outside: prison visiting rooms. *Politix*, n. 97, p. 101-123, 2012.

- RUAS, Rhaysa. Teoria da Reprodução Social: apontamentos para uma perspectiva unitária das relações sociais capitalistas. *Revista Direito e Práxis*, Ahead of print, Rio de Janeiro, 2020.
- RUAS, Rhaysa. *Unidade, diversidade, totalidade: a Teoria da Reprodução Social e seus contrastes*. 2019, 225 f. Dissertação (Mestrado em Teoria e Filosofia do Direito) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, v. 16, p. 115-136, 2001.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. In: *Série Estudos e Ensaios/Ciências Sociais-FLACSO: Brasil*, 2009.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. *Lutas Sociais*, São Paulo: Educ, 1997. p. 59-79.
- SANTOS, Juarez Cirino dos. *A Criminologia Radical*. 3. ed. Curitiba: ICPC, Lumen Juris, 2008.
- SCHERER-WARREN, Ilse. O caráter dos novos movimentos sociais. In: SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo J. *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 34-53.
- SGANZERLA, Rogerio Bastos; MOHALLEM, Michael Freitas; DA SILVA, Lucas Daniel Germano. Os obstáculos impostos às mulheres nas visitas aos presos como forma de injustiça de gênero no Tribunal do Distrito Federal. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, v. 146, p. 557-585, ago. 2018.
- SHECAIRA, Sérgio Salomão. *Criminologia*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.
- SHECAIRA, Sérgio Salomão; LEMOS, Clécio. 2020: uma chance abolicionista. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. vol. 179. Ano 29. p. 309-328. São Paulo: Ed. RT, maio 2021.
- SILVESTRE, Giane. *Dias de visita: uma sociologia da punição e das prisões*. São Paulo: Alameda, 2012.
- TELLES, Vera. Apresentação: deslocando referências, propondo novas questões. *Tempo Social*, v. 31, n. 3, p. 1-5, 18 dez. 2019.
- VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 37, p. 79-116, dez. 2011.

WACQUANT, L. The curious eclipse of prison ethnography in the age of mass incarceration. *Ethnography*, v. 3, n. 4, Dec. 2002.

ZAMBONI, O barraco das monas na cadeia dos coisas: notas etnográficas sobre a diversidade sexual e de gênero no sistema penitenciário. *ARACÊ – Direitos Humanos em Revista*, ano 4, n. 5, fev. 2017.

Apêndice A – Aprovação no Comitê de Ética da Faculdade de Direito da USP



Faculdade de Direito
Universidade de São Paulo

*ao Prof. Faria,
p/ opinar no âmbito
da Comissão de Ética
da Faculdade.*

Felf 17/07/19

OFÍCIO nº. /2019/FADUSP

Prof. Tit. Fernando Facury ^{São} Paulo, 17 de julho de 2019.
Presidente da CPG/FDUSP
Nº USP 1177420

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA FACULDADE DE DIREITO DA USP

Eu, Mariana Lins de Carli Silva, venho respeitosamente à presença de Vossa Excelência requerer parecer do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Direito da USP sobre o meu projeto de pesquisa de mestrado a seguir anexado.

Pesquisadora responsável: Mariana Lins de Carli Silva

Título do projeto: "Puxar cadeia junto": significados do protagonismo de mulheres familiares de pessoas presas

Área de Concentração: Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia

Orientador: Professor Titular Sérgio Salomão Shecaira

Sem mais, coloco-me à disposição para sanar quaisquer questões.

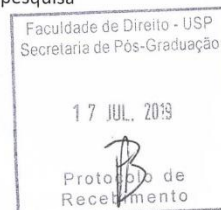
Respeitosamente,

mdocan

Sérgio Salomão Shecaira
Professor Titular do DPM

*Científica
discorde e, após, arguir.*

Mariana
Mariana Lins de Carli Silva
Responsável pela pesquisa



Apêndice B – Roteiros de entrevista semiestruturada

Roteiro para as entrevistas semiestruturadas – familiares

Considerações iniciais

- A informação que você trazer é absolutamente importante, e não existe resposta certa ou errada;
- O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi lido e os termos da anuência estão registrados na gravação de áudio.
- Agradeço sua colaboração para a pesquisa.

Informações gerais

Tempo estimado para o bloco: 10 minutos

1. Qual sua expectativa para nossa conversa?
2. Como era sua vida cotidiana antes de você visitar?
3. Quem você visita?
4. Você tem filhos? Quantos? Como é a relação com eles?
5. No dia a dia, quem cozinhava, lavava louça, cuidava da roupa, arrumava a casa antes da prisão?
6. Você é casada? Estava namorando?
7. Você trabalha?
8. Quantas pessoas vivem na casa?
9. Quem contribui para as despesas da casa?
10. Como você se identifica racialmente?

Contato com a prisão

Tempo estimado para o bloco: 10 minutos

11. Como você ficou sabendo da prisão?
12. Como soube o que precisava fazer para visitar?
13. Como foi a primeira visita?
14. O que mais chamou atenção?
15. No seu bairro, há outras pessoas que visitam pessoas presas?
16. A sua visão sobre a prisão mudou depois que seu familiar foi preso?

Pré-visita

Tempo estimado para o bloco: 10 minutos

17. Antes da pandemia, com qual frequência costuma visitar?
18. Como você se prepara antes da visita?
19. Você deixa de fazer algo para você para realizar as atividades para a visita?
20. Você vai sozinha ou acompanhada?
21. No seu trabalho, sabem que você visita?
22. E suas amigas, vizinhas?

23. Você leva jumbo? O que leva, geralmente?
24. Quanto, em média, você gastava por mês com a visita e o jumbo, antes da pandemia? E depois?

A visita

Tempo estimado para o bloco: 20 minutos

25. Por que você visita? O que isso significa para você?
26. Você acha que tem mais mulheres que visitam? O que você acha disso?
27. Na fila, como é a espera?
27.1. Você conversa com outras mulheres?
27.2. Você acha que as mulheres se ajudam nas filas, ficam mais cada uma na sua ou há muitos desentendimentos?
28. Como é a revista para entrar na unidade?
28.1. Passou por scanner corporal? Como foi?
28.2. Você já passou por revista vexatória? Como foi?
29. Como é a revista do jumbo e da comida?
30. Como é a relação com os agentes prisionais?
31. O que costumam fazer durante a visita?
32. A relação mudou após a prisão?
33. Já presenciou situações de violência contra familiares?
34. Já fez ou faz visita íntima?

Pós-visita

Tempo estimado para o bloco: 5 minutos

35. Como você se sente após a visita?
36. O que você faz quando chega em casa?
37. O que você acha que mudou com a prisão do(a) familiar na sua rotina? E o que não mudou?

Perguntas específicas para as familiares organizadas em movimentos sociais

Tempo estimado para o bloco: 5 minutos

38. Como você conheceu a organização?
39. Por que você resolveu participar da organização?
40. O que a organização significa para você?

- Há algum ponto que você queira falar que não foi mencionado?

Roteiro para as entrevistas semiestruturadas – ativistas

Considerações iniciais

- A informação que você trazer é absolutamente importante, e não existe resposta certa ou errada;
- O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi lido e os termos da anuência estão registrados na gravação de áudio.
- Agradeço sua colaboração para a pesquisa.

Informações gerais

Tempo estimado para o bloco: 15 minutos

1. Como era sua vida antes de você integrar/fundar a Amparar?
2. O que você faz para se divertir?

Contato com a prisão e início da mobilização

Tempo estimado para o bloco: 15 minutos

3. Como foi seu primeiro contato com a prisão?
4. A sua visão sobre a prisão mudou depois que seu familiar foi preso?
5. O que te levou a se organizar coletivamente em um movimento?
6. Você já tinha alguma experiência em outros movimentos sociais ou organizações?
7. Como foi o início? O que vocês faziam?
8. De que modo a Amparar modificou a sua vida no dia a dia?
9. Na sua visão, o que significa ser familiar de preso?
10. O que você acha de ter mais mulheres que visitam pessoas presas?

Atuação

Tempo estimado para o bloco: 25 minutos

11. Você pode contar um pouco mais sobre o cotidiano do movimento?
12. O que mudou com a pandemia?
13. O que a organização significa para você?
14. Você poderia contar um pouco sobre alguns momentos que foram mais marcantes na história da AMPARAR?
15. Quais são as bandeiras do movimento?
16. Você se considera feminista? E a AMPARAR, se considera uma organização feminista? Por quê?
17. Você se considera de esquerda? E a AMPARAR, se considera uma organização de esquerda? Por quê?
18. Qual o impacto do racismo para a luta das famílias?
19. O que significa abolir as prisões para você?
20. Quais as principais conquistas do movimento?
21. Quais os principais desafios?

Parcerias, articulações e perspectivas

Tempo estimado para o bloco: 15 minutos

22. Quem são os(as) principais parceiros(as) da AMPARAR?
23. Como você vê a relação do movimento com o Estado?
24. Como é a relação com partidos políticos?
25. Você acha que a luta das mães que perderam seus filhos pela violência policial tem ligação com a atuação das familiares de pessoas presas?
26. Quais são seus sonhos, em relação à sua vida pessoal?
27. E quais os sonhos relacionados à atuação coletiva?

- Há algum ponto que você queira falar que não foi mencionado?

Apêndice C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) - familiares

Nome da entrevistada:

RG ou CPF n°. _____ Data da entrevista: __/__/2020

Contato (telefone e/ou e-mail):

1. Instituição de Pesquisa e Pesquisadora: A pesquisa “*Puxar cadeia junto*”: *significados do protagonismo de mulheres familiares de pessoas presas* é realizada no âmbito da FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – FDUSP, pela mestranda em Criminologia MARIANA LINS DE CARLI SILVA. Contatos: e-mail - mariana.linscs@gmail.com/ telefone - (11) 99883-2893.

2. Método: Serão feitas entrevistas com as mulheres voluntárias usando um questionário. No entanto, a voluntária terá oportunidade de falar sobre questões não levantadas nas perguntas ou ainda aprofundar aspectos que achar importante.

3. Finalidade e uso da entrevista: A realização de entrevistas é meio essencial para compreender os significados do protagonismo de mulheres familiares de pessoas presas. O conteúdo será utilizado tão somente para fins acadêmicos: elaboração de dissertação e artigos acadêmicos.

4. Compromissos da pesquisadora:

- i) Ler o presente termo antes do início da entrevista, e fornecer **respostas a qualquer pergunta** ou esclarecimento de dúvidas quanto aos procedimentos, riscos, benefícios e outros assuntos relacionados com a pesquisa;
- (ii) Permitir a **retirada do consentimento** a qualquer tempo durante ou logo após a entrevista, se manifestar interesse nesse sentido;
- iii) **Garantir o sigilo** da identidade da entrevistada.

5. Autorização para gravação de imagem e voz

Diante do cenário de pandemia do covid-19, as entrevistas serão realizadas em formato virtual. Assim, solicito autorização para gravação de voz, recurso que será utilizado somente no âmbito desta pesquisa e de publicações acadêmicas. A entrevista será transcrita, material que será armazenado no formato de texto e utilizado para o desenvolvimento da pesquisa.

Por meio deste instrumento lido e gravado em áudio, asseguro que os dados coletados serão utilizados exclusivamente para fins acadêmicos, respeitando o sigilo da identidade da entrevistada.

Consentimento (gravado): Entendo que minha participação é voluntária, e que posso sair a qualquer momento do estudo, sem prejuízo algum. Confirmando que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a execução do trabalho de pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo no meio científico.

São Paulo, ____ de _____ de 2020.

Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) – ativistas

Nome da entrevistada:

RG ou CPF n°. _____ Data da entrevista: __/__/2020

Contato (telefone e/ou e-mail):

1. Instituição de Pesquisa e Pesquisadora: A pesquisa “*Puxar cadeia junto*”: *significados do protagonismo de mulheres familiares de pessoas presas* é realizada no âmbito da FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – FDUSP, pela mestranda em Criminologia MARIANA LINS DE CARLI SILVA. Contatos: e-mail - mariana.linscs@gmail.com/ telefone - (11) 99883-2893.

2. Método: Serão feitas entrevistas com as mulheres voluntárias usando um questionário. No entanto, a voluntária terá oportunidade de falar sobre questões não levantadas nas perguntas ou ainda aprofundar aspectos que achar importante.

3. Finalidade e uso da entrevista: A realização de entrevistas é meio essencial para compreender os significados do protagonismo de mulheres familiares de pessoas presas. O conteúdo será utilizado tão somente para fins acadêmicos: elaboração de dissertação e artigos acadêmicos.

4. Compromissos da pesquisadora:

- i) Ler o presente termo antes do início da entrevista, e fornecer **respostas a qualquer pergunta** ou esclarecimento de dúvidas quanto aos procedimentos, riscos, benefícios e outros assuntos relacionados com a pesquisa;
- (ii) Permitir a **retirada do consentimento** a qualquer tempo durante ou logo após a entrevista, se manifestar interesse nesse sentido;
- iii) **Permitir o uso e a divulgação da identidade** da entrevistada no âmbito da pesquisa e de possíveis publicações posteriores.

5. Autorização para gravação de imagem e voz

Diante do cenário de pandemia do covid-19, as entrevistas serão realizadas em formato virtual. Assim, solicito autorização para gravação de voz, recurso que será utilizado somente no âmbito desta pesquisa e de publicações acadêmicas. A entrevista será transcrita, material que será armazenado no formato de texto e utilizado para o desenvolvimento da pesquisa.

Por meio deste instrumento lido e gravado em áudio, asseguro que os dados coletados serão utilizados exclusivamente para fins acadêmicos, respeitando o sigilo da identidade da entrevistada.

Consentimento (gravado): Entendo que minha participação é voluntária, e que posso sair a qualquer momento do estudo, sem prejuízo algum. Confirmo que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a execução do trabalho de pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo no meio científico.

São Paulo, ____ de _____ de 2020.